

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

**ELIANE PEREIRA GONÇALVES**

**(Des)Prezado Público:**

**A disputa pelo direito à diversidade religiosa em uma  
empresa pública de comunicação**

**São Paulo  
2016**

ELIANE PEREIRA GONÇALVES

(Des)Prezado Público: a disputa pelo direito à diversidade religiosa em uma empresa pública de comunicação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Humanidades Direitos e Outras Legitimidades da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas para a obtenção do título mestre.

Área de Concentração: Humanidades  
Direitos e Outras Legitimidades

Orientadora: Profa. Dra. Claudia  
Moraes de Souza

São Paulo  
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

GGon  
635 ( Gonçalves, Eliane Pereira  
(Des)Prezado Público: a disputa pelo direito à  
diversidade religiosa em uma empresa pública de  
comunicação / Eliane Pereira Gonçalves ; orientadora  
Claudia Moraes de Souza. - São Paulo, 2016.  
252 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,  
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São  
Paulo. Seleção... Área de concentração:  
Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades.

1. POLÍTICA DA COMUNICAÇÃO. 2. DIVERSIDADE  
CULTURAL . 3. EBC. 4. COMUNICAÇÃO DE MASSA. 5.  
PLURALISMO RELIGIOSO. I. Souza, Claudia Moraes de ,  
orient. II. Título.

Nome: GONÇALVES, Eliane Pereira

Título: (Des)Prezado Público: a disputa pelo direito à diversidade religiosa em uma empresa pública de comunicação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Humanidades Direitos e Outras Legitimidades da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas para a obtenção do título mestre.

Aprovada em: \_\_\_\_\_

Banca Examinadora

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

A José, um quase ateu, e Maria, católica  
toda, que me ensinam a amar as  
diferenças.

## **Agradecimentos**

Ao Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos da USP, o Diversitas, por acreditar desde o princípio nessa pesquisa, mas principalmente, por ter me ensinado o quanto a polifonia é essencial para a construção de novas réguas para o conhecimento.

A minha orientadora, professora Claudia Souza, para quem cheguei a dizer que estava me fazendo “aceitar Jesus” e que, passo a passo, me levou ao encontro do popular e toda a sua complexidade. Devo à Claudia o exercício de me debruçar sobre as mensagens que chegaram à Ouvidoria da EBC e de me permitir a ouvir o público. Também devo a ela a munção teórica que herdei em nossas conversas particulares e no grupo de pesquisa. Só com essa ajuda seria possível avançar pelo matagal dos estudos culturais.

À EBC por, não apenas ter sido meu campo de estudo, mas também por ter garantido as condições materiais de produção dessa pesquisa. Espero que você não apenas continue existindo, mas concretize sua missão de ser Espaço Público.

A todas as pessoas que escreveram para a EBC contribuindo para que ela seja o que deve ser e que, sem saber, foram fundamentais para esse trabalho.

Aos colegas da Ouvidoria, que se dedicam a mais difícil das tarefas: ouvir. Agradeço toda a generosidade e atenção que me permitiu acessar documentos fundamentais para essa pesquisa: Laurindo Leal, Joseti Marques, Regina Lima, Tiago Martins, Márcio Bueno e toda a equipe.

Aos meus antigos e novos colegas do Conselho Curador, com quem pude compartilhar os desafios da representação, exercício fundamental para a compreensão de muitos dos processos discutidos nessa dissertação: Ana Fleck, Ima Vieira, Ana Veloso, Rosane Bertotti, Evelin Maciel, Murilo César Ramos, Takashi Tome, Paulo Derengoski, Mario Jakobskind, Letícia Yawanawa, Enderson Araújo, Joel Zito e, em especial, Rita Freire, a quem posso chamar de amiga, guerreira incansável na luta pela democratização da comunicação e da EBC, que assumiu a difícil tarefa de ser a primeira representante da sociedade civil a encabeçar o Conselho Curador e a pessoa, com quem ao longo dessa pesquisa, travei os mais intensos e longos debates sobre conceitos, princípios e concretudes.

A todos os trabalhadores da EBC que confiaram em mim para representa-los no Conselho Curador. Devo a essa confiança a grata – e dura – experiência da representação.

Aos meus colegas de trabalho e de enfrentamento cotidiano em defesa de uma EBC, de fato, pública: Nelson Lin, Akemi Nitahara, Priscila Kerche, Eduardo Viné Bolt, Milene Nunes, Camila Maciel, Joana Côrtes, Mariana Martins, Priscila Crispi, Victor Ribeiro, Gésio Passos, Clarice Basso, Aline Scarso, Felipe Mendes, Márcio Garoni, Verônica Ramalho, Patrícia Lima. Vocês são exemplo de dignidade e resistência.

Aos companheiros de luta, que pelas contingências do embate parecem estar do lado de lá, mas teimam em mostrar que estamos do mesmo lado: José Roberto Garcez, Danilo Kirsten, Giovana Tiziani, Thassia Alves e Mário Maurici.

Aos amigos do Acervo da EBC, fundamentais para a recuperação de registros históricos e que tem a tarefa de zelar por uma das coisas mais preciosas da radiodifusão pública, sua memória: Celso Serrão, Flávio Luiz dos Santos e, em especial, Fabio de Albuquerque, que não apenas ajudou a refrescar minha própria memória como se dispôs a compartilhar reflexões.

A Yuri Ledesma e Sávio Pinheiro, que garantiram um dos últimos e poucos registros dos estúdios da EBC funcionando como templo religioso.

A Mariana Cezar, sempre disposta a me ajudar com a segunda língua.

Aos colegas do Elza, nosso núcleo de estudos, com quem dividi as agruras e delícias do processo de aprendizado, Luiz Checchia, Júlio Conejo, André Lima e Priscila Manfrinati.

A Bianca Ferreira, Angelo Cristian, Alexandre Oliveira, Nataly Macedo e Daiane Lages por todos os cafés bem passados que ajudaram a manter minhas sinapses nos momentos mais árduos dessa pesquisa.

Às minhas amigas, amazonas da comunicação pública, que não me deixam perder a capacidade de acreditar nos sonhos: Bia e nossa pequena guerreira Violeta, Ju, Isa e, também como nosotras, Carol *Black Block* Barreto.

Aos meus amigos, minha família por escolha, que compartilharam reflexões, debateram conclusões e, sobretudo, suportaram (e suportam) rabugices: Ivan, Vima, Renata, Candido, Maria, Roberta e, em particular, a Ebe, que com sua generosidade desmedida e espírito capricorniano, se dispôs a fazer o árduo trabalho de revisão de texto e de todas as formalidades necessárias para que essa pesquisa ganhasse um formato digno.

A minha avó, Luiza, por teimar em me ensinar como se reúne, em volta da mesma mesa, evangélicos, espíritas, católicos e ateus. Oxalá ainda chegue alguém do Candomblé.

A minha irmã, Graziela, e meu irmão Danniell, que com suas presenças ajudam a fazer minhas ausências menos profundas.

Ao meu pai, José, e minha mãe, Maria do Socorro, pelo apoio irrestrito e incondicional em todos os momentos da minha vida, mesmo em minhas ausências. Não fossem as raízes bem plantadas, os ipês não davam flores.

A meu companheiro, primeiro leitor e amor de muitos hojes, Alexandre,

A Pedro e Luiza, donos do amor que não se mede, não se explica, não tem prazo.

A todos vocês, meu imenso e eterno obrigado,

Eliane Pereira Gonçalves

*“O Sangue que saiu dele  
Selou o nosso Destino.  
Nós todos matamos Cristo:  
somos todos assassinos!  
Nós todos matamos Deus:  
por isso somos divinos.”*  
*(Pedra do Reino, Ariano Suassuana,)*

*“Falar, por exemplo, em democracia e silenciar  
o povo é uma farsa. Falar em humanismo e negar  
os homens é uma mentira”*  
*(Pedagogia do Oprimido, Paulo Freire)*

## RESUMO

**GONÇALVES, Eliane Pereira.** (Des)Prezado Público: a disputa pelo direito à diversidade religiosa em uma emissora pública de televisão. 2016. 252 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2016.

O campo da comunicação pública no Brasil transita em uma área sombreada. Os canais de radiodifusão públicos são confundidos com aparelhos de governo e operam como tal. A criação da EBC foi uma tentativa de inflexão nessa tradição. O que a diferenciou de outros sistemas públicos foi a decisão de colocar a gestão de seus conteúdos na mão da sociedade civil, por meio de um Conselho Curador, formado em sua maioria por representantes desta.

Essa pesquisa estudou como se concretizou esse processo de representação da sociedade na EBC por meio da análise de um caso debatido no âmbito desse Conselho: a disputa pela diversidade religiosa grade de programação nas emissoras da EBC, em particular a TV Brasil. A pesquisa concentrou-se no período de 2009 a 2013, quando foram analisadas notas taquigráficas, mensagens do público que integra a audiência, documentos oficiais e entrevistas de profundidade com telespectadores. Com isso foram analisados os diferentes pontos de vistas sobre o processo que recomendou a suspensão da programação religiosa das emissoras da EBC e depois o recuo a essa decisão.

A decisão, tomada pelo Conselho, apesar de ser afinada com a sociedade civil organizada e minorias, o isolou de outras instâncias de poder: o legislativo, o judiciário, o executivo e as instituições religiosas e, especialmente, gerou um processo que levaria a exclusão de um público majoritário das emissoras. A decisão fragiliza o Conselho enquanto instância de representação e revela o descolamento deste em relação às demandas da sociedade. O que coloca uma questão fundamental para a discussão da comunicação pública: o quanto o público que deveria ser objeto da comunicação pública vem sendo desprezado?

Palavras-chave: Comunicação Pública. Política da Comunicação. Diversidade Cultural. EBC. Pluralismo Religioso. Conselho Curador.

## ABSTRACT

**GONÇALVES, Eliane Pereira.** (Des)Prezado Público: a disputa pelo direito à diversidade religiosa em uma emissora pública de televisão. 2016. 252 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2016.

The field of public communication in Brazil transits in a shadowy area. The public radio-broadcasting channels are mistaken by government devices and are handled as so. The EBC creation was an attempt of breaking this tradition. What made it differ from other public systems was the decision of placing the control of its contents in the hand of the civil society, by a Curator Board, composed mainly by its own representatives.

This research studied how the process of the society being represented in EBC took place by means of the analysis of a case discussed in the scope of that Council: the dispute about the religious diversity, scheduling the EBC station, in particular TV Brasil. The study focused between the years 2009 to 2013, when shorthand notes were reviewed, as well as messages sent from the people taken place in the audience, official documents and in-depth interviews with viewers. Thus it was possible to go through the different points of view about the case in which recommended the suspension of the religious programming in the EBC broadcasting stations and then the withdrawing of the decision.

The determination, taken by the Council, although being lined up with the organized civil society and minorities, isolated itself of other political power levels: the legislative, the judiciary, the executive and religious institutions, and specially, resulted in a process in which would exclude a vast majority of the public from the transmitter. The decision weakens the Council while representative body and reveals its displacement in relationship to the society's demand. Therefore, a fundamental question is put into discussion concerning public communication: how much should the public who is object of the public communication has been despised?

**Keywords:** Public Communication. Communication Politics. Cultural Diversity. EBC. Religious Pluralism. Curator Board.

## Listas de Figuras

<b>Figura 1.</b> O nascer do sol ilumina o Congresso Nacional de Brasília: primeira cena do vídeo de estreia da TV Brasil, em dezembro de 2007	33
<b>Figura 2.</b> O litoral e o interior: a TV Brasil ilustra no vídeo de estreia sua compreensão da sociedade brasileira e dá pistas de como pretende representar essa representação	34
<b>Figura 3.</b> Sequência de cenas e textos construída na lógica de opostos e complementares como uma forma de representação da sociedade brasileira. (EBC, 2007)	35
<b>Figura 4.</b> O mapa em mosaico colorido sintetiza o desejo da TV Brasil em seu vídeo de estreia: “Queremos ter a cara do Brasil”	37
<b>Figura 5.</b> Organograma da EBC	61
<b>Figura 6.</b> Veículos de Comunicação e Serviço da Empresa Brasileira de Comunicação – EBC. 2015	61
<b>Figura 7.</b> Geradoras parceiras da Rede Nacional de Comunicação Pública de Televisões. 2015	68
<b>Figura 8.</b> Fonte de recursos – EBC 2014 (em milhões de R\$)	73
<b>Figura 9.</b> Criação das ouvidorias do Poder Executivo Federal (2002 a 2014)	93
<b>Figura 10.</b> Atendimentos realizados pela Ouvidoria. EBC, 2009 a 2013	97
<b>Figura 11.</b> Linha do Tempo: o debate sobre a diversidade religiosa na EBC	124
<b>Figura 12.</b> O batismo da Igreja Adventista do Sétimo Dia é narrado pelos próprios praticantes da religião e foi tema de um dos episódios de Retratos de Fé	134
<b>Figura 13.</b> Praticantes da religião neo-pagã Wicca explicam ritos e valores da religião em outro episódio de Retratos de Fé	135
<b>Figura 14.</b> Cena do primeiro episódio de <i>Entre o Céu e a Terra</i> . Olhando para um ovo, o biólogo se pergunta de onde vem a vida	135
<b>Figura 15.</b> Horas destinadas a programas religiosos nas emissoras de TV. Brasil, 2011 a 2014	140

<b>Figura 16.</b> Cobertura da Rede Record e Expansão da Igreja Universal do Reino de Deus	145
<b>Figura 17.</b> Cenário usado para a transmissão da missa católica, usando profissionais da EBC e dentro dos estúdios da TV Brasil. No canto superior direito é possível ver um pedaço do cenário do programa Sem Censura. Janeiro 2016	153
<b>Figura 18.</b> Representação tradicional de Jesus Cristo na tela da TV Brasil. Apenas a marca d'água da emissora diferencia o conteúdo exibido de uma antiga cartilha de catecismo para crianças	155
<b>Figura 19.</b> A deputada federal, Liliam Sá (PSD/RJ), apresenta o quadro “Mulher em Ação”, no programa	158
<b>Figura 20.</b> Pastor Lécio Dornas alerta aos telespectadores do programa Reencontro, no quadro “Lecionando”, transmitido pela emissora pública: “Procure sempre votar em pessoas que tem princípios cristãos”. Março de 2011	159
<b>Figura 21.</b> Jurema Batista, uma das raras mulheres negras a ocupar o espaço principal do <i>Reencontro</i> , fala contra o preconceito no quadro “Mulheres da Bíblia”. Abril de 2011	161
<b>Figura 22.</b> Demandas recebidas (N=85) pela ouvidoria da EBC sobre a programação religiosa. Janeiro de 2009 a outubro de 2013	177
<b>Figura 23.</b> Posicionamento da audiência da EBC em relação aos programas religiosos	178
<b>Figura 24.</b> Cena do Programa Ver TV que discutiu a presença das religiões nas televisões. TV Brasil, 28 de setembro de 2009	184

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
------------	----

### **PARTE 1 A EBC, O CONSELHO CURADOR E A OUVIDORIA: ESTRUTURAS E CONTEXTOS**

<b>Capítulo 1</b> O projeto de comunicação pública: a EBC se apresenta	32
1.1 Público ou estatal? A ambiguidade da complementaridade na Constituição	39
1.2 A tentativa de definição do campo público e a criação da EBC	46
1.3 Os debates que antecedem a criação da EBC	47
1.4 A estrutura da EBC	59
1.5 A noção de rede nacional e o desafio da integração do campo público	63
1.6 A cobertura da TV Brasil por meio da Rede Nacional de Comunicação Pública – RNCP	67
1.7 A autonomia financeira como garantia do caráter público	69
<b>Capítulo 2</b> O Conselho Curador como instância de legitimação da representação	75
2.1 A formação do Conselho Curador	75
2.2 O Conselho começa a atuar: o Lobo entre amigos	85
<b>Capítulo 3</b> A ouvidoria e o desafio do diálogo com o público	90
3.1 A Ouvidoria na EBC	93

### **PARTE 2 DOS DEBATES E DAS DIVERSIDADES**

<b>Capítulo 4</b> O debate institucionalizado: a reforma do Conselho e a resistência das igrejas	100
--	-----

4.1 A cobrança da diversidade chega ao Conselho Curador	100
4.2 Comprando briga com Golias: Avanços e recuos do Conselho Curador no debate sobre diversidade religiosa	106
4.3 O debate ampliado: os poderes contestam o Conselho	125
4.4 Aprendendo a ouvir: as religiões falam ao Conselho Curador	128
4.5 A ocupação da mídia por grupos religiosos: uma sociedade diversa e televisões homogêneas	136
4.6 Os canais das igrejas	142
4.7 A tradição dos privilégios no terreno da radiodifusão: o exemplo da Canção Nova	146
4. 8 Os privilégios se fazem presentes na EBC	151
4.9 O espelho distorcido: a invisibilidade das diversidades religiosas (e não religiosas)	161
<b>Capítulo 5</b> O público participa da “comunicação pública”: as necessidades	172
5.1 A diversidade religiosa chega à Ouvidoria da EBC	176
5.2 O discurso afinado da comunicação pública e... Laica	182
5.3 Laico pela ausência: as armadilhas do discurso em um terreno pantanoso	187
5.4 A insurgência, ainda restrita, contra a comunicação tutelada	189
5.5 A majoritária defesa da tradição	198
5.6 O público interdito	204
5.7 A maioria se sente excluída	212
5. 8 Diversidade X Exclusão	212
<b>Conclusão:</b> (Des) Prezado Público	224
<b>Bibliografia</b>	237
<b>Anexo</b>	252

## **Introdução**

Quando a TV Brasil foi ao ar pela primeira vez, em dezembro de 2007, firmou o compromisso público de refletir a diversidade da sociedade brasileira. A nova emissora era resultado de um projeto de governo apresentado como política de Estado: consolidar um sistema de comunicação verdadeiramente público no Brasil que não se limitasse à televisão, mas incluísse também emissoras de rádio e veículos de internet. Esse sistema foi batizado como Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Apesar de nova, as emissoras da EBC, incluindo a TV Brasil, nasciam do espólio deixado pelas antigas estruturas estatais de comunicação. Não só isso: inseriam-se em um sistema de radiodifusão marcado pelo oligopólio da comunicação comercial, um sistema de comunicação estatal que havia ganhado algum fôlego desde o advento das televisões por assinatura e da digitalização do sinal e um praticamente inexistente sistema público de comunicação que, na verdade, na maioria das vezes, era considerado estatal.

Assim, a EBC surge em um cenário de comunicação construído na tradição de garantir a voz a poucos privilegiados apenas e, no qual, público e estatal nunca estabeleceram limites claros. Portanto, consolidar uma estrutura de comunicação que pudesse refletir a diversidade e a pluralidade da sociedade brasileira fazia da EBC e de sua TV Brasil um projeto audacioso. Essa pesquisa se propõe a analisar, justamente, como se dá a representação dessa diversidade nesse novo sistema público de comunicação, particularmente na TV Brasil.

Um dos principais diferenciais dessa estrutura nascente de comunicação foi a criação de um Conselho Curador. Essa instância – formada principalmente por representantes da sociedade civil, mas também com a presença de integrantes do poder Executivo e do Legislativo – seria a guardiã dos interesses públicos nos conteúdos veiculados nas emissoras da nova empresa. Ao tratar da questão da diversidade religiosa na programação de suas emissoras, o Conselho Curador da EBC e as outras instâncias de participação social criadas com a empresa, como a Ouvidoria, se confrontaram, pela primeira vez, com o grande desafio que significa representar a diversidade.

Por isso, essa pesquisa escolheu como objeto de estudo a disputa travada, principalmente no âmbito do Conselho Curador, mas também envolvendo outras

importantes instituições da sociedade brasileira, em relação à presença de conteúdos religiosos nos veículos da EBC. Esse debate começou em 2009, a partir da demanda de ouvintes e telespectadores que não concordavam com a presença de três programas religiosos de matriz cristã na grade da TV Brasil: os programas católicos *Santa Missa* e *Palavras de Vida*, e o protestante de denominação batista, *Reencontro*. Três produções herdadas da TV Educativa do Rio de Janeiro, uma das antigas e tradicionais emissoras estatais que deram origem à nova empresa de comunicação. O momento mais acirrado dessa discussão se deu em março de 2011, quando o Conselho Curador aprovou uma resolução que dava um prazo de seis meses para que os programas deixassem a grade da emissora e fossem substituídos por um novo programa que pudesse refletir a diversidade religiosa brasileira. Esse foi apenas o momento mais acirrado, mas os debates que se antecederam e se sucederam a essa discussão não foram menos aquecidos. Parte do problema, de fato, foi solucionada. Em dezembro de 2014, estreou na TV Brasil a Faixa da Diversidade Religiosa que reunia dois programas, o *Além do Céu e da Terra* e o *Retratos de Fé*. Mas as discussões sobre os privilégios das religiões cristãs em detrimento de outras não se encerraram, uma vez que as duas igrejas, a Católica e a Batista, seguem com seus espaços na TV Brasil.

Essa pesquisa se concentrou no período que vai de 2009 até 2013 e analisou a posição dos principais atores envolvidos no debate: o Conselho Curador, a direção da EBC, as Igrejas e, principalmente, o público da TV Brasil. A pesquisa recuperou os princípios que levaram o Conselho Curador a tomar a decisão de suspender a transmissão dos três programas religiosos e, depois, a recuar dessa decisão e pretende mostrar como as repercussões dessa polêmica influenciaram a proposta de consolidar uma comunicação pública por meio do projeto de criação da EBC.

Por vários motivos – tocar em um ponto caro à sociedade brasileira (sua religiosidade); envolver instituições poderosas, como as igrejas católicas e os grupos evangélicos; impactar diretamente na visibilidade ou na invisibilidade de minorias e majorias e, ainda, interferir em interesses políticos –, esse tema foi um dos que mais mobilizou o Conselho Curador desde a sua criação e a criação da EBC. Assim, a análise desse processo parece ser exemplar para compreender como o conceito de espaço público é um território em disputa e, dessa forma, refletir sobre os desafios que se apresentam para a concretização de um sistema de comunicação pública – verdadeiramente pública – do país.

O campo da comunicação pública é área que conta com uma boa fortuna crítica. Vários núcleos de estudo se consolidaram e são reconhecidos por se dedicarem à análise da estrutura comunicacional brasileira, às políticas públicas que podem democratizar esse setor e, entre elas, à estruturação dos sistemas públicos. Núcleos como o Laboratório de Políticas de Comunicação (LaPCom), na Universidade de Brasília; o Observatório de Comunicação e Cidadania (Plural), da UNESP-Bauru; o Observatório de Economia e Comunicação (OBSCOM), da Universidade Federal de Sergipe; a Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo; e o já extinto Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (Epcom) que, entre outros, reúnem trabalhos consolidados nesse campo e que em maior ou menor grau, direta ou indiretamente, foram protagonistas na implantação do projeto da EBC (RAMOS, 2000, 2005, 2007; LIMA, 2012, 1996; BOLANO, 2000, 2008; LEAL FILHO, 1997, 1988; HERZ, 1986).

Uma fortuna crítica que reúne pesquisas fundamentais para a compreensão das amarras que atravancam a implantação de projetos de comunicação pública no Brasil, ora mostrando as tênues fronteiras entre comunicação pública e aparato de governo (BUCCI, 2008), ora revelando as marcas de um sistema que monopoliza a voz trocando liberdade de expressão por um descontrole da liberdade de lucrar com a informação (LIMA, 2012), pesquisas que mostravam a estrutura dos sistemas comunicacionais de outros países, como o britânico, e que ajudaram a compreender as distorções do cenário brasileiro (LEAL, 1997), ou, ainda, que comparavam o descompasso entre os extraordinários avanços tecnológicos dos *medias* ao lento processo de democratização do setor (RAMOS, 2000).

A EBC também tem sido objeto de investigação, com pesquisas aprofundadas que revelaram os interesses por trás do jogo político que impuseram limites e amarras à implantação do novo sistema de comunicação (MIOLA, 2012) ou que analisaram o processo de implantação das estruturas que permitissem a participação social junto ao novo sistema de comunicação (PAULINO, SILVA, 2013) e, ainda, que recuperaram o processo histórico de implantação da EBC e a participação de diferentes segmentos sociais na definição desse novo campo público (VALENTE, 2009).

No entanto, a disputa sobre a presença de programas religiosos na grade das emissoras da EBC foi tema que gerou pouca reflexão. Ao longo de toda essa pesquisa, foi possível localizar apenas dois trabalhos que trataram do assunto; ambos encontram alguma similaridade com essa pesquisa, mas se distanciam ou em relação ao método ou

em relação à abordagem. Em seu trabalho de conclusão de curso de graduação na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, Ricardo Viula (VIULA, 2014) opta – tal como faz essa pesquisa – por recuperar as demandas que chegaram à Ouvidoria da EBC em relação ao tema. No entanto, o pesquisador optou por não examinar o dilema colocado a partir da clara dissonância entre a demanda do público da emissora e a decisão de suspender os programas religiosos. Já a dissertação de Jorge Pereira Filho (PEREIRA FILHO, 2015), defendida na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, dialoga com essa pesquisa porque também discute a capacidade de atuação do Conselho Curador como espaço de representação da sociedade, no entanto, o autor adota como critério a análise de diferentes debates travados internamente ao Conselho Curador, a questão da diversidade religiosa, entre eles. Ao optar por esse caminho, Pereira Filho possibilita a compreensão sobre as diferentes concepções de representação que se fizeram e se fazem presentes no Conselho, mas não aborda a discussão sobre a relação desse mesmo Conselho com outras instâncias representativas, outros canais de participação e, principalmente, a própria sociedade brasileira, seja ela a sociedade organizada em movimentos sociais, seja ela esse popular-massivo, desorganizado, e de difícil categorização.

Quando iniciei essa pesquisa, já tinha como foco compreender a representação da diversidade no sistema público de comunicação, mas seguia a tradição construída até então. Pensava em me deter nas análises dos caminhos percorridos por essas instituições (Conselho Curador, EBC, forças políticas e, especialmente, as Igrejas) para compreender o resultado alcançado que incluía a Faixa da Diversidade Religiosa, mas, sobretudo, que garantia a permanência dos antigos programas religiosos na grade da TV Brasil. Minha hipótese era de que as forças hegemônicas na sociedade se contrapunham a uma decisão que garantiria uma maior diversidade na programação da EBC. Ou seja, na guerra das representações, os excluídos continuavam excluídos, no caso aqueles que professavam fés não hegemônicas. O desenvolvimento da pesquisa, de fato, confirmou essa hipótese, mas mostrou que ela não era suficiente para explicar os entraves que mantinham invisíveis alguns grupos sociais, mesmo em um projeto de comunicação criado para romper com essas invisibilidades. Foi necessário aprofundar o processo de pesquisa e voltar a atenção para outro personagem fundamental nesse processo, mas que, não raro, é relegado a segundo plano na comunicação pública: o público.

Esse é aspecto em que esse estudo se diferencia, pois segue um caminho que não costuma ser trilhado pelas pesquisas tradicionais no campo da comunicação pública. Talvez, pela própria fragilidade do sistema, as discussões ainda se concentram nos aspectos legais e nos embates políticos em seus aspectos macroscópicos, de fato, fundamentais para a consolidação desse campo. No entanto, resta a lacuna da interlocução com a sociedade, justamente aquela que é apontada como o maior desafio da comunicação pública. Portanto, a opção dessa pesquisa foi ampliar a análise sobre as discussões travadas no âmbito do Conselho Curador, e confrontá-las com as demandas surgidas da audiência das emissoras da EBC. Debruçar-se sobre o público desloca a discussão dos embates jurídicos para o campo da cultura. Um exercício árduo de compreensão das outras dimensões do público que vão além de seu papel de eleitor, trabalhador ou consumidor. E, ainda mais árduo por se tratar de religiosidade, um aspecto estruturante da sociedade brasileira.

Olhar para o público da emissora pública foi uma aprendizagem que, inclusive, me fez recuar de posicionamentos que antes dava como certos. Aqui, cabe um esclarecimento: essa pesquisa foi realizada pelo ponto de vista de uma pessoa que, *a priori*, não apenas defendia a exclusão de todos os programas religiosos das emissoras da EBC, mas que o fazia pelo lado de dentro da instituição. Acompanhei o processo de discussão sobre a programação religiosa como jornalista e como integrante do corpo funcional da EBC. Posterior e concomitantemente à realização dessa pesquisa, assumi o lugar de conselheira representante dos funcionários da EBC no Conselho Curador pelo período entre junho de 2013 e outubro de 2015, quando a decisão de suprimir os programas da grade das emissoras já havia sido tomada. Coloco-me, portanto, como conceitua Carlos Rodrigues Brandão (BRANDÃO, 2006), como uma observadora participante com o objetivo de “compreender, intervir e transformar a realidade”. Assim, como detentora de uma experiência particular e única, foi necessário um esforço de superação das dicotomias entre sujeito e objeto, pesquisador e pesquisado, conhecedor e conhecido.

Foi assim, como uma observadora participante, ora jornalista, ora funcionária, ora Conselheira, ora pesquisadora que acompanhei reuniões, audiências públicas, discussões internas, li documentos que chegaram as minhas mãos e/ou me foram colocados à disposição para essa pesquisa e conversei no cotidiano com os principais atores envolvidos nesse processo. É desse lugar que me vi, após toda a análise do

material empírico, revisando posições que antes havia defendido com unhas e dentes, posições que já dava como verdades absolutas. Uma revisão que só foi possível justamente quando essa pesquisa me propiciou deslocar minha atenção das grandes instituições para o público, esse ator complexo, permeável, disforme e de difícil categorização.

A descoberta desse ator não foi automática. Antes, foi necessário retroceder alguns passos na história da EBC, recuperar seus princípios fundadores e as contradições que lhe deram origem, reconhecer os diferentes atores que participaram, primeiro, do processo de criação da EBC, depois, da formação do Conselho Curador e, por fim, do outro canal de participação social que foi fundamental nessas discussões: a Ouvidoria da EBC. A partir daí, foi possível recuperar os debates que levaram à polêmica decisão do Conselho Curador de suspender os programas religiosos e detalhar as forças que se opuseram ou apoiaram essa decisão. O último passo era me debruçar sobre a participação dos diferentes públicos que compõem a TV Brasil e o quanto eles foram considerados, quando afinados com a linha de pensamento dominante das instâncias de representação e/ou de interlocução, ou simplesmente ignorados, quando dissonantes.

O resultado dessa pesquisa foi sistematizado em duas partes. A primeira, “A EBC, o Conselho Curador e a Ouvidoria: estruturas e contextos”, trata das estruturas e das instituições que ocuparam, ao mesmo tempo, os lugares de protagonistas e cenário dos debates: a EBC. Na segunda parte, “Dos debates e das diversidades”, são recuperadas as discussões sobre religiosidade propriamente ditas e ganham voz os outros atores desse processo, como o poder legislativo, as instituições religiosas e seus canais de comunicação e o próprio público.

Para a primeira parte da pesquisa, quando se fazia necessário entender os pilares sobre os quais se erguia a estrutura da EBC, foram fundamentais o conceito de patrimonialismo e a noção de que o espaço público é uma construção que não chega a se concretizar na sociedade brasileira. São conceitos norteadores das discussões tecidas nessa etapa e que tomei emprestados de Raymundo Faoro e sua obra *Os donos do poder* (FAORO, 2000).

Já na segunda parte, quando foi necessário destrinchar os desafios da representação da sociedade impostos ao Conselho Curador, usei como bússola o conceito de representação proposto por Henri Lefebvre que trata a representação como

uma presença na ausência em sua obra *La presencia y la ausencia* (LEFEBVRE, 2006). Como nessa parte do trabalho também foi necessário discutir as relações estabelecidas com o público no processo de representação midiática, ou simplesmente, mediação, tomei emprestadas as reflexões sobre o popular-massivo de Jesús Martin-Barbero (MARTIN-BARBERO, 2013). Por último, também me apeguei à noção das linhas abissais e de copresença radical, propostos por Boaventura de Souza Santos (SANTOS, 2010) para propor reflexões sobre visibilidade e invisibilidade de minorias e a discussão sobre processos de inclusão no lugar de lógicas excludentes.

No primeiro capítulo, na Parte 1, “O projeto da comunicação pública: a EBC se apresenta” o objetivo foi compreender a forma como a EBC se estrutura e seus anseios de representação da sociedade brasileira, missão prevista em seu projeto de criação. Para isso, foram resgatados os debates que antecederam a lei de criação da EBC, as ambiguidades geradas a partir do reconhecimento de que nem todo projeto gerido pelo Estado é, necessariamente, um projeto público e os desafios para a consolidação de um sistema público de comunicação gerido pela sociedade, e não pelos poderes instituídos do Estado, no caso específico, o Poder Executivo.

Os capítulos 2 e 3, ainda na Parte 1, respectivamente “O Conselho Curador como instância de legitimação da representação” e “A ouvidoria e o desafio do diálogo com o público”, detalham as duas instâncias autônomas em relação à estrutura gerencial da empresa e que foram criadas como canais de interlocução com a sociedade. Participação que se dá, no caso do Conselho Curador, por meio da escolha de representantes da sociedade civil e, no caso da Ouvidoria, com a participação direta da audiência da EBC que pode se comunicar com a empresa por meio de cartas, telefonemas e, principalmente, por mensagens eletrônicas. Essas duas estruturas são consideradas fundamentais para a consolidação do caráter público da EBC. O Conselho Curador e a Ouvidoria da EBC foram protagonistas nos debates travados sobre a programação religiosa na TV Brasil. Compreender como atuaram e quais princípios nortearam suas ações foi fundamental para compreender quão próximo a EBC está de sua audiência e o quanto pode ser permeável às suas demandas.

Abrindo a Parte 2, o capítulo 4, “O debate institucionalizado: a reforma do Conselho e a resistência das igrejas”, recupera dois pontos de vistas que foram assumidos pelas instituições que protagonizaram o debate. De um lado, o próprio Conselho Curador, com uma forte representação de segmentos sociais que defendiam os

princípios da laicidade do Estado e a defesa da diversidade religiosa e cultural brasileira e, de outro, a Igreja Católica, de forma mais explícita, e a Igreja Batista de Niterói, ambas ocupando espaço na grade de programação das emissoras da EBC e defendendo a manutenção de seus programas religiosos nas antenas públicas. São protagonistas que ocupam espaços antagônicos e que usaram dos instrumentos que tinham à disposição para garantir avanços, recuos e negociar acordos que resultaram na criação da Faixa da Diversidade Religiosa na TV Brasil e, também, na manutenção – com poucas alterações – dos programas religiosos que sempre ocuparam espaço na grade das emissoras do sistema público. Para subsidiar o lugar de fala dessas instituições religiosas, o trabalho também alçou um voo sobre a presença (e a ausência) de alguns grupos religiosos no sistema comunicacional brasileiro.

Encerrando a Parte 2, no capítulo 5, “O público participa da ‘comunicação pública’: as necessidades e resistências de uma sociedade não organizada”, são recuperados e analisados os registros da audiência da TV Brasil, ou seja, do público da emissora pública, junto à Ouvidoria, ora cobrando a retirada dos programas religiosos da grade ora exigindo sua manutenção. As mensagens enviadas pelo público da EBC, em especial da TV Brasil, são matéria-prima fundamental nessa etapa da pesquisa. São pedidos, reivindicações, elogios e críticas que dão concretude a vozes de diferentes origens e com diferentes inserções sociais. Apesar de, vez ou outra, a participação desse público derrapar em discursos de intolerância religiosa, na maioria das vezes, se dedicam de fato a defender o direito de se verem representados no sistema público. No entanto, a análise desse conteúdo revela um desafio posto nas relações entre as diversidades de uma forma geral: o de se estabelecer o diálogo no lugar de construir abismos que levem à eliminação do outro. Quando se trata de um veículo de comunicação, essa eliminação passa pela invisibilidade. Quando se trata de disputa religiosa, enquanto alguns pelem para sair da invisibilidade, outros se esforçam para se manter visíveis, há ainda os grupos que defendem a exclusão do outro como alternativa, como uma forma de solucionar não apenas o embate no próprio sistema público, mas também de compensar distorções e desequilíbrios encontrados em todo o sistema comunicacional brasileiro.

Em “(Des)Prezado Público” apresento as conclusões desse trabalho e, como o nome já sugere, reflito sobre as dificuldades do sistema de comunicação criado para se consolidar enquanto um sistema que represente a diversidade brasileira, e que ainda

precisa superar resistências para estabelecer um processo comunicativo com esse público. Em uma sociedade e um sistema comunicacional que garante privilégios a poucos grupos religiosos, o papel do sistema público seria fundamental nesse processo. Mas, para isso, como será apresentado, seria necessário à EBC refazer os laços com sua audiência. No caso da diversidade religiosa, uma construção que demanda reflexões mais profundas que simplesmente lutar pela laicidade dos projetos emanados do Estado. Discutir uma estrutura que trata de aspectos culturais demanda construir soluções mais criativas que não passem pela tradicional exclusão das minorias e tampouco pela exclusão de segmentos que não deveriam ser tratados como privilegiados simplesmente por confessarem fés vinculadas às instituições hegemônicas na sociedade brasileira.

Uma questão que se colocou como norteadora dessa pesquisa foi o papel que um sistema público de comunicação pode assumir na sociedade brasileira, para eliminar os abismos construídos entre diferentes grupos sociais, alguns cercados de privilégios, outros marcados pela exclusão. A relação com o público parece ser um passo fundamental.

Escrevi a maior parte dessa dissertação no café de uma grande livraria de São Paulo. Quando era preciso organizar as ideias, saía da livraria e passeava pela Praça dos Omaguás, coração de Pinheiros, bairro nobre de São Paulo. Lá conheci o Gleisson, um menino de 13 anos, negro, que mora em uma favela no bairro do Butantã, e que aos finais de semana e nas férias escolares passa o dia vigiando os carros estacionados na praça. Entre um trocado que ele arrecadava e uma pausa que eu fazia, pude descobrir que Gleisson gostava de estudar, curti o MC Rodriguinho, do qual eu nunca tinha ouvido falar, e gostava de ver televisão. Seus programas preferidos eram as novelas. E isso me surpreendeu. Perguntei de quais novelas ele mais gostava e já me preparava para ouvir uma sequência de produções da TV Globo, quando o garoto começou a desfiar um rosário de folhetins mexicanos veiculados pelo SBT, emissora com a terceira maior audiência do País: Carrossel, Chiquititas, Carinha de Anjo, A Cúmplice... Nunca imaginei que ele fosse citar algum programa da TV Brasil, mas também não pensei que seu imaginário pudesse estar tão distante do meu. Minhas conversas com Gleisson me levaram a me perguntar: como e quando a TV Brasil, a EBC, e as outras emissoras que se reconhecem como públicas, vão romper os muros que as separam desse e tantos outros Gleissons que se espalham pelo Brasil afora? Transpor esse muro significa,

antes, reconhecer como e porque Gleisson se identifica com tais folhetins mexicanos. Provavelmente, é neles que ele se vê representado.

### **Caminhos percorridos: do material empírico à sua análise**

Os procedimentos adotados nessa pesquisa partiram, inicialmente, do mapeamento dos atores envolvidos na discussão sobre a diversidade religiosa: o Conselho Curador, a Ouvidoria e a direção da EBC, na esfera interna à empresa de comunicação pública; e as instituições religiosas, o Poder Legislativo e o público da EBC, na esfera externa. Como a compreensão das instâncias que atuaram, internamente à EBC, pressupunha a compreensão do que era o projeto que ganhou forma na empresa, foi necessário recuperar a história da EBC e contextualizar o ecossistema comunicacional brasileiro, incluindo a estrutura de radiodifusão das igrejas católica e denominações protestantes. Essa etapa da pesquisa foi realizada por meio da revisão bibliográfica. Foram adotadas como fontes pesquisas que antecederam esse trabalho, recortes de jornais e notícias de internet, além de documentos oficiais, o que incluiu a recuperação de material audiovisual nos acervos da EBC. Documentos internos à empresa e o acesso ao acervo de imagens, que não estão abertos ao público geral, me foram cedidos pela própria EBC para essa pesquisa.

Uma vez mapeados os atores e o contexto histórico no qual se inseriam, a etapa seguinte foi recuperar e compreender os debates travados no âmbito do Conselho Curador e da Ouvidoria. Para analisar como esse debate se deu no âmbito do Conselho Curador foram analisadas, inicialmente, as atas das reuniões do Conselho Curador e, na sequência, as notas taquigráficas das reuniões. Ao todo, foram recuperadas as discussões de 60 reuniões, ordinárias e extraordinárias, que aconteceram entre os dias 13 de maio de 2008, quando teve lugar a 4ª Reunião do Conselho Curador, até o dia 7 de outubro de 2015, quando aconteceu a 58ª Reunião Ordinária do Conselho Curador. Para a leitura dessas notas taquigráficas foi usado o sistema de busca pelas seguintes palavras-chaves: *religião, religiosa, diversidade, missa, reencontro, igreja*.

Essa pesquisa inicial mostrou que, do total de reuniões realizadas nesse período, a discussão sobre a programação religiosa da EBC foi abordada em 39 reuniões do Conselho Curador. A presença desse debate aconteceu de forma bastante diversa. Em algumas reuniões chegou a ocupar praticamente todo o espaço do encontro de

conselheiros, como nos casos das 24<sup>a</sup> Reunião, que aconteceu em 7 de dezembro de 2010, em Belo Horizonte, e a 26<sup>a</sup> Reunião, que aconteceu no dia 22 de março de 2011, em Brasília. Esse mapeamento permitiu localizar o momento em que os debates foram mais intensos e acessar o conteúdo desses debates. As Notas Taquigráficas das Reuniões estão disponíveis ao público e podem ser encontradas no *site* do Conselho Curador, em <[www.ebc.com.br/institucional/conselho-curador/notas-taquigraficas](http://www.ebc.com.br/institucional/conselho-curador/notas-taquigraficas)> (acesso em: 26 jul. 2016)

A leitura das notas taquigráficas viabilizou a compreensão de grande parte do debate, mas não foi suficiente. Outros documentos ajudaram a construir as lacunas que faltavam às discussões, como o Relatório Final da Consulta Pública 02/2010, que discutiu a proposta de suspensão dos programas religiosos; a transcrição da audiência pública do Conselho Curador sobre diversidade religiosa, que aconteceu no dia 14 de março de 2012; e a transcrição da 42<sup>a</sup> Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, no dia 29 de setembro de 2011, que discutiu a programação religiosa da EBC. Mais uma vez, esses documentos estão públicos: os dois primeiros podem ser acessados no *site* do Conselho Curador; o terceiro está disponível no *site* do Senado Federal e os endereços eletrônicos constam da bibliografia. Também foram pesquisadas propostas de Projeto de Lei e Decretos apresentados no Senado Federal ou na Câmara dos Deputados em relação ao tema. A pesquisa documental permitiu recuperar as diferentes argumentações que se fizeram presentes nesse debate, conhecer os princípios que eram defendidos e reconhecer o lugar de fala das pessoas que protagonizaram os debates. Foi também essa pesquisa, somada posteriormente a análise das mensagens enviadas à Ouvidoria, que permitiu a elaboração da Linha do Tempo que integra o capítulo 4 dessa dissertação.

Uma vez delimitado os momentos mais agudos de cada etapa do debate, foi possível recuperar parte dos programas religiosos que têm espaço na programação da TV Brasil para avaliar como a decisão de suspensão dos programas foi tratada pelos próprios no conteúdo que foi ao ar na emissora. Nenhum dos programas produzidos pela Arquidiocese do Rio de Janeiro, *Santa Missa* e *Palavras de Vida*, estava disponível no acervo da EBC e tampouco junto à própria Arquidiocese. Como se mostrou necessário analisar forma e conteúdo desses programas, a despeito de não conseguir resgatar a discussão realizada nos períodos mais acirrados do debate, tomei a decisão de acompanhar os programas em seus respectivos horários de transmissão junto à

programação da TV Brasil. A recuperação dos conteúdos transmitidos durante os momentos mais acirrados do debate – portanto, entre março e setembro de 2011 – quando considerados fundamentais para a compreensão do processo, foi feita por meio de pesquisa documental, especialmente em *sites* da própria audiência da TV Brasil favoráveis ou contrários à manutenção dos programas religiosos.

Já o programa *Reencontro*, produzido pela Igreja Batista de Niterói,, estava disponível no acervo da EBC e foi possível analisar esse conteúdo em suas fontes primárias. Para recuperar esses programas, foram selecionados dois momentos: três programas veiculados imediatamente após o dia 22 de março de 2011, quando o Conselho Curador aprovou a resolução que suspenderia a exibição dos programas religiosos, e três programas imediatamente anteriores ao dia 24 de setembro de 2011, quando eles deixariam de ser exibidos.

A etapa seguinte da pesquisa foi a análise das mensagens enviadas à Ouvidoria no período entre janeiro de 2009 e dezembro de 2013. Segundo os relatórios produzidos pela Ouvidoria da EBC nesse período, foram recebidas 85 mensagens. Desse total foram localizadas 74 mensagens que foram lidas individualmente. Algumas dessas mensagens incluíam réplicas da Ouvidoria e tréplicas da audiência, essas também foram analisadas. Uma vez lidas, as mensagens foram categorizadas e sistematizadas em um banco de dados eletrônico. As categorias definidas foram data de envio, sexo, local de residência, idade, religião, atividade profissional, posicionamento frente à decisão do Conselho Curador (se favorável, contrário ou neutro em relação à decisão de suspender a programação religiosa) e posicionamento em relação à entrada de outras dimensões religiosas na programação. Infelizmente, grande parte dessas informações não estava disponível nos registros, como local de moradia e idade, não tendo sido possível realizar análises mais aprofundadas sobre o perfil das pessoas que entraram em contato com a EBC. A leitura desse material subsidiou as análises realizadas no capítulo 4 e na conclusão dessa dissertação.

A última etapa dessa pesquisa foi a realização de entrevistas individuais e de profundidade com as pessoas que entraram em contato com a Ouvidoria da EBC. Do universo de 85 mensagens recebidas pela EBC, no período analisado, estavam disponíveis informações de contato em 24 delas. Tentou-se contato com 21 telespectadores, sendo excluídos todos aqueles que mantinham, declaradamente, outras relações com a EBC que não a de audiência, como vínculo empregatício. Apenas quatro

telespectadores responderam ao convite de entrevista. Das quatro respostas, uma era de um telespectador em Porto Alegre (RS) e outra, de uma telespectadora do interior do Rio de Janeiro. Por uma questão operacional, restringi às entrevistas de dois ouvintes moradores da cidade do Rio de Janeiro (RJ). As entrevistas foram realizadas na sede da EBC, no Rio de Janeiro, no dia 14 de novembro de 2015, foram gravadas e, posteriormente, decupadas. O contato com esses telespectadores permitiu a proximidade com algumas das realidades que se escondiam por trás das mensagens formais enviadas à Ouvidoria.

Foi o acesso a esses documentos que permitiu a reflexão sobre proximidades e distâncias, semelhanças e diferenças, concordâncias e dissonâncias entre representantes e representados no debate travado sobre a programação religiosa da EBC.

### **Atualização necessária: a interrogação no projeto de comunicação pública**

No dia 12 de maio de 2016, Dilma Roussef foi afastada da Presidência da República do Brasil, um dia após o Senado Federal autorizar a abertura do processo de *impeachment* contra ela. Até o momento em que esse trabalho era concluído, nenhuma das justificativas apresentadas pelos grupos políticos que defendiam o impedimento da presidenta<sup>1</sup> havia conseguido comprovar qualquer envolvimento de Roussef com desvios de recursos públicos ou com manobras financeiras que comprometessem o orçamento público, no que ficou conhecido popularmente como *pedaladas fiscais*. A ausência de denúncias sólidas contra a presidenta foi apresentada como argumentos por segmentos da sociedade brasileira de que o afastamento de Dilma foi resultado de um esforço coordenado de forças políticas e econômicas que não mais concordavam com as políticas engendradas em mais de 12 anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), primeiro com a presidência de Luís Inácio Lula da Silva e, em seguida, com Dilma Roussef. Em outras palavras, parte da sociedade brasileira, apoiadores ou não do

---

<sup>1</sup>A flexão de gênero da palavra “presidente”, apesar de previsto na norma padrão, não é o mais comumente adotado na língua portuguesa, que costuma optar pelo uso de presidente, sem flexão, tanto para denominar homens quanto mulheres que exercem a função. No entanto, o uso da versão flexionada foi reivindicado por Dilma Roussef desde o primeiro mandato. Apesar da preferência explícita, poucos veículos de comunicação e jornalistas passaram a adotar o substantivo flexionado no feminino. A EBC foi exceção. Com a nomeação por parte do governo interino de Michel Temer para a EBC, essa foi uma das primeiras regras revistas na empresa que passou a adotar o substantivo sem flexão. Como a norma padrão prevê a flexão de gênero e adotá-la significa tornar explícita a ocupação de uma mulher em um posto que a tradição sempre reservou aos homens, escolhi usar o termo no feminino.

governo do PT, passou a nomear o afastamento de Rousef com uma expressão dura para um país de democracia ainda jovem: Golpe de Estado.

Um golpe revestido de legalidade, já que não foi necessário apelar para as Forças Armadas, mas a partir da interpretação das leis, o que ainda pode gerar grandes controvérsias para as futuras pesquisas sobre esse momento histórico. A opinião pública também foi importante para engendrar a mudança política e institucional no país, por isso, entre as forças que teriam contribuído para tal ruptura, os grupos de mídia brasileiros são apontados como atores fundamentais.

Definir se o que aconteceu no Brasil nesse período foi ou não um golpe de estado e qual foi papel desempenhado pelos meios de comunicação nesse processo é algo que historiadores, sociólogos e cientistas políticos terão tempo para fazer. Mas é importante registrar a hipótese de que, tal como aconteceu em 1964, quando setores conservadores da sociedade brasileira contaram com o apoio irrestrito da mídia para impor o regime militar ao Brasil, mais uma vez, recaí sobre o campo comunicacional brasileiro a suspeita de que ele não colabora para o fortalecimento da democracia brasileira. Uma desconfiança que encontra bases sólidas frente ao sistema comunicacional brasileiro marcado pelo oligopólio. Esse cenário será abordado no primeiro capítulo dessa dissertação e ajuda a mostrar o tamanho do desafio e a confirmar a importância que significa a construção de uma estrutura de comunicação regida por princípios públicos no Brasil.

Com a ascendência do vice-presidente, Michel Temer, ao posto de presidente interino do Brasil, no lugar de Rousef, as políticas de governo passaram a sofrer uma mudança rápida e radical de rumos. A começar com a definição de uma nova equipe ministerial formada apenas por homens, todos brancos e a extinção de vários ministérios da área social. Também passaram a ser adotadas medidas altamente impopulares como o corte de gastos em áreas sociais, como saúde e educação. Medidas que não estavam previstas no programa de governo para o qual o próprio vice-presidente Michel Temer foi eleito e que, portanto, não foram submetidas ao voto.

É nesse cenário de reviravolta que a EBC ocupou mais uma um espaço central nas discussões travadas pela sociedade brasileira. Após as mudanças no primeiro escalão do governo e uma semana depois do afastamento de Dilma Rousef, a EBC foi a primeira instituição a ser atingida pelas forças reformistas do governo interino.

A despeito do que estava previsto em sua lei de criação, que garante ao Presidente da República a nomeação do presidente da EBC, mas não permite sua demissão – tarefa que compete exclusivamente ao Conselho Curador da EBC –, Michel Temer nomeou um novo presidente para a empresa. Laerte Rímoli, ex-assessor de imprensa do deputado federal e, na época, presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, assumiu o lugar de Ricardo Melo que havia sido nomeado por Dilma Roussef nove dias antes de seu afastamento. Melo, por sua vez, entrou com um mandado de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal que, no dia 2 de junho, devolveu o posto para o presidente nomeado por Dilma por meio de uma decisão liminar.

Quando essa pesquisa foi concluída, ainda não havia uma decisão definitiva nem sobre o afastamento definitivo de Dilma Roussef da Presidência da República, nem em relação à disputa em torno da EBC. De toda forma, em relação a essa última, o governo interino ameaçava publicar uma Medida Provisória colocando em risco todo o arcabouço legal que deu origem à empresa, como a existência do Conselho Curador, a destinação de recursos da Contribuição para o Fomento da Comunicação Pública para a manutenção da estrutura pública e o mandato autônomo do presidente da EBC.

Em seus pouco mais de oito anos de existência, as principais ferramentas de autonomia da EBC, fundamentais para contribuir para a consolidação de seu caráter público, passaram a ser colocadas em xeque. Uma série de notícias, artigos de opinião e editoriais foram publicados entre maio e julho de 2016, criticando a destinação de recursos federais para a EBC, os baixos índices de audiência da TV Brasil, a ocupação de cargos de decisão editorial por pessoas afinadas com o governo anterior. São muitas críticas para um sistema que até então era tido como irrelevante para a formação da opinião pública. Tamanha preocupação com um sistema comunicacional que durante toda sua existência consumiu menos que cinco vezes todo o valor investido pelo Governo Federal em publicidade nas emissoras comerciais e que responde por menos de 0,009% do PIB brasileiro<sup>2</sup> ajuda a referendar a ideia de que a batalha travada no campo

---

<sup>2</sup> Os cálculos levaram em consideração dados sobre o orçamento da EBC e sobre investimentos publicitários do Governo Federal divulgados na imprensa entre maio e junho de 2016. Reportagem do *Meio e Mensagem* traz a informação sobre os investimentos publicitários <[www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/2016/05/09/verba-de-midia-do-governo-federal-diminui-24-em-2015.html](http://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/2016/05/09/verba-de-midia-do-governo-federal-diminui-24-em-2015.html)> (acesso em: 26 jul. 2016) e a *Folha de S. Paulo* informa os investimentos realizados na EBC entre 2007 e 2015 <[www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1782574-temer-pretende-reduzir-atuacao-da-ebc-e-fechar-a-tv-brasil.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1782574-temer-pretende-reduzir-atuacao-da-ebc-e-fechar-a-tv-brasil.shtml)> (acesso em: 26 jul. 2016). O valor do PIB usado para o cálculo foi o de 2015 no total de R\$ 5,9 trilhões, conforme

comunicacional brasileiro estabelece uma relação de forças extremamente desequilibrada e que tende a favorecer a manutenção dos privilégios dos grandes grupos midiáticos privados em oposição à radiodifusão pública e a democratização dos meios de comunicação. O interessante é que as opiniões críticas à EBC e à comunicação pública não trazem à tona outras informações que ajudariam a balizar o debate, como o fato de que das 10 maiores economias do mundo, apenas a China não conta com um sistema público de comunicação ou a proporção de volume de recursos destinados por países como França, Japão, Alemanha e Canadá para seus próprios sistemas de comunicação superam, em muito, os investimentos realizados no Brasil<sup>3</sup>.

Portanto, essa atualização do contexto histórico e político em que essa pesquisa é concluída se faz obrigatória por mostrar que, além dos próprios embates internos à EBC que dificultam a compreensão do que é um sistema de comunicação verdadeiramente público, ainda é preciso enfrentar a resistência de atores externos que não identificam a agenda da comunicação pública como prioritária, possivelmente porque nunca fizeram parte de segmentos da sociedade que não sofrem os impactos do cerceamento da voz. Por isso mesmo, o debate sobre a diversidade e a inclusão da diversidade enquanto definidor do caráter público é inadiável, apesar de parecer muito sofisticada para um contexto político que não reconhece nem mesmo a noção de espaço público como esfera de participação e democracia.

O que o contexto político do Brasil de 2016 sugere é que existe o risco de que, no que diz respeito à criação da EBC, que seja necessário recuar aos primeiros passos – ou seja, para a defesa da própria existência do sistema público de comunicação – para, então, seguir adiante com o processo fundamental e para o qual o sistema público é efetivamente criado, que é garantir o direito à multiplicidade de vozes na sociedade brasileira. Uma etapa que, olhando para o tempo presente, parece muito mais sutil, delicada e avançada que o estágio atual de amadurecimento da sociedade brasileira.

---

<<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/03/pib-do-brasil-cai-38-em-2015.html>> (acesso em: 26 jul. 2016)

<sup>3</sup> Os investimentos, considerados altos para os críticos da EBC, são pífios comparados aos de outros sistemas públicos de comunicação no mundo. Na Alemanha, em 2006, os investimentos em seus dois conglomerados de comunicação pública, ARD e ZDF, alcançava 0,30% do PIB do país à época. No Japão, a NHK custava 0,12% do PIB japonês em 2006. Mesma proporção que na França, no mesmo período. Disponível em: (<[www.intervozes.org.br/arquivos/interliv004spcmepb](http://www.intervozes.org.br/arquivos/interliv004spcmepb)> Acesso em: 26 jul. 2012.

**PARTE 1**

**A EBC, O CONSELHO CURADOR E A OUVIDORIA: ESTRUTURAS E  
CONTEXTOS**

## Capítulo 1 O projeto de comunicação pública: a EBC se apresenta

Com a imagem de um nascer do sol ao fundo do Congresso Nacional em Brasília, a voz da atriz brasileira e ativista do movimento negro Zezé Mota anunciou: “Nasce hoje uma nova televisão. Para que os brasileiros tenham mais possibilidade de escolha”. Assim começa o vídeo<sup>4</sup> que marcou a estreia da TV Brasil, a emissora pública que foi ao ar pela primeira vez ao meio-dia de 2 de dezembro de 2007. A análise um pouco mais detalhada desse vídeo em que o novo canal de comunicação de massa se nomeia e se apresenta ao público ajuda a compreender os anseios e objetivos da emissora de televisão que estreou naquele dia, mas que não começou do zero. A TV Brasil herdou o espólio e o espaço no espectro das antigas TVE do Rio de Janeiro, TVE do Maranhão e TV Nacional de Brasília, em um processo marcado por disputas e enfrentamentos como veremos mais à frente.

O edifício do Congresso Nacional, com duas torres e suas cúpulas invertidas, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, é reconhecido como uma imagem síntese, um símbolo, do Estado brasileiro. A escolha dessa imagem para ilustrar o discurso inaugural da emissora pública abre espaço para interpretações sobre o que estava ali representado. Em uma primeira interpretação, Brasília, a capital federal, pode ser compreendida como o ponto central de todo o território brasileiro, uma espécie de marco zero que reuniria todos os segmentos e toda a diversidade da população brasileira por meio de seus representantes políticos<sup>5</sup>. A segunda interpretação possível é a de que a breve imagem traduz o ponto de vista e o lugar de fala da nova emissora.

---

<sup>4</sup> O vídeo será referenciado como “EBC, vídeo, 2007” e foi recuperado em consulta ao acervo da EBC. Por meio dessa cópia não é possível saber quem foram os editores de imagem e de texto do documento institucional. EBC. **Vídeo de estreia da TV Brasil**. Brasília: EBC, 2007. Narração: Zezé Mota (4:07 min). Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=rGQIRNYGHik](http://www.youtube.com/watch?v=rGQIRNYGHik)> (Acesso em: 10 fev. 2015).

<sup>5</sup> Na verdade, considerando o sistema eleitoral brasileiro que permite uma forte influência do poder econômico sobre o poder político trata-se dos representantes políticos de uma parte, apenas, do povo brasileiro. Levantamento do cientista político David Samuels, com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral, mostra a influência do setor privado no sistema político brasileiro. Em 2002, 83% do financiamento das campanhas dos candidatos à Presidência da República teve como origem as doações privadas (78,6% de empresas e 4,6% de doações individuais) e apenas 16,7% tiveram origem em recursos públicos do Fundo Partidário. Na eleição para deputados federais, a proporção do financiamento privado foi ainda maior: 95,9% (sendo 57,2% de doações de empresas e 38,7% de doações individuais). Para Samuels, “a natureza algo ‘fechada’ do financiamento de campanha no Brasil implica que os candidatos provavelmente estão mais próximos de seus financiadores, ao contrário dos Estados Unidos, onde os candidatos estão familiarizados com alguns mas não com todos os contribuintes [isto é, que contribuíram para a campanha]. Isso sugere que o financiamento de campanhas no Brasil é, em grande medida, ‘voltado para serviços’, mais do que ‘voltado para política’ [...] Os contribuintes esperam um ‘serviço’ específico que apenas um cargo público pode oferecer em retorno pelo seu investimento” (SAMUELS, 2006, p. 133-153).

Diferentemente das outras principais emissoras de televisão, que estão concentradas no eixo Rio de Janeiro–São Paulo, a emissora nascente elege como sua imagem inaugural o lugar de tomada das decisões políticas do País, o governo central.



**Figura 1.** O nascer do sol ilumina o Congresso Nacional de Brasília: primeira cena do vídeo de estreia da TV Brasil, em dezembro de 2007. (EBC, 2007).

A cena do Congresso Nacional permanece na tela por apenas sete segundos de um vídeo que tem, ao todo, quatro minutos. As imagens seguintes, ainda mais breves que a primeira, também são ricas em sentidos. A sequência provoca um deslocamento abrupto: tira o espectador do espaço de representação do poder político, levando-o para a imagem do país rico pela sua diversidade natural e populacional. Repetindo o senso comum do “caldeirão cultural” que costuma ser usado para definir a sociedade brasileira, entra na tela a imagem de uma praia movimentada e, na sequência, a exuberância de uma vegetação densa, com um rio e suas corredeiras, onde algumas pessoas tomam banho. O litoral e o interior. As praias, os rios e as matas. A locução da atriz segue a apresentação: “isso é pluralidade, isso é democracia”. A oração coordenada pode passar despercebida por sua brevidade, mas já aponta não só para os objetivos ambiciosos da emissora que se apresenta como pública e que passaria a disputar espaço no espectro brasileiro da radiodifusão<sup>6</sup>, mas também para o anseio de se consolidar como uma nova referência de televisão em um país marcado por um sistema de comunicação oligopolizado, estruturado em bases não apenas privadas, mas, sobretudo, familiares. Pluralidade no lugar de monopólio, democracia no lugar do coronelismo eletrônico<sup>7</sup>.

<sup>6</sup> A radiodifusão compreende os serviços destinados a serem recebidos direta e livremente pelo público e está dividida em radiodifusão sonora (rádio) e radiodifusão de sons e imagens (televisão). A expressão radiodifusão será adotada para expressar os serviços de transmissão das duas plataformas.

<sup>7</sup> O termo “coronelismo eletrônico” foi cunhado por Venício Lima e Cristiano Lopes para descrever o fenômeno do Brasil urbano da segunda metade do século XX em que: “Emissoras de rádio e televisão, que são mantidas em boa parte pela publicidade oficial e estão articuladas com as redes nacionais dominantes, dão origem a um tipo de poder agora não mais coercitivo, mas criador de consensos políticos. São esses consensos que facilitam (mas não garantem) a eleição (e a reeleição) de



**Figura 2.** O litoral e o interior: a TV Brasil ilustra no vídeo de estreia sua compreensão da sociedade brasileira e dá pistas de como pretende representar essa representação. (EBC, 2007).

As imagens que aparecem na sequência continuam apresentando a noção que a empresa faz da sociedade brasileira, repetindo a ideia do país marcado pela diversidade cultural. O discurso subjacente às imagens e a locução do texto que as acompanham também constroem outro sentido: emissora pública como emissora da sociedade. As imagens escolhidas para representar o que a nova empresa pública compreende como Brasil e sociedade brasileira já demonstram a expectativa que ela própria tem em relação a sua tarefa de representação midiática por meio de sua programação. Um exercício de “representação da representação”. Esse é o conteúdo central do discurso inaugural da emissora. Essa característica fica explícita no texto narrado pela atriz Zezé Mota (EBC, 2007, 00:00’:13’)<sup>8</sup>:

A TV Brasil quer ser um espelho de nosso país. Espera refletir a multidão de brasileiros de todas as raças, cores, credos, regiões e condições que formam o coletivo chamado Brasil. Somos conhecidos e admirados por nossa diversidade étnica, cultural, religiosa e geográfica. Somos muitos brasis num só país. O que solta pipas e o que fabrica aviões. Somos rurais e urbanos. Sertanejos e litorâneos. Somos uma usina de sons e cores. Falamos uma só língua com muitos sotaques. É tudo isso que desejamos espelhar na tela da TV Brasil.

Enquanto o texto é narrado, as imagens ilustram a diversidade. Entram em cena, em sequência: metalúrgicos em uma indústria de automóveis, um carregador de gelo, mulheres em uma plateia, uma criança com trajes típicos do Nordeste, o desfile de uma escola de samba, o calçadão de Copacabana no Rio de Janeiro, um homem jogando búzios, ribeirinhos, um menino soltando pipas, uma fábrica de aviões... Essa estrutura visual e narrativa, que tem como base o discurso dos pares de opostos é acompanhada

---

representantes – em nível federal, deputados e senadores – que, por sua vez, permitem circularmente a permanência do coronelismo como sistema” (LIMA e LOPES, 2007, p. 3).

<sup>8</sup> EBC (acervo). Vídeo de estreia da TV Brasil, 02 dez. 2007, 00:13 min. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=rGOIRNYGHik](http://www.youtube.com/watch?v=rGOIRNYGHik)>. Acesso em: 10 fev. 2015.

por uma trilha sonora de tons épicos. Tanto a música quanto a estrutura narrativa permanecem durante todo o vídeo.



**Figura 3.** Sequência de cenas e textos construída na lógica de opostos e complementares como uma forma de representação da sociedade brasileira. (EBC, 2007).

Quando a narrativa da atriz fala dos pilares que constituem a sociedade – comunidade, estado e mercado –, firma-se o compromisso de dar prioridade às demandas surgidas da primeira (EBC, 2007, 00:01’:40’)<sup>9</sup>:

A criação de um sistema público de comunicação em que a sociedade civil, mais do que o mercado ou estado, tenha voz ativa e participação direta é uma antiga aspiração da sociedade brasileira e ela começa a se realizar agora com a criação da EBC, Empresa Brasil de Comunicação, que congrega rádio, internet e televisão. Vamos produzir e difundir em todo o território nacional programação audiovisual, informativa, educativa, artística, cultural, científica e de recreação.

<sup>9</sup> EBC (acervo). Vídeo de estreia da TV Brasil, 02 dez. 2007, 01:40 min. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=rGOIRNYGHik](http://www.youtube.com/watch?v=rGOIRNYGHik)>. Acesso em: 10 fev. 2015.

A afirmativa parece colocar em contradição a interpretação feita anteriormente de que o lugar de fala dessa nova emissora assumiria o ponto de vista do poder público enquanto poder estatal. Note-se que o texto não se refere ao governo e sim ao estado. A compreensão do conceito de “emissora pública” é uma questão central para a discussão aqui proposta. Esse é um conceito pouco claro e que ora é compreendido como um projeto do Estado, ora como um projeto do governo, ora como da sociedade. A imagem usada como referência à palavra Estado, citada no texto narrado pela atriz, acaba por reforçar a hipótese de que, para além da representação do poder da sociedade, o canal público para a nova emissora é um terreno não apenas movediço, mas também um território em disputa: é a imagem do Congresso Nacional, que volta a aparecer na tela, agora ilustrando, explicitamente, a noção de Estado.

Por fim, o discurso do vídeo de apresentação aponta o caminho e a estrutura construída para garantir a participação da comunidade na produção do conteúdo e na definição das emissoras de rádio, televisão e internet que integram a empresa, reforçando a noção de público é dependente e intrinsecamente relacionado à sociedade (EBC, 2007, 01:04 min)<sup>10</sup>: “A TV pública que está nascendo deve ser construída com a participação da sociedade. Ouvindo todas as vozes. Contribuindo para a formação e o exercício da cidadania e a vivência da democracia”. Alguns segundos à frente, é apresentada como se dará a participação da sociedade por meio de um Conselho Curador, a instância responsável por garantir a participação social na empresa e a gestão do conteúdo. Um Conselho Curador com essas características é uma estrutura rara para o sistema comunicacional brasileiro (EBC, 2007, 00:03’:04’)<sup>11</sup>:

Um Conselho Curador em que 15 entre 20 membros<sup>12</sup> serão representantes da sociedade brasileira e de sua diversidade, regional, social e de pensamento, vai fiscalizar o nosso trabalho e a observância das finalidades da TV Pública. Esse Conselho terá poderes inclusive para destituir diretores da TV Brasil. Mas acima de tudo é sua participação que fará da TV Brasil a sua TV Pública. Uma nova conquista do telespectador e da democracia brasileira.

Nesse momento, o vídeo se encerra. Na imagem final, aparece um mapa do Brasil, dividido em suas unidades federativas, feito por crianças em idade escolar, utilizando grãos variados e recortes coloridos. Em alguns momentos anteriores do audiovisual institucional, é possível perceber a construção do mapa, o que simboliza um

<sup>10</sup> EBC (acervo). Vídeo de estreia da TV Brasil, 02 dez. 2007, 01:04 min. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=rGOIRNYGHik](http://www.youtube.com/watch?v=rGOIRNYGHik)>. Acesso em: 10 fev. 2015.

<sup>11</sup> *Idem, ibidem*, 03:04 min.

<sup>12</sup> A composição inicial do Conselho Curador com até 20 membros foi proposto inicialmente pelo governo federal na Medida Provisória (MP N°398/2007) que criou a emissora. Posteriormente, com as negociações junto ao Congresso Nacional para a aprovação da lei, essa formação foi ampliada para 22 membros, onde estariam presentes também um representante da Câmara dos Deputados e um do Senado Federal.

convite à construção não apenas da emissora, mas de um país diverso. O último recado reforça essa noção fazendo um convite à participação popular como meio de concretizar o desejo de se tornar um espelho (EBC, 2007, 00:03':47")<sup>13</sup> : “Participe, sugira, exija, critique. Queremos ter a cara do Brasil”.



**Figura 4.** O mapa em mosaico colorido sintetiza o desejo da TV Brasil em seu vídeo de estreia: “Queremos ter a cara do Brasil”. (EBC, 2007).

O convite à participação encerrou o vídeo e abriu espaço para uma programação especial que ocupou cerca de nove horas das transmissões daquele domingo, 2 de dezembro. Parte do conteúdo foi transmitida ao vivo, outra parte foi recheada por entrevistas previamente gravadas com intelectuais, ativistas, artistas plásticos, cineastas e representantes do governo. Dois ministros de Estado na época, protagonistas no processo de criação da EBC e da TV Brasil – o ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, Franklin Martins, e o ministro da Cultura, Gilberto Gil –, marcaram presença no programa de estreia. Em uma entrevista conduzida pela então diretora da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Ivana Bentes, veio à tona a discussão sobre o conceito de “emissora pública”. Na pergunta, ela questionou o risco de a nova empresa sofrer interferência política por parte do governo já que seria financiada com orçamentos federais. A resposta do ministro Franklin Martins (TV Brasil, 2007, 00:00':47")<sup>14</sup> reforçou o papel central que o Conselho Curador ocuparia na estrutura da nova empresa:

Em vários países do mundo onde você tem tevês públicas consolidadas o financiamento muitas vezes é feito pelo orçamento. Isso não chega a ser um

<sup>13</sup> EBC (acervo). Vídeo de estreia da TV Brasil, 02 dez. 2007, 03:47 min. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=rGOIRNYGHik](http://www.youtube.com/watch?v=rGOIRNYGHik)> . Acesso em: 10 fev. 2015.

<sup>14</sup> TV BRASIL (acervo). Franklin Martins, ministro: entrevista a Ivana Bentes, 2 dez. 2007.

problema intransponível. E o risco de manipulação política – sempre fazem essa pergunta – existe? Existe o risco de manipulação política. Justamente por causa disso, a TV Brasil que está sendo criada ela tem um Conselho Curador de 20 pessoas, quatro ministros de estado, um representante dos funcionários e 15 personalidades independentes que vão justamente fiscalizar se o jornalismo vai ser plural, se ela vai tratar o telespectador como um cidadão, tentando estimular o espírito crítico, e não como consumidor, se vai ter as diferentes culturas regionais presentes dentro da sua programação, se vai debater os grandes temas nacionais, ou seja, se vai cumprir o que são os objetivos da TV Pública.

Além da entrevistadora, outras intervenções ajudaram a dar corpo à discussão. Entre elas, a mais enfática foi a do escritor João Ubaldo Ribeiro (TV Brasil, 2007, 00:01':35”) que afirmou: “eu temo que essa TV, apesar de todas as garantias, não seja, como acontece geralmente no Brasil, uma TV do estado, mas uma TV do governo”. A desconfiança lançada pelo escritor, tal como as contradições entre o discurso e as imagens do vídeo institucional da EBC, encontra suas origens na dificuldade de compreensão do conceito de “público” na comunicação. Mas, diferentemente da oposição apresentada anteriormente pelo texto institucional que contrapõe o público ao estado, agora a distinção se dá entre estado e governo: o primeiro assume um valor positivo que resgata o sentido do termo grego *res-publica*, “coisa pública”, como chave de interpretação de uma política de Estado, e relegando a conotação negativa de comunicação do governo como máquina de propaganda ideológica do governante em exercício.

O complexo ecossistema da radiodifusão brasileira, que reúne emissoras com os mais diferentes modelos de gestão, sem qualquer controle social, submetidas a orçamentos curtos e contingenciáveis – e, por isso mesmo, curvadas aos interesses políticos dos governantes – termina por dar lastro ao ceticismo do escritor em relação à nova empresa. Eugênio Bucci (BUCCI, 2008, p. 22)<sup>15</sup>, ao falar de sua chegada à presidência da antiga Radiobrás, descreve as características dessa tradição:

A maioria das instituições encarregadas da comunicação pública no Brasil, quando apresentava noticiários no rádio, na televisão ou na internet, não praticava jornalismo, não informava o cidadão com a objetividade que ele merecia e à qual ele tinha direito. O que se fazia era propaganda, às vezes subliminar, às vezes expressa, das autoridades da vez. As explicações de praxe primavam pelo comodismo. A mais comum delas perdoava a subserviência das instituições em relação aos governos porque, afinal, essas instituições dependiam de recursos governamentais. Não era uma

---

<sup>15</sup> BUCCI, E. **Em Brasília, 19 horas**: a guerra entre a chapa-branca e o direito à informação no primeiro governo Lula. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 22.

dependência meramente financeira: para funcionar, para atuar, para viver, essas instituições dependiam de autorizações, de apoios das bênçãos do poder. Na tentativa de ganhar o seu naco de sustentação de cada dia, elas viviam de adular os poderosos oficiais [...]. Tudo por força dos costumes, dos vícios culturais. As normas que valiam para hospitais e escolas públicas não eram levadas a sério quando, em lugar de hospitais ou escolas, o cenário fossem as rádios e as televisões vinculadas à administração pública.

### 1.1 Público ou estatal? A ambiguidade da complementaridade na Constituição

Se o conceito de “comunicação pública” pareceu pouco claro na apresentação institucional da EBC, é certo que ela não está sozinha. A discussão é pouco consolidada e ambígua na legislação brasileira. A Constituição brasileira, de 1988, define em seu Artigo 223 (BRASIL, 1988)<sup>16</sup> o princípio da complementariedade de sistemas e estabelece três campos distintos: a radiodifusão privada, a pública e a estatal:

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementariedade dos sistemas privado, público e estatal.

Esse é um dos cinco artigos – do 220 ao 224 – do Capítulo V da Constituição de 1988 dedicados à Comunicação Social, que representam avanços enquanto marcos legais. Não apenas por trazer o conceito de complementaridade, mas também por definir parâmetros para a atuação das empresas de radiodifusão, por exemplo, limite de tempo para conteúdo publicitário, exigência de conteúdo regional, compromisso com conteúdos educativos e culturais e a proibição do oligopólio. No entanto, os avanços conquistados à custa de muita negociação e esforços da sociedade civil estão longe de serem concretizados: apesar de aprovado, o texto constitucional ainda não foi regulamentado, transformando em letra morta o que foi comemorado como conquista. O processo de abertura democrática que alcança setores como o da saúde e o da educação, não chega a se concretizar no campo da comunicação<sup>17</sup>.

<sup>16</sup> BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República/Casa Civil, 1988. Disponível em:

<[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 09 jul. 2016.

<sup>17</sup> Os esforços para regulamentar o texto da Constituição tiveram início já em 1988. A primeira tentativa foi tornar aplicável o artigo 224 que instituiu o Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional, responsável pela efetividade dos outros artigos. No dia 30 de dezembro de 1991, o Congresso aprovou a lei 8.389/1991 que definiu a formação do Conselho. Mas, paradoxalmente, a regulação carecia de outras regulações: não foram definidos, por exemplo, os critérios de escolha dos conselheiros que viriam a integrar o Conselho. A primeira diretoria deste só foi instalada em 2002. A própria instalação está associada a outro processo que ajuda a revelar como a aplicação da legislação no campo da comunicação está subordinada a interesses particulares: naquele momento se fazia necessário o funcionamento do Conselho para que pudesse ser aprovada a Emenda Constitucional que disciplinou a participação do capital estrangeiro nas empresas de comunicação do país. Já os outros artigos do Capítulo V da Constituição nunca foram regulamentados. A situação motivou uma Ação Direta de

Tratando especificamente sobre a complementariedade dos sistemas, ao distinguir os três campos de atuação para os sistemas de radiodifusão, a Constituição de 1988 rompe com uma tradição que vem ainda do período Vargas, a partir do Decreto 20.047 de 1931 que, apesar de tratar apenas do sistema radiofônico, definia dois pilares para o desenvolvimento da radiodifusão no Brasil: a comunicação como iniciativa pública e a comunicação como iniciativa privada subordinada às regras do mercado.

Apesar de a lei trazer a ideia de que diferentes atores poderiam exercer a radiodifusão, na verdade, esse modelo impulsionou o modelo de negócios que priorizava a gestão comercial do setor. Modelo que, associado às concessões de canais que, também a partir de Getúlio Vargas, passa a ser uma atividade exclusiva do Estado, ficou ainda mais crítico. A tradição patrimonialista brasileira (FAORO, 2012)<sup>18</sup> garantiu que a gestão dessas concessões acontecesse de forma muito pouco “pública” ao longo dos sucessivos governos. Um processo que é intensificado a partir década de 1970, no final do regime militar, e durante todo o governo de José Sarney, até o ano de 1989, a concessão de canais de rádio e televisão acabou se transformando em “moeda de barganha política” (LIMA e LOPES, 2007, p. 6)<sup>19</sup>.

O modelo de gestão publicitária associado a um sistema viciado de concessão de espaço em antena conferiu ao setor uma concentração como poucos. Este cenário costuma causar assombro em quem vem de países onde os sistemas de comunicação são geridos de forma a garantir um pouco mais de polifonia. Por exemplo, dias antes do início da Copa do Mundo no Brasil, em 2014, uma reportagem na conservadora revista *The Economist* comparou os índices de audiência da principal emissora de televisão do Brasil, a Rede Globo, com a líder do mercado estadunidense. Enquanto a brasileira alcançava cerca de 91 milhões de brasileiros a cada dia, quase 50% da população brasileira, a CBS, campeã de audiência nos Estados Unidos, chegava a apenas 12% de

---

Inconstitucionalidade por Omissão (ADI) protocolada pela Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão (Fitert) e pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) no Supremo Tribunal Federal em 19 de outubro de 2010. A ação pede que o Supremo declare “a omissão inconstitucional do Congresso Nacional em legislar sobre as matérias constantes dos artigos 5º, inciso V; 220, § 3º, II; 220, § 5º, 221; 222, § 3º, todos da Constituição Federal, dando ciência dessa decisão àquele órgão do Poder Legislativo, a fim de que seja providenciada em regime de urgência, na forma do disposto nos arts. 152 e seguintes da Câmara dos Deputados e nos arts. 336 e seguintes do Senado Federal, a devida legislação sobre o assunto” (LIMA, 2015).

<sup>18</sup> FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 4 ed. São Paulo: Globo/Azul, 2012.

<sup>19</sup> LIMA, V.; LOPES, C. **Coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004): as autorizações de emissoras como moeda de barganha política**. Campinas/São Paulo: PROJOR-Instituto para o desenvolvimento do jornalismo/Observatório da Imprensa, 2007, p. 6. Disponível em: <[http://observatoriodaimprensa.com.br/download/Coronelismo\\_eletronico\\_de\\_novo\\_tipo.pdf](http://observatoriodaimprensa.com.br/download/Coronelismo_eletronico_de_novo_tipo.pdf)>. Acesso em: 21 abr. 2015

audiência, um índice ainda menor que o da Rede Record, que naquele momento ocupava o segundo lugar de audiência o Brasil, com 13% de audiência (THE ECONOMIST, 2014)<sup>20</sup>.

O resultado é um ecossistema comunicacional completamente desequilibrado. Nesse modelo, enquanto a radiodifusão comercial prosperou, a comunicação pública, dependente de investimentos diretos dos governos, impedida de buscar recursos no mercado e sem garantia de outras fontes de recursos, vai minguando paulatinamente. O custo para a vida política, econômica e cultura do país é alto. O processo comunicacional é um processo de seleção e descarte das muitas narrativas possíveis da realidade: mais do que refletir a realidade, esse processo acaba por “construir” a própria realidade. As empresas de comunicação exercitam essa prática segundo seus interesses e, como empresas, o interesse é o lucro. Não é de estranhar que a delimitação de conteúdos seja feita sob a óptica do mercado.

A divisão do campo comunicacional em três sistemas, especialmente a distinção entre os sistemas público e estatal – uma vez que o campo privado já estava consolidado –, aponta para a necessidade de uma regulamentação que pudesse garantir o equilíbrio entre essas distintas formas de organização midiática, permitindo espaços proporcionais para cada uma delas, ao mesmo tempo em que exige uma regulamentação conceitual de cada um desses sistemas à pena de alimentar a discussão e a dificuldade de compreensão sobre o que trata cada um desses campos. Mas, como acontece com todo o capítulo da comunicação, a regulamentação do conceito de complementaridade também não acontece e, com isso, permanecem como áreas sombreadas o público e o estatal. Ainda mais sombreadas porque ambos os sistemas – seja o responsável por transmitir os pronunciamentos de presidentes ou as reuniões plenárias do Congresso Nacional, seja aquele que deveria ter liberdade para apontar falhas de gestões de governo e abusos do mercado –, ao fim e ao cabo, só se concretizam por meio de políticas de Estado. A própria EBC, como empresa, se constituiu, como uma empresa estatal, como veremos a seguir.

A percepção de que o princípio da complementaridade dos sistemas de radiodifusão criaria uma zona de fronteiras incertas está presente desde o momento em que a redação do artigo foi proposta pelo deputado Artur da Távola (PMDB-RJ),

---

<sup>20</sup> THE ECONOMIST. Globo domination: Brazil's biggest media firm is flourishing with an old-fashioned business model. Rio de Janeiro, 07 jun. 2014. Disponível em: [www.economist.com/news/business/21603472-brazils-biggest-media-firm-flourishing-old-fashioned-business-model-globo-domination](http://www.economist.com/news/business/21603472-brazils-biggest-media-firm-flourishing-old-fashioned-business-model-globo-domination)>. Acesso em: 09 jul. 2016.

durante a Assembleia Constituinte, em 1987. Recuperar esse momento histórico ajuda a compreender as razões que levaram à inclusão de um novo campo, a comunicação pública, que deveria se distinguir do estatal.

O Brasil acabava de sair de um regime ditatorial, marcado pelo autoritarismo e pela prática de supressão de direitos por meio dos aparelhos do Estado. A noção de Estado estava associada à marca do intervencionismo, da força e da censura à liberdade de expressão. Portanto, a inclusão desse terceiro sistema atendeu não apenas aos interesses dos grupos privados, mas também aos que defendiam a democratização da comunicação no país, como afirma Venício Lima, que era assessor técnico do Senado na época (MARTINS, 2008, p. 4)<sup>21</sup>:

“Estávamos saindo de um período militar e traumatizados com a experiência de 20 anos de Estado militar autoritário. Então o público era uma alternativa”, comenta. “A discussão sobre o público era um debate extremamente politizado porque era a forma de escapar do autoritarismo”.

Se o momento histórico exigia a distinção dos dois conceitos, os esclarecimentos deveriam ter sido construídos com a regulamentação do Artigo 223. A ausência de criação de leis complementares que permitam a aplicação dos princípios constitucionais faz parte do jogo político de positivar conceitos e não os regulamentar. Isso explica porque trechos importantes para a democratização do setor da comunicação nunca foram tocados.

A distinção prevista na lei ainda embute outro problema: deixa de considerar que, apesar dos interesses privados das emissoras comerciais, elas também usufruem de concessões públicas geridas pelo Estado. Apesar dos interesses privados sobre os quais se estruturou o sistema comunicacional brasileiro – que concentra nas mãos de apenas seis grupos empresariais mais de 90% da audiência de leitores, ouvintes e telespectadores<sup>22</sup> –, essas emissoras são também beneficiárias de concessões públicas e, portanto, também estão subordinadas aos princípios estabelecidos no Artigo 221 da Constituição (BRASIL, 1998):

---

<sup>21</sup> MARTINS, Mariana. Artigo 223 coloca em xeque papel do Estado e do Mercado. **Observatório do Direito à Comunicação**. 9 out. 2008. Disponível em: <[www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=21939](http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=21939)>. Acesso em: 23 fev. 2015.

<sup>22</sup> Relatório elaborado, em 2007, pela ONG Britânica *Article 19*, dimensiona a concentração do setor privado no sistema comunicacional brasileiro: “Six private media corporations hold the Brazilian TV market, a market that negotiates more than USD 3 billion in publicity. Globo Network holds approximately half of this market, a total of USD 1590 billion. These six private TV Networks hold, in conjunction with their 138 affiliated groups, a total of 668 media outlets (TVs, radios and newspapers) and 92% of the TV audience; Globo alone holds 54% of the TV audience (in a country where 81% of the population watch TV every day, for an average of 3,5 hours per day)” (ARTICLE 19, 2007).

Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

- I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;
- II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;
- III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;
- IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Mas diferentemente de outras concessões públicas, como a administração de estradas e aeroportos ou o tratamento e a distribuição de água, as concessões de radiodifusão não exigem contrapartidas financeiras das empresas de comunicação ao poder público pelo uso do espaço e são submetidas a uma fiscalização apenas teórica, raramente exigindo correção das empresas em irregularidades ou mesmo aplicando punições e a perda da concessão. Usa-se o espectro público de ondas eletromagnéticas como se eles fossem, “naturalmente”, um espaço privado. O resultado é que, na prática, os princípios previstos em lei caem no esquecimento. Para Murilo Ramos, parte da responsabilidade pelo abandono das obrigações está justamente na criação do conceito da complementaridade dos sistemas que, ao estabelecer um sistema “privado”, desobrigou as empresas de cumprir a função pública que toda atividade de comunicação, especialmente a radiodifusão, deveria ter (RAMOS, 2013, p 10)<sup>23</sup>:

A família Marinho não é dona da Globo, em sentido estrito. Ela pode ser dona dos equipamentos, dos instrumentos físicos que fazem o negócio funcionar, dos prédios, mas o meio pelo qual circula, o espectro electromagnético, é público. Ela só opera porque o Estado assim assegura, mas mediante obrigações contratuais de concessionário. Radiodifusão no Brasil é serviço público, ainda que o concessionário possa explorar comercialmente a outorga e ganhar dinheiro [...].

O artigo 223 da Constituição Federal é uma armadilha, que visa dar o máximo de segurança jurídica ao agente privado e um mínimo de deveres. Concordo que as programações possam ter diferenças, no caso dos operadores comercial e não comercial, mas isto não significa que o agente privado possa usar a sua outorga de concessão como bem entenda, ao arrepio inclusive do que reza a Constituição, deixando para o operador não comercial, ‘complementarmente’, a programação responsável, cidadã, que busca altos padrões não apenas estéticos, mas também de conteúdos.

Nessa recuperação histórica, é preciso destacar também o fato de que o tema da comunicação social foi um dos que encontrou maior dificuldade para se chegar a um

---

<sup>23</sup> RAMOS, M. EBC: os avanços e os desafios depois de meia década. **Revista Eptic Online**. UFSE. V. 15 n.2. 2013, p. 6-11. Entrevista concedida a Ivonete da Silva Lopes. Disponível em: <[www.seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/935/827](http://www.seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/935/827)>. Acesso em: 23 fev. 2015.

consenso durante o processo Constituinte<sup>24</sup>. Propostas que poderiam representar avanços ainda maiores no texto constitucional, que constavam do primeiro anteprojeto de lei, como a que dava ao Conselho Nacional de Comunicação a tarefa de autorizar e renovar as concessões de radiodifusão, desapareceram no decorrer das discussões e do jogo político. Já cláusulas que tornaram essas concessões praticamente vitalícias, como a que determina que a suspensão só pode ocorrer por decisão judicial, foram incluídas no texto final. Apesar do Capítulo V da Constituição Federal trazer ideias que permitiriam a democratização da comunicação no Brasil, as possibilidades de avanço real foram contidas no embate de forças políticas.

A presença de parlamentares, no Congresso Nacional, proprietários de emissoras de rádio e TV e o apoio das grandes empresas do setor de radiodifusão a eles acabam por definir, a partir de seus interesses, o que “pode ser visto” e o que “deve” desaparecer do debate público. Essa espécie de edição da realidade foi e continua sendo fundamental nesse jogo que acaba por manter *status quo* e que retroalimenta um dos sistemas de comunicação mais concentrados do mundo. Esse é um traço marcante na legislação

---

<sup>24</sup> Em junho de 1988, antes da votação em segundo turno da Constituinte, o jornalista Daniel Herz (1954-2006) sintetizou a interferência dos interesses dos proprietários de rádio e televisão na redação do Capítulo da Comunicação Social:

“Em todas as instâncias da Constituinte, o tema comunicação provocou os trabalhos mais tumultuados. Na primeira instância da Constituinte, na Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, os trabalhos foram concluídos com um plenário integrado por apenas 13 dos 21 constituintes que a compunham. Nessa Subcomissão, as manobras e o desrespeito ao regimento, patrocinadas por um bloco conservador, fizeram com que 8 constituintes se afastassem em protesto, inclusive a relatora, deputada Cristina Tavares (então PMDB-PE, hoje PSDB). E o texto final da Subcomissão foi aprovado por apenas 13 constituintes, entre os quais encontravam-se os donos dos veículos de emissoras de rádio e televisão (6 constituintes), os seus prepostos eleitos pela máquina da comunicação privada (3 constituintes), pelos aliados (pelo menos um constituinte) e pelos corrompidos de última hora (3 constituintes) que dobraram-se às pressões do Palácio do Planalto, do Ministério das Comunicações e até de governadores.

Na instância seguinte da Constituinte, a Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação a situação não foi diferente. Esta foi a única Comissão, das 8 existentes, que não conseguiu concluir seus trabalhos. Um acirrado bloco conservador de 36 parlamentares rejeitou o moderado relatório do deputado Artur da Távola (então PMDB-RJ, hoje PSDB) – que incorporava tênues reformas admitidas pelo grande empresariado da comunicação – e não permitiu que fosse apresentado outro relatório. O bloco conservador trabalhou pelo impasse e, esgotado o prazo, a matéria não foi submetida à votação. E para a Comissão de Sistematização, foi enviado integralmente o texto aprovado nos tumultuados trabalhos da Subcomissão.

Finalmente, o texto que foi empurrado, sem votação, da Subcomissão até a Comissão de Sistematização, foi sujeito pelo relator Bernardo Cabral a alguns reparos em aspectos não essenciais. E quando se esgotou o prazo para votação do anteprojeto do relator, a parte referente à comunicação foi aprovada em bloco, sem discussão. O texto constitucional aprovado na Comissão de Sistematização foi quase que inteiramente corroborado pela proposta do Centrão”. (HERZ, 1988, p. 7-8).

brasileira que trata sobre a comunicação. Uma disputa que segue invisível e distante do debate popular.

É esse contexto que faz com que sentido de público, já de difícil caracterização em outros segmentos da sociedade como o da saúde e da educação, no campo da comunicação seja uma construção ainda mais incipiente. Muito depois do processo constituinte, no segundo mandato do governo Lula houve um amplo esforço para a construção de uma nova política nacional de comunicação no País. Entre 14 e 17 de dezembro de 2009, foi realizada 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom). A conferência, que aconteceu em Brasília, reuniu 1.800 delegados, que discutiram as propostas aprovadas nas Conferências Municipais e Estaduais e que reuniram mais de 30 mil pessoas em todo o país, com representantes dos governos, da sociedade civil e de empresários do setor das telecomunicações (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2010).

Todo o processo de organização da 1ª Confecom revela os obstáculos impostos à participação social na agenda da comunicação brasileira e, com isso, os entraves impostos a uma agenda pública nesse campo. Foram várias as manobras do setor empresarial para dificultar o desenrolar do processo. Primeiro, ameaçaram abandonar as discussões se não houvesse uma maior proporção de representantes das empresas de telecomunicação nos grupos de trabalho, impedindo a aprovação de propostas nas esferas locais, onde essas empresas teriam menores chances de participação. Também foi definido um limite de 80% de votos favoráveis para aprovação de cada proposta de forma, a justamente, dificultar a aprovação destas. Ainda assim, 633 propostas de reformulação do setor foram aprovadas. O crítico é constatar que nenhuma delas, até o momento em que essa dissertação era concluída, chegou a sair do papel. Entre as propostas, treze eram consideradas prioritárias pelos movimentos sociais, como a afirmação da comunicação como direito humano, a criação de um Conselho Nacional de Comunicação, o combate à concentração do setor de radiodifusão, a descriminalização da comunicação pública, o financiamento do setor público de comunicação por meio da taxa do sistema privado e garantia de laicidade da radiodifusão (LIMA, 2010). Propostas que continuam estrategicamente silenciadas.

## 1.2 A tentativa de definição do campo público e a criação da EBC

Apesar das ambiguidades embutidas no conceito de complementaridade de sistemas, a criação de um sistema de comunicação público articulando rádio, televisão e as novas mídias sem interesses comerciais foi durante décadas uma demanda dos movimentos de luta pela democratização da comunicação, como o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), entidade criada em 1984 como Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação (FNPDC) e que congrega entidades da sociedade civil no campo da comunicação. A Medida Provisória (MP) 398, assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 10 de outubro de 2007 e convertida na Lei 11.652 em 7 de abril de 2008 – que “institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação-EBC [...]” (BRASIL, 2008)<sup>25</sup> – é resultado de décadas de luta desses movimentos.

O processo de discussão que levou à criação da EBC se deparou com a ambiguidade do conceito de complementaridade e as tênues fronteiras entre comunicação pública, comunicação estatal e comunicação governamental. A distinção entre os três campos foi tema de debates que mobilizaram representantes do governo, da sociedade civil e empresários do setor de comunicação. Esses últimos, apesar de se manterem à distância na discussão direta do projeto, participaram e influenciaram o debate por meio de reportagens nos grandes veículos de imprensa. As discussões entre governo e movimentos sociais culminaram no 1º Fórum Nacional de TV Públicas, em maio de 2007, que teve como documento final o *Manifesto pela TV pública independente e democrática*, conhecido por *Carta de Brasília*. O texto dessa *Carta* define mais claramente as características de uma emissora pública de radiodifusão ao estabelecer princípios de autonomia e garantia de recursos para a sustentação do que passou a ser chamado de “campo público de comunicação”, embora a definição desse campo passe muito mais *pela certeza do que ele não é* do que *pelo que deveria ser*, nomeando como “Campo Público” todas as emissoras de caráter não comercial.

---

<sup>25</sup> BRASIL. **Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008**. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República/Casa Civil, 2008. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11652.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11652.htm)>. Acesso em: 26 fev. 2015.

A *Carta de Brasília* lança as sementes para a criação da EBC e define os princípios que deveriam nortear a radiodifusão pública (FÓRUM NACIONAL DE TVS PÚBLICAS, 2007)<sup>26</sup>:

A TV Pública deve ser independente e autônoma em relação a governos e ao mercado, devendo seu financiamento ter origem em fontes múltiplas, com a participação significativa de orçamentos públicos e de fundos não-contingenciáveis.

### 1.3 Os debates que antecedem a criação da EBC

A *Carta de Brasília* serviu como documento de referência para a elaboração da lei de criação de EBC e parte dos princípios listados no documento foi incorporada ao projeto. O processo intenso de discussão e disputas merece ser recuperado por ajudar a compreender as forças que atuaram para a construção do projeto que resultou na EBC e que definiu seu modelo institucional.

Foi no Ministério da Cultura, quando Gilberto Gil era o ministro titular da pasta, que ganhou lastro a proposta de criar um sistema público de comunicação. Durante o primeiro governo Lula, o Ministério da Cultura já havia dado sinais de querer interferir na organização do sistema comunicacional brasileiro. Esse movimento se tornou explícito em 2004 com a frustrada proposta de transformar a Agência Nacional de Cinema (Ancine) na Agência Nacional de Cinema e Audiovisual (Ancinav). O projeto que ampliava a abrangência da agência que administra a política do setor de produção audiovisual – restrita ao cinema – para os serviços de radiodifusão e comunicação de massa, TV a cabo, telefonia celular, internet e jogos eletrônicos enfrentou forte reação das empresas de radiodifusão e dos produtores de cinema que consideraram a ideia intervencionista. O projeto alimentou um tumultuado debate público. Ao final, o Ministério da Cultura recuou e engavetou a proposta.

Mas antes mesmo do projeto de criação da Ancinav, ainda em 2003, o então Secretário de Audiovisual, Orlando Senna, já havia deixado clara a importância que a comunicação de massa passaria a ter para a pasta. Em seu discurso no IV Fórum Brasil de Programação, ao defender uma política que facilitasse o acesso da sociedade

---

<sup>26</sup> FÓRUM NACIONAL DE TVS PÚBLICAS. Carta de Brasília (Manifesto pela TV Pública independente e democrática). **Carta Maior**, 11 mai. 2007. Disponível em: <[www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Leia-na-integra-a-Carta-de-Brasilia/5/13076](http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Leia-na-integra-a-Carta-de-Brasilia/5/13076)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

brasileira à produção cinematográfica nacional, Orlando Senna coloca a importância de uma reorganização do sistema público de comunicação (SENNA, 2003)<sup>27</sup>:

“o veículo exponencial desse vasto plano, desse enorme desejo, será a televisão e, neste sentido, a ideia é redimensionar a rede pública de TV. Projeta-se a instalação e operação de uma Rede Pública de Televisão lastreada em cerca de mil canais culturais, educativos, universitários e comunitários existentes no país, a ser operada com participação e corresponsabilidade da sociedade”.

A discussão do projeto de reorganização do sistema, no âmbito do governo, ficou, durante todo o primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, restrita ao Ministério da Cultura. A discussão começou a ganhar corpo apenas a partir do segundo semestre de 2006 quando começou a ser organizado o Fórum Nacional de TV Pública, espaço onde seria discutida uma nova organização para o sistema público de radiodifusão. O manifesto que convidava representantes de emissoras de televisão, intelectuais e a sociedade civil a discutir o futuro da comunicação pública – e que foi assinado pelo Ministro da Cultura, Gilberto Gil, pelo Secretário do Audiovisual do Ministério da Cultura, Orlando Senna, e pelos presidentes das duas emissoras estatais ligadas ao governo federal, a Radiobrás e a TVE do Rio de Janeiro, respectivamente Eugênio Bucci e Beth Carmona, – expressava o desejo de construção de uma "televisão pública forte e criativa" aberta à diversidade de opiniões. O texto também fazia um diagnóstico do campo público no Brasil, marcado por uma fragmentação histórica (MILANI, 2006)<sup>28</sup>:

A nossa televisão pública existe, mas é dispersa e fragmentada ao nível da exaustão, num grau em que as partes não se reconhecem integrantes de um todo comum. Emissoras universitárias, comunitárias, legislativas, às ligadas a governos estaduais e aquelas vinculadas a órgãos federais não tiveram a chance de se identificar em laços de irmandade. Elas compõem um sistema de comunicação pública - porque se somam num esforço de comunicação não-comercial, que não têm a audiência como obsessão e nem o anunciante como objetivo. Existem para prestar serviços ao público, levando a ele informação, cultura e educação - e não mero entretenimento. A TV pública não quer, não pode e não precisa mais viver dispersa, oculta de si mesma, apartada do público.

<sup>27</sup> SENNA, Orlando. Perspectivas da política audiovisual. Pronunciamento do secretário Orlando Senna no IV Fórum Brasil de Programação e Produção, em São Paulo, 06 mai. 2003. Ministério da Cultura. Disponível em: <[www.cultura.gov.br/discursos](http://www.cultura.gov.br/discursos)>. [p. 21] Acessado em: 26 fev. 2015.

<sup>28</sup> MILANI, A. Manifesto destaca reconhecimento do campo público das TVs. **Agência Brasil**, 13 nov. 2006. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2006-11-13/manifesto-destaca-reconhecimento-do-campo-publico-das-tvs>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

O Fórum de TVs Públicas foi lançado oficialmente no dia 27 de novembro de 2006 em uma cerimônia no Rio de Janeiro. A partir daí as atividades foram divididas em três etapas:

1. O diagnóstico do campo público da comunicação no Brasil;
2. A elaboração de uma proposta de política para a implantação da televisão pública a partir do diagnóstico realizado; e
3. A discussão da proposta em um seminário nacional, aberto à participação da sociedade, o I Fórum Nacional de TVs Públicas, que aconteceria em maio de 2007, em Brasília.

Na etapa de diagnóstico, conduzido pelo Ministério da Cultura, Radiobrás e TVE do Rio de Janeiro, foram consultados os representantes das emissoras não comerciais: das TVs universitárias (Associação Brasileira de Televisão Universitária-ABTU), Comunitárias (Associação Brasileira de Canais Comunitários-ABCCom), Legislativas (Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas-ASTRAL) e as emissoras ligadas aos governos estaduais e federais (Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais-ABEPEC). Os grupos representavam: 19 emissoras estaduais de caráter educativo/cultural de canal aberto, 19 emissoras legislativas estaduais e 37 municipais, todas em canal fechado; ao menos 15 emissoras universitárias abertas; e cerca de 70 canais comunitários em sinal fechado (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2006)<sup>29</sup>. A partir desse diagnóstico é elaborada a proposta inicial para a formação de um projeto de televisão pública. A sistematização dessa proposta foi apresentada no 1º Fórum Nacional de TVs Públicas, que aconteceu em maio de 2007, a terceira e última etapa de consulta para a elaboração do projeto que lançaria as bases que deram origem à EBC.

Concomitante aos quase nove meses que separam o anúncio do Ministro da Cultura propondo a discussão da nova emissora, em setembro de 2006, e o Fórum Nacional, em maio de 2007, o Brasil passou por um conturbado processo eleitoral turbinado pelas denúncias de corrupção envolvendo os desvios de recursos de empresas estatais, como a Empresa Brasileira de Correios, para partidos políticos da base aliada do governo Lula, com vistas ao financiamento partidário e o apoio político no Congresso Nacional, às propostas do governo. O escândalo, que passou a ser chamado pela mídia como *Mensalão*, numa alusão à “mesada” recebida pelos parlamentares,

---

<sup>29</sup> MINISTÉRIO DA CULTURA. *Caderno de Debates*. 1º Fórum Nacional de TVs Públicas. Diagnóstico do Campo Público de Televisão. Ministério da Cultura: Brasília, 2006.

atingiu nomes importantes do governo ao longo de 2005 e 2006. O período foi marcado por uma "relação difícil com a imprensa" (AMARAL, 2006)<sup>30</sup> que, alinhada ao discurso de oposição, realizou uma cobertura acrítica do sistema político brasileiro e de suas origens históricas, concentrando suas denúncias no governo e no Partido dos Trabalhadores..

Foi nesse contexto que a pauta da democratização da comunicação – que fora colocada em segundo plano no Programa de Governo apresentado pelo Partido dos Trabalhadores no processo eleitoral de 2002<sup>31</sup> – ganha destaque no Programa de Governo para a disputa eleitoral de 2006. O tópico "Ampliação da democracia" trouxe um parágrafo em que foi firmado o compromisso do governo com a democratização da comunicação (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2006, p. 13)<sup>32</sup>: "Será garantida a democratização dos meios de comunicação, permitindo a todos o mais amplo acesso à informação, que deve ser entendida como um direito do cidadão". O detalhamento da proposta aparece no item Comunicação, que prevê (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2006, p. 17)<sup>33</sup>:

Construir um novo modelo institucional para as comunicações, com caráter democratizante voltado ao processo de convergência tecnológica; incentivar a criação de sistemas democráticos de comunicação, favorecendo a democratização da produção, da circulação e do acesso aos conteúdos pela população; fortalecer a radiodifusão pública e comunitária, a inclusão digital, as produções regional e independente e a competição no setor.

Logo após a reeleição do presidente Lula, o ministro das Comunicações desde julho de 2005, Hélio Costa, se apresentou como o interlocutor do projeto da TV Pública. Em janeiro de 2006, “o ministro anunciou que o governo estudava criar uma nova rede pública de TV e de rádio, formada a partir dos canais cuja exploração pela União foi

<sup>30</sup> AMARAL, R. Lula promete conversar mais com imprensa e congresso em 2007. **G1.Globo.com**. 22 dez. 2006. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,AA1397783-5601.00-LULA+PROMETE+CONVERSAR+MAIS+COM+IMPrensa+E+CONGRESSO+EM.html>> Acesso em: 10 jul. 2016.

<sup>31</sup> O Programa de Governo de 2002 abordava o problema apenas no item 9 (de um total de 13 itens) da Introdução argumentando que: “A radicalização do processo democrático no Brasil deve ser entendida como um grande movimento cultural que vai além da adoção de medidas de democracia econômica e social e da realização de reformas políticas. [...] Esse movimento de democratização cultural da sociedade brasileira só estará completo se for acompanhado da democratização dos meios de comunicação.” PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Programa de Governo 2002**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores/Fundação Perseu Abramo, 2002, p. 4. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/uploads/programagoverno.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

<sup>32</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Programa de Governo Lula Presidente. 2007/2010**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores/Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 13. Disponível em: <[http://novo.fpabramo.org.br/uploads/Programa\\_de\\_governo\\_2007-2010.pdf](http://novo.fpabramo.org.br/uploads/Programa_de_governo_2007-2010.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2016.

<sup>33</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Programa de Governo Lula Presidente. 2007/2010**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores/Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 17. Disponível em: <[http://novo.fpabramo.org.br/uploads/Programa\\_de\\_governo\\_2007-2010.pdf](http://novo.fpabramo.org.br/uploads/Programa_de_governo_2007-2010.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2016.

prevista no Decreto 5.820/2006” (VALENTE, 2009, p. 120)<sup>34</sup>. O decreto em questão definiu as diretrizes para a implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T) e destinou, em seu Artigo 12, quatro canais digitais com largura de banda de 6 mega-hertz para exploração direta pela União Federal (BRASIL, 2006)<sup>35</sup>.

A entrada de Hélio Costa nas negociações por meio do programa de implantação da TV digital ganhou repercussão em março quando ele entregou ao Palácio do Planalto um projeto que desconsiderava as discussões capitaneadas até aquele momento pelo Ministério da Cultura. O projeto do ministro das Comunicações previa um orçamento de R\$ 250 milhões para a elaboração da nova “TV do Executivo” (FNDC, 2007)<sup>36</sup>. A proposta de Costa devolvia à estaca zero a discussão conceitual entre os diferentes sistemas de comunicação previstos na Constituição. A justificativa da “TV do Executivo” mantinha o padrão de radiodifusão pública como uma estrutura vinculada aos interesses governamentais: “Fomos observando as dificuldades que o governo tem de mostrar suas ideias, de discutir diversos assuntos” (LOBATO, 2007)<sup>37</sup>. A entrada atabalhoada do novo protagonista surpreendeu a todos que participavam das discussões sobre a TV pública, incluindo o próprio Ministério da Cultura (FNDC, 2007)<sup>38</sup>:

A proposta do ministro das Comunicações, Hélio Costa, de criar uma rede de TV do Executivo, já apelidada pela oposição de TV Lula, tem mais críticos dentro do próprio governo do que se imaginava. Para técnicos do Ministério da Cultura, ao lançar a ideia, Costa acabou atropelando uma discussão ampla, que a Cultura desenvolve desde o ano passado, sobre a criação de uma rede pública de televisão. O presidente da Radiobrás, Eugênio Bucci, já havia reagido com surpresa ao projeto do ministro das Comunicações.

O debate público travado naquele momento explicitou as diferentes compreensões sobre a comunicação pública, ora negando a estrutura dos sistemas já existentes, ora apresentando-os como base para a construção da nova TV Pública:

<sup>34</sup> VALENTE, J. **TV Pública no Brasil**. A criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira (2009). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Faculdade de Comunicação. Universidade de Brasília, Brasília, 2009, p. 120.

<sup>35</sup> BRASIL. **Decreto 5.820 de 29 de junho de 2006**. Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de transmissão de televisão, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República/Casa Civil, 2006. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.htm)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

<sup>36</sup> FNDC. Costa entrega ao Planalto projeto de R\$ 250 mi para rede de TV do Executivo. **Clipping**, 13 mar. 2007. Disponível em: <<http://fndc.org.br/clipping/costa-entrega-ao-planalto-projeto-de-r-250-mi-para-rede-de-tv-do-executivo-140362/>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

<sup>37</sup> LOBATO, Elvira. Governo defende TV estatal para “mostrar suas ideias”. **Folha de S. Paulo**, 14 mar. 2007. Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1403200702.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1403200702.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2016.

<sup>38</sup> FNDC. Ministério da Cultura quer rede pública, não estatal. **Clipping**, 29 mar. 2007. Disponível em: <<http://fndc.org.br/clipping/ministerio-da-cultura-quer-rede-publica-nao-estatal-145222/>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

O secretário do Audiovisual do Ministério da Cultura, Orlando Senna, disse que foi feita uma confusão entre TV estatal e pública [...] E o que Costa está propondo é uma ampliação da TV estatal, da Radiobrás. “A TV estatal é o ponto de vista do governo. É, entre aspas, a Voz do Brasil. A TV pública é televisão das sociedades, não do governo” – afirmou Senna. (VASCONCELOS, 2007)<sup>39</sup>

As TVEs existentes já formam um “embrião” do que pode se tornar uma rede de TV pública no Brasil, sem necessidade de partir do zero, como cogita o governo federal. “Falta definir exatamente o que é uma TV pública”, diz a jornalista Beth Carmona, diretora-presidente da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp), que comanda a TV Educativa Brasil [...]. (G1.GLOBO.COM, 2007)<sup>40</sup>.

Durante quase 15 dias o tema esteve na agenda dos jornais e revistas de circulação nacional. Editorias, artigos e manchetes amplificaram a discussão e tornaram públicos os desentendimentos dentro do governo:

Prossegue a novela da TV pública que não é pública. Na quinta-feira (15/3) quem se insurgiu foi o Ministério da Cultura, por intermédio do Secretário do Audiovisual, Orlando Senna. E disse o que dele se esperava: o projeto está errado a partir do nome e, muito mais grave do que isso, vai atrapalhar a política do ministro Gilberto Gil de promover o fortalecimento da verdadeira rede pública de TV, aquela que vai oferecer à sociedade brasileira uma programação verdadeiramente alternativa. (DINES, 2007)<sup>41</sup>

O poder executivo não deve ter, sob seu comando, uma rede pública de TV. Essa rede só pode ser viável se não tiver compromisso com a promoção de governos, políticas partidárias e, sobretudo, com ideologias (...) Por outro lado, o Poder Executivo já tem em suas mãos poderosas e onerosas máquinas de propaganda que servem, de sobra, aos seus interesses. (ZARUR, 2007)<sup>42</sup>.

Em meio às manifestações de ativistas e especialistas, o projeto de Hélio Costa recebeu o apoio da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) (FNDC, 2007)<sup>43</sup>:

A Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), entidade que representa o setor privado, saiu ontem em defesa da proposta do

<sup>39</sup> VASCONCELOS, A. Senna: ‘TV pública não é do governo’. **O Globo**, 15 mar. 2007. Disponível em: <[www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/405614/complemento\\_2.htm?sequence=3](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/405614/complemento_2.htm?sequence=3)>. Acesso em: 10 jul. 2016.

<sup>40</sup> G1.GLOBO.COM. Para chefe da TVE, Rede Pública já existe. **G1. Globo.com**, 18 mar. 2007. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,AA1492131-5601,00.html>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

<sup>41</sup> DINES, Alberto. A novela da falsa TV pública. **Observatório da Imprensa**, ed. 424, 15 mar. 2007. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/a-novela-da-falsa-tv-publica/>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

<sup>42</sup> ZARUR, C. O Poder Executivo deve ter uma rede de TV?. **O Estado de S. Paulo**, 14 mar. 2007. Disponível em: <[www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/326150/noticia.htm?sequence=1](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/326150/noticia.htm?sequence=1)>. Acesso em: 10 jul. 2016.

<sup>43</sup> FNDC. Abert apoia iniciativa do ministro. **Clipping**, 14 mar. 2007. Disponível em: <<http://fndc.org.br/clipping/abert-apoia-iniciativa-do-ministro-140752/>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

ministro das Comunicações, Hélio Costa, de criar uma rede de televisão pública de alcance nacional. “Apoiamos a iniciativa do governo porque ela não traz antagonismo com o setor privado e atende ao princípio da complementariedade”, afirmou o presidente da entidade, Daniel Slaviero.

O apoio das emissoras de radiodifusão privadas – entre as representadas da Abert, está o Grupo Globo – não deveria causar estranhamento. A própria nomeação de Hélio Costa como Ministro das Comunicações já tinha sido apoiada pelo setor que, na prática, conseguiu colocar um aliado em cargo estratégico e, precisamente, em um momento decisivo de escolha do modelo de sistema de televisão digital implantado no Brasil<sup>44</sup>. O currículo de Costa, então senador pelo PMDB de Minas Gerais, deixava claro seu vínculo com os monopólios da comunicação: antes de se tornar apresentador do Grupo Globo, ele tinha sido radialista e repórter do jornal *O Estado de Minas*. Até 2006, foi sócio majoritário da rádio *Sucesso FM*, em Barbacena (MG)<sup>45</sup>.

O posicionamento da Abert a favor do projeto de televisão pública de Hélio Costa ajudou a alimentar a desconfiança entre os defensores do processo de democratização da comunicação, como foi o caso do professor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, Laurindo Leal Filho (FILGUEIRAS, 2007)<sup>46</sup>:

“Tenho um pé atrás com esse projeto. O que me parece é que o resultado dele deverá ser uma grande rede com uma pequena audiência”. Essa possibilidade, em sua opinião, é que explica o apoio dado ao ministro pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). “Eles deram apoio porque já percebem que a tal rede pública não vai ter audiência”.

A repercussão negativa irritou o ministro Hélio Costa, que acabou criando uma crise que teve repercussões internacionais ao tentar esclarecer que sua proposta dizia

<sup>44</sup> A implantação do sistema de televisão digital no Brasil também foi cenário de embates entre a sociedade civil organizada, as empresas de comunicação e, mais recentemente, as empresas de telefonia. Com a presença de Hélio Costa no Ministério das Comunicações, os radiodifusores conseguiram um aliado fundamental que resultou na escolha do chamado “padrão nipo-brasileiro”, uma tecnologia mais interessante para as emissoras de televisão que para as grandes empresas de telefonia. A inauguração do sistema digital no Brasil foi concomitante à estreia da TV Brasil. No dia 2 de dezembro, uma faixa do coletivo *Intervozes*, movimento social ligado à agenda da democratização da mídia, colocada em frente à Sala São Paulo, no centro da capital paulista, onde foi anunciada a estreia da TV digital no Brasil, resumiu bem o cenário de manutenção do padrão hegemônico: “*O padrão é digital, mas continua tudo igual*” dizia a faixa.

<sup>45</sup> Ao assumir o Ministério das Comunicações, a Comissão de Ética Pública, ligada à Presidência da República, apontou conflito de interesses entre a nova função assumida por Hélio Costa e sua condição de empresário das comunicações. A emissora foi transferida para o chefe-de-gabinete do ministro, José Arthur Filardi, que pagou o valor de R\$ 70 mil pela rádio *Sucesso FM*. A operação gerou suspeitas, uma vez que o valor estimado da emissora poderia chegar a R\$ 1,2 milhão (VALENTE, 2008).

<sup>46</sup> FILGUEIRAS, S. Para estúdio, educativas devem ter 4 fontes de verba. **O Estado de S. Paulo**, 15 mar. 2007. Disponível em: [www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/326031/complemento\\_2.htm?sequence=3](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/326031/complemento_2.htm?sequence=3). Acesso em 10 jul. 2016.

respeito a uma TV pública, e não estatal. Na tentativa de explicar a diferença entre uma e outra, o ministro aumentou ainda mais a confusão entre os conceitos de comunicação estatal, pública e governamental. Argumentou que comunicação estatal seria aquela produzida pelos sistemas comunicacionais dos países socialistas, incluindo no bojo a emissora pública venezuelana, Telesur (ZIMMERMANN, 2007)<sup>47</sup>:

“TV estatal é o que [Hugo] Chávez [presidente da Venezuela] faz, TV estatal é o que se faz em Cuba. TV estatal é o que se fazia na Polônia, TV estatal se fazia na antiga União Soviética. E eu estive em todos esses lugares para saber perfeitamente qual é a diferença entre estatal e pública”.

As declarações foram classificadas pela Embaixada da Venezuela como “insultantes e perigosas” (JUNGBLUT e VASCONCELOS, 2007)<sup>48</sup> e foi preciso a intervenção do Ministério das Relações Exteriores para contornar a crise. Mas a essa altura a repercussão negativa já tinha ajudado a colocar de lado o projeto de televisão de Hélio Costa, o que se deu logo após a posse da equipe de ministros que iria compor o segundo mandato do presidente Lula. A ampla reforma ministerial incluiu a mudança de gestão na Secretaria da Comunicação Social. O ex-comentarista político da TV Globo e da TV Bandeirantes, Franklin Martins, foi convidado a assumir a pasta, que voltou a ter *status* de Ministério<sup>49</sup>.

No discurso de posse dos novos ministros, o presidente Lula fez uma (não tão breve) explanação do tema que já vinha sendo nomeado como uma "das principais propostas do segundo mandato" (GLOBO, 2007)<sup>50</sup>: a TV Pública. No discurso, ficou claro que o projeto da comunicação pública mudaria de condução mais uma vez e passaria para a responsabilidade do novo ministro, Franklin Martins. Por trazer o ponto de vista conceitual da comunicação pública pelo olhar do mandatário do País, segue

<sup>47</sup> ZIMMERMANN, P. Irritado, Hélio Costa diz que governo quer criar TV pública e não estatal. **Folha Online**. Brasília, 21 mar. 2007 (interferência do autor). Disponível em:

<[www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90505.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90505.shtml)>. Acesso em 10 jul. 2016.

<sup>48</sup> JUNGBLUT, C; VASCONCELOS, A. Amorim convoca o embaixador da Venezuela. **O Globo**, 27 mar. 2007. Disponível em:

<[www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/405772/complemento\\_2.htm?sequence=3](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/405772/complemento_2.htm?sequence=3)>. Acesso em: 10 jul. 2016.

<sup>49</sup> Desde 2005, a pasta perdera o *status* de Ministério e estava subordinada à Casa Civil da Presidência da República. O então titular da Secretaria de Comunicação Social (SECOM), Luiz Gushiken, foi acusado de autorizar a transferência de recursos do Fundo Visanet do Banco do Brasil para a agência DNA Propaganda, pivô nas denúncias de transferências de recursos para parlamentares da base aliada. Em 2013, Gushiken foi julgado inocente no processo de Ação Penal, 470, conhecido como *Mensalão*.

<sup>50</sup> GLOBO, O. Lula ouve sugestões de Boni sobre a TV Pública. **O Globo**, 11 mai. 2007. Disponível em: <[www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/406457/noticia.htm?sequence=1](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/406457/noticia.htm?sequence=1)>. Acesso em: 10 jul. 2016.

praticamente na íntegra o trecho do discurso em que o presidente Lula se referiu ao projeto (LULA DA SILVA, 2007)<sup>51</sup> :

[...] Franklin, eu estou depositando uma expectativa muito grande, porque nós vamos criar coisas diferentes, além da publicidade, além dos patrocínios, além de cuidar da imagem do governo, além da Radiobrás, que estará subordinada a todo o esquema. Nós estamos pensando em ter uma TV pública educativa, uma TV que possa fazer o que, muitas vezes, a televisão privada não faz. E quem sabe a gente possa fazer parceria com tudo o que já tem neste País: TV Câmara, TV Senado, TV Congresso, TV Educativa nos estados. Nós não vamos inventar a roda, o que nós queremos é dar oportunidade para que um jovem que queira aprender português, possa ter aula de português às 9h da manhã, às 11h da manhã; que as pessoas possam assistir a uma peça de teatro pela televisão à 1h da tarde, ao meio-dia; que a gente possa ensinar espanhol, ensinar inglês, ensinar matemática; que a gente possa ter uma imensa atividade cultural. Se vai ter meio ponto de audiência ou zero não me interessa, o que interessa é que tem uma opção para quem quiser ter acesso a uma coisa de muita profundidade [...] Como nós não queremos competir, nós só queremos somar, nós só queremos criar oportunidade para que, do Oiapoque ao Chuí, as pessoas possam ver coisas. E também um programa jornalístico. Eu sonho grande, eu sonho com uma coisa quase 24 horas por dia, não sei se a gente vai conseguir construir. E que não seja uma coisa “chapa branca”, porque a “chapa branca” parece bom, mas enche o saco. Gente puxando o saco não dá certo. Nós temos que fazer uma coisa séria, não é uma coisa para falar bem do governo ou para falar mal do governo, é uma coisa para informar. A informação tal como ela é, sem pintar de cor-de-rosa, mas também sem pichá-la. É isso que nós vamos querer. [...]

Foi a partir do segundo mandato do presidente Lula e com sucessivas transferências de paternidade que foi retomada a terceira etapa da discussão iniciada anos antes pelo Ministério da Cultura, que passou a dividir o protagonismo dos debates com a Secretaria de Comunicação da Presidência da República. A proposta elaborada nas etapas anteriores foi, então, apresentada no seminário nacional, aberto à participação da sociedade, que reuniu cerca de 500 participantes de vários segmentos sociais: produtores culturais, cineastas, jornalistas e comunicadores, produtores independentes, ativistas, acadêmicos e telespectadores. Hélio Costa não compareceu ao Fórum, numa demonstração de que o assunto já não fazia mais parte da sua alçada.

O principal documento produzido pelo Fórum, a *Carta de Brasília*, serviu como de referência para estruturar a Medida Provisória que deu origem à nova empresa

---

<sup>51</sup> LULA DA SILVA, L. I. **Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse dos novos Ministros de Estado.** (Transcrição). Biblioteca. Presidência da República, 29 mar. 2007. Disponível em: <[www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/29-03-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-posse-de-novos-ministros-de-estado/view](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/29-03-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-posse-de-novos-ministros-de-estado/view)>. Acesso em: 10 jul. 2016.

pública de comunicação e sua respectiva emissora de televisão. Além de conceituar a TV Pública como uma estrutura independente do mercado e do governo, a *Carta de Brasília* também defendeu a necessidade de expressão "das diversidades de gênero, étnico-racial, cultural e social brasileiras, promovendo o diálogo entre as múltiplas identidades do País" e a criação de uma instância de controle social para definição dos conteúdos da nova emissora, defendendo que as "diretrizes de gestão, programação e fiscalização dessa programação da TV Pública devem ser atribuição de órgão colegiado deliberativo, representativo da sociedade, no qual o Estado ou o governo não devem ter maioria" (FÓRUM NACIONAL DE TVS PÚBLICAS, 2007)<sup>52</sup>. Essa estrutura aparece na lei de criação da EBC sob o nome de "Conselho Curador", cujos critérios de composição também foram tema de intensos debates quando da aprovação da lei de criação da EBC pelo Congresso Nacional, como se verá mais à frente.

No Congresso Nacional, a MP ficou sob a relatoria do deputado Walter Pinheiro (PT-BA) e contou com firme resistência da oposição. O Partido dos Democratas (DEM) chegou a entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, questionando a decisão do governo de enviar ao Congresso uma medida provisória e não um projeto de lei, sob o argumento de que não havia justificativa de relevância e urgência na proposta. Por um lado, o *lobby* dos empresários de comunicação – muitos dos quais também eram parlamentares<sup>53</sup> – atuou para limitar as fontes de financiamento das emissoras públicas, por meio dos mecanismos que restringiam os anúncios à "publicidade institucional" e ao "apoio cultural". Por outro lado, o relator incluiu no texto um importante instrumento de financiamento ao projeto: a transferência, para a EBC, de 10% dos valores pagos pelas empresas de telecomunicações ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), criando assim a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP). A MP foi aprovada pela Câmara dos Deputados no dia 19 de fevereiro de 2008 por 336 votos a favor, 103 contrários e três abstenções. No Senado Federal, onde o governo contava com uma base aliada menor, o texto foi aprovado em votação simbólica na

---

<sup>52</sup> FÓRUM NACIONAL DE TVS PÚBLICAS. Carta de Brasília (Manifesto pela TV Pública independente e democrática). **Carta Maior**, 11 mai. 2007. Disponível em: <[www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Leia-na-integra-a-Carta-de-Brasilia/5/13076](http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Leia-na-integra-a-Carta-de-Brasilia/5/13076)>. Acesso em: 27 fev. 2015

<sup>53</sup> Levantamento do projeto "Donos da Mídia", do Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (Epcom) mostra que, em 2008, 271 políticos no Brasil eram sócios ou diretores de 324 veículos de comunicação. Desse total, 20 desses proprietários eram senadores e 48, deputados federais. A propriedade de veículos de comunicação por outorga pública por parte de políticos é vedada pela constituição, apesar de aparecerem como sócio proprietários das empresas (Dados disponíveis em <<http://donosdamidia.com.br/inicial>>, acesso em 1 de abril de 2015).

madrugada do dia 12 de março, quando deveria expirar a validade da MP, depois de uma manobra do líder do governo na casa, Romero Jucá (PMDB-RR). A única mudança feita ao texto da lei foi o compromisso de veto, por parte do governo, do Artigo 31 que autorizava à EBC os direitos de transmissão de eventos esportivos que contassem com equipes brasileiras, caso as emissoras privadas detentoras do direito de transmissão decidissem não transmitir os eventos.

O texto aprovado manteve o princípio de autonomia da empresa em relação ao governo federal para definir produção, programação e distribuição do conteúdo no sistema público de radiodifusão. Mas, não garantiu essa autonomia do ponto de vista organizativo e institucional. Além da subordinação direta da empresa à Secretaria de Comunicação da Presidência da República, os critérios para a escolha dos representantes da sociedade civil no Conselho Curador são fonte que fragilizam a autonomia da empresa, uma vez que o texto aprovado dá à Presidência da República a prerrogativa de nomear os integrantes do Conselho Curador, apesar de garantir o processo de consultas públicas para a escolha dos conselheiros. O governo federal também é responsável por indicar – além do Conselho Curador – a diretoria executiva da EBC e conta com a participação de três ministros no Conselho de Administração da empresa, que também é formado pela própria diretoria executiva e um representante dos trabalhadores<sup>54</sup>.

Com a lei que criou a EBC já aprovada, pode-se dizer que foi possível avançar na discussão sobre as diferenças entre comunicação pública, privada e estatal. A noção da curadoria de conteúdos como prerrogativa da sociedade civil, representada no Conselho Curador, ajudou a tornar mais claras as diferenças entre comunicação de governo (controlada diretamente pelos poderes do Estado) e a comunicação pública (muito mais complexa e ampla e, principalmente, não limitada às agendas governamentais).

Apesar de ter sido derrubada a proposta defendida pelo setor privado, a consolidação do conceito de comunicação pública ainda enfrenta dificuldades: para

---

<sup>54</sup> A participação de trabalhadores na gestão de empresas – sejam privadas ou públicas – é um instrumento previsto no Artigo 7º da Constituição, mas nunca assumiu grande expressão no contexto brasileiro. Em 2010, a lei 12.353 instituiu a participação de empregados nos conselhos de administração de empresas públicas e sociedades de economia mista, nas quais a União detenha conselho acionário direta ou indiretamente. A regulamentação da lei foi feita por meio de portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em março de 2011, determinando um prazo de seis meses para que as empresas se adequassem à regra. No entanto, até setembro de 2014, depois de sucessivos atrasos na condução do processo de escolha do representante e seu suplente e, mesmo depois da eleição, nem representante nem suplente haviam sido empossados no cargo.

garantir a base de apoio necessária à aprovação da lei, foi preciso que a EBC incorporasse, em suas funções, a transmissão de ações do governo, o que era realizado pela Radiobrás. Com isso, além de cuidar da TV Brasil, de caráter público, a EBC assume também a tarefa de colocar no ar a TV NBR, do poder Executivo. Essa proximidade entre as duas funções também é fonte de controvérsia por dificultar a definição de fronteiras mais claras entre o campo público e o campo estatal.

Some-se a isso a subordinação institucional da recém-criada EBC à Secretaria de Comunicação de governo, justamente a instância responsável por zelar pela imagem do governo junto à opinião pública, ou seja, uma tarefa claramente em conflito com o papel de uma empresa de comunicação que precisa de autonomia e independência para cumprir sua função. Esse detalhes – que podem passar despercebidos ao olhar distraído de muitas pessoas –, operam nas estruturas sistema público de comunicação ainda em formação, como rachaduras por onde se infiltram algumas práticas tradicionais de corrosão da sociedade brasileira.

O Público no Brasil não se constitui historicamente como espaço – de ação, de desfrute e de representação – do interesse comum. O público foi historicamente aprisionado nas rédeas do interesse privado, seja ele do governo, seja ele do setor comercial e privado. O Estado de Direito, nos alerta Raymundo Faoro, não se instalou no Brasil, ou se instala apenas enquanto farsa. Direitos há, mas apenas para que a oligarquia, que mantém o poder da burocracia estatal sob controle, possa atender seus interesses de minoria econômica, hegemônica e dominante. De acordo com Faoro, o pensamento neoliberal “modernizante” instalado no Brasil na década de 1990 reproduz, com diferentes matizes, o mesmo patrimonialismo praticado pelas oligarquias rurais do período de formação da república (FAORO, 1993). Tal pensamento, na verdade, de modernizante só tem o verniz, já que participação popular é algo a ser anulado ou tolhido e a defesa da “redução” do estado na prática se transforma em redução de políticas para a distribuição de renda, a distribuição de direitos e a venda do patrimônio do estado em benefício de interesses particulares.

Quando no poder, o Partido dos Trabalhadores até consegue mobilizar alguma oposição a essa lógica do patrimonialismo oligárquico, mas ao vincular no poder estatal toda a perspectiva de representação do interesse público, acaba-se por fragilizar a possibilidade de representação e de construção de um espaço público genuíno.

No caso da EBC, as restrições à sua autonomia dão pistas de que a construção de uma democracia baseada em uma comunicação pública não seria tão radical quanto

anunciado. Com isso, o governo que sofreu pressões de uma comunicação dominada por oligarquias, perde a oportunidade de lançar as sementes para fazer prosperar o espírito de participação da sociedade no campo da comunicação.

Perder essa oportunidade, especialmente no campo da comunicação e em um governo que é apontado como de centro-esquerda, vem constatar a prática do que já alertava Jesus Barbero-Martin ao lembrar que o popular não costuma ser lembrado seja à direita, que prefere encarar essa massa como algo a se temer ou algo a se manipular, seja à esquerda, que a encara como ferramenta de legitimação de decisões tomadas em esferas mais restritas (BARBERO-MARTIN, 2009)<sup>55</sup>.

#### **1.4 A estrutura da EBC**

A estrutura organizacional da EBC foi detalhada pela lei 11.652/2008 que determinou seu vínculo à Secretaria de Comunicação (Secom) da Presidência da República (porém, sem subordinação direta) e a composição e os papéis de cada uma das instâncias de administração, quais sejam: um Conselho de Administração, uma Diretoria Executiva, um Conselho Fiscal e um Conselho Curador. Em toda essa estrutura é marcante o papel e a representação do governo.

O Conselho de Administração, responsável pela gestão administrativa e financeira da EBC, é formado por:

- um presidente, indicado pelo Ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República;
- dois conselheiros, indicados pelo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Ministro das Comunicações;
- o Diretor-Presidente da EBC;
- um conselheiro, indicado conforme o estatuto da empresa e que, a partir da lei 12.353/2010 (que determinou a participação de trabalhadores nos Conselhos de Administração das empresas públicas), passou a ser um representante eleito pelos trabalhadores. No caso da EBC, essa vaga só veio a ser ocupada a partir de fevereiro de 2015.

O Conselho Fiscal, responsável pela fiscalização orçamentária e financeira, é formado basicamente por um representante do Tesouro Nacional, uma vez que não existem sócios minoritários na EBC.

---

<sup>55</sup> BARBERO-MARTIN, J. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

Já a formação do Conselho Curador, responsável pela gestão dos conteúdos, conta com a participação minoritária do governo, mas, como se verá mais à frente, a nomeação desses conselheiros é feita pela Presidência da República, permanecendo um processo controverso e sujeito a críticas da sociedade civil organizada.

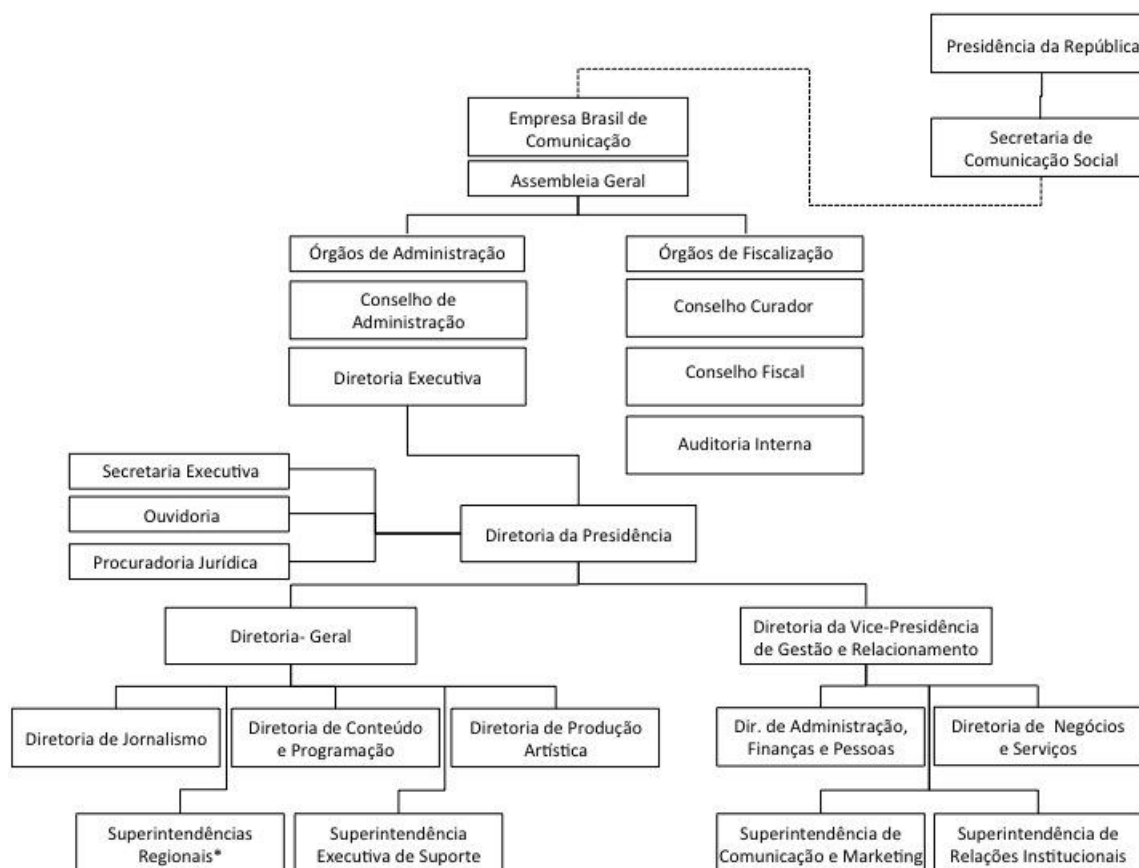
A Diretoria Executiva, responsável por administrar a EBC em seu cotidiano, é formada por um Diretor-Presidente e um Diretor-Geral, ambos nomeados pela Presidência da República, e até seis diretores nomeados pela própria Diretoria Executiva. Enquanto o Diretor-Presidente fica responsável pelos processos administrativos da empresa, relações com emissoras parceiras, interface com parlamentares e outras instituições, cabe à Diretoria Geral a operacionalização da produção de conteúdos e a distribuição do sinal das emissoras da EBC.

Essa estrutura de duplo comando – que estabeleceu uma subordinação apenas teórica, mas não prática, entre o Diretor-Presidente e o Diretor-Geral, uma vez que ambos os cargos são de livre nomeação pela Presidência da República – está organizada de forma complexa envolvendo diretorias, gerências, superintendências, assessorias e coordenações, o que resulta em uma empresa que, em 2015, contava com 429 cargos de diferentes níveis de chefia que se distribuíam nas cidades onde a empresa tem sede: 297 deles em Brasília (DF), 88 no Rio de Janeiro (RJ), 34 em São Paulo (SP) e 10 em São Luiz (MA)<sup>56</sup>. Esses chefes coordenavam cerca de 1.500 funcionários com contratos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que ingressaram na empresa por meio de concurso público ou tiveram seus contratos transferidos da antiga Radiobrás para a EBC.

Trata-se de uma estrutura grande e complexa que é expressa no Regimento Interno. Esse documento – desde 2007 até março de 2015 já foram feitas 12 versões – lançava mão de 36 páginas para representar todo o organograma da empresa. Uma tentativa de simplificação dessa extensa rede de comando é expressa no organograma a seguir.

---

<sup>56</sup> CONSAD. Regimento Interno EBC (Deliberação nº 089 de 10 dez. 2014). O CONSAD é o Conselho Administrativo da EBC e o responsável pela gestão orçamentária, financeira e administrativa da empresa.

**Figura 5.** Organograma da EBC

Fonte: Adaptado do Regimento Interno EBC (Deliberação do CONSAD nº 089 de 10 dez. 2014)

São jornalistas, cinegrafistas, iluminadores, técnicos de áudio, publicitários, administradores, advogados, engenheiros e várias outras categorias profissionais responsáveis por levar ao ar a programação dos veículos de comunicação da EBC na televisão, no rádio e na internet, conforme o quadro a seguir:

**Figura 6.** Veículos de Comunicação e Serviço da Empresa Brasileira de Comunicação – EBC. 2014

Veículos de Comunicação		Cidade (Região de Cobertura)
Rádios	MEC FM – 98,9 MHz	Rio de Janeiro (RJ)
	MEC AM - 800 KHz	
	Nacional do RJ AM – 1130 KHz	
	Nacional FM – 96,1 MHz	Distrito Federal (DF)
	MEC AM – 800 KHz	
	Nacional de Brasília AM – 980 KHz	
	Nacional do Alto Solimões FM – 96,1 MHz	Tabatinga (AM)

(continua)

(continua)

	Nacional do Alto Solimões AM – 670 KHz	
	Nacional da Amazônia OC – 11.780 KHz	Amazônia (NO)
TV Brasil	Canal 2 – Analógico	Rio de Janeiro (RJ)
	Canal 32 – Analógico	
	Canal 41 – Digital	
	Canal 2 – Analógico	Distrito Federal (DF)
	Canal 15 – Digital	
	Canal 62 – Analógico	São Paulo (SP)
	Canal 63 – Digital	
	Canal 2 – Analógico	São Luis (MA)
TV Brasil - Repetidoras	Canal 44	Cabo Frio (RJ)
	Canal 47	Campo dos Goytacazes (RJ)
	Canal 9	Macaé (RJ)
	Canal 65 – Digital	Belo Horizonte (MG)
	Canal 51	Juiz de Fora (MG)
	Canal 19	Tabatinga (AM)
	Canal 65 – Digital	Porto Alegre (RS)
TV Brasil - Internacional	Operadoras de canais por assinatura	África América Latina Canadá Estados Unidos Japão Portugal
Internet	Portal EBC (Disponível em: < <a href="http://www.ebc.com.br">www.ebc.com.br</a> >, acesso em: 13 jul. 2016)	
	Agência Brasil (Disponível em: < <a href="http://agenciabrasil.ebc.com.br/">http://agenciabrasil.ebc.com.br/</a> >, acesso em: 13 jul. 2016)	
	Radioagência Nacional (Disponível em: < <a href="http://radioagencianacional.ebc.com.br/">http://radioagencianacional.ebc.com.br/</a> >, acesso em: 13 jul. 2016)	
Prestação de Serviço	TV NBR	Operadoras de canais por assinatura
	Voz do Brasil	Brasil (Nacional)

Fonte: Portal EBC. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

### **1.5 A noção de rede nacional e o desafio da integração do campo público**

Mais do que criar a TV Brasil, a lei 11.652/2008 atribuiu à nova empresa de comunicação a tarefa de coordenar a formação de uma Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP), por meio de acordos de cooperação e colaboração com empresas de radiodifusão do campo público. A articulação de uma rede nacional de emissoras de televisão não comerciais é um dos maiores desafios do projeto de criação da EBC. O cenário das emissoras de televisão não comerciais brasileiro é um campo complexo que reúne emissoras de canais abertos e fechados, com diferentes modelos de gestão e de financiamento: as emissoras universitárias, os canais legislativos, as TVs educativas estaduais, os canais comunitários.

Para compreender a complexidade desse campo vale um breve resgate histórico da formação das emissoras de televisão do campo público e a construção da noção de “rede nacional”. Historicamente, considera-se que a televisão estreia no Brasil em 1950, pelas mãos de Assis Chateaubriand, com a TV Tupi; nas décadas de 1960 e 1970 ela ganha impulso. Essas foram duas décadas marcadas pelo ideal de modernização da sociedade brasileira e pelo desejo de integração nacional, anseios fortemente alimentados pelos governos militares que se instalaram no país depois do Golpe de 1964. Os meios de comunicação, especialmente a recém-chegada televisão, foram tratados como estratégicos tanto para colocar em andamento o projeto de integração nacional quanto para a demanda por modernização da sociedade brasileira.

Em 1965, é fundada a estatal Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) para estruturar um sistema nacional de telecomunicações. Em 1974, já estava garantida toda a estrutura de rede de micro-ondas e de satélites que permitiu interligar as emissoras de televisão, que até então atuavam isoladamente e passaram a atuar em rede. Essa estrutura foi aproveitada pelas emissoras de radiodifusão, em especial a Rede Globo, emissora de maior audiência no Brasil, para unificar sua programação e centralizar os ganhos com a venda de espaço publicitário, tornando-os cada vez mais caros, ao mesmo tempo em que divulgava padrões de comportamentos e valores que atendiam aos interesses do regime ditatorial.

A noção brasileira de rede de televisão, aparentemente baseada em financiamento privado – com programação uniformizada, de abrangência nacional e produzida a partir dos grandes centros urbanos da região sudeste do País (no jargão da radiodifusão as “cabeças de rede”) – de fato é resultado de uma decisão de governo e contou com fortes investimentos públicos. Apenas as regiões mais distantes dos

“cabeças de rede”, menos povoadas (e, por isso, com interesse comercial reduzido), como parte da região amazônica, ficariam fora do sistema de rede. Nesse caso, os serviços de radiodifusão ficaram sob a responsabilidade da radiodifusão pública. Essa noção de rede nacional que atende ao modelo da “cabeça de rede”, define a linha editorial e fornece a programação para as emissoras locais (as quais atuam como retransmissoras dos grandes conglomerados de mídia) é uma lógica a ser superada por uma empresa pública de comunicação que, para coordenar uma rede, precisa se relacionar com outras emissoras pelos princípios de colaboração mútua, não pelo método da subordinação. Esse desafio se coloca ainda maior frente a um campo público que reúne emissoras com missões, estruturas e modelos de gestão e financiamento completamente distintos uma das outras, mas com algumas características em comum: estruturas sucateadas ao longo dos anos e parcas fontes de recursos que dependem dos interesses do governo local.

As diferentes emissoras que vão compor o campo público foram sendo implantadas paralelamente ao desenvolvimento da radiodifusão privada. O primeiro impulso para o surgimento delas teve como pilar o ideal de modernização da sociedade brasileira, o que passava por metas de alfabetização e escolarização das populações residentes longe dos grandes centros urbanos do Sudeste brasileiro. A radiodifusão pública surgiu para atender às demandas educacionais. Não é por acaso que ainda hoje o campo público é marcado pelas TVEs, as televisões educativas.

Em 1964, o Ministério da Educação obteve do Conselho Nacional de Telecomunicação (CONTEL) a reserva de 48 canais de VHF e 50 de UHF para emissoras exclusivamente educativas. A primeira emissora a se estruturar para ocupar esse espaço no espectro foi a TV Universitária de Pernambuco, que entrou no ar em 1967, com a missão de promover a alfabetização à distância no estado. Entre 1967 e 1974 foram criadas outras nove emissoras: a TVE do Amazonas, a TVE do Ceará, a TVE do Espírito Santo, a TVE do Maranhão, a TVE do Rio Grande do Sul, a TV Universitária de Pernambuco (todas subordinadas às Secretarias de Educação de seus respectivos estados); a TV Cultura de São Paulo (vinculada à Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo); a TVE do Rio de Janeiro e a TV Universitária do Rio Grande do Norte (ambas vinculadas ao Ministério da Educação). Apesar de independentes entre si, com diferentes formatos de gestão e financiamento, o conteúdo dessas emissoras era marcado pelo caráter pedagógico, norteados por uma política de implantação de ensino à distância por meio da radiodifusão. Em 1972, com a criação do Programa Nacional de

Teleducação (Prontel), tornou-se explícita a primeira tentativa de articulação em rede das emissoras educativas. Criado pelo Ministério da Educação, o Prontel tinha como objetivo “a integração em âmbito nacional, das atividades didáticas e educativas através do Rádio, Televisão e outros meios, de forma articulada com a Política Nacional de Educação” (BRASIL, 1972)<sup>57</sup>.

Em 1975, é publicada a lei 6.301 que permite à União criar a Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás), implantada no ano seguinte, e ganhou corpo outro formato de emissora pública. Com a gestão centralizada do Poder Executivo federal, com composição acionária de, no mínimo, 51% das ações controladas pela União (na prática, a União era a única acionista). Em relação ao conteúdo, a Radiobrás ampliava o escopo para além do caráter educativo, incluindo a recreação, mas sobretudo, a informação como missão do novo sistema. Outra característica da Radiobrás é que sua estrutura, principalmente a radiofônica, foi organizada de forma a alcançar regiões distantes dos grandes centros urbanos do país, especialmente as fronteiras e a região amazônica, levando informação às populações que não eram atendidas pelas emissoras privadas. Essa característica – que foi marcante na função da Radiobrás, associada à fragilidade financeira e de gestão das emissoras educativas é chamada por Jonas Valente (VALENTE, 2009, p. 52)<sup>58</sup> de “complementaridade marginal”.

Enquanto as grandes redes de comunicação privadas vão se fortalecendo ao longo dos anos – fazendo minguar inclusive as emissoras regionais privadas que não conseguiam competir com a captação de verbas publicitárias das emissoras que atuavam em rede –, as estruturas das emissoras públicas vão sendo abandonadas e sucateadas ao longo do tempo. Essas emissoras chegam à década de 1990 quase em completa insolvência, sobrevivendo com orçamentos pífios, sem autonomia editorial e dificuldade de capacidade de produção de conteúdos. Raras são as exceções que conseguiram extrapolar esse cenário, como a TV Cultura de São Paulo que, ao longo dos anos 1980-1990, desloca sua programação do educativo para o cultural, passa a lançar mão de critérios de audiência para definição da grade e a fornecer conteúdo para outras emissoras do campo educativo. No entanto, mesmo a TV Cultura que costuma ser

---

<sup>57</sup> BRASIL. **Decreto 70.066 de 26 de janeiro de 1972.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Teleducação (Prontel) e dá outras providências. Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70066-26-janeiro-1972-418579-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70066-26-janeiro-1972-418579-publicacaooriginal-1-pe.html)>. Acesso em: 14 jul. 2016.

<sup>58</sup> VALENTE, J. **TV Pública no Brasil.** A criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira (2009). Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Brasília, 2009, p. 52.

apontada como referência de emissora do campo público, é um exemplo da área sombreada na qual se insere a comunicação pública. Apesar do prestígio, não raro, a programação da emissora mostra a dependência editorial de seu conteúdo ao governo de São Paulo ao qual está submetida<sup>59</sup>.

Um terceiro momento na formação do campo público se dará com a aprovação da lei 8.977/1995, conhecida como “Lei do Cabo”, que regulamentou os canais por assinatura e trouxe novos elementos para o setor. A lei da televisão a cabo é considerada uma exceção na tradição de regulamentação da comunicação no Brasil. Ela não apenas submeteu as autorizações da exploração do cabo ao Conselho de Comunicação Social, como garantiu seis canais gratuitos disponíveis para todos os assinantes do serviço: um canal para a Câmara dos Deputados, um para o Senado Federal, um de responsabilidade da Câmara de Vereadores e da Assembleia Legislativa, um para as universidades, um educativo-cultural a ser operado pelos órgãos estatais federal, estaduais e municipais e um para organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. Com base na “Lei do Cabo”, surgem a TV Câmara, a TV Senado e a TV NBR (essa última inicialmente estava sob responsabilidade da Radiobrás, foi posteriormente transferida para EBC que passou a ser responsável pela programação da emissora em uma relação de prestação de serviço ao Poder Executivo federal). Esse período foi chamado por Brittos (1999)<sup>60</sup> como o da “multiplicidade de oferta”. O que não muda no cenário da multiplicidade é que as novas emissoras legislativas, universitárias e comunitárias continuam com dificuldades orçamentárias para montar sua programação. Além disso, esses novos atores públicos vivem a contradição de, apesar de públicos, ficarem restritos aos grupos que podem pagar pela assinatura do canal à cabo.

Mas a mera existência dessas emissoras nos serviços por assinatura foi fundamental para dois processos:

a) organizadas em forma de associações, elas ajudaram a dar corpo à discussão do 1º Fórum Brasileiro de TVs Públicas,

---

<sup>59</sup> Em artigo no *Observatório da Imprensa*, de 11 set. 2009, Eugênio Bucci, ex-presidente da Radiobrás e membro do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta, relata e critica a interrupção da programação da emissora para inserção de *flashes* com o discurso do então governador de São Paulo, José Serra, o que ele chamou de “um capítulo infeliz, atípico nos costumes da TV Cultura.”. In: BUCCI, E. A TV pública não é do governo. **Observatório da Imprensa**, ed. 554, de 11 set. 2009 (Disponível em: <[www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a\\_tv\\_publica\\_nao\\_e\\_do\\_governo](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a_tv_publica_nao_e_do_governo)>. Acesso em: 14 jul. 2016.

<sup>60</sup> BRITTOS, Valério. A participação do Estado no mercado de TV por assinatura. 1999. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/brittos-valerio-estado-tv-assinatura.pdf>>, acesso em 27/11/2013.

b) pelo fato de existirem nos canais por assinatura, ficou explícita a necessidade de que passassem a contar também com espaço no espectro no processo de implantação da TV Digital, fazendo cumprir assim o que determina a Constituição Federal<sup>61</sup>.

## **1.6 A cobertura da TV Brasil por meio da Rede Nacional de Comunicação Pública - RNCP**

É por meio da parceria com as emissoras parceiras que a TV Brasil amplia a cobertura de sua programação. O processo de intercâmbio de conteúdos inclui algumas condições, como a garantia de transmissão ao vivo e em rede, pelas emissoras parceiras, do jornal *Repórter Brasil Noite*, o carro-chefe do jornalismo da TV Brasil, que vai ao ar de segunda-feira a sábado, às 21:00. Quanto ao restante da programação – por exemplo, programas infantis, de entrevistas, religiosos e culturais –, fica a critério das emissoras parceiras sua inclusão ou não na grade.

A construção da rede de emissoras parceiras teve início concomitantemente à estreia da TV Brasil. Segundo o *Relatório de Atividades – Nov-2007/Dez-2008* da Empresa Brasil de Comunicação, “em maio, o telejornal Repórter Brasil, lançado em dezembro de 2007, já alcançava 19 estados através das emissoras associadas”<sup>62</sup>.

A cobertura da programação da TV Brasil segue por altos e baixos, ora com maior adesão, ora com o abandono de emissoras parceiras. Mas, segundo balanço apresentado no *Plano de Trabalho EBC 2015*, em 2014 o conteúdo produzido pela TV Brasil alcançou, por meio de canais próprios ou das emissoras parceiras, 3.580 municípios, que representam 64% das cidades brasileiras onde vivem 163.112.374 pessoas, ou 85% da população do país. O alcance era garantido por 55 geradoras e 728

<sup>61</sup> A estreia do sistema de TV Digital no Brasil também aconteceu no dia 2 de dezembro de 2007, simultaneamente à estreia da TV Brasil. A primeira cidade a contar com a transmissão digital foi a cidade de São Paulo. Para a implantação da televisão digital no Brasil ficou definido que o espectro dos 700 mega-hertz, que corresponde aos canais 52 ao 69, seria destinado às emissoras públicas. Esse foi considerado um passo importante para tirar do papel o princípio da complementaridade de sistemas previsto na Constituição de 1988. No entanto, a disputa pelo espectro continua em plena marcha e, a partir de 2010, as emissoras públicas passam a enfrentar um novo concorrente privado: as empresas de telecomunicações. Em 2014, por decisão do Ministério das Comunicações, o espectro dos 700 mega-hertz foi leiloado para a implantação do sistema de internet móvel 4G. Na prática, o chamado vagão das emissoras públicas deixou de existir antes mesmo que fosse implantado. Apenas as emissoras que já estavam em funcionamento no momento da venda conseguiram “brigar” para serem realocadas no espectro da radiodifusão. Com a venda, o Governo Federal arrecadou R\$ 9,92 bilhões que, no entanto, resultou sensivelmente menor com a negociação, pois foram destinados R\$ 3,6 bilhões apenas para a “limpeza da faixa” (nome dado ao processo de realocação das emissoras públicas já em funcionamento em outras frequências).

<sup>62</sup> EBC-EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. *Relatório de Atividades – Nov-2007/Dez-2008*. Disponível em: [http://memoria.ebc.com.br/portal/sites/ebc/files/EBC\\_relatorio\\_de\\_atividades\\_2007\\_2008\\_0.pdf](http://memoria.ebc.com.br/portal/sites/ebc/files/EBC_relatorio_de_atividades_2007_2008_0.pdf). Acesso em: 15 abr. 2015.

retransmissoras de TV, além da transmissão para os assinantes de canais fechados e por antena parabólica. Além dos canais próprios, outras 46 emissoras parceiras integravam a rede em 2014, expressas conforme a figura a seguir:

**Figura 7.** Geradoras parceiras da Rede Nacional de Comunicação Pública de Televisões. 2014

<b>Região</b>	<b>UF</b>	<b>Cidade</b>	<b>Geradora</b>
CENTRO-OESTE	GO	Goiânia	TV UFG (Universidade de Goiás)
	MS	Campo Grande	TV Brasil Pantanal
	MT	Cuiabá	TV Universitária (Universidade Federal de Mato Grosso)
NORDESTE	AL	Maceió	TVE Alagoas
	BA	Salvador	TVE Bahia
	CE	Fortaleza	TV Ceará
	PB	João Pessoa	TV UFPB (TV da Universidade da Paraíba)
	PE	Caruaru	TV Pernambuco (EPC – Empresa Pernambuco de Comunicação)
		Recife	TVU de Recife (Universidade Federal de Pernambuco)
	PI	Teresina	TV Antares
	RN	Natal	TV Universitária (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
SE	Aracaju	TV Aperipê	
NORTE	AC	Rio Branco	TVE do Acre
	AM	Manaus	TV Cultura do Amazonas
	PA	Belém	TV Cultura do Pará
	RR	Roraima	TV URR (Universidade Federal de Roraima)
	TO	Palmas	TV Palmas
SUDESTE	ES	Vitória	TVE do Espírito Santo
	MG	Andradas	TV Andradas
		Belo Horizonte	Rede Minas
		Unaí	TV Rio Preto
	SP	Bertioga	TV Costa Norte
		Birigui*	TV Birigui
		Botucatu	TV Serrana de Botucatu
Cruzeiro*		TVZ	

(Continua)

(Continua)

		Ibitinga*	TV Cidade de Ibitinga
		Itu	TV Nova Convenção
		Jundiaí	TV Rede Paulista
		Matão	TVM
		Mogi das Cruzes	TVT
		Mogi Guaçu	TV Vale de Mogi Guaçu
		Ribeirão Preto	TV Thathi
		Rio Claro	TV Claret
		Santos	TV Unisantos
		São Carlos	TVE São Carlos
		São José dos Campos	TV Reeducar
		Sertãozinho	STVZ
		Tupi Paulista*	TV Tupi Paulista
		Votuporanga	TV Unifev (Universidade Federal de Votuporanga)
		Andradina	SRC TV
		Bauru	TV Unesp
SUL	PR	Curitiba	TVE Paraná
		Francisco Beltrão	TV Beltrão
	RS	Porto Alegre	TVE Rio Grande do Sul
	SC	Araranguá	AR TV
		Florianópolis	TV UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina)
TOTAL DE GERADORAS PARCEIRAS = 46			

Fonte: EBC/Rede. CONSELHO CURADOR – EBC RESOLUÇÃO Nº 02/2015. **Dispõe sobre a aprovação do Plano de Trabalho 2015 da EBC.** Disponível em:

<[www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/resolucao\\_02\\_2015\\_-\\_aprovacao\\_do\\_plano\\_de\\_trabalho\\_2015\\_com\\_o\\_plano.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/resolucao_02_2015_-_aprovacao_do_plano_de_trabalho_2015_com_o_plano.pdf)>. Acesso em: 14 jul. 2016.

\* Serviço de RTV com protocolo do Ministério das Comunicações para migrar para TV.

### 1.7 A autonomia financeira como garantia do caráter público

A lei de criação da EBC definiu que a empresa é uma estatal de capital fechado na qual a União deve ser detentora de, no mínimo, 51% de suas ações nominativas (que nomeiam a propriedade da empresa). Apesar de estar considerada a possibilidade de abertura a novos sócios, na prática, a União detém 100% das ações. A lei também definiu diferentes fontes de receita para manutenção das atividades da empresa com o

objetivo garantir a autonomia financeira da instituição. Relatório da Unesco que mapeou os atores no campo da comunicação no Brasil fez a seguinte descrição da EBC e suas emissoras (MENDEL; SALOMON, 2011, p. 51)<sup>63</sup>:

A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) é a radiodifusora considerada pública de caráter nacional [...] e detém cerca de 2% da audiência geral de televisão e, segundo seu site oficial, teve, em 2008, um orçamento de cerca de R\$ 343 milhões (aproximadamente US\$ 200 milhões), grande parte financiada por fontes públicas. A EBC não pode anunciar bens e serviços de empresas privadas, apesar de poder fazer propaganda de órgãos públicos.

Sustentabilidade financeira é um ponto que costuma ser apresentado como crucial para a consolidação de sistemas públicos de comunicação. No sistema britânico, por exemplo, a British Broadcasting Corporation (BBC), capta recursos diretamente de uma taxa cobrada de todo cidadão que possui um aparelho de televisão em casa. Anúncios publicitários, de qualquer que seja o anunciante, são proibidos. O objetivo é evitar a subordinação da gestão do conteúdo da empresa aos departamentos de *marketing* e publicidade, por onde entram os recursos e, portanto, as demandas dos próprios anunciantes.

As discussões travadas no processo de criação da EBC também colocaram a autonomia financeira como um dos pilares da Comunicação Pública, em geral, e da TV Brasil, em específico. Essa autonomia deveria ser garantida pela composição de recursos, prioritariamente públicos, por meio de fundos não-contingenciáveis. A lógica presente na recomendação é simples de ser compreendida. Com a autonomia financeira, seria possível evitar o estrangulamento do projeto devido a corte de receitas por parte do Governo Federal, caso algum conteúdo ou posição editorial viesse a desagradar aos governantes.

Garantir a sustentabilidade seria um dos passos necessários para a autonomia editorial que pode ajudar a concretizar uma comunicação efetivamente pública. Dessa maneira, a empresa não precisaria reproduzir a lógica da comunicação comercial e, ao mesmo tempo, poderia romper com a tradição de sucateamento do campo público, cenário apontado nas discussões do 1º Fórum de TVs Públicas e que apresenta como

---

<sup>63</sup> MENDEL, T.; SALOMON, E. **O ambiente regulatório para a radiodifusão: uma pesquisa de melhores práticas para os atores-chave brasileiros**. Brasília: Unesco, 2011. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001916/191622por.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

solução a criação de um fundo público que pudesse garantir a sustentabilidade financeira (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2006, p. 41)<sup>64</sup>:

Evidente que a televisão pública não pode resistir à penúria financeira em que se encontra em todo o território nacional. Assim, um sistema estável de financiamento por parte da sociedade, incluindo dotações públicas federais, estaduais e mesmo municipais, torna-se indispensável. A adoção de taxas sobre venda de aparelhos de televisão, adotadas em outros países, como a Inglaterra, obteve pouca receptividade junto à opinião pública nacional. Podemos optar pela criação de um fundo que possibilite a formação de uma rede de produção de programas educativos, culturais, informativos e infantis.

As características defendidas pelos participantes do Fórum estão presentes na lei de criação da EBC que definiu, em seu Artigo 11º, entre outras, as seguintes fontes de receita da EBC:

- recursos do Orçamento da União;
- prestação de serviços de comunicação para entidades públicas ou privadas;
- doações de pessoas físicas ou jurídicas;
- publicidade institucional de entidades públicas ou privadas, apoios culturais; e
- a garantia de no mínimo 75% do montante arrecadado pela Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP).

Essa variedade de fontes de recursos deveria garantir a sustentabilidade da EBC sem subordiná-la necessariamente a nenhuma dela, mas o maior diferencial da lei de criação da EBC foi inaugurar um conceito de financiamento que a tornaria autônoma financeiramente com a criação da CFRP.

Os recursos que formam a CFRP são uma pequena parte, apenas 5%<sup>65</sup>, dos recursos pagos pelas empresas de telecomunicações ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), um polpudo fundo que, de 1997 até 2015, segundo o Tribunal de Contas da União, arrecadou R\$ 82,3 bilhões<sup>66</sup>. Desse montante, a EBC

<sup>64</sup> MINISTÉRIO DA CULTURA. **Caderno de Debates**. 1º Fórum Nacional de TVs Públicas. Diagnóstico do Campo Público de Televisão. Ministério da Cultura: Brasília, 2006, p. 41.

<sup>65</sup> A lei de criação da EBC não explicita o montante do Fistel destinado à CFRP. Esse cálculo foi realizado com base nas tabelas de “Valores da Taxa de Fiscalização da Instalação por Estação”, anexada à lei que criou o Fistel (Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5070.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5070.htm)>, acesso em: 07 jul. 2016) e a tabela “Valores da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública”, anexada à lei de criação da EBC (Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111652.htm#art34](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111652.htm#art34)>, acesso em: 07 jul. 2016).

<sup>66</sup> TCU. Valor informado em apresentação do ministro do Tribunal de Contas da União, Bruno Dantas, do relatório sistêmico de fiscalização de infraestrutura de telecomunicações (FISC Telecomunicações), em 21 de jan. 2016. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-apresenta-relatorio-sistemico-do-setor-de-telecomunicacoes.htm>>. Acesso em: 07 jul. 2016.

deveria ter recebido, a partir de 2009 até março de 2016, quase R\$ 2 bilhões<sup>67</sup>. Esses recursos nunca chegaram à EBC, uma vez que as empresas de telefonia contestaram judicialmente o repasse da verba, inclusive valendo-se de contestação, de tal forma que os recursos depositados em juízo não podem ser utilizados pela EBC.

No entanto, por demonstrar uma frágil percepção sobre a importância da política de obtenção de recursos antes apoiada pelo próprio Governo, ainda mais grave que a contestação das empresas de telefonia foi o contingenciamento dos recursos. Em 2014, três operadoras de telefonia – Oi, Tim e Claro – resolveram fazer o pagamento da CFRP diretamente para a EBC (apesar de manterem a ação judicial). No entanto, os recursos foram contingenciados pelo Governo Federal. Em junho de 2016, o montante de recursos bloqueados alcançava R\$ 783,5 milhões<sup>68</sup>.

Se executada a liberação dos recursos, essa inovação trazida pela lei da EBC vai representar avanços não só para o sistema EBC, mas para todo o sistema público e estatal. Além de destinar 75% dos recursos do fundo para a própria EBC e de garantir a remuneração de 2,5% do valor do fundo para a administradora, a Anatel, o restante dos recursos deveria abastecer emissoras comunitárias, universitárias e as estatais, como a TV Câmara e a TV Senado. Mas, como parece ser uma praxe no campo da comunicação, o repasse para as outras empresas públicas e estatais ainda carece de regulamentação.

Na prática, desde que foi criada, e apesar da numerosa previsão de fontes de recursos, a EBC não conseguiu concretizar sua autonomia financeira. O que se vê no detalhamento anual do orçamento da EBC é ainda uma forte dependência dos repasses governamentais. Como exemplo, em 2014, as receitas da EBC totalizaram R\$ 604,22 milhões; destes, R\$ 511 milhões foram oriundos do Orçamento Geral da União, já considerando o contingenciamento de R\$ 27 milhões<sup>69</sup>, e somados a esses um aporte de R\$ 93,22 milhões a partir das seguintes atividades<sup>70</sup>:

1) a prestação de serviços de radiodifusão para a Presidência da República, por meio da manutenção da TV NBR (canal de TV a cabo responsável por veicular as ações do governo, do qual a EBC é responsável pela produção e pela programação da

---

<sup>67</sup> EBC. Valor informado pela EBC em junho de 2016. Disponível em:

[www.ebc.com.br/institucional/sobre-a-ebc/noticias/2016/06/nota-sobre-suposto-deficit-da-ebc-citado-no-recurso-da-agu-ao-stf](http://www.ebc.com.br/institucional/sobre-a-ebc/noticias/2016/06/nota-sobre-suposto-deficit-da-ebc-citado-no-recurso-da-agu-ao-stf). Acesso em: 07 jul. de 2016.

<sup>68</sup> Idem, ibidem.

<sup>69</sup> EBC. Plano de Trabalho 2015. Conselho Curador. Versão aprovada em: 16 jan. 2015. [Documento não publicado]. Acesso obtido por meio da pesquisa documental junto ao Conselho Curador da EBC.

<sup>70</sup> EBC. Plano de Trabalho 2015. Aprovado pelo CONSAD em 25 fev. 2015. [Documento não publicado.] Acesso obtido por meio da pesquisa documental junto ao Conselho Curador da EBC.

emissora) e a produção do conteúdo que alimenta os primeiros 25 minutos da *Voz do Brasil*, programa radiofônico que, desde 1934, vai ao ar em todas as emissoras de rádio do país<sup>71</sup> a partir das 19 horas e que transmite conteúdos dos poderes Executivos, Legislativo e Judiciário. Por essas atividades, a EBC foi remunerada em R\$ 48,02 milhões;

2) prestação de serviços por meio da publicidade legal, ou seja, a publicação em jornais de grande circulação de anúncios oficiais, como editais, convocatórias e comunicados de ministérios e autarquias, que são mediados pela EBC, cumprindo um papel semelhante ao das agências de publicidade. Em 2014, essa atividade significou um aporte de R\$ 22,08 milhões para a EBC;

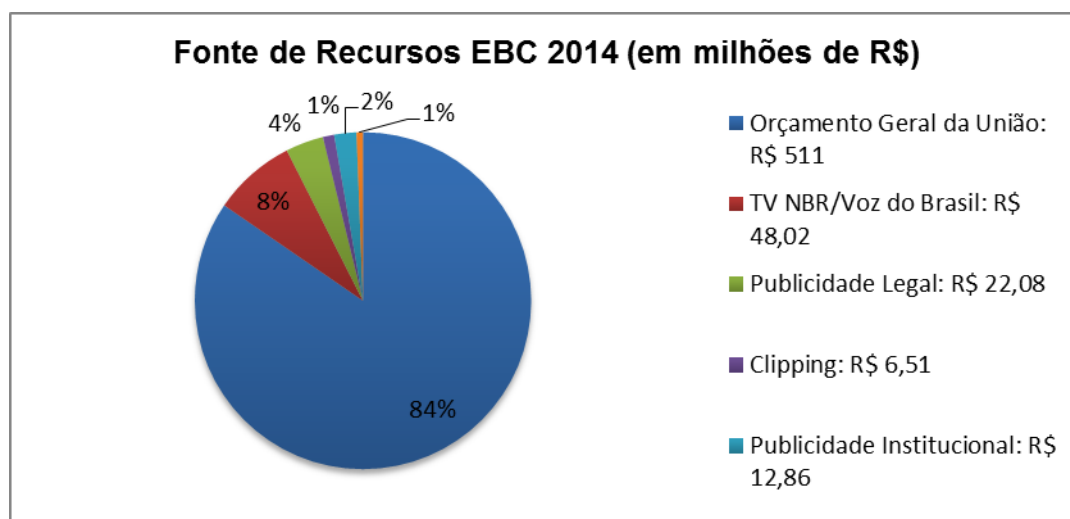
3) a veiculação de publicidade institucional nos veículos da EBC, especialmente de empresas estatais, como a Petrobrás, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Por esses anúncios, a EBC captou R\$ 12,86 milhões;

4) o serviço de *clipping* de jornais impressos e eletrônicos e que tem como principal produto um volumoso caderno de recortes de jornal, chamado *Mídia Impressa*, produzido diariamente e que se faz presente, principalmente, nos gabinetes da Esplanada dos Ministérios. Essa atividade garantiu um aporte de R\$ 6,51 milhões;

5) outros serviços, como o licenciamento de obras e produtos garantiram R\$ 3,75 milhões ao orçamento da empresa em 2014.

O volume de recursos e as diferentes fontes de financiamento que compõem o orçamento da EBC são demonstrados no gráfico a seguir.

**Figura 8**



Fonte: EBC. Plano de Trabalho 2015.

<sup>71</sup> Exceto nas emissoras que, por liminar judicial, garantiram o direito de veicular o programa em horários distintos, como é o caso da Rádio Jovem Pan de São Paulo.

Os dados mostram a profunda dependência de recursos que envolvem a decisão do governo. Somando o Orçamento da União e os serviços prestados ao Governo Federal (TV NBR, *Voz do Brasil*, o serviço de *clipping* e a publicidade legal) alcança-se o montante de R\$ 587,61 milhões que correspondem a 97% das receitas da EBC. Isso sem levar em consideração que a maior parte dos anúncios institucionais e apoios culturais que ajudam a reforçar o caixa da empresa tem origem em empresas estatais.

Essa composição vai ao encontro da ideia de que a comunicação pública necessita de investimento público para poder existir. No entanto, como se pode perceber pela composição do orçamento, o modelo de sustentação financeira não está protegido de cortes no orçamento por parte do Governo Federal. A ausência da CFRP nessa composição financeira é um problema que salta aos olhos. A dificuldade de acesso a esses recursos ajuda a compreender os desafios para a consolidação de um sistema público de comunicação financeiramente autônomo.

A continuidade desse processo mostra que o acesso aos recursos não depende apenas da decisão judicial ou da compreensão das empresas de telefonia. A simples regulamentação da CFRP poderia ter garantido o acesso aos recursos que caberiam a toda a comunicação pública, desvinculando os recursos que, até o momento, ainda eram depositados em uma Conta Única da União, ou seja, recursos do Tesouro Nacional, sujeitos à aprovação no Congresso Nacional e ao contingenciamento do Governo (MARIONI, 2013)<sup>72</sup>:

O desafio agora é fazer com que esse dinheiro chegue até a empresa. Para ter acesso ao dinheiro liberado, a EBC tem ainda que negociar com o governo, pois o dinheiro estava sendo depositado em conta única. Defensores da democratização da comunicação e da comunicação pública temem que esse dinheiro seja subtraído para a aplicação em outras finalidades (como o provável buraco sem fim do pagamento da dívida pública).

A regulamentação desse processo caberia unicamente ao Ministério das Comunicações. A proposta que não foi consolidada durante o governo que deu apoio à criação de um sistema público de comunicação corria o risco, no contexto político e econômico instalado no país a partir de maio de 2016, de ser completamente esquecida.

---

<sup>72</sup> MARIONI, B. Por autonomia financeira, EBC luta por recursos públicos. **Intervozes/Carta Capital**, 13 dez. 2013. Disponível em: <[www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/ebc-luta-por-recursos-publicos-que-garantam-autonomia-financeira-6777.html](http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/ebc-luta-por-recursos-publicos-que-garantam-autonomia-financeira-6777.html)>. Acesso em: 05 mar. 2015.

## Capítulo 2 O Conselho Curador como instância de legitimação da representação

O vídeo de estreia da TV Brasil (EBC, 2007)<sup>73</sup> fazia um convite explícito à participação do cidadão e colocava, sobre o Conselho Curador, a responsabilidade de representar a sociedade brasileira junto ao sistema que se formava naquele momento. Essa estrutura é apresentada como a fiadora do caráter público da nova emissora de televisão e todos os outros veículos da EBC. Para isso, essa estrutura teria o poder, inclusive, de demitir os gestores da empresa. O filme institucional coloca a participação social como um pilar básico da estrutura que pretende ter a “cara do Brasil” (EBC, 2007, 03:04 min)<sup>74</sup>:

Um Conselho Curador em que 15 entre 20 membros serão representantes da sociedade brasileira e de sua diversidade, regional, social e de pensamento, vai fiscalizar o nosso trabalho e a observância das finalidades da TV Pública. Esse conselho terá poderes inclusive para destituir diretores da TV Brasil.

Entre as pretensões e a prática da representação há uma distância que precisa ser percorrida na EBC. Compreender como se deu a implantação desse Conselho, que posteriormente seria protagonista da discussão sobre a diversidade religiosa, ajuda a compreender os dilemas e os obstáculos encontrados no projeto de construir espaços de representação.

### 2.1 A formação do Conselho Curador

Em abril de 2007 – cerca de um mês antes do 1º Fórum Nacional de TVs Públicas, que deu origem à *Carta de Brasília* –, o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, determinou a formação de um grupo de trabalho interministerial responsável pela redação da Medida Provisória que daria origem à EBC. Representantes da Casa Civil, do Ministério da Cultura, da Secretaria de Comunicação, do Ministério da Educação e um representante do Ministério das Comunicações integravam o grupo. Também participaram desse grupo os profissionais de comunicação que mais tarde integrariam o corpo funcional da EBC, como os jornalistas Eduardo Castro, Florestan Fernandes Júnior e José Roberto Garcez, presidente interino da Radiobrás, e Laurindo

<sup>73</sup> EBC (acervo). Vídeo de estreia da TV Brasil, 02 dez. 2007. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=rGOIRNYGHik](http://www.youtube.com/watch?v=rGOIRNYGHik)>. Acesso em: 10 fev. 2015.

<sup>74</sup> EBC (acervo). Vídeo de estreia da TV Brasil, 02 dez. 2007, 03:04 min. Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=rGOIRNYGHik](http://www.youtube.com/watch?v=rGOIRNYGHik)>. Acesso em: 10 fev. 2015.

Leal Filho, professor da Escola de Comunicação e Artes da USP, que seria, em seguida, o primeiro Ouvidor da EBC (COSTA, 2007)<sup>75</sup>.

Foi esse grupo que definiu o nome da nova emissora de televisão – TV Brasil – e discutiu os diferentes modelos de gestão e de financiamento da empresa. Durante os encontros, o grupo chegou ao consenso de que o conteúdo editorial da comunicação pública deveria ser gerido por um conselho formado em sua maioria por representantes da sociedade, ideia que também era defendida na *Carta de Brasília*.

No entanto, não foi consenso a definição de critérios para a escolha desses "representantes". Uma divergência instalada tanto internamente no grupo de trabalho quanto externamente na relação entre o grupo e a sociedade civil organizada. De um lado, estava a proposta defendida por Franklin Martins, de que a nomeação dessas pessoas deveria ser feita diretamente pela Presidência da República, sem consulta pública, tendo como critério a experiência e o prestígio de cada indivíduo em sua área de atuação na sociedade. Do outro lado, estava a proposta de Laurindo Leal Filho, de que a nomeação deveria ser feita pela Presidência da República com base em processos de consulta à sociedade tendo como referência a definição dos perfis desejados para composição do Conselho (LEAL FILHO apud VALENTE, 2009, p. 125)<sup>76</sup>:

“Minha proposta final foi que deveria ter parte indicada pela sociedade a partir de um perfil desejado: compromisso com serviço público, história na comunicação eletrônica etc. Minha ideia era ter este perfil e aí sim solicitar às entidades da área para indicar”

Apesar dos protestos da sociedade civil que, por meio de notas e de debates públicos, se colocou em defesa da proposta de Leal Filho, o texto enviado ao Congresso Nacional manteve a redação do processo defendido pelo ministro Franklin Martins. O texto original previa a implantação de um Conselho com 20 integrantes, sendo quatro ministros de estado, um representante dos trabalhadores da EBC e 15 “personalidades da sociedade civil”, indicadas e nomeadas pela Presidência da República.

No Congresso Nacional, a estruturação do Conselho Curador tornou-se fonte de disputas e a discussão sobre critérios e representações agitou a base aliada do governo que se queixou de não ter sido convidada a participar do grupo. O líder do Partido da

---

<sup>75</sup> Costa, Henrique. Executivo deve indicar conselho e diretoria. Observatório do Direito à Comunicação. 24/07/2007. Disponível em: <<http://fndc.org.br/clipping/executivo-deve-indicar-conselho-e-diretoria-169368/>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

<sup>76</sup> VALENTE, J. **TV Pública no Brasil**. A criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira. 2009. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

República (PR) na Câmara, Luciano Castro (RR), questionou a condução do processo: “Se a TV é pública, deve ter participação do Congresso, que representa o povo. Ninguém está falando em maioria, mas também queremos participar das decisões” (CASTRO apud FRANCO, 2007)<sup>77</sup>. A reivindicação não agradou ao governo que, por sua vez, admitiu “ceder para que a medida provisória que cria a emissora seja votada ainda este ano” (CASTRO apud FRANCO, 2007)<sup>78</sup>. Foi isso o que aconteceu. O governo cedeu e o Conselho Curador passou a contar com 22 integrantes: somaram-se ao grupo um representante do Senado e outro da Câmara dos Deputados.

Já a garantia de participação popular, por meio de consultas mais amplas à sociedade, continuou fora da agenda. A resistência à proposta de consulta popular para a formação desse lugar de representação é bastante simbólica. Por um lado, alimenta a reflexão, já apresentada, de que a noção de espaço público não se consolidou na sociedade brasileira. Por outro lado, a defesa de processos discricionários parece ser tomada a partir de um aspecto contingencial: o de estar no governo e poder determinar seus interlocutores na sociedade. No entanto, não se considera que essa contingência é temporal e que a consolidação de processos mais amplos e efetivos de participação social seria ferramenta imprescindível para perenizar o caráter público da empresa de comunicação através do tempo e imune às mudanças de contingências, como a troca de governo.

Os movimentos sociais continuaram criticando a posição defendida pelo governo. Durante audiência pública realizada pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, em 28 de julho de 2007, ou seja, apenas dois dias após o governo divulgar os nomes que viriam compor o Conselho Curador, o representante do Coletivo Intervenções de Comunicação, Jonas Valente, questionou a fragilidade institucional à qual estaria submetida a EBC se mantidos os critérios discricionários, atrelados exclusivamente ao Palácio do Planalto (VALENTE apud CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2007)<sup>79</sup>:

---

<sup>77</sup> FRANCO, B. M. et all. Aliados querem indicar para conselho da TV Pública. **O Globo/Agência Brasil**, 29 nov. 2007. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/brasil/aliados-querem-indicar-para-conselho-da-tv-publica-646217.html>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

<sup>78</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>79</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. NT 28.11.07 MP 398/07 TV Pública. Câmara dos Deputados, Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cctci/Eventos/2007/notas-taquigraficas-2007/nt-28-11-07-mp-398-07-tv-publica>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

“Qual foi o critério para a escolha dos nomes? Onde se deu o debate sobre esses nomes? Por que eles foram escolhidos? Onde a população pode opinar sobre quais são os nomes? [...] Qual o sentido de uma televisão pública em que o público não participa? Corremos o sério risco de reproduzir um modelo muito mais estatal do que público, como se vem constituindo hoje no Brasil”.

A pressão levou a uma vitória parcial da sociedade civil. Com a aprovação da lei de criação da EBC, foi determinado que a primeira composição do Conselho Curador seria definida diretamente pela Presidência da República e, uma vez instalado, o próprio Conselho ficaria responsável por definir os critérios que ditariam os futuros processos sucessórios. Foi determinado também pela lei que essa definição de critérios deveria ser feita com base em consultas públicas.

A lei aprovada fez uma única exigência em relação aos conselheiros representantes da sociedade civil: “cada uma das regiões do Brasil deverá ser representada por pelo menos 1 (um) conselheiro”. O texto também estabeleceu restrições para a indicação dos integrantes do grupo, por exemplo, seriam vetadas: pessoas que ocupassem cargos eletivos no momento da indicação para o grupo, como senadores e deputados e prefeitos; quaisquer pessoas com parentesco com membros da diretoria da empresa e funcionários do Poder Executivo de qualquer esfera (municipal, estadual ou federal); que ocupassem cargos de livre provimento. Por último, a lei proibiu também a participação, no Conselho, de pessoas indicadas por integrantes de partidos políticos ou de “instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais ou confessionais” (BRASIL, 2008)<sup>80</sup>.

O texto final manteve, ainda, a prerrogativa do Conselho Curador de ser a única instância habilitada a demitir o presidente da EBC, considerando-se também que tamanho poder só poderia ser exercido frente a um forte consenso do grupo. Para demitir o presidente ou qualquer outro diretor da empresa é necessário obter maioria plena, ou seja, 75% dos votos dos integrantes do Conselho para aprovar o chamado “voto de desconfiança”. A demissão só se concretiza se o gestor receber dois votos de desconfiança em duas sessões diferentes, em um intervalo superior a um mês e inferior a um ano.

---

<sup>80</sup> BRASIL. **Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008**. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República/Casa Civil, 2008. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11652.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11652.htm)>. Acesso em: 26 fev. 2015.

A prerrogativa foi apresentada como uma ferramenta fundamental para garantir a autonomia editorial da empresa de comunicação e a clara subordinação de seus gestores à sociedade brasileira, e não ao Poder Executivo. De fato, a decisão poderia não apenas tirar do governo os poderes sobre a EBC, mas também ajudar a apartar a influência de grupos sociais hegemônicos, como o mercado, dependendo dos critérios de escolha dos conselheiros. E, nesse ponto, reside a contradição, o hiato criado entre o princípio que garantiu ao Conselho a prerrogativa de manter diretores e as manobras para torná-la inócua a partir do controle do governo sobre os processos instituídos no âmbito do Conselho. Desde que foi instalado, o Conselho Curador não colocou em pauta qualquer voto de desconfiança<sup>81</sup>.

Com as tarefas de representar a sociedade brasileira (mas sem a obrigatoriedade de estabelecer pontes com essa mesma sociedade) e zelar pela diversidade e pelo caráter público de toda a EBC, garantindo que os conteúdos nela produzidos atendam aos princípios estabelecidos em lei, são nomeados os primeiros membros do Conselho Curador. O decreto é publicado em 3 de dezembro de 2007, meses antes da aprovação da Medida Provisória que criava a EBC e, portanto, ainda sem os representantes do Congresso Nacional no Conselho.

O decreto assinado pelo então presidente Lula traz a lista com os nomes qualificados por Franklin Martins como notáveis. De fato, a lista trazia pessoas de destaque no cenário político e cultural brasileiro: ativistas, acadêmicos, políticos e artistas e produtores culturais. Notáveis que deveriam zelar por narrativas que costumam ser tratadas como invisíveis na sociedade brasileira. Mas há que se reconhecer que, apesar da nomeação discricionária, houve o cuidado de garantir nomes de segmentos sociais minoritários, como negros e indígenas. Eis a primeira composição do Conselho Curador da EBC:

---

<sup>81</sup> Desde 2007, quando foi criada a EBC, e o mês de julho de 2016, quando essa pesquisa foi concluída, cinco jornalistas passaram pela presidência da EBC: Teresa Cruvinel, de 2007 a 2010; Nelson Breve, de 2010 a agosto de 2015; Américo Martins, que sucedeu Nelson Breve, mas pediu demissão em fevereiro de 2016, por não concordar com as interferências realizadas pela Secretaria de Comunicação Social em sua gestão; Ricardo Melo, nomeado pela presidenta Dilma Rousseff em 3 de maio de 2016 e demitido pelo presidente em exercício Michel Temer (apesar de essa demissão ir contra a lei de criação da EBC); Laerte Rimoli, nomeado por Michel Temer em 20 de maio de 2016. Como a nomeação de Rimoli contradiz o que determina a lei, ele não chega a ser reconhecido pelo Conselho Curador como presidente da empresa. De fato, por decisão liminar, o Supremo Tribunal Federal devolve a presidência da EBC a Ricardo Melo em 3 de junho de 2016. Teoricamente, o mandato de Ricardo Melo deve durar até junho de 2020.

- Luiz Gonzaga Belluzzo, presidente do Conselho Curador. Economista, sócio-proprietário da revista *Carta Capital*, ex-chefe da Secretaria Especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda;
- Ângela Gutierrez, empresária e empreendedora cultural;
- Cláudio Lembo, advogado e professor universitário, ex-governador de São Paulo;
- Delfim Netto, economista, ex-ministro e deputado federal;
- Ima Vieira, diretora do Museu Paraense Emílio Goeldi;
- Isaac Pinhanta, professor indígena da tribo dos Ashaninka (AC);
- José Bonifácio de Oliveira Sobrinho (Boni), empresário e ex-diretor de programação da Rede Globo;
- José Martins, engenheiro mecânico e empresário, presidente da Marcopolo, montadora de ônibus;
- José Paulo Cavalcanti Filho, ex-secretário-executivo do Ministério da Justiça e ex-presidente da Empresa Brasileira de Notícias<sup>82</sup>;
- Lúcia Willadino Braga, diretora da Rede Sarah de Hospitais;
- Luiz Edson Fachin, especialista em Direito de Família e nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal em 2015;
- Maria da Penha Maia, ativista pelos direitos das mulheres e inspiradora da Lei Maria da Penha;
- MV Bill, cantor de *rap* e ativista político;
- Rosa Magalhães, carnavalesca e artista plástica;
- Wanderley Guilherme dos Santos, pró-reitor de Análise e Prospectiva da Universidade Cândido Mendes.

A única ausência dessa lista é a do representante dos trabalhadores da empresa que, apesar de estar previsto na Medida Provisória e ter sido mantido na lei 11.652,

---

<sup>82</sup> A Empresa Brasileira de Notícias (EBN), criada em 1979, no governo do presidente João Batista Figueiredo, foi a empresa que sucedeu a Agência Nacional, criada no governo de Getúlio Vargas. Ela aparece na genealogia da EBC por ter sido incorporada à Radiobrás em 1988, que por sua vez foi incorporada definitivamente à EBC em junho de 2008.

somente seria nomeado mais de um ano depois de ter início as atividades do Conselho, em março de 2009, após um processo eleitoral que indicou como representante dos funcionários o jornalista Lourival Macedo.

Apesar de inaugurar com fragilidades em relação à sua capacidade de representação, estruturas como o Conselho Curador são relativamente raras no campo da comunicação pública no Brasil. Além da EBC, apenas outras três emissoras públicas contam com um Conselho que abre espaços para representantes da sociedade civil. Um deles, o da Empresa Pernambuco de Comunicação (EPC), fundada em 2013 e que incorpora a antiga TV Caruaru, mirou-se na EBC para constituir seu próprio Conselho de Administração, com tarefas e composição similares ao Conselho Curador da EBC.

Já o conselho mais antigo e mais conhecido é o da TV Cultura de São Paulo, formado por 47 membros, entre representantes de universidades, institutos de pesquisa, entidades culturais, trabalhadores da instituição gestora – a Fundação Padre Anchieta (FPA) –, funcionários e representantes dos poderes Legislativo e Executivo. Mas os critérios de escolha dos conselheiros da TV Cultura tornam a instância fechada em si mesma, com pouca capacidade de alternância, subordinadas ao governo do estado e contando, inclusive com cadeiras vitalícias (MOYSÉS; COSTA, 2007)<sup>83</sup>:

O Conselho Curador da FPA, que elege a direção da instituição, é formado por 23 membros eletivos representantes da sociedade civil, 20 membros natos representantes de instituições públicas e privadas, três membros vitalícios e um representante dos funcionários. Todos têm o mesmo poder de voto nas eleições sucessórias. São os membros natos e vitalícios – a maioria indicada direta ou indiretamente pelo Governo do Estado – que elegem os representantes da sociedade civil (a maioria entre os membros natos, portanto, garante maioria no conjunto do conselho). Assim, o que deveria ser um conselho autônomo, na prática é uma extensão, mesmo que difusa, do pensamento do Palácio dos Bandeirantes e de sua tradicional maioria na Assembleia Legislativa.

Na EBC, a primeira reunião do Conselho aconteceu em 14 de dezembro de 2007, no Rio de Janeiro, na sede da antiga TVE<sup>84</sup> (já incorporada à TV Brasil) e contou

---

<sup>83</sup> MOYSÉS, D. e COSTA, H. Eleições revelam influência do Governador na Padre Anchieta, 02 mai. 2007. **Observatório da Comunicação**. Disponível em: <[www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?=18279](http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?=18279)>. Acesso em: 14 jul. 2016

<sup>84</sup> A Medida Provisória 398, que criou a EBC previa que a empresa teria “sede e foro na cidade do Rio de Janeiro e escritório central em Brasília”. Com as negociações para a aprovação da medida provisória no Congresso Nacional, foi definido que a sede seria em Brasília: “[...] decisão que mediava os vários interesses, mantendo a produção de conteúdo para as emissoras da EBC nas duas cidades e, adicionalmente, permitindo que outras localidades também fossem contempladas com centros de produção”. (MIOLA, Edna, 2012). Depois dessa primeira reunião no Rio de Janeiro, em 2007, o Conselho Curador só voltou a fazer um encontro na cidade em junho de 2010.

com a presença de quase todos os integrantes. Depois desse, os encontros do grupo seriam marcados por um crescente esvaziamento. O deputado e economista Delfim Neto, por exemplo, nunca compareceu a qualquer reunião do Conselho; Wanderley Guilherme dos Santos compareceu apenas à primeira reunião, assim como a carnavalesca Rosa Magalhães; já o jurista e futuro ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Edson Fachin, marcou presença em apenas dois encontros.

A reunião de março de 2009, por exemplo, foi realizada com a presença de seis dos 20 integrantes do Conselho. Na reunião do dia 11 de agosto de 2009, no décimo encontro do pleno de conselheiros, é discutida a saída do presidente do Conselho, Luiz Gonzaga Belluzzo, que dias antes havia anunciado – pelos jornais – a decisão de deixar a função por estar sobrecarregado de trabalho. Nesse momento e dessa forma, ficava explícita a falta de articulação do Conselho e a dificuldade de encaminhamento das discussões. A reunião foi aberta com a escolha de um presidente interino, lugar assumido pelo empresário Antônio Martins, presidente da Marcopolo, mas quem orienta a discussão, de fato, é o ministro Franklin Martins (REUNIÃO, 2009, p. 12)<sup>85</sup>:

[...] considero que não dá para continuar do jeito que está, quer dizer, aprova-se uma pauta, designam-se responsáveis, saíram dois conselheiros daqui para apresentar um relatório e isso não está na pauta? Entende? [...] Eu proponho, Presidente, que esse seja o primeiro ponto da pauta. Acho que não tem nenhuma restrição política, nem nada, é só bagunça. Agora, como falou muito bem a conselheira, tem de botar ordem na casa, porque está demais.

Na sequência, o ministro Franklin Martins segue conduzindo a agenda da discussão e apresenta o segundo ponto da pauta: justamente a saída do presidente do Conselho (REUNIÃO, 2009, p. 13)<sup>86</sup>:

A segunda coisa é relativo à demissão, ao afastamento, sei lá o nome que se dá, do Presidente Belluzzo. Eu, igualmente a vocês, soube pelos jornais. Não recebi um telefonema que seja e esperava encontrar o conselheiro aqui e formalmente ele iria entregar e explicar.

Com a ausência dos primeiros conselheiros, outros nomes foram indicados pelo Governo Federal para uma nova composição do grupo. Os nomes, em geral, propostos

---

<sup>85</sup> REUNIÃO do Conselho Curador da EBC, 11 ago. 2009, p. 12. Transcrição de nota taquigráfica. Disponível em: <[www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt\\_10a\\_reuniao\\_cc.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt_10a_reuniao_cc.pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2016.

<sup>86</sup> REUNIÃO do Conselho Curador da EBC, 11 ago. 2009, p. 13. Transcrição de nota taquigráfica. Disponível em: <[www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt\\_10a\\_reuniao\\_cc.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt_10a_reuniao_cc.pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2016.

pelo ministro da Secretaria de Comunicação Social, eram submetidos aos integrantes presentes do Conselho Curador, aprovados pelo grupo e, por último, nomeados pela Presidência da República. Entram nesse processo, por exemplo: Jorge Rodrigues, presidente do grupo cultural Olodum, para substituir o *rap* MV Bill, que deixou o Conselho; e Murilo Ramos, professor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília e importante referência nas pesquisas sobre comunicação pública.

A metodologia de sucessão adotada nos dois primeiros anos de existência do Conselho Curador revela uma característica importante desse período de implantação da instância: o distanciamento entre o que era discutido entre os conselheiros e o cotidiano da empresa. As reuniões eram realizadas a portas fechadas, em salas alugadas para esse fim, e não na sede da empresa, sem divulgação das atas ou qualquer informe à sociedade.

A conduta do Conselho era alvo de críticas da sociedade civil organizada que cobrava critérios mais claros para o processo sucessório e mais transparência para as discussões travadas pelos integrantes do Conselho. Paulatinamente, essas demandas vão sendo incorporadas à agenda do Conselho Curador. Dezoito meses depois de sua instalação, foi realizada a primeira audiência pública do Conselho para a discussão da TV Brasil e a instância se expõe às críticas. Posteriormente, vê-se pressionado a garantir agilidade e mais subsídios para as discussões que são travadas pelo coletivo e é criada uma Secretaria Executiva, órgão que passa a apoiar o Conselho. Quem assume esse lugar, ainda em 2009, é Diogo Moysés, um ativista pela democratização da comunicação e integrante do *Intervozes*, grupo atuante na discussão que deu origem à EBC.

As mudanças que parecem, em um primeiro momento, meramente administrativas, na verdade, dão lugar a alterações estruturais. A partir de 2009, não apenas as atas das reuniões passam a ser divulgadas pela internet, mas também as transcrições das reuniões são tornadas públicas. Posteriormente, o Conselho passaria a transmitir suas reuniões pela internet. O grupo, paulatinamente, foi criando novas formas de organização para condução de temas mais árduos. Em 2010, surgem as Câmaras Temáticas, onde conselheiros com maior afinidade a determinado tema poderiam se debruçar mais profundamente sobre eles e construir propostas mais elaboradas e de maneira mais ágil. Subgrupos de trabalho como a Câmara Infanto-Juvenil, a de Jornalismo, a de Cidadania e Direitos Humanos e a Câmara de Educação,

Cultura, Ciência e Meio Ambiente, que assumiu justamente o debate da Diversidade Religiosa.

As mudanças também impactam o processo sucessório do Conselho. A primeira consulta à sociedade civil para a substituição de conselheiros aconteceu em março de 2010. Essa primeira experiência, baseada na indicação de nomes para integrar o Conselho por parte de instituições da sociedade civil voltou a ser adotada outras duas vezes, com algumas variações nas regras. Em todos os momentos, houve críticas da sociedade civil à interferência do governo no processo de escolha dos nomes que deveriam representar a sociedade civil, como a escolha do Governo Federal de nomear um representante cuja indicação havia sido feita por uma única entidade, em detrimento de nomes que haviam obtido um maior apoio por parte da sociedade civil organizada.

Com base nas críticas, são definidas alterações nos editais de consulta à sociedade civil que contribuem para aprimorar o formato de escolha, como a definição antecipada de perfis a serem substituídos, e a definição de critérios de equidade de gênero, de raça e de segmento social. São essas mudanças que levam ao fortalecimento das pessoas com representação de bases no âmbito do Conselho Curador. Em 2016, pela primeira vez, o Conselho elege uma representante indicada pela sociedade civil para a presidência do Conselho, Rita Freire, feminista e ativista pela democratização da comunicação.

Apesar dos avanços, em 2016, os critérios para definição dos integrantes do Conselho Curador continuava sendo tema de discussão no terceiro processo de escolha dos representantes da sociedade civil (AUDIÊNCIA PÚBLICA, 2016)<sup>87</sup>:

Foram três processos de renovação, ao longo desses três processos foram feitas modificações e aprimoramentos. Mas nós, da sociedade civil, e principalmente das entidades que participam do FNDC e do Barão de Itararé, compreendemos que tem um elemento que para nós é bastante problemático no processo de eleição que é o filtro posterior promovido pelo Conselho a partir das indicações feitas pela Sociedade Civil. Todos os processos houve indicações. Entidades dos movimentos sociais se inscreveram para, à luz do que estava previsto nos editais, fazerem indicações, e posteriormente, o Conselho Curador fez uma análise dessas indicações e organizou listas tríplices rediscutindo e revalorizando as indicações que foram feitas. Então a gente teve [...] pessoas com indicação de uma única entidade acabaram sendo conduzidas para o Conselho em detrimento de pessoas que tiveram muito mais indicações [...].

---

<sup>87</sup> AUDIÊNCIA PÚBLICA do Conselho Curador da EBC em São Paulo. Modelo de escolha de novos integrantes, de 27 de janeiro de 2016. Publicado em: 03 fev. 2016 (degravação). Disponível em: <[www.youtube.com/watch?v=vRslfUX\\_GFo](http://www.youtube.com/watch?v=vRslfUX_GFo)>. Acesso em: 17 jul. 2016.

Em junho de 2016, quando essa dissertação já estava finalizada, o processo de escolha de cinco novos representantes da sociedade civil ainda estava em andamento. Concluído esse processo, os últimos remanescentes de notáveis do Conselho Curador já terão saído do grupo. As críticas que vinham sendo feitas pela sociedade civil organizada levaram o Conselho Curador a publicar um edital que não apenas definia o perfil de cada candidato para garantir a pluralidade da representação do Conselho Curador, mas também estabelecia outros critérios – por exemplo, número de indicações e diversidade das instituições de onde se originavam essas indicações – a fim de evitar processos hegemônicos por parte de organizações sociais de abrangência nacional, como as confederações sindicais, em detrimento de organizações regionais e representativas de segmentos específicos, como dos movimentos indígenas, cotas de etnias e de gênero. No entanto, o regime de lista tríplice e a submissão dessas indicações à Presidência da República para a definição final dos nomes que compõem o Conselho continuavam em vigor.

## **2.2 O Conselho começa a atuar: o Lobo entre amigos**

O primeiro momento de visibilidade dos atos do Conselho Curador foi a análise das denúncias feitas pelo jornalista Luiz Lobo ao ser demitido (abril de 2008) do cargo de editor-chefe do telejornal noturno da TV Brasil, o *Repórter Brasil*, pouco tempo depois da emissora entrar no ar. Este telejornal foi o único programa lançado pela emissora no momento de sua estreia<sup>88</sup>. Lobo deixou a emissora alegando que sua saída tinha sido provocada por ter resistido às intervenções editoriais do Palácio do Planalto. A denúncia do jornalista apontava para Jaqueline Paiva, diretora de telejornais da emissora, e para Nelson Breve, coordenador de imprensa da Secretaria de Comunicação da Presidência da República. O Conselho colheu os depoimentos de Lobo e de Jaqueline, ouviu a então diretora de jornalismo Helena Chagas e comparou as notícias veiculadas pela TV Brasil com a de outros telejornais.

O caso foi discutido na 5ª reunião do Conselho Curador, realizada em Brasília no dia 12 de agosto de 2008. A avaliação da comissão que apurou o conteúdo foi de

---

<sup>88</sup>A TV Brasil entrou no ar sem programação própria. Todas as produções que integravam a grade da emissora, à exceção do *Repórter Brasil*, eram atrações já exibidas nas grades das emissoras de origem, em especial a TVE do Rio de Janeiro. Entre os programas herdados estavam o evangélico *Reencontro* e os católicos *Palavras de Vida* e *Santa Missa*. Depois do *Repórter Brasil*, o segundo programa a entrar na grade foi o *Caminhos da Reportagem*, em maio de 2008.

que, se por um lado não era possível comprovar a interferência do Planalto no telejornal da emissora, por outro, era preciso inibir a contratação de pessoas ligadas à produção de conteúdo que tivessem vínculos familiares com qualquer participante ou profissional a serviço do Governo, como seria o caso de Jaqueline Paiva. O relatório elaborado pela comissão responsável por apurar o fato concluía com uma moção que deveria ser submetida ao pleno: “não deverão participar pessoas que, por cargos e relações, levem o público a admitir que o noticiário da emissora possa não ser isento” (V REUNIÃO, 2008, p. 9)<sup>89</sup>.

A discussão do relatório ocupou grande parte da reunião daquele dia. Os parâmetros adotados para balizar a discussão conduzem a uma reflexão sobre os desafios para a implantação de um novo modelo de comunicação, que seja capaz de construir novas narrativas e abrir espaço para novos pontos de vistas no cenário oligopolizado da comunicação no país. Para comprovar a ausência de condução por parte do governo o parâmetro adotado foi justamente a comparação com as emissoras comerciais. Como as reportagens ofereciam poucas variações em relação ao conteúdo veiculado por essas emissoras, foi possível comprovar a ausência de interferência, ao menos, do governo. Mas estratégia utilizada para a avaliação mostrou uma situação ainda mais grave e que foi expressa na apresentação do relator do processo, o ex-presidente da Empresa Brasileira de Notícias, José Paulo Cavalcanti Filho (V REUNIÃO, 2008, p. 5)<sup>90</sup>:

À comissão pareceu que melhor seria que o enfoque fosse [...] produzir um noticiário diferente dos outros, onde o tema político recebesse um pouco menos a atenção do que nas outras redes. Fica uma coisa meio pasteurizada, meio homogeneizada. Você sai pulando de um noticiário para outros e não percebe diferenças. Era melhor fazer, buscar um caminho próprio em que os telespectadores fossem estimulados a ver o noticiário, não porque ele fosse melhor do que os outros, mas que eles fossem diferentes.

Em relação à recomendação da comissão de que se fossem estabelecidos critérios mais rigorosos para a ocupação de cargos estratégicos da EBC, especialmente nas áreas ligadas à produção de conteúdo, mais uma vez foi o modelo das emissoras comerciais que foi recuperado para refutar a proposta apresentada de definição de critérios e restrições no regime de contratações de funcionários. Durante a discussão, a

<sup>89</sup> V REUNIÃO do Conselho Curador da EBC, 12 ago. 2008, p. 9. Transcrição de nota taquigráfica. Disponível em:

<[www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/degravacao\\_5a\\_reuniao\\_cc\\_ebc\\_0.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/degravacao_5a_reuniao_cc_ebc_0.pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2016.

<sup>90</sup> *Ibidem*, p. 5.

primeira pessoa a apresentar o argumento foi justamente o jornalista Franklin Martins, o então ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, com larga experiência nos veículos privados, especialmente nas empresas da Rede Globo (V REUNIÃO, 2008, p. 30)<sup>91</sup>:

O Globo, por exemplo, estabelecia: não pode trabalhar na redação marido e mulher, pai e filho, etc. Teve de voltar atrás, porque a vida era mais complexa. Você tem grandes profissionais que eram filho de alguém, hoje em dia está cheio de filho e de pai, e sem nenhum demérito, ninguém entrou pela janela, são bons profissionais, marido e mulher, até porque jornalista casa muito com jornalista e cria um certo problema, quer dizer, e aqui é o seguinte, se for do governo não pode, e se for de oposição pode? Repara como é complicado.

Ao trazer como referência a experiência de empresas privadas, o ministro deixa de atentar para a diferente natureza da empresa pública, esmaecendo os limites entre público e privado. O argumento parece ainda mais crítico ao lembrar que não se tratava simplesmente de relação de parentesco entre dois funcionários em diferentes órgãos do governo e, sim, ligados à mesma secretaria à qual a EBC está vinculada, justamente àquela da qual o ministro era o representante máximo.

Além de configurar o grau de hierarquia na relação profissional entre parentes, o que carrega características de nepotismo, é preciso lembrar que os dois cargos – tanto o de Nelson Breve quanto o de Jaqueline Paiva – eram cargos de confiança em posições estratégicas, lidando com a mesma matéria-prima (a informação), e com objetivos divergentes: o primeiro, responsável por gerenciar as informações disponibilizadas por todos os outros órgãos do governo, zelando para a imagem do governo como um todo; a segunda, cuidando do conteúdo produzido pela emissora que tinha como princípio justamente a autonomia em relação a esse mesmo governo. Essa situação, ainda que não pudesse ser comprovada a condução do conteúdo noticioso que vinha sendo produzido pela emissora, já teria peso suficiente para colocar em cheque a credibilidade da EBC.

Além de Franklin Martins, a diretora-presidente da empresa, Tereza Cruvinel, e a diretora de jornalismo, Helena Chagas (essas últimas duas participaram das reuniões sem direito a voto), apresentaram argumentos semelhantes e foram contrárias à aprovação da recomendação. A posição foi vitoriosa e a recomendação foi formulada restando à empresa o compromisso de elaborar um Manual de Condutas Éticas que ajudaria a definir critérios para a contratação de pessoal. A questão do nepotismo não

---

<sup>91</sup> *Ibidem*, p. 30.

voltou mais a ser tratado pelo pleno do Conselho, ao menos no que se refere às reuniões públicas e registradas nas atas do Conselho Curador e o referido manual nunca foi elaborado.

O que se destaca dessa discussão é que ela é um símbolo da relação de proximidade estabelecida entre a empresa de comunicação pública e a pasta do governo a qual ela estava vinculada e a qual não deveria ser subordinada, a Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Em 2011, Nelson Breve assumiu a presidência da EBC no lugar de Teresa Cruvinel. Nesse mesmo ano, Jaqueline Paiva deixou a EBC para compor a equipe da nova ministra da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, Helena Chagas, até então diretora de jornalismo da própria EBC, que assumiu o posto antes ocupado por Franklin Martins.

O caso de trocas entre funcionários da empresa de comunicação e a secretaria que cuida da imagem do governo não foi uma exceção. O trânsito de profissionais entre as duas áreas passou a fazer parte do cotidiano da EBC. Um processo que, durante uma das atividades do Conselho Curador, o conselheiro Murilo Ramos batizou como a “porta-giratória da EBC” (RAMOS, 2013)<sup>92</sup> :

Tem uma discussão que se faz no mundo do *lobby*, nos Estados Unidos, essa expressão vem de lá, que chama *revolving door*, porta giratória. O que quer dizer isso? [...] você fica girando, você sai do governo, vai para trás e tal. Eu trago isso para dentro do governo. [...] Você tem já mais ou menos 10 pessoas que saíram da Secom para a EBC, desde a posse do governo Dilma [...] quando você começa a ter essa endogenia entre Secom e EBC, você tem um problema [...] a porta giratória, ela vale para dentro, mas vale para fora também [...] eu tenho que dar uma olhadinha para dentro também, saber qual é a implicação [...] particularmente eu estou lidando com uma empresa altamente sensível, que trabalha com cultura, principalmente trabalha com informação, com jornalismo. E a autonomia em relação ao governo [...] é questão clara. Isso aí, qualquer literatura que você estude sobre isso, essa é a questão central da discussão de uma empresa de comunicação de serviço público não comercial.

O caso é emblemático por remeter a conceitos fundamentais para a constituição do campo público de comunicação. Ao adotar na empresa pública os mesmos parâmetros usados pela iniciativa privada para definição de seu conteúdo e contratação de seus profissionais, o governo termina por submeter uma política de Estado (o

---

<sup>92</sup> RAMOS, M. Roteiro de Debates do Conselho Curador da EBC: o modelo institucional da EBC e as relações com o Governo Federal, 20 de março de 2013. Transcrição de nota taquigráfica. Disponível em: <[www.conselhocurador.ebc.com.br/sites/conselhocurador/files/files/Transcri%C3%A7%C3%A3o%20Roteiro%20de%20Debates.pdf](http://www.conselhocurador.ebc.com.br/sites/conselhocurador/files/files/Transcri%C3%A7%C3%A3o%20Roteiro%20de%20Debates.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2015.

fortalecimento da comunicação pública) aos interesses políticos – e não necessariamente públicos – do próprio governo.

Se o primeiro caso polêmico tratado pelo Conselho Curador foi a transferência – para dentro da empresa pública – da cultura das empresas de comunicação privada, o próximo tema – qual seja: a discussão sobre a diversidade religiosa nos veículos de comunicação públicos –, que ocuparia grande parte da agenda do grupo responsável pela gestão do conteúdo das emissoras da EBC também seria impactado pela “endogenia” da empresa com os interesses e as preocupações políticas do governo.

### Capítulo 3 A ouvidoria e o desafio do diálogo com o público

A Ouvidoria é um serviço que começou a ser estruturado antes mesmo da criação da EBC. No contexto geral, faz parte de um momento histórico em que o governo incentivou a criação de canais de comunicação direta com os cidadãos. Os Serviços de Atendimento a Clientes (SAC) que, no início dos anos 2000, já eram frequentes na iniciativa privada, ganharam similares nos serviços públicos, com a diferença de que o “C” no acrônimo SAC ganhou o *status* de Cidadão.

A demanda por participação popular na definição de políticas públicas é mais antiga no Brasil que a invenção dos serviços de *call centers* que se alastraram pelo mercado para registrar reclamações de clientes insatisfeitos. Tanto os *call centers* quanto as ouvidorias nos serviços públicos não surgiram por geração espontânea: foi preciso que o Código de Defesa do Consumidor surgisse para que os SACs fossem incorporados à prestação de serviços privados e, por sua vez, o Código de Defesa do Consumidor e todas as outras estruturas formais de participação social e garantias de direitos surgiram a partir do enfrentamento e da resistência social que garantiram o processo de abertura democrática no país.

Uma das marcas do processo de abertura democrática foi a luta por espaços de discussão e influência popular em políticas públicas. Esse movimento começou a ganhar corpo a partir da década de 1970, período em que o país enfrentava inflação alta, redução no crescimento econômico, aumento do desemprego e crescimento da pobreza. Demandas concretas – por exemplo, direito à moradia, direito à saúde e à terra – foram reivindicações que ganharam força em movimentos populares que passaram a se organizar nas Sociedades Amigos de Bairros (SABs), Clubes de Mães, o Movimento Popular de Saúde, Comunidades Eclesiais de Base e o novo sindicalismo operário.

Diferentemente da política institucionalizada tradicional, os movimentos de luta por direitos que surgem nesse período não se identificavam inicialmente como “movimentos políticos”. De fato, eles construíram uma identidade própria que se definiu a partir de questões fragmentadas, marcadas pela diversidade, que culminaram na construção de autonomia de pessoas que, até aquele momento, estavam acostumadas a serem excluídas das instituições públicas e que passaram a ter objetivos claramente focados na melhoria de condições de vida. Os movimentos sociais que se organizaram nesse cenário foram estudados de perto por Eder Sader, que reconheceu neles uma nova

forma de fazer política, que impactaria todo o processo de abertura democrática (SADER, 2001, p. 313)<sup>93</sup>:

[...] apontaram o sentido de uma política constituída a partir das questões da vida cotidiana. Apontaram para uma nova concepção da política, a partir da intervenção direta dos interessados. Colocaram a reivindicação da democracia referida às esferas da vida social, em que a população trabalhadora está diretamente implicada: nas fábricas, nos sindicatos, nos serviços e na administração nos bairros.

A demanda por direitos ganhou vida em espaços habituados à invisibilidade, e também alimentou a luta pela abertura democrática e pela participação na vida pública como um todo, ganhando grande visibilidade a partir do movimento das Diretas Já, em 1984. Apesar de ganharem força e potencial reivindicatório, esses movimentos sociais permaneceram apartados das “estruturas governamentais porque estas eram controladas pelo estado militar ou por políticas herdeiras da fase clientelística, do regime populista que existiu até 1964” (GOHN, 2011, p. 229)<sup>94</sup>.

Apesar da resistência marcante de partidos e grupos políticos conservadores que foram bastante eficientes em conter maiores avanços no processo de abertura democrática, a Constituição de 1988 passou a ser um divisor de águas em relação às ferramentas de participação direta da população na esfera pública. A partir desse novo marco legal surgiram importantes ferramentas institucionais de participação popular, por exemplo: a previsão de Conferências para a definição de políticas públicas; a criação de conselhos com a participação direta de representantes da sociedade (como os conselhos gestores e os conselhos temáticos, por exemplo, o Conselho Nacional de Saúde, com lugar para os usuários dos serviços de saúde); os espaços institucionais (como o Orçamento Participativo) e a possibilidade de proposição de alterações na legislação por parte da sociedade a partir da criação do dispositivo dos Projetos de Lei de Iniciativa Popular. O próprio Conselho Curador da EBC se estrutura a partir dessa concepção da participação como instância de legitimação de políticas concebida após a abertura democrática.

Diferente dos conselhos e outras instâncias de discussão coletiva que existiam antes de 1988, esses novos fóruns se inserem em órgãos públicos vinculados ao poder

---

<sup>93</sup> SADER, E. Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 313.

<sup>94</sup> GOHN, M. G. Participação de representantes da sociedade civil na esfera pública na América Latina. **Política & Sociedade**, volume 10, n. 18, abr. 2011, p. 229. doi:10.5007/2175-7984.2011v10n18p233. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2011v10n18p233>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

estatal. Mas, apesar de terem sido concebidos com base no princípio da garantia à participação social e da representatividade, não necessariamente eles consolidam processos representativos e participativos (GOHN, 2011, p. 231)<sup>95</sup>:

Com o passar do tempo, inúmeras avaliações foram sendo feitas sobre os conselhos e as otimizadas expectativas iniciais não se generalizaram. Em um grande número de casos, eles se tornaram órgãos burocratizados, com participação de cidadãos já incluídos socialmente via escolaridade, renda etc. Alguns reproduziam redes neoclientelistas. A almejada participação popular ainda não teria sido conquistada.

Em meio a esse processo de construção de “pontes formais” que garantiriam, ao menos teoricamente, o acesso da população à discussão de políticas públicas, são recuperadas no Brasil as figuras da Ouvidoria e do Ouvidor, aquele que, no período colonial, deveria atuar como um mediador de conflitos e estava diretamente subordinado à Coroa Portuguesa. Especialmente a partir dos anos 2000, esse profissional era responsável por ouvir críticas, demandas e sugestões apresentadas pelos cidadãos em relação a determinado serviço prestado e também cabe à Ouvidoria encaminhar esses posicionamentos para os gestores dos serviços. O Ouvidor era uma personalidade habilitada a ouvir críticas externas e promover a autocrítica interna da instituição na qual está inserido.

Para os cidadãos tenham garantido o lugar de interlocução, as ouvidorias apresentam uma diferença em relação a outros canais de participação (como os conselhos e as conferências públicas): trata-se de um canal que não demanda a organização dos cidadãos em movimentos sociais ou em outras estruturas institucionalizadas, como partidos políticos, associações ou Organizações não-Governamentais. O contato entre indivíduo e instituição é direto e acontece de forma fragmentada, individual, diverso e desorganizado. Por exigir uma capacidade menor de mobilização das pessoas, trata-se de um canal importante para garantir a diversidade e a multiplicidade da participação. Porém, como as demandas chegam de forma desagregada, elas não têm o mesmo potencial de pressão sobre o órgão público ao qual foram apresentadas.

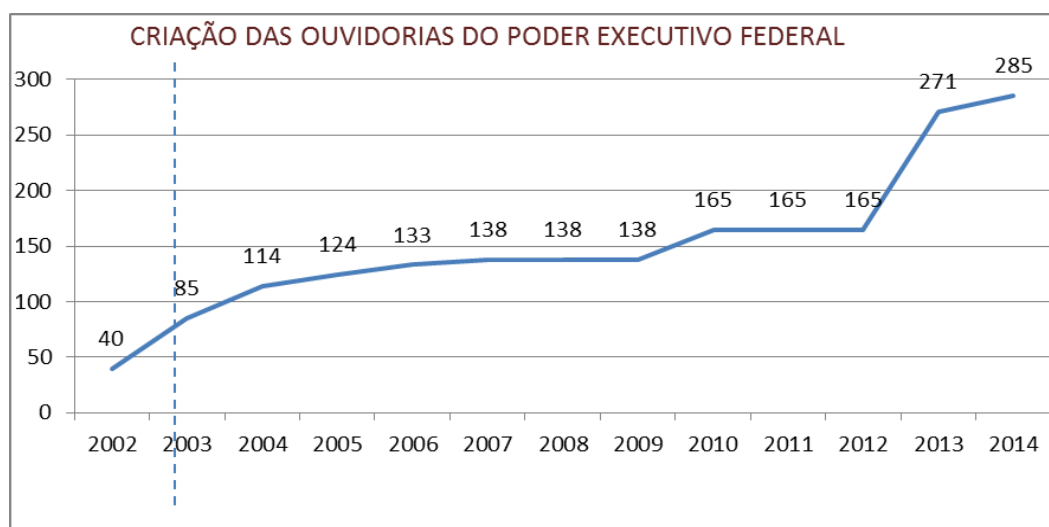
Assim como outras ferramentas de participação popular, mais do que a previsão legal, foi necessária a decisão política para dar concretude ao texto constitucional. No

---

<sup>95</sup> GOHN, M. G. Participação de representantes da sociedade civil na esfera pública na América Latina. **Política & Sociedade**, volume 10, n. 18, abr. 2011, p. 231. doi:10.5007/2175-7984.2011v10n18p233. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2011v10n18p233>>. Acesso em: 19 jul. 2016

caso das ouvidorias, ficou clara a mudança de paradigma a partir do ano de 2003, quando teve início a organização técnica da Ouvidoria Geral da União (OGU), ligada à instância fiscalizadora da Controladoria Geral da União. De acordo com a OGU, em 2002, existiam 40 ouvidorias inseridas em serviços públicos federais. Em 2014, esse número já havia saltado para 285<sup>96</sup>. Na lista de ouvidorias disponível no *site* da OGU, em janeiro de 2016, havia 305 ouvidorias ligadas a órgãos federais de administração direta, universidades, agências reguladoras e estatais, entre elas, a ouvidoria da EBC.

**Figura 9.**



Fonte: ROMÃO, J. E. **Ouvidorias**: entre controle, gestão e participação. Ouvidoria Geral da União (OGU), novembro de 2014. Disponível em: <[www.cgu.gov.br/sobre/institucional/eventos/anos-antecedentes/2014/ciranda-nacional-de-ouvidorias/arquivos/ouvidorias-entre-controle-gestao-e-participacao-social-jose-romao.pptx](http://www.cgu.gov.br/sobre/institucional/eventos/anos-antecedentes/2014/ciranda-nacional-de-ouvidorias/arquivos/ouvidorias-entre-controle-gestao-e-participacao-social-jose-romao.pptx)>. Acesso em: 19 jul. 2016.

### 3.1 A Ouvidoria na EBC

O terreno que criaria o ambiente adequado para a implantação da Ouvidoria da EBC já estava sendo preparado, portanto, a partir de 2003, no primeiro mandato do presidente Lula. Em 2007, ainda inserida na estrutura da Radiobrás, foi criada a primeira Ouvidoria em uma empresa de radiodifusão no país. Em uma estrutura precária, como costumam ser os projetos inaugurais, a figura do ouvidor começou a ser desenhada com base no Comitê de Qualidade Editorial da empresa, a partir do qual o jornalista Paulo Machado fazia a leitura crítica dos conteúdos de jornalismo produzidos pela estatal. O trabalho teve início como crítica interna para as diferentes equipes de jornalismo e produção de conteúdo da empresa estatal.

<sup>96</sup> ROMÃO, J. E. **Ouvidorias**: entre controle, gestão e participação. Ouvidoria Geral da União (OGU), novembro de 2014. Disponível em: <[www.cgu.gov.br/sobre/institucional/eventos/anos-antecedentes/2014/ciranda-nacional-de-ouvidorias/arquivos/ouvidorias-entre-controle-gestao-e-participacao-social-jose-romao.pptx](http://www.cgu.gov.br/sobre/institucional/eventos/anos-antecedentes/2014/ciranda-nacional-de-ouvidorias/arquivos/ouvidorias-entre-controle-gestao-e-participacao-social-jose-romao.pptx)>. Acesso em: 19 jul. 2016.

Quando foi formalizada a instância da Ouvidoria, em janeiro de 2007, o novo desenho começou não apenas a se formar, mas o trabalho também ganhou um novo ângulo. O que antes era feito de dentro para dentro passou a contar com a colaboração de um olhar externo, o do público (MACHADO apud PAULINO, 2013 p. 102)<sup>97</sup>:

Uma vez na Ouvidoria, continuei meu trabalho de leitura crítica, só que não mais a partir de uma demanda interna da empresa, e sim a partir das demandas dos leitores da agência de notícias (Agência Brasil), dos telespectadores das tevês (TV Nacional, TV NBR e TV Brasil – Canal Integración) e dos ouvintes das rádios (Rádio Nacional de Brasília AM, FM, Rádio Nacional do Rio de Janeiro, Rádio Nacional da Amazônia – OC), veículos que compunham o sistema de comunicação da Radiobrás.

As análises feitas pelo Ouvidor da Radiobrás tornavam-se públicas a partir da *Coluna do Ouvidor*, que era veiculada todas as sextas-feiras na Agência Brasil, serviço jornalístico de produção de notícias e que também foi incorporado à estrutura da EBC. Essa coluna ocupava espaço de destaque na primeira página da agência na internet. A Radiobrás experimentou também a linguagem radiofônica e televisionada para a discussão pública de seu conteúdo com o programa *Ouvidoria no Ar* que era veiculado, também às sextas-feiras, como um bloco do telejornal e do radiojornal da TV Nacional e da Rádio Nacional.

Foi essa estrutura inaugurada na empresa estatal que serviu como referência para a criação da Ouvidoria da EBC, agora prevista não apenas no regimento interno, mas na lei de criação da empresa. Essa mesma estrutura foi mantida durante o processo de transição e, em junho de 2008, houve a implantação definitiva da nova Ouvidoria da EB. O antigo ouvidor da Radiobrás assumiu o lugar de Ouvidor-Adjunto para a Agência Brasil, enquanto o professor da Escola de Comunicação e Artes da USP, Laurindo Leal Filho, protagonista no processo que deu origem à própria EBC, assumiu o lugar de Ouvidor-titular da EBC.

Para garantir a autonomia dessa posição e a independência de crítica, o ocupante do cargo, que é indicado pela presidência da empresa, tem mandato de dois anos, prorrogáveis por mais dois, e conta com estabilidade nesse período. Com a nova estrutura, dois novos ouvidores-adjuntos foram nomeados: um deles passou a ser responsável pela crítica ao conteúdo exibido pela TV Brasil e o outro pelo conteúdo veiculado nas emissoras de rádio. Um convênio com a Universidade de Brasília ajudou

---

<sup>97</sup> MACHADO, P. **Ouvidoria na Agência Brasil**. In: Comunicação Pública em debate: Ouvidoria e Rádio, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

a garantir equipe especializada para o processo de transição e implantação do corpo da Ouvidoria.

Segundo a definição disponível no *site* da EBC, a Ouvidoria tem como função “complementar a atividade do Conselho Curador, recolhendo e buscando respostas da Diretoria Executiva às críticas, reclamações e sugestões dos telespectadores, ouvintes e usuários dos canais da Empresa Brasil de Comunicação”<sup>98</sup>. Como o Conselho Curador é criado com o objetivo de ser a “instância máxima de participação da sociedade na gestão da EBC”<sup>99</sup>, segundo a visão da própria Ouvidora da EBC a partir de 2013, a jornalista Joseti Marques, a Ouvidoria é vista como uma estrutura que auxilia essa instância de representação justamente por ser uma janela de acesso à participação direta da sociedade em sua forma mais ampla: organizada e, principalmente, não-organizada.

A Ouvidoria foi criada a partir do princípio norteador de que é necessário abrir espaço para um processo participativo mais amplo, aumentando a capacidade de responsividade da empresa pública – para recuperar um conceito trabalhado por Robert Dahl (2005)<sup>100</sup> –, o que tornaria a comunicação pública também mais democrática. Como veremos à frente, a estruturação desse canal de acesso não necessariamente significará uma maior capacidade de escuta às demandas e opiniões do público que integra a audiência da EBC.

Contar com pessoas incumbidas de fazer a autocrítica de um veículo de comunicação não era uma novidade. A figura do *ombudsman* já era conhecido por parte da população letrada e leitora de jornal no Brasil, desde que passou a ser experimentada a implantação da coluna dominical da *Folha de S. Paulo*, a Coluna do *Ombudsman*, incorporada ao veículo em 1989. A diferença da EBC é que o trabalho de autocrítica, pela primeira vez, passa a ser adotado em emissoras de rádio e televisão, criando pontes entre a sociedade e os processos internos.

Se a implantação de ouvidorias na esfera pública carece de decisão política, no campo da comunicação essa figura controversa – paga pela própria empresa para fazer a crítica do conteúdo que ela própria produz – não costuma ser incorporada com grande

<sup>98</sup> EBC. **Ouvidoria**. Disponível em:

<[www.ebc.com.br/institucional/acessoinformacao/institucional/ouvidoria](http://www.ebc.com.br/institucional/acessoinformacao/institucional/ouvidoria)>. Acesso em: 19 jul. 2016.

<sup>99</sup> MARQUES, J. A **Ouvidoria da EBC**. Publicado em: 03 abr. 2014. Disponível em:

<[www.ebc.com.br/institucional/ouvidoria/noticias/2014/04/a-ouvidoria-da-ebc](http://www.ebc.com.br/institucional/ouvidoria/noticias/2014/04/a-ouvidoria-da-ebc)>. Acesso em: 07 jul. 2016.

<sup>100</sup> DAHL, R. A. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Edusp, 2005. p. 25-50

facilidade nas redações e nos estúdios de comunicação pelo país afora, não apenas no mercado privado, mas também nas empresas públicas.

Esse é mais um detalhe que convida à reflexão sobre a gestão dos sistemas comunicacionais brasileiros. Enquanto os jornais, veículos de comunicação privados em sua essência, já começam a incorporar canais que ajudam a refletir sobre sua própria produção, contraditoriamente, em emissoras de rádio e televisão, que só existem porque se beneficiam de concessões públicas, a figura do *ombudsman* ou instâncias de ouvidoria ainda são raras, praticamente inexistente.

Até o final de 2015, além da própria EBC, nenhuma emissora de televisão de abrangência nacional havia incorporado canais de ouvidoria/*ombudsman* em suas estruturas. A TV Globo, por exemplo, conta apenas com o serviço do Centro de Atendimento ao Telespectador (CAT), para onde o telespectador pode ligar e registrar críticas, elogios e sugestões. No entanto, essa participação não conta com um espaço dentro da própria programação da emissora que tornem públicas essas participações e resulte em novas reflexões, novas críticas e novas abordagens para o conteúdo produzido e veiculado. O mesmo se dá com o serviço “Fale Conosco” da TV Bandeirantes ou Rede TV e o “Serviço de Atendimento ao Consumidor” (SAC) da TV Record. No campo da radiodifusão brasileira, a implantação de um serviço de ouvidoria é um diferencial importante e que se torna exemplo concreto com a criação da EBC.

A ausência de canais efetivos de participação do público em emissoras de rádio e TV revela um pouco da cultura da “comunicação” brasileira, onde o papel do “emissor” da informação ocupa um lugar ao mesmo tempo confortável e alienado, no qual a ele cabe unicamente divulgar suas informações e valores, mas com pouca disposição em abrir espaços onde também possa ouvir as opiniões e valores de seus interlocutores, o público “receptor”<sup>101</sup>. Não é por acaso que a “comunicação” aqui aparece entre aspas: de fato, é uma comunicação que não se concretiza, quando o próprio sentido da palavra comunicação – troca, intercâmbio, compartilhamento – é desprezado. Recuperando a crítica de Paulo Freire, no campo comunicacional brasileiro, a cultura em vigor é a do depósito da informação, na qual um lado deposita as informações que lhe interessam e o outro – a audiência – simplesmente as recebe, passivamente (FREIRE, 2006).

---

<sup>101</sup> “Emissor” e “receptor” são conceitos básicos em diferentes teorias da comunicação. Aqui, aparecem entre aspas porque a forma como é concebido e praticado o modelo comunicacional no Brasil remete a teorias ultrapassadas que pressupõem um emissor ativo e um receptor passivo, que funciona à semelhança de uma esponja, absorvendo as mensagens difundidas pelo agente da comunicação.

Essa cultura que não se preocupa em abrir canais de responsividade existe de maneira transversal em todo sistema comunicacional brasileiro, a começar pelos bancos universitários: estudantes de comunicação são pouco preparados para estimular esse tipo de interlocução em suas vidas profissionais e, quando profissionais, se acostumam a práticas de refração e pouca tolerância às críticas. Como uma cultura que atravessa a todos do campo, a troca e o compartilhamento de críticas e ideias também enfrentou resistências na EBC. (LEAL FILHO apud Paulino, 2013, p.43)<sup>102</sup>:

Não foi fácil, foi mais difícil interna do que externamente. Não é uma prática comum no país e isso dificulta o entendimento. Até então só existiam duas ouvidorias de mídia no Brasil, na mídia impressa, nos jornais *O Povo*, do Ceará, e na *Folha de S. Paulo*. Essa falta de cultura de ouvidoria de mídia no Brasil levou a uma certa resistência inicial dentro da empresa. Não havia o hábito desse tipo de acompanhamento do trabalho profissional.

Desde que foi implantada até o ano de 2013 – período em que serão analisadas as mensagens que chegaram à EBC discutindo a presença de cultos religiosos na TV Brasil –, a Ouvidoria da EBC realizou 17.805 atendimentos de sua audiência. O número de mensagens recebidas a cada ano é bastante desigual e, a partir de 2013, há um importante crescimento na participação. Um crescimento atribuído, conforme os relatórios de gestão da Ouvidoria, a uma divulgação mais intensa do serviço nos veículos da EBC.

**Figura 10.** Atendimentos realizados pela Ouvidoria. EBC, 2009 a 2013<sup>103</sup>

Ano	Atendimentos
2009	3.140
2010	1.202
2011	1.391
2012	3.413
2013	8.659
<b>Total</b>	<b>17.805</b>

Fonte: Relatórios de Gestão da Ouvidoria

<sup>102</sup> LEAL FILHO, L. Como surgiu a Ouvidoria da EBC? Entrevista com Laurindo Leal Filho. In: Comunicação Pública em debate: Ouvidoria e Rádio. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

<sup>103</sup> Dados coletados dos relatórios anuais da Ouvidoria da EBC dos anos de 2009 a 2013. Os relatórios elaborados entre 2011 e 2013 estão disponíveis em <<http://www.ebc.com.br/institucional/ouvidoria/relatorios>>. Acessado em 15 de jul. 2016. Os dados dos anos de 2009 e 2010 não foram publicados, mas foram gentilmente cedidos pela equipe da Ouvidoria.

A maioria das questões apresentadas pela audiência nesse período tratava principalmente de problemas técnicos, como qualidade do sinal da televisão e problemas de áudio, temas que ainda continuam gerando críticas por parte dos telespectadores. Outros temas bastantes presentes nessas mensagens tratam de questionamentos sobre a cobertura jornalística, informações sobre programas específicos, por exemplo, disponibilidade de cópias, possibilidade de *reprises* e sugestões de pauta.

Por meio desse canal de comunicação com os ouvintes, internautas e telespectadores é que chegaram as primeiras demandas que deram origem à discussão sobre a permanência ou não dos programas religiosos na grade da TV Brasil e nas emissoras de rádio, fazendo com que essa instância tivesse um papel determinante em todo o processo de discussão sobre a diversidade religiosa nas emissoras da empresa. No período (2009 a 2013) foram recebidas 85 mensagens a respeito do tema da religiosidade na programação da EBC, que aqui analisadas.

**PARTE 2**  
**DOS DEBATES E DAS DIVERSIDADES**

## **Capítulo 4 O debate institucionalizado: a reforma do Conselho e a resistência das igrejas**

*Palavras de Vida*: programa com cerca de 55 minutos de duração, produzido pela Arquidiocese do Rio de Janeiro e veiculado, inicialmente, pela TVE do Rio de Janeiro e, a partir de 2007, pela TV Brasil aos domingos, às 7 horas da manhã.

*Santa Missa*: programa ao vivo, com cerca de 55 minutos de duração, produzido em parceria com a EBC e a Arquidiocese do Rio de Janeiro, que foi ao ar entre 1975 e fevereiro de 2016, era veiculado aos domingos a partir das 8 horas da manhã e, a partir de março de 2015, foi substituído pela missa transmitida pela TV Aparecida.

*Reencontro*: programa gravado, com cerca de 55 minutos, produzido pela Igreja Batista de Niterói, que vai ao ar desde 1975 e que é veiculado pela TV Brasil todos os sábados, a partir das 8 horas da manhã.

Foi a presença desses programas na grade da TV Brasil que deu origem a uma das mais longas discussões travadas pelo Conselho Curador e uma das que mais impactaram na atuação e na legitimidade da principal instância de representação da sociedade civil na EBC. Esse processo foi recuperado, em parte, nessa pesquisa por meio da leitura das atas e notas taquigráficas das reuniões do Conselho Curador. Outra parte aparece nos registros da Ouvidoria e das Audiências Públicas que foram chamadas por diferentes atores que participaram dessa discussão em busca de uma solução para o impasse.

### **4.1 A cobrança da diversidade chega ao Conselho Curador**

A discussão sobre a presença de programas religiosos na EBC não chegou sozinha ao Conselho Curador. Foi apresentada pela Ouvidoria da empresa que recebeu mensagens de telespectadores criticando a presença desse conteúdo na grade de programação da televisão pública. A primeira comunicação registrada sobre o assunto chegou no dia 29 de março de 2009. O telespectador P.A.C.L.<sup>104</sup>, que se apresenta como servidor público federal, não apenas lembra que os serviços públicos não podem favorecer nenhum grupo religioso, mas também antecipa que poderá apelar para a

---

<sup>104</sup> P.A.C.L. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 29 mar. 2009.

Justiça caso a EBC continue veiculando conteúdos do gênero em sua programação. Diz a mensagem:

A Constituição Federal de 1988 foi bem clara ao afirmar, em seu Art. 19, inciso I, que "É vedado à União, aos Estados, ao DF e aos Municípios: estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público". Portanto, a existência de programas de cunho religioso na TV Brasil, uma emissora pública, é uma afronta à Constituição. Exijo, na condição de cidadão brasileiro, que a TV Brasil retire todos os programas de cunho religioso da sua grade de programação. Caso contrário, caberá denúncia ao Ministério Público e, possivelmente, uma ação civil pública contra a TV Brasil. O Estado Brasileiro é um Estado Laico! Respeitem a nossa Constituição!

O teor da mensagem e os argumentos apresentados por P.A.C.L. davam tom de urgência para a demanda. Foi assim, em ritmo de urgência, que o assunto foi apresentado pela Ouvidoria da EBC aos membros do Conselho Curador em junho daquele ano. O documento circulou entre os Conselheiros, mas não chegou a ser discutido pelo grupo. A pendência foi mantida. Um novo relatório, elaborado pela Ouvidoria em novembro de 2009, recuperou a discussão. A crítica aos programas religiosos aparecia em meio a outros problemas registrados pela Ouvidoria, como sintonia de canal e críticas a matérias jornalísticas. A questão dos programas religiosos ocupou um parágrafo do documento e dizia (RELATÓRIO, 2009)<sup>105</sup>:

As críticas mais contundentes e recorrentes referem-se a manutenção na grade da TV Brasil de programas religiosos herdados das TVE do Rio e da TV Nacional de Brasília. Respaldados na Constituição e na Lei da Radiodifusão alguns telespectadores mostram-se inconformados com a exibição desses programas. A Ouvidoria estabeleceu um diálogo a respeito com a Direção Geral e tem mantido os interessados informados sobre essas providências. Salvo melhor juízo, trata-se mesmo de um problema sério que, além das questões legais apontadas, permite o privilegiamento de algumas confissões religiosas em relação a outras.

Ainda assim a pauta não foi incorporada pelo Conselho Curador. Foi preciso uma nova intervenção do Ouvidor Geral da EBC na reunião do grupo, que aconteceu em março de 2010, para que o debate entrasse definitivamente na agenda do Conselho. A essa altura, a Ouvidoria já havia recebido outras três mensagens de telespectadores,

---

<sup>105</sup> RELATÓRIO da Ouvidoria, nov. 2009. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[elianegoncalves@gmail.com](mailto:elianegoncalves@gmail.com)> em 25 out. 2013. Trecho de documento recuperado pelo primeiro Ouvidor da EBC, Laurindo Leal Filho. No documento, não constava data de elaboração ou envio ao Conselho Curador. Essa data foi definida a partir da leitura do conteúdo do documento e o cruzamento de informações a partir das notas taquigráficas das reuniões do Conselho Curador. Documento não publicado.

todas criticando a presença dos programas religiosos na grade de programação. Apesar de o conteúdo religioso também estar presente nas emissoras de rádio que integram a EBC, as críticas recebidas pela Ouvidoria se restringiam à programação televisiva.

Nessa reunião de março de 2010, o conselheiro e professor de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Daniel Aarão, fez sua primeira intervenção em relação ao tema e, a partir desse momento, ele passou a ser um dos protagonistas no debate, ocupando um espaço semelhante ao de um porta-voz dos que criticavam a preferência dada às duas religiões cristãs na programação das emissoras públicas: o catolicismo e o protestantismo.

Em sua intervenção, Aarão lembrou que a religiosidade é “uma dimensão absolutamente fundamental para o povo brasileiro” (15ª REUNIÃO, 2010, p. 41)<sup>106</sup>, mas pontuou um objetivo que ficaria cada vez mais claro com o desenrolar da discussão: a necessidade de mudança na grade de programação da EBC no que dizia respeito à programação religiosa. Colocando em prática um exercício que ajuda a consolidar processos democráticos, o conselheiro Daniel Aarão propôs uma consulta mais ampla à sociedade brasileira com o objetivo de subsidiar as discussões internas ao Conselho (15ª REUNIÃO, 2010, p. 41)<sup>107</sup>:

Acho que a religião é de tal maneira importante no Brasil que justificava isso, termos uma audiência pública [...]. Inclusive isso daria legitimidade à nossa reforma, porque não é razoável que se mantenha a situação atual, de algumas religiões difundirem o seu crédito através da rede pública, e outras não terem o mesmo direito. Não dá para imaginar também dar um tempo para cada religião, porque senão a TV pública vai virar uma TV religiosa.

Os dois pontos levantados por Daniel Aarão – a consulta mais ampla à sociedade e a necessidade de reformar a grade de programação – são fundamentais para compreender o processo de discussão e que, ao definir passos e objetivos, demarcou dois campos claros da disputa que começava a ser travada em torno da religiosidade.

O primeiro campo foi o da disputa entre as estruturas institucionais, encarregadas da tarefa de representar a sociedade ou em sua dimensão totalizadora ou frente a grupos de interesses específicos. Dois atores (na verdade, três, já que são duas igrejas cristãs distintas, a católica e a batista) protagonizaram esses debates,

---

<sup>106</sup> 15ª REUNIÃO do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), 16 mar. 2010, p. 41. Transcrição da nota taquigráfica. Disponível em: <[www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt\\_15a\\_reuniao\\_cc.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt_15a_reuniao_cc.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2016.

<sup>107</sup> Idem, ibidem, p. 41.

confrontaram ideias e usaram dos recursos disponíveis para fazer valer suas decisões. De um lado, o próprio Conselho Curador da EBC que se colocou nas discussões como o representante da sociedade dentro da EBC, assumindo a tarefa de zelar pela presença da diversidade brasileira no conteúdo veiculado pelas emissoras do sistema público. De outro lado, as instituições religiosas hegemônicas, de origem cristã, que se beneficiam historicamente de privilégios na relação com as estruturas do Estado e do poder econômico e que, em uma sociedade da informação, faz valer esses privilégios no campo da comunicação.

No outro campo desse debate, aparece outro ator, muito mais complexo que o primeiro: o público que não faz parte do jogo de representações da sociedade organizada, ou seja, o público que não é representado em todas as suas demandas, contradições, ambiguidades: o povo, o popular, com sua diversidade que se concretiza em grupos hegemônicos e em grupos oprimidos, visíveis e invisíveis, maiorias e minorias, organizados e não organizados, com crença ou sem-crença.

A população brasileira é impregnada pela religiosidade, pelo misticismo e por práticas simbólicas e ritualistas. As marcas dessa cultura popular aparecem nos horóscopos de jornais, nas simpatias para conseguir emprego ou maiores salários, no meio urbano, ou para garantir uma melhor colheita, no meio rural. Também estão nos pedidos e nas promessas feitas a santos, que se concretizam em salas de ex-votos. Alheio aos privilégios e ao poder das instituições hegemônicas, a tradição sincrética e religiosa brasileira é, por vezes, alimentada por essas instituições quando o interesse é buscar a proximidade com o povo, e não raro, rechaçado.

Esse é também um público que tem dificuldade, em parte pelas poucas oportunidades abertas nas estruturas comunicacionais do país, de conhecer a diversidade religiosa, que traz visões de mundo distintas daquelas que ocupam os espaços institucionais privilegiados. Esse outro lado, o popular, é que traz complexidade à discussão. Frequentemente, esse grupo foi tratado pelo Conselho Curador de forma distanciada, como uma massa uniforme e, apesar de não o ser, também institucional, igualando-o à *parte* – as instituições religiosas – no lugar de tratá-lo como um mosaico, e, portanto, muito mais complexo. Como a discussão no Conselho foi centrada na hegemonia cristã nos meios de comunicação, essa simplificação se traduziu em enquadrar católicos tradicionais ou carismáticos, evangélicos de missão ou pentecostais,

batistas ou “iurdianos”<sup>108</sup> em uma única categoria: cristãos. Mais do que isso, como as discussões se concentram na hegemonia institucional das religiões, a população religiosa foi simplesmente compreendida como as próprias Igrejas de matriz cristã.<sup>109</sup>

Sobre a disputa das instituições, outros atores também desempenharam papéis importantes, orbitando entre as duas posições antagônicas principais: as instituições religiosas e o Conselho Curador.

A direção da EBC, apesar de, teoricamente, subordinada às decisões editoriais do Conselho, adotou posições distintas em relação a ele. Ora se colocou nos embates oferecendo subsídios de informação e estrutura para apoiar as posições tomadas pelo Conselho; ora se colocou, velada ou abertamente, em oposição direta ao Conselho Curador, seja pelos posicionamentos explícitos que adotou, seja simplesmente por ter deixado de responder às demandas apresentadas por aquela instância. Assim, por vezes, a atuação da Direção da EBC deixou transparecer a fragilidade do Conselho enquanto instância de decisão.

O Poder Judiciário foi um dos protagonista nesse processo. Ao conceder uma liminar às igrejas suspendendo a resolução do Conselho Curador que interrompia a transmissão dos programas religiosos, o Judiciário acabou por contribuir para a manutenção de uma tradição que, ao longo dos anos, vem garantindo privilégios a algumas religiões da matriz cristã e, ao mesmo tempo, colaborou para diminuir a legitimidade do Conselho Curador enquanto a principal instância de representação social na empresa pública de comunicação e o lugar de tomada de decisões em relação à gestão de conteúdos desse sistema.

Outro ator relevante foi o Congresso Nacional, em especial, mas não exclusivamente, o Senado Federal, uma instância onde o posicionamento de indivíduos-representantes é legitimado pela sociedade brasileira (ainda que permeado e influenciado por interesses de grupos com inserção privilegiada na política e na economia). Em relação à religiosidade, uma representação marcada pela presença de pessoas vinculadas (ou, melhor dizendo, que se apropriam do) ao discurso de religiões

---

<sup>108</sup> *Iurdiano* é uma expressão cunhada para designar os fieis da Igreja Universal do Reino de Deus e que é derivada do acrônimo IURD.

<sup>109</sup> Este capítulo destina-se a recuperar o debate travado apenas no âmbito das instituições. A discussão sobre o segundo campo, o popular, será tratada no capítulo 5, quando são analisadas as mensagens dos telespectadores da TV Brasil que chegaram à Ouvidoria da EBC ao longo das discussões.

majoritárias que, com isso, angariam a base eleitoral que as mantém no exercício da representação.

Lançando mão da noção de representação de Lefebvre (2006), associa a discussão que tomou lugar nessa esfera institucional como um jogo de espelhos. Os representantes – ora na figura de conselheiros, ora na figura de líderes religiosos, ora como políticos – substituem, pela sua essência de representantes, a ausência dos representados. É um jogo de espelhos complexo e sujeito a distorções, já que os representados – a sociedade brasileira – são percebidos a partir de uma representação feita sobre o que é esse coletivo. Uma sociedade que é percebida, desde as teorias mais conservadoras até as mais progressistas, como uma sociedade marcada pela diversidade em sua formação. Essa percepção da identidade pela diversidade é determinante na forma de atuação daqueles que se nomeiam como representantes desse todo.

Tratando-se do Conselho Curador, a representação que é feita desses representados se assenta na noção de uma diversidade oprimida por tradições hegemônicas, no caso, as religiões de matriz cristã que, ao longo da história se esforçaram por eliminar outras crenças e culturas que poderiam concorrer com seus valores, modelo de vida, normas éticas e morais. Para bem representar esses representados, os representantes entenderam que precisavam combater esse espaço de hegemonia. No entanto, nesse jogo de representações, como se verá à frente, deixa-se de levar em consideração a vivência dessa sociedade marcada pelo misticismo, pelo sincretismo, pelo sagrado e pela incorporação da própria matriz hegemônica como um valor definidor de sua identidade. Ao deixar de reconhecer a legitimidade desse espaço vivido, a representação corre o risco de se tornar uma disputa ideológica, passando a defender posições que, também elas, se configuram na esfera dos discursos hegemônicos.

O processo que se desenhou a partir da discussão travada dentro e fora do Conselho Curador torna-se um aprendizado importante para a discussão sobre a comunicação pública, especificamente, e também sobre a construção da noção do público propriamente dito na sociedade brasileira. Isso se dá, justamente, porque, entre avanços e recuos, se concretiza o exercício de abertura de espaço para o diálogo com o público. Foi a partir do exercício de ouvir e deixar falar que foi possível começar a se desenhar novos pactos.

Acompanhar a discussão travada nesse período ajuda a desvendar a complexidade de um problema que aparece como pano de fundo de todo o debate: o conceito de público em um sistema de comunicação implantado em um país onde a própria noção de público – em seu sentido mais amplo – ainda não está consolidada e onde a ideia de público, enquanto popular, enquanto povo ou massa, permanece uma dimensão a ser disciplinada, controlada, contida e pouco compreendida. Mais do que isso, os debates travados em torno da presença das religiões no sistema público de comunicação são reveladores por mostrar os conceitos que são associados facilmente à noção de Estado, como a laicidade, se tornam voláteis e escorregadios quando aplicados não apenas a um sistema público, mas a um sistema público que tem a cultura como sua composição básica e sua matéria-prima essencial.

Se o público é uma construção incompleta para a sociedade brasileira como um todo, no caso das comunicações é obra sequer iniciada. Essa é uma questão basilar que aparecerá a todo o momento nas discussões do Conselho Curador sobre as religiões hegemônicas, a diversidade religiosa e o papel da comunicação pública em meio a tudo isso.

Para compreender todo o processo desse embate é importante recuar alguns passos nesse processo para compreender como se construiu essa história.

#### **4.2 Comprando briga com Golias: Avanços e recuos do Conselho Curador no debate sobre diversidade religiosa**

O tema da Diversidade Religiosa não apenas jogou os holofotes sobre o Conselho, mas foi também o mais longo e um dos mais intensos debates desde a criação da EBC. Começou ainda no segundo governo do presidente Lula, durante a gestão de Teresa Cruvinel na presidência da Empresa, atravessou o primeiro mandato da presidenta Dilma Roussef e a gestão de Nelson Breve, o segundo presidente da EBC e, de forma menos intensa, entrou pelo segundo mandato da presidenta Dilma, passando pela gestão do jornalista Américo Martins e permanece, também, até a gestão de Ricardo Melo, presidente da EBC que tomou posse em maio de 2016 e que, se mantida a lei da EBC, deve permanecer no cargo até 2020. Essa cronologia está sintetizada na Figura: A Linha do Tempo: o debate sobre a diversidade religiosa na EBC, mostrado ao final desse capítulo.

As discussões começaram incipientes ganharam intensidade e passaram a ocupar grande parte das reuniões. O encontro dos conselheiros, que acontecia em intervalos que variavam entre um a dois meses, passou a ser marcado por debates acirrados e acalorados sobre o tema. No período mais intenso, entre 2010 e 2011, a discussão sobre a diversidade religiosa ajudou a distender as relações entre o Conselho Curador e a direção da EBC.

Desde que a diversidade religiosa entrou em pauta, o assunto foi tratado em pelo menos 39 reuniões ordinárias e extraordinárias das 60 realizadas pelo Conselho Curador desde dezembro de 2007, quando foi instalado, e novembro de 2015. As notas taquigráficas das reuniões mostram que o debate travado por conselheiros, incluindo ministros de Estado, funcionários e a direção da EBC, se concentra em dois problemas: a necessidade de retratar a diversidade da sociedade brasileira em sua dimensão religiosa e a permanência dos programas religiosos de denominação cristã que já ocupavam um espaço tradicional na programação das emissoras de rádio e TV que deram origem à EBC, no caso a TVE do Rio de Janeiro e o *pool* de emissoras da Rádio Nacional, ligadas à Radiobrás.

Na nona reunião do Conselho Curador, que aconteceu no dia 23 de junho de 2009, o então ouvidor, professor da Escola de Comunicação e Artes da USP, Laurindo Leal<sup>110</sup>, faz a primeira referência pública às disputas sobre o espaço destinado aos programas religiosos. Em sua intervenção, ele pede que os conselheiros deem retorno sobre os relatórios elaborados pela ouvidoria e coloca o tema da religiosidade entre os temas prioritários (9ª REUNIÃO, 2009, p. 49-50)<sup>111</sup>:

[...] no caso da televisão especificamente, mas criticado pelos nossos telespectadores, que é o problema dos programas religiosos. E aí não só da televisão, mas é também a Rádio Nacional de Brasília, que também transmite uma missa e nós recebemos demandas. Então são questões delicadas que chegam a ouvidoria e que eu gostaria que estas questões fossem também divididas com o Conselho.

Pouco antes da intervenção, a programação religiosa foi abordada pela então presidenta da EBC, a jornalista Teresa Cruvinel, que sugeriu não a retirada do conteúdo

<sup>110</sup> A participação do Ouvidor Geral da EBC, Laurindo Leal, está registrada em transcrição da 9ª Reunião do Conselho Curador, na qual não está identificada a autoria da intervenção.

<sup>111</sup> 9ª REUNIÃO do Conselho Curador da EBC, 23 jun. 2009, p. 49-50. Transcrição da nota taquigráfica Disponível em: [www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/degravacao\\_9a\\_reuniao\\_cc\\_ebc.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/degravacao_9a_reuniao_cc_ebc.pdf) . Acesso em: 20 jul.2016.

católico, mas a substituição da missa da Arquidiocese do Rio de Janeiro (RJ), pela missa da Arquidiocese de Aparecida (SP), transmitida pela TV Cultura de São Paulo e a católica TV Aparecida. Mais do que fazer a sugestão, Teresa Cruvinel já antecipava as dificuldades que o tema da laicidade poderia trazer para a recente empresa de comunicação pública recém criada.

O tema só voltaria a ser debatido na 15ª Reunião do Conselho Curador, que aconteceu em 16 de março de 2010. O Ouvidor Geral da EBC, Laurindo Leal, recoloca o problema que já havia apresentado quase um ano antes. Em sua fala, Leal alerta que “decisões drásticas” não seriam aconselháveis em relação ao tema (15ª REUNIÃO, 2010, p. 26)<sup>112</sup>:

[...] Seguimos recebendo reclamações, especialmente pela falta de isonomia entre as religiões. Entendemos que soluções drásticas são inaplicáveis, mas o Conselho poderia estudar uma política de médio e longo prazo para enfrentar essa questão.

É a partir dessa intervenção e dos comentários que surgiram na sequência do relato do Ouvidor que a pauta será, definitivamente, incorporada à agenda do Conselho. Alguns conselheiros tiveram um protagonismo importante para a incorporação do debate, sua manutenção e decisões encaminhadas. Além do conselheiro Daniel Aarão, já citado, outros dois conselheiros, João Jorge, diretor da ONG Olodum, ligada ao movimento negro, e o ministro da Cultura, Juca Ferreira, também protagonizaram o debate e ocuparam espaços antagônicos nessas discussões. Em seus argumentos, o então ministro da Cultura defendeu a manutenção dos programas religiosos cristãos. Para isso, se apegou na complexidade e na importância da religiosidade para a população brasileira e estabeleceu um recorte fundamental: a diferença entre estruturas estatais para definição de políticas públicas e a consolidação de um campo público de comunicação que, por ser comunicação, deveria dialogar com a cultura popular (18ª REUNIÃO, 2010, p. 35)<sup>113</sup>:

O caráter laico dá uma racionalidade ao estado que necessita para desenvolvimento das políticas públicas. Por exemplo, na área de política de

---

<sup>112</sup> 15ª REUNIÃO do Conselho Curador da EBC, 16 mar. 2010, p. 26. Transcrição da nota taquigráfica. Disponível em:

<[www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt\\_15a\\_reuniao\\_cc.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt_15a_reuniao_cc.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2016.

<sup>113</sup> 18ª Reunião Ordinária do Conselho Curador da EBC, 01 jun. 2010, p. 35. Transcrição das notas taquigráficas. Disponível em:

<[www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt\\_18a\\_reuniao\\_cc.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt_18a_reuniao_cc.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2016.

saúde, seria um escândalo se o estado brasileiro tivesse se submetido às demandas das autoridades religiosas do catolicismo, de não usar camisinha ou coisas do gênero. O estado é obrigado a ter uma racionalidade para cumprir sua função, que é singular e completamente diferente da função da religião [...] [Porém] há uma maioria no Brasil, uma maioria católica, e isso de alguma maneira não lhe dá direitos e privilégios, mas precisa ser considerado sob o ponto de vista cultural.

Em oposição a esse ponto-de-vista, o representante do movimento negro, João Jorge, recuperou sua vivência pessoal para se contrapor à hegemonia e a opressão praticadas pelas religiões cristãs (18ª REUNIÃO, 2010, p. 35)<sup>114</sup>:

É constrangedor para mim, um homem de 54 anos, do Candomblé, da Cidade de Salvador, cidade em que os instrumentos [ritualísticos do Candomblé] foram apreendidos, levados para o Instituto Médico Legal, em que polícia, estado e sociedade fizeram a perseguição religiosa mais expressiva desta nação, ainda ouvir que temos que, numa TV pública, num canal público, num serviço público de comunicação, que esse espaço cedido generosamente, de forma indiferente e diferenciada a um tipo de expressão, significa transmitir valores, significa que deve ser mantido, porque isso vai afetar parte do pensamento brasileiro. [...] A escravidão também era uma coisa nacional, a exploração ainda hoje, de muitos brasileiros, ainda é vista como uma coisa normal. Exploração, opressão não é coisa normal. Precisa ser rompida, e precisa ser tratada para o bem do serviço público.

Em meio ao debate, a diretoria da EBC, que não tem direito a voto no Conselho, também desempenhou um papel importante, com posições que foram se alterando ao longo da discussão: inicialmente, apoiando a retirada dos programas religiosos do ar; depois, defendendo a permanência e, por último, expressando a dificuldade em executar a decisão do Conselho.

Os posicionamentos da presidenta da EBC, Teresa Cruvinel, ao longo do debate ajudam a mostrar a mudança de entendimento do problema por parte da direção da empresa. A primeira intervenção de Cruvinel em relação o problema foi um pedido de ajuda ao Conselho Curador para que ele apoiasse a direção da empresa nas negociações junto às instituições religiosas, como aconteceu na primeira reunião do Conselho em que o tema foi tratado (15ª REUNIÃO, 2010, p. 33)<sup>115</sup>:

O conselho terá que ter uma posição muito firme para nos ajudar na questão dos religiosos. Esses programas todos lá estavam na televisão que herdamos.

<sup>114</sup> Idem, ibidem, p. 44.

<sup>115</sup> 15ª REUNIÃO do Conselho Curador da EBC, 16 mar. 2010, p. 33. Transcrição das notas taquigráficas. Disponível em: <[www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt\\_15a\\_reuniao\\_cc.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt_15a_reuniao_cc.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2016

Todos são objetos de acordos antigos, alguns envolvem forças políticas, e uma oposição enorme, sobretudo do Arcebispo do Rio de Janeiro.

Num segundo momento, a posição adotada pela presidenta da EBC, Tereza Cruvinel, marcou uma postura de isenção em relação ao problema, como no momento em que ela afirmou que a direção da EBC não teria qualquer responsabilidade em relação ao problema que viria a ser criado a partir da decisão, que seria tomada na sequência, de suspender a programação religiosa (18ª REUNIÃO, 2010, p. 56)<sup>116</sup>:

O pepino, o Conselho vai resolver. É o Conselho que vai resolver, que vai aos arcebispos e aos pastores, não vou. A decisão é do Conselho!

E, finalmente, tornando explícitas as divergências da diretoria da EBC em relação à decisão do Conselho Curador, como foi o caso da audiência no Senado Federal já em setembro de 2011 (42ª REUNIÃO, 2011)<sup>117</sup>:

[...] a proposta de alternativa [de programa sobre a religiosidade] da Diretoria foi criticada por muitos conselheiros, mas foi decidido que será examinada pelas câmaras. Eu disse que é pela Câmara de Cidadania, mas acho que me equivoquei, que é pela Câmara de Educação e Cultura. Não tive bem essa informação do Conselho.

Pouco a pouco esse deslocamento significou uma ruptura entre o Conselho Curador e a direção da empresa, em um processo que ainda apresenta marcas na relação entre essas duas instâncias – a de representação e controle social e a de execução do projeto de comunicação pública.

A sistematização do debate ficou a cargo da Câmara de Educação, Cultura, Ciência e Meio Ambiente do Conselho Curador<sup>118</sup>, que elaborou um parecer sobre a situação dos programas religiosos. Essa análise foi apresentada ao Conselho na reunião de junho de 2010 e, em síntese, reconheceu a importância da religiosidade na formação da sociedade brasileira, lembrou do caráter sincrético da cultura popular e considerou

<sup>116</sup> 18ª REUNIÃO Ordinária do Conselho Curador da EBC, 01 jun. 2010, p. 56. Transcrição das notas taquigráficas. Disponível em:

<[www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt\\_18a\\_reuniao\\_cc.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt_18a_reuniao_cc.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2016.

<sup>117</sup> 42ª REUNIÃO da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, 22 set. 2011. Transcrição de nota taquigráfica. Disponível em:

<[www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao/disc/disc.asp?s=000630/11](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao/disc/disc.asp?s=000630/11)>. Acesso em: 20 jul. 2016.

<sup>118</sup> A Câmara de Educação, Cultura, Ciência e Meio Ambiente que elaborou o parecer dos programas religiosos era formada por dois professores universitários, os historiadores Daniel Aarão (UFRJ) e Heloísa Starling (UFMG), a então Diretora do Instituto Emilio Goeldi e presidente do Conselho Curador, Ima Vieira, e o representante do movimento negro e diretor do Olodum da Bahia, João Jorge. Apesar da complexidade do problema, os integrantes desse subgrupo eram majoritariamente favoráveis à retirada dos programas religiosos..

imprópria a cessão de “espaços para o proselitismo de religiões particulares” (18ª REUNIÃO, 2010, p. 28)<sup>119</sup>.

Esse parecer inicial propôs a aprovação de cinco diretrizes pelo Conselho Curador e sugeriu a criação de um programa televisivo que contemplasse todas as confissões religiosas do Brasil e do mundo, incluindo o ateísmo. O parecer também sugeriu que esse novo programa ocupasse espaço equivalente ao que era destinado aos programas católicos e evangélico, definindo um prazo para que estes encontrassem uma nova janela de exibição que não a grade de programação da EBC. Reproduzo aqui as recomendações propostas pelo grupo de trabalho (18ª REUNIÃO, 2010, p. 29-30)<sup>120</sup>:

1 – A TV Brasil e os demais veículos da EBC desenvolverão programas para debater e discutir o fenômeno religioso brasileiro, latino-americano, e em âmbito mundial, de um ponto de vista plural, assegurada a participação a todas as confissões religiosas, e aos ateus.

2 – Esses programas não se dedicarão a proselitismos de nenhuma confissão religiosa em particular, permitida, no entanto, quando couber, a apresentação de rituais religiosos, desde que os mesmos ensejem reflexões e debates sobre o fenômeno religioso.

3 – Tais programas, em formato a ser definido, ocuparão aproximadamente o espaço de tempo atualmente concedido a confissões religiosas específicas.

4 – Um prazo a ser determinado pelo conselho será concedido às atuais confissões religiosas que ocupam o tempo da TV Brasil, ou de outros veículos da EBC, para que possam redefinir e realocar, onde considerem conveniente, os atuais programas.

5 – Nesse prazo a direção da TV Brasil organizará um *pitching* sobre programas religiosos, segundo os parâmetros traçados por essa resolução.

O parecer – que, na verdade, é um primeiro esboço da resolução que seria votada meses à frente – alimentou um debate ainda mais intenso entre os conselheiros. A discussão aprofundou os argumentos que já vinham sendo apresentados pelos diferentes lados da disputa. Um debate que mantém, como pano de fundo, o conceito de comunicação pública, a área sombreada desse campo e suas relações com o Estado, e o

---

<sup>119</sup> 18ª REUNIÃO Ordinária do Conselho Curador da EBC, 01 jun. 2010, p. 28. Minuta do parecer da Câmara de Educação, Cultura, Ciência e Meio Ambiente [lida pelo conselheiro Daniel Aarão]. Transcrição das notas taquigráficas. Disponível em: <[www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt\\_18a\\_reuniao\\_cc.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt_18a_reuniao_cc.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2016.

<sup>120</sup> Idem, ibidem, p. 29-30.

desafio de garantir a representação da diversidade religiosa (18ª REUNIÃO, 2010, p. 38 e seguintes)<sup>121</sup>:

CONSELHEIRO PAULO SÉRGIO PINHEIRO<sup>122</sup> – [...] o estado é laico. Não tem essa conversa de querer fazer essa representação de todas as religiões [...] Se tira ou põe Missa, não sei. É capaz de causar um vespeiro tão grande ao tirar essa missa. Mas começar depois [referindo-se à proposta de garantir a presença de todas as religiões na programação], feito propaganda eleitoral, não, essa religião vamos dar dois minutos, esse, não, é não tem, tem uma igreja lá não sei onde, vamos dar um minuto e meio para eles. Isso não dá, não vai se resolver isso nunca.<sup>123</sup>

CONSELHEIRO JOÃO JORGE<sup>124</sup> – [...] deveríamos, ao terminar essa reunião, se não aprovamos isso aqui, rasgar a Constituição, porque ela propõe um estado laico, público, respeitando as diferenças religiosas, e dando espaço e oportunidades iguais [...] Se algum dos senhores me disser aqui que essa programação atual é igualitária do ponto de vista religioso, vou esquecer o que é igualdade; se algum dos senhores me disser que essa proposta da comissão não é possível de se fazer, vou dizer que não conhecemos igualdade e não queremos conhecê-la [...] é um vespeiro, mas a opressão no país é muito mais vespeiro.<sup>125</sup>

CONSELHEIRA HELOÍSA STARLING<sup>126</sup> – [...] A primeira é que não é o estado, é a república. A república não se confunde com a religião, em nenhum caso. E no nosso caso, separou da igreja no final do século XIX. Parece-me que se o nosso ponto é a república, talvez devesse lidar com a questão da religião, numa TV pública e republicana, e não estatal, em torno daquilo que é comum.<sup>127</sup>

Enquanto alguns conselheiros concentraram o debate no campo das ideias, outros usaram como recurso argumentativo suas experiências pessoais e foi com a ajuda de suas vivências que se posicionaram em relação ao problema. Um recurso, que já tinha sido utilizado em discussões anteriores pelo conselheiro João Jorge para defender a retirada dos programas religiosos da grade da emissora, foi também adotado por outros conselheiros, que defenderam a permanência deles:

<sup>121</sup> 18ª REUNIÃO Ordinária do Conselho Curador da EBC, 01 jun. 2010, p. 38 e seguintes. Transcrição das notas taquigráficas. Disponível em: <[www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt\\_18a\\_reuniao\\_cc.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt_18a_reuniao_cc.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2016.

<sup>122</sup> Paulo Sérgio Pinheiro é diplomata, foi Secretário de Direitos Humanos no governo de Fernando Henrique Cardoso e integrou a Comissão Nacional da Verdade, instalada no segundo mandato do governo Lula para apurar os crimes praticados durante o período da ditadura militar no Brasil.

<sup>123</sup> Idem, ibidem, 38, 40-41.

<sup>124</sup> Presidente do grupo cultural Olodum, representante do movimento negro no Conselho Curador.

<sup>125</sup> Idem, ibidem, p. 45-46.

<sup>126</sup> A Conselheira Heloísa Maria Murgel Starling é professora de História da Universidade Federal de Minas Gerais e integrou a Comissão Nacional da Verdade.

<sup>127</sup> Idem, ibidem, p. 48-49.

CONSELHEIRO LOURIVAL ANTÔNIO MACEDO<sup>128</sup> – [...] O Estado é laico, mas a religião não é proibida [...] Sou de uma família humilde, onde meu pai era operador de máquina agrícola, minha mãe era professora primária e teve sete filhos; em casa sempre tinha dez pessoas ou mais, porque sempre tinha um da família que estava precisando. E se não fosse a religião, acho que não dariam conta de segurar e pregar esses valores para todo mundo. Acredito que deveríamos não só ter esse espaço, mas até abrir espaço, porque são vinte e quatro horas de programação, sete dias por semana. Podia até abrir mais um, acho que não haveria problema nenhum.<sup>129</sup>

Mas a voz de conselheiros que se posicionaram contra a retirada do programa, não porque argumentaram racionalmente pela manutenção, mas porque falaram da importância da programação enquanto vivência religiosa não chegou a mobilizar os debates dentro do Conselho Curador. Foi o caso do posicionamento da conselheira Maria da Penha<sup>130</sup> na reunião que aconteceu em dezembro de 2010 (24ª REUNIÃO, 2010, p. 30-31):

CONSELHEIRA MARIA DA PENHA MAIA FERNANDES – [...] acho que se esse programa não está fazendo mal, não tem porque retirar. Quero dizer que eu já utilizei muito o programa religioso não pelo ritual, mas pela palavra que é transmitida. Na época em que eu não tinha como sair de casa, no domingo, assistir a missa, não o ritual, mas a palavra de Deus que é mencionada, aquilo que fortaleceu muito. E como não podia levar minhas filhas para nada, nenhum culto, nenhuma missa, elas assistiam comigo e a gente refletia sobre isso [...]<sup>131</sup>

A narrativa de Maria da Penha é fundamentada na sua experiência religiosa. Sequer tangencia a reflexão de como se deu a construção de sua prática de fé e de como os processos históricos tornaram viáveis a hegemonia cristã da qual ela faz parte. No entanto, a discussão sobre religiosidade na comunicação pública e seu papel na desconstrução de intolerâncias culturais demanda um exercício de inversão do pensamento que passa por garantir a legitimidade de uma expressão que é vista ou como ameaça, ou como ilegítima pela estrutura de pensamento que funda a sociedade moderna que tem o conhecimento científico como um de seus pilares fundadores. Boaventura de Sousa Santos fala em pensamento abissal, uma espécie de Tratado de

<sup>128</sup> Lourival Macedo é jornalista e funcionário da EBC. Foi o primeiro representante dos trabalhadores no Conselho Curador.

<sup>129</sup> Idem, *ibidem*, p. 33-34.

<sup>130</sup> A Conselheira Maria da Penha é Maria da Penha Maia Fernandes, farmacêutica e ativista pelos direitos da mulher. Foi vítima de violência doméstica por parte do ex-marido e, por isso, ficou paraplégica. Sua luta na Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos inspirou a aprovação da Lei Maria da Penha, no ano de 2006.

<sup>131</sup> 24ª REUNIÃO Ordinária do Conselho Curador da EBC, 07 dez. 2010, p. 30-31. Degravação.

Disponível em:

<[www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/degravacao\\_24a\\_reuniao\\_cc\\_ebc.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/degravacao_24a_reuniao_cc_ebc.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2016.

Tordesilhas do pensamento que vem sendo atualizado ao longo dos anos e que confere legitimidade ao discurso científico, negando legitimidade a qualquer outra forma de conhecimento (BOAVENTURA, 2010).

Posteriormente, a conselheira Maria da Penha lembraria dos momentos em que se sentiu constrangida frente ao grupo por ter se colocado pela manutenção dos programas (informação pessoal)<sup>132</sup>. Com a mesma posição que outros colegas de Conselho, mas com maiores recursos teóricos para construção dos argumentos, o conselheiro Juca Ferreira manteve a estratégia de discutir a relação de uma emissora de comunicação com seu público e suas complexidades. Foi com base nesse ponto de vista que ele criticou o relatório da Câmara de Educação, Cultura, Ciência e Meio Ambiente (18ª REUNIÃO, 2010, p. 36)<sup>133</sup>:

CONSELHEIRO JOÃO LUIZ [JUCA] DA SILVA FERREIRA (Ministro de Estado da Cultura) – [...] A solução que o relatório propõe é uma solução intelectual, trata a religião de fora, como uma interpretação, uma leitura, seja sociológica, antropológica, seja que abordagem for, nega o fenômeno religioso ao tratá-lo como objeto de reflexão. É importante, é bom, é necessário, faz parte de um complexo geral, mas essa abordagem não nega a possibilidade de algo tão forte na cultura brasileira, que inclusive é detectado pelo relatório, que é a vivência religiosa, a predominância do pensamento mágico da relação com o mundo, não a partir de critérios racionais, mas a partir de critérios outros. Quem não acredita, acha um escândalo.

Naquele momento, o único consenso do grupo foi o de adiar a decisão para uma data posterior a outubro de 2010, quando terminaria a disputa eleitoral para Presidência da República. A campanha começaria cinco dias depois desse debate e, no dia 31 outubro, Dilma Roussef seria eleita para seu primeiro mandato como a primeira mulher na Presidência da República do país. A campanha, especialmente o período do segundo turno, em que a então candidata Dilma disputou o cargo com o candidato da oposição José Serra (PSDB/SP), foi marcada por temas polêmicos e de conteúdo moral, como descriminalização do aborto, casamento e união civil entre pessoas do mesmo sexo e religiosidade.

---

<sup>132</sup> Um registro de uma “observadora participante”: os diálogos que travei com Maria da Penha se deram como integrante do Conselho Curador da EBC. Essas conversas aconteceram quatro anos depois de a ativista pelos direitos da mulher ter se colocado a favor da manutenção dos programas religiosos na grade da TV pública.

<sup>133</sup> 18ª REUNIÃO Ordinária do Conselho Curador da EBC, 01 jun. 2010, p. 36. Transcrição das notas taquigráficas. Disponível em: [www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt\\_18a\\_reuniao\\_cc.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt_18a_reuniao_cc.pdf). Acesso em: 20 jul. 2016.

O consenso em torno do adiamento da discussão denuncia as contradições de uma estrutura criada para se constituir como pública, autônoma e não subordinada às circunstâncias ou interesses políticos. Com isso, na prática, o Conselho sinaliza os limites dessa autonomia e reforça, mesmo que sem intencionalidade, sua dependência ou vinculação ao governo central.

Não parece apenas acaso, portanto, que a decisão pragmática de adiar a discussão tenha encontrado lastro na posição do Ministro da SECOM, Franklin Martins. Antes de se posicionar a favor de protelar os debates, o ministro atribuiu ao histórico de formação da EBC a existência do problema que precisaria ser enfrentado. Herança batizada por ele como “pepino”<sup>134</sup> (18ª REUNIÃO, 2010, p. 50)<sup>135</sup>:

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS (Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – [...] temos um pepino no colo. Reparem só o seguinte, se tivéssemos começando a fazer a TV Brasil e decidíssemos fazer a nossa grade de programação, acredito que não estaríamos discutindo aqui se iríamos botar uma missa no domingo às 7h da manhã. [...] acredito, sinceramente, que não devemos exibir cultos religiosos. Como vamos lidar com esse problema concreto? Concordo com a Tereza, não deve lidar de agora até outubro.

Enquanto a decisão a respeito do tema era suspensa no Conselho Curador, o período foi utilizado para incorporar a sociedade na discussão. Entre os dias 5 de agosto e 19 de outubro, foi aberta uma Consulta Pública sobre a diversidade religiosa na EBC. A janela de participação social deveria ajudar a balizar a decisão que seria tomada mais à frente pelo Conselho. Nesse período, foram recebidos 140 posicionamentos de cidadãos e de organizações da sociedade civil<sup>136</sup>. Desse total, 115 contribuições (82%) foram contrárias à retirada dos programas católicos e evangélico do ar.

O Conselho Curador não foi o único a estimular a participação popular no debate. No dia 8 de agosto de 2010, após a missa celebrada por Dom Orani Tempesta na própria TV Brasil, o padre responsável pela direção do ritual midiático, Padre Dionel

<sup>134</sup> Ressalto a reflexão do ministro que categoriza o debate sobre a religiosidade como um “pepino herdado do passado”, porque esse aspecto será importante para as reflexões posteriores, quando da análise da participação do público nesse debate, já que esse é um público que também é “herdado” do passado.

<sup>135</sup> 18ª REUNIÃO Ordinária do Conselho Curador da EBC, 01 jun. 2010, p. 36. Transcrição das notas taquigráficas. Disponível em: <[www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt\\_18a\\_reuniao\\_cc.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt_18a_reuniao_cc.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2016.

<sup>136</sup> Contando com a primeira participação da Consulta Pública, o parecer elaborado pela própria Câmara de Educação, Cultura, Ciência e Meio Ambiente do Conselho Curador, o número de participações chega a 141. Por se tratar de conteúdo do próprio Conselho e um catalisador da discussão, optou-se por não incluí-lo na contabilidade final de posicionamentos.

Amaral, da Arquidiocese do Rio de Janeiro, convocou os fiéis a participarem da consulta durante os avisos finais à comunidade<sup>137</sup>. Foi justamente nesse período que a Ouvidoria da EBC recebeu o maior volume de manifestações sobre o tema no período compreendido entre 2009 e 2013. Ao contrário da prática de mobilização adotada pela Igreja Católica, os integrantes da Igreja Batistas, responsáveis pelo programa *Reencontro*, não usaram o programa transmitido pela TV Brasil para mobilizar seus fiéis.

Enquanto a campanha em defesa da permanência dos programas religiosos ganhava as telas da TV Brasil, outras denominações e posicionamentos não tiveram a mesma oportunidade nas emissoras da EBC, que manteve sua programação alheia à discussão. A decisão dos responsáveis pelo programa católico em levar aos seus telespectadores o debate sobre a programação religiosa na TV Brasil foi apontada, por parte dos conselheiros, como uma manobra que tirou a legitimidade da Consulta Pública. O tema foi tratado na reunião de setembro de 2010, quando a consulta pública ainda estava em andamento (21ª REUNIÃO, 2010, p. 6 e p. 9)<sup>138</sup> :

CONSELHEIRO PAULO SÉRGIO PINHEIRO – [...] causaria um certo desequilíbrio se os atuais detentores do espaço de programas religiosos fizessem *lobby* para si mesmos, porque dá um desequilíbrio total para outras opções religiosas que não estão representadas na grade da programação.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – [...] minha proposta é que se reivindique o direito de resposta, o pastor e o padre utilizaram um espaço público para defender uma proposta e para criticar uma resolução que o Conselho está encaminhando e que, inclusive até, nada está resolvido.

---

<sup>137</sup> Durante a pesquisa não foi possível recuperar as imagens da missa em que é feita a convocação para participação na Consulta Pública. Ao contrário do que acontece com todos os programas da EBC, o serviço de documentação e acervo da EBC não mantém em seu arquivo o conteúdo dos programas católicos. A justificativa é que, diferente dos programas *Reencontro* e *Palavras de Vida*, a Santa Missa é um programa transmitido ao vivo e, portanto, não ficam cópias no acervo da EBC. Segundo o artigo 71 do Código Brasileiro de Telecomunicações, toda irradiação gravada e transmitida pelas emissoras brasileiras precisam ser mantidas em arquivo pelo prazo de 24 horas subsequentes ao encerramento dos trabalhos diários da emissora e essas deverão conservar pelo prazo de 60 dias os textos dos programas, inclusive noticiosos, devidamente autenticados pelos responsáveis pelo programa. Portanto, a EBC não tem obrigação de armazenar em seus acervos as missas transmitidas ao longo dos anos.

<sup>138</sup> 21ª REUNIÃO Ordinária do Conselho Curador da EBC, 14 set. 2010, p. 6 e 9. Transcrição das notas taquigráficas. Disponível em: <[www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt\\_21a\\_reuniao\\_cc.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt_21a_reuniao_cc.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2016.

Como paliativo para a distorção que teria sido causada com a campanha junto aos fiéis e telespectadores da TV Brasil, o Conselho Curador decidiu ampliar por 15 dias o prazo da Consulta Pública<sup>139</sup>.

Na reunião de dezembro de 2010, após o processo eleitoral, o Conselho voltou ao tema, tendo agora na mesa a primeira minuta de resolução propondo a suspensão dos programas religiosos e sua substituição por programas que garantissem a diversidade religiosa; e o resultado da consulta pública: uma contundente posição favorável à manutenção dos programas religiosos na grade da EBC. Nesse momento, teve lugar o debate mais intenso sobre o assunto. A discussão dividiu os conselheiros com diferentes posições e o grupo não chegou a um consenso.

As discussões travadas até esse momento pelo Conselho mostraram que a necessidade de reforma da programação tinha fundamentos. Mas, ao contrário do que previu o conselheiro Daniel Aarão ao propor a consulta mais ampla à sociedade sob o argumento de que “inclusive isso daria legitimidade à nossa reforma”, ao invés de legitimar a decisão que seria tomada, ajudou a colocar a reforma proposta em cheque e gerou dúvidas mesmo entre conselheiros que, até então, se manifestavam a favor da substituição dos programas religiosos (24ª REUNIÃO, 2010, p. 31 e 37)<sup>140</sup>:

CONSELHEIRO MANOEL ROBERTO SEABRA PEREIRA<sup>141</sup> – [...] temos que nos remeter especialmente ao que foi feito, que foi a consulta pública, que está sendo colocada meio de lado. Além do que já foi dito pelo ministro, que 80% das pessoas se posicionaram a favor da manutenção dos programas, acho que tinham propostas interessantes que poderíamos, não sei se o tempo vai permitir, mas avaliar nesse conselho. [...]

CONSELHEIRO MURILO CÉSAR RAMOS<sup>142</sup> – [...] a consulta nos conduz a uma outra decisão, se formos levar em conta não apenas a questão numérica, mas as manifestações das entidades. Ela nos conduz a uma outra decisão, para nós tomarmos essa decisão aqui haverá que ter uma exposição de motivos, enfim, um esclarecimento aos consultados para que eles tenham a clareza de que o Conselho tomou a decisão com base na consulta, mesmo que na aparência, por isso que teria que ser feito um estudo mais

<sup>139</sup> Até então, a Consulta seria finalizada no dia 4 de outubro de 2010; foi ampliada até o dia 19 de outubro do mesmo ano.

<sup>140</sup> 24ª REUNIÃO Ordinária do Conselho Curador da EBC, 07 dez. 2010, p. 31 e 37. Degravação.

Disponível em:

<[www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/degravacao\\_24a\\_reuniao\\_cc\\_ebc.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/degravacao_24a_reuniao_cc_ebc.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2016.

<sup>141</sup> Manoel Roberto Seabra Pereira foi diretor da TV Câmara e o primeiro representante da Câmara dos Deputados no Conselho Curador.

<sup>142</sup> O Conselheiro Murilo César Ramos é professor titular da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília.

aprofundado, estejamos em conflito com aquilo que majoritariamente a consulta apontou, que é a permanência dos programas.

Como era de se esperar, a consulta reforçou a posição de quem já era contrário à retirada dos programas religiosos:

CONSELHEIRO JOÃO LUIZ [JUCA] SILVA FERREIRA [Ministro de Estado da Cultura] – O ideal seria que tivéssemos essa resolução consolidada, mas como é um gesto unilateral do conselho e não é da sociedade, não é acompanhado de uma demanda complexa da sociedade, acho que ela vai trazer dificuldades para a EBC. Não há uma demanda da sociedade para a realização disso agora.

Em um país que acabara de sair de uma disputa presidencial acirrada por discussões de fundo moral, sem um instrumento de apoio popular para garantir legitimidade à decisão e com o grupo completamente cindido, o Conselho resolveu postergar para o ano seguinte a votação da proposta.

Em 22 de março de 2011, a discussão foi retomada a partir do processo de leitura e votação da resolução de suspensão dos programas proposta pela Câmara de Educação, Cultura, Ciência e Meio Ambiente na reunião do ano anterior. Antes de apresentar o texto que seria submetido aos conselheiros, o relator do processo, Daniel Aarão, apresentou uma justificativa para uma proposta de resolução que não coincidia com o resultado da Consulta Pública (26ª REUNIÃO, 2011, p. 75)<sup>143</sup>:

A defesa dos atuais programas por aqueles que as defenderam, evidentemente, baseou-se apenas e tão somente na manifestação de interesses atendidos pelos atuais programas. Ora é exatamente a adequação e validade desses interesses que são colocados em questão pela proposta atualmente em discussão. Por outro lado, cumpre observar a expressiva manifestação de entidades da sociedade civil que se posicionaram ao lado de significativo número de pessoas físicas a favor de uma construção de uma alternativa para os atuais programas religiosos. Também nenhum daqueles que se manifestou contra a substituição contra a alternativa e proposta, nenhum deles considerou ilegal a decisão do Conselho, se ela se encaminhasse para essa direção.”

Após um rápido debate bem menos aquecido que os das reuniões anteriores, a resolução foi aprovada. Dos 15 conselheiros presentes, 10 foram favoráveis à resolução que determinava a substituição dos programas por uma programação que permitisse maior diversidade religiosa. Apenas dois conselheiros foram contrários à resolução.

---

<sup>143</sup> 26ª REUNIÃO Ordinária do Conselho Curador da EBC, 22 mar. 2011, p. 75. Transcrição das notas taquigráficas. Disponível em: <[www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt\\_26a\\_reuniao\\_cc.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt_26a_reuniao_cc.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2016.

Outros dois não tinham direito a voto e um havia se retirado da reunião momentos antes da votação<sup>144</sup>.

É interessante notar que a reunião que decidiu pela substituição dos programas religiosos se deu com uma nova formação do Conselho, distinta daquela em que os debates iniciais foram travados. Com a mudança de governo, os quatro ministros, representantes do Poder Executivo, foram substituídos por novos titulares. Deixavam a discussão, portanto, dois atores com grande protagonismo na criação da EBC e com grande influência nos debates do Conselho Curador, os ministros Juca Ferreira, da Cultura, a principal voz dentro do Conselho pela manutenção dos programas religiosos, e Franklin Martins, da Secretaria de Comunicação Social.

Com algumas alterações em relação aos esboços discutidos anteriormente, foram aprovadas as seguintes determinações (RESOLUÇÃO nº 02/2011)<sup>145</sup>:

Art. 1º - Determinar a suspensão dos atuais programas religiosos nos veículos públicos da EBC;

Art. 2º - Esta determinação será imediatamente comunicada aos organizadores e produtores dos atuais programas e divulgada publicamente;

Art. 3º - Esta determinação entrará em vigor 6 (seis) meses após a promulgação desta Resolução permitindo-se, assim, aos organizadores e produtores dos atuais programas tempo hábil para encontrar alternativas para veiculá-los;

Art.4º - A Diretoria da EBC apresentará ao Conselho Curador alternativas de programação para comporem a(s) nova(s) faixa(s) religiosa(s) de seus veículos, respeitando o critério de pluralidade máxima das vivências religiosas existentes no País.

Com isso, a *Santa Missa*, o *Palavras de Vida* e o *Reencontro* teriam até o dia 22 de setembro para encontrar uma nova janela de exibição.

A proposta de suspender e substituir os programas religiosos não foi compreendida por boa parte dos integrantes do Conselho como um processo de

---

<sup>144</sup> Das 22 pessoas que integravam o Conselho Curador, naquele momento, 15 estavam presentes, incluindo os representantes do Ministério da Educação, Érico Silveira, e do Ministério da Cultura, Vitor Ortiz. Como eles participavam da reunião como substitutos e não como titulares do Conselho, papel que cabe exclusivamente aos ministros de Estado, eles não tinham direito a voto. A conselheira que se retirou no momento da votação foi a então ministra das Secretaria de Comunicação Social, Helena Chagas. Dessa forma, os representantes do governo não participaram da decisão que decidiu por suspender os programas religiosos.

<sup>145</sup> RESOLUÇÃO nº 02/2011. **Dispõe sobre os programas de cunho religioso nos veículos da EBC.** 24 mar. 2011. Disponível em: [www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/Res%2002\\_2011.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/Res%2002_2011.pdf). Acesso em 21 jul. 2016.

exclusão dos programas veiculados, mas como um processo de inclusão de novas religiosidades. Esse detalhe sintático foi um recurso importante na argumentação a favor da proposta, mas que não passou em branco para os conselheiros contrários à resolução, como deixa claro o diálogo (26ª REUNIÃO, 2011, p. 82-83)<sup>146</sup>:

CONSELHEIRO MÁRIO AUGUSTO JAKOBSKIND<sup>147</sup> – [...] A questão ficou muito clara, pelo que apresentou a Câmara de Direitos Humanos, não se está suprimindo nenhum programa religioso, pelo contrário, está se querendo dar mais vez e mais voz a outras religiões que aí sim são colocadas em segundo plano, e até sofrem restrições de algumas dessas mesmas religiões, e têm espaços consagrados.

O SR. PAULO RAMOS DERENGOSKI<sup>148</sup> – O Conselheiro me concederia um aparte? Está expresso na resolução a supressão, pela Presidente da EBC, do programa religioso.

CONSELHEIRO MÁRIO AUGUSTO JAKOBSKIND – Não. Acho que não é isso [...]. É uma questão semântica. Trata-se de suspensão. Então, vai-se suspender para ampliar o espaço religioso. É justamente bem mais democrático. Por que religiões como Umbanda, Candomblé e outras não têm espaço? São até combatidas pelas que têm espaço. Isso que é pouco democrático.

A decisão de suspender a programação repercutiu na opinião pública e na sociedade de uma forma geral, mas especialmente entre as pessoas e as instituições que seriam afetadas diretamente pela suspensão dos programas. Primeiro, nas instituições, a Igreja Batista de Niterói e a Arquidiocese do Rio de Janeiro e suas diversas ramificações junto às instâncias de representação do poder estatal e, em seguida, em decorrência das instituições, entre as pessoas: os fiéis das religiões católica e evangélicas. Também houve repercussão junto a setores progressistas da sociedade, como nos movimentos feminista, negro e pela democratização da comunicação. Para estes últimos, a decisão do Conselho foi recebida como um ponto de inflexão, uma lufada de esperança para a

<sup>146</sup> 26ª REUNIÃO Ordinária do Conselho Curador da EBC, 22 mar. 2011, p. 82-83. Transcrição das notas taquigráficas. Disponível em:

<[www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt\\_26a\\_reuniao\\_cc.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt_26a_reuniao_cc.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2016.

<sup>147</sup> Mario Augusto Jakobskind é escritor e jornalista e integrou a diretoria da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Foi o primeiro conselheiro a ingressar no Conselho Curador por meio de Consulta Pública. Seu ingresso foi marcado pela polêmica. Entre os nomes indicados pela sociedade civil para compor a lista tríplice que foi submetida à Presidência da República para a definição do nome do novo conselheiro, Jakobskind tinha o menor número de indicações dos movimentos sociais, na verdade, apenas um voto da própria ABI. Foi escolhido, a despeito dos outros dois nomes que foram indicados por um número muito mais amplo de movimentos sociais.

<sup>148</sup> O Conselheiro Paulo Ramos Derengoski é escritor e jornalista de Santa Catarina. Representava o Região Sul no Conselho Curador.

retomada de propostas aprovadas (e nunca implantadas) desde a Assembleia Nacional Constituinte até a 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom).

Uma semana depois da decisão, o ex-presidente da Radiobrás, Eugênio Bucci, parabenizou a iniciativa do Conselho em um artigo na edição online do *Estadão*, lembrando que a empresa que presidiu e que deu origem à EBC, a Radiobrás, já carregava a missa em sua programação. Mas os elogios à decisão, não permitiram uma comemoração completa (BUCCI, 2011)<sup>149</sup>:

Durante a minha gestão havia uma missa dominical na TV Nacional de Brasília que pertencia à Radiobrás. Não tive o engenho, a sustentação política e a graça para tirá-lo do ar. Era difícil demais. Se a direção da EBC conseguir fazê-lo, deixo aqui meu testemunho, terá sido um feito bíblico.

A ironia, na verdade, antecipava o que estava por vir. Enquanto o movimento social comemorava a decisão, as igrejas afetadas pela resolução organizavam uma reação.

No programa *Reencontro*, que foi ao ar no dia 17 de setembro, uma semana antes da data-limite definida pelo Conselho Curador para a retirada dos programas, o pastor Flávio Lima e Helga Fanini, viúva do pastor Nilson Fanini, abriram o programa com um editorial que recuperou todo o histórico do *Reencontro*. O tom das falas é de gravidade. A câmera, fechada no rosto do pastor Lima tentar manter o “contato visual” com o telespectador do outro lado da tela. O pastor explica a íntima relação do *Reencontro* com a própria fundação da TVE do Rio de Janeiro, atribuindo a Nilson Fanini, criador do programa e precursor no processo de inserção televisiva das religiões evangélicas no Brasil, a doação dos primeiros equipamentos que permitiram a estreia da TVE do Rio de Janeiro em 1975 e justificando a inserção do *Reencontro* na grade da emissora como uma retribuição ao apoio recebido (VÍDEO, 2011, 00:03’:58’)<sup>150</sup>:

Em 1974, o pastor Nilson Fanini faz contatos diretos com a Konrad’Adenauer Foundation, em Bonn, Alemanha, para a doação de equipamentos à Fundação Centro Brasileira de TV Educativa, do diretor Gilson Amado, possibilitando a entrada no ar, no ano seguinte da TV Educativa, hoje TV Brasil, aqui no Rio de Janeiro.

<sup>149</sup> BUCCI, E. TV Pública é TV Laica. *Estadão*, 04 abr. 2011. Disponível em: <<http://opinio.estadao.com.br/noticias/geral,tv-publica-e-tv-laica-imp-,702749>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

<sup>150</sup> VÍDEO [Reencontro]. Rio de Janeiro: Associação Evangélica de Comunicação Reencontro, 17 set. 2011

Concluído o resgate histórico, pastor Flávio dá a notícia, “carregando nas tintas”, nomeando todos os envolvidos no processo, atribuindo muito mais abrangência ao Conselho Curador do que ele de fato tinha e questionando a ausência de diálogo entre o Conselho e os diretores do programa (VÍDEO, 2011, 00:06’:40’)<sup>151</sup>:

Hoje, 17 de setembro de 2011, sábado, vai ao ar o último programa *Reencontro* na TV Brasil, emissora oficial de TV brasileira, comandada pela EBC, Empresa Brasil de Comunicações, estatal criada pela Lei 11.652/2008, pelo governo Luís Inácio Lula da Silva e dirigida por um Conselho Curador que assumiu o controle de todas as emissoras de rádio e TV existentes. A decisão da EBC foi polêmica, pois não foi transparente para os programas religiosos existentes na grade da emissora, dois católicos, Santa Missa e Palavras de Vida, e um evangélico, *Reencontro*. Todos eles no ar desde a fundação da TV Educativa no Rio de Janeiro em 1975. Por quase um ano, o assunto foi discutido e não alcançou maioria entre os conselheiros e nenhum dirigente dos programas citados foram chamados a qualquer reunião do conselho curador. A ideia era que os programas religiosos não representavam o pensamento da pluralidade religiosa brasileira.

Por último, tomando como base os números do IBGE, ele lembrou que a imensa maioria da população é formada por cristãos católicos e evangélicos, lembrou do caráter minoritário das outras religiões e elegeu os dados estatísticos como critério para definição da diversidade religiosa brasileira. Ainda no programa *Reencontro*, coube a Helga Fanini colocar as palavras finais de despedida. Reproduzo a intervenção aqui pelo caráter pessoal da mensagem deixada pela missionária cristã: tão pessoal que chega a colocar um pronome possessivo para falar sobre uma emissora pública de televisão (VÍDEO, 2011, 00:10’:02’)<sup>152</sup>:

Hoje eu estou diante dessas câmeras com o coração tomado pela emoção por essa última edição do programa *Reencontro* na TV Brasil [...]. Entendeu a EBC que não há mais espaço para uma programação que zelou durante 44 anos pelo ideal do seu fundador, pastor Nilson de Amaral Fanini, meu querido e saudoso esposo, que era tão somente levar ao povo brasileiro a mensagem de paz e de salvação que emana do coração de Deus através do evangelho de Jesus Cristo [...]. Quis a providência divina que nos anos 70 o pastor Fanini conhecesse o idealista e educador professor Gilson Amado e com ele sonhasse o sonho comum: colocar no ar uma televisão voltada à educação. Nasceu a TV Educativa [...]. Dr. Gilson Amado reconheceu a colaboração do pastor Fanini e os préstimos do então seu colega no Conselho de Educação do Estado do Rio de Janeiro. E lhe deu esse tempo em **seu canal**, vindo à luz assim, o programa *Reencontro*.

Apesar da despedida emotiva, o programa *Reencontro* não deixou de ser transmitido pela TV Brasil. Em relação à cobrança das instituições religiosas por um

---

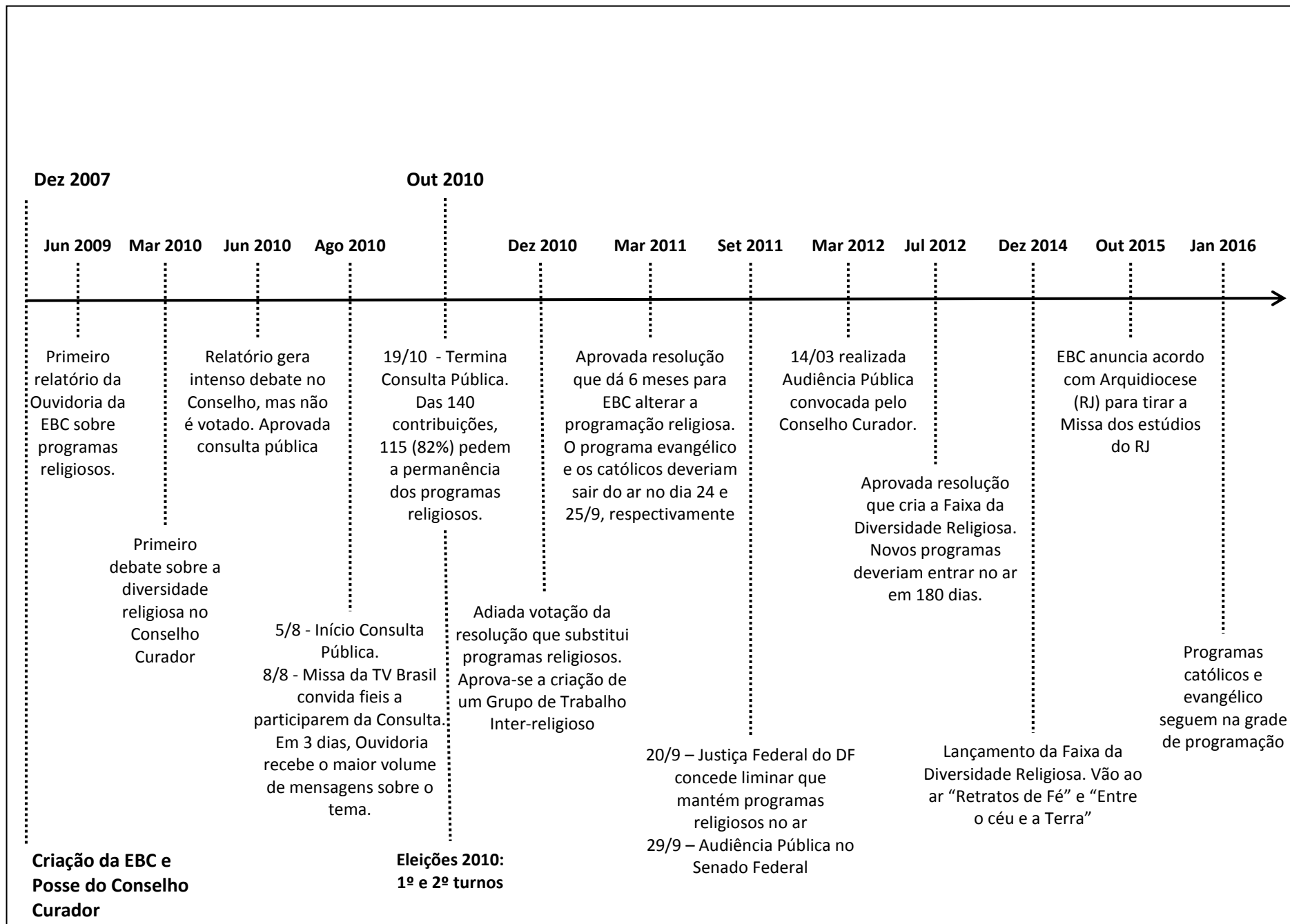
<sup>151</sup> Idem.

<sup>152</sup> Ibidem.

contato direto entre o Conselho Curador e essas instituições, vale lembrar que na Consulta Pública, realizada meses antes, as instituições não apenas foram consultadas, mas também puderam se posicionar, inclusive, mobilizando outros aliados além de seus próprios fieis.

No programa católico *Santa Missa* a mensagem teve outra conotação. O padre Dionel Amaral, diretor do programa, usou o espaço de transmissão da TV Brasil para contestar a decisão do Conselho, o que aconteceu no dia 18 de setembro de 2011. Ao fim da apresentação, padre Amaral convidou os fieis a escreverem para a presidenta Dilma Roussef questionando a decisão. Para ele, tratava-se de uma medida discriminatória, um caso de intolerância religiosa. Depois da convocação pela televisão, a Ouvidoria voltou a receber posicionamentos contrários à retirada dos programas religiosos.

**Figura 11.** Linha do Tempo: o debate sobre a diversidade religiosa na EBC



### 4.3 O debate ampliado: os poderes contestam o Conselho

A resposta que teria mais repercussão no Conselho Curador, no entanto, não veio dos telespectadores e sim dos poderes Judiciário e Legislativo.

No dia 20 de setembro de 2011, às vésperas do prazo para a retirada dos programas do ar, o juiz da 15ª Vara Federal do Distrito Federal, João Luiz de Souza, aprovou o pedido de Tutela Antecipada garantindo por tempo indeterminado a manutenção da veiculação dos programas religiosos na grade da emissora pública. Entre os argumentos elencados nas ações para a manutenção dos programas estavam:

1) A desobediência ao Pacto de São José da Costa Rica, acordo firmado pela Convenção Interamericana de Direitos Humanos em 1969, garantindo liberdade de credo nos países signatários do acordo, entre eles o Brasil; e

2) O desrespeito ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, aprovado por meio do Decreto 7.107/2010, resultado de um controverso acordo firmado entre o governo brasileiro e o representante do Vaticano, papa Bento XVI, que garantiu benefícios tributários e trabalhistas à Igreja Católica, além de prever o ensino religioso nas escolas públicas. O Estatuto também garantia “à Igreja Católica o direito de desempenhar a sua missão apostólica, garantindo o exercício público de suas atividades” (ESTATUTO, 2010)<sup>153</sup>.

O recurso jurídico abriu um precedente inusitado: a justiça definir a grade de programação de uma televisão. . Pelo caráter público da EBC, talvez a interferência externa passasse despercebida, o que não aconteceria em uma emissora comercial. No entanto, o sentido de interferência foi exatamente a noção apreendida pelo conselheiro Daniel Aarão (30ª REUNIÃO, 2011)<sup>154</sup>:

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – [...] essa antecipação de tutela é um atentado à liberdade da EBC de organizar seus próprios programas, porque o argumento da antecipação de tutela, de que está em jogo a liberdade religiosa, é um sofisma diabólico, porque evidentemente não está em jogo a liberdade religiosa neste País. Tanto a religião Batista quanto a

---

<sup>153</sup>ESTATUTO Jurídico da Igreja Católica. In: Decreto 7.107, de 11 de fevereiro de 2010. **Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé, relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, firmado na Cidade do Vaticano, em 13 de novembro de 2008.** Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7107.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7107.htm)>. Acesso em: 21 jul. 2016.

<sup>154</sup> 30ª REUNIÃO Ordinária do Conselho Curador da EBC, 25 set. 2011. Transcrição de nota taquigráfica. Disponível em: <[www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt\\_30a\\_reuniao\\_cc.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt_30a_reuniao_cc.pdf)>. Acesso em: 24 jul. 2016.

religião Católica têm inúmeras emissoras no País através das quais, inclusive isso foi um dos fundamentos da nossa decisão, veiculam seus programas religiosos [...] Agora, uma televisão decide alterar a sua grade programática, uma entidade ou empresa prejudicada entra na Justiça e ganha o direito de manter o programa, apesar de todos os órgãos legais dessa empresa terem decidido tirar da grade o programa.

O embate não terminou com a decisão do Judiciário. As instituições religiosas também mostraram capilaridade junto ao Poder Legislativo. No dia 29 de setembro, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal (CCT) convidou o Conselho Curador a explicar a decisão. Na prática, o partido do governo e sua base aliada entraram em rota de colisão com o Conselho Curador da EBC. Durante a audiência, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), integrante da bancada evangélica, recusou a argumentação de que o Conselho Curador estaria preocupado com a diversidade religiosa e, mais grave, questionou a legitimidade da instância no processo de tomada de decisão (42ª REUNIÃO, 2011)<sup>155</sup>:

Se o Conselho Curador estava preocupado com a diversidade, não é retirando dois programas que ele vai obter essa diversidade. E é um argumento lógico, ora. Em seis meses nós teríamos que acrescentar, não tirar. E também acho que o Conselho, sendo órgão político... O Conselho é um órgão eleito, ali vocês não são concursados, vocês são eleitos. Então, eu também acho que o Conselho deveria ter consultado suas bases. A nossa representante do Senado não me ouviu. E perguntei aos líderes da casa também [...], embora possamos discutir sobre ilegalidade, ilegitimidade, injustiça, acho que esses três – is – acabaram passando sabe o quê? Um outro –i–: intolerância.

E continua (42ª REUNIÃO, 2011)<sup>156</sup>:

Acho que não fomos democráticos na TV pública, onde deveríamos ser [...] O Conselho Curador não deixa de ser um órgão político, é um órgão da política. Fico imaginando o que aquelas senhoras da igreja Católica ou Batista, quando ligarem a televisão, vão dizer ao verem que não tem mais o padre ou o pastor. - Tiraram por quê? - Acho que o povo não vai entender.

A falta de legitimidade do Conselho também foi ponto levantado pelo senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (42ª REUNIÃO, 2011)<sup>157</sup>:

[...] eu quero entrar na questão que para mim é mais importante, que é a legitimidade. Eu acho que os senhores estão colocando em discussão o próprio Conselho Curador da forma como existe. Se tivesse alguém eleito nesse Conselho Curador, ele não tomaria uma decisão como essa. E volto à

<sup>155</sup> 42ª REUNIÃO da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, 22 set. 2011. Transcrição de nota taquigráfica. Disponível em:

<[www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao/disc/disc.asp?s=000630/11](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao/disc/disc.asp?s=000630/11)>. Acesso em: 20 jul. 2016.

<sup>156</sup> Idem, ibidem.

<sup>157</sup> Idem, ibidem.

questão original: a legitimidade vem do povo. Quando falo que vocês estão colocando em risco o próprio Conselho Curador [...] não podemos ter um conselho de iluminados que se distancia do mundo real, que não escuta a opinião dos outros [...] até onde vai o poder do Conselho? O Conselho vale mais do que a direção da Presidência [da República]?

Coube, mais uma vez, ao conselheiro Daniel Aarão defender a decisão e esclarecer que a medida não se tratava de censura à liberdade religiosa (42ª REUNIÃO, 2011)<sup>158</sup>:

Não procede o argumento de que a suspensão dos atuais programas possa ser associada à censura, a qualquer tipo de restrição ou ainda, muito menos, a qualquer atentado à liberdade religiosa. O que se quer é controlar uma situação de privilégio, de abuso, que se constituiu ao longo do tempo e que reserva a programa[ção] religiosa a apenas duas confissões.

Nenhum parlamentar tomou a palavra em defesa da decisão do Conselho e o resultado da audiência foi o Projeto de Decreto Legislativo 244 de 2011 que sustava a resolução do Conselho. O projeto assinado pelos senadores Lindberg Faria (PT/RJ), Marcelo Crivella (PRB/RJ) e Lobão Filho (PMDB/MA) não tramitou sozinho. Na Câmara dos Deputados, outro texto semelhante, da deputada Liliam Sá (PSD/RJ), também da bancada evangélica, mas, principalmente, apresentadora de um quadro em um dos programas afetados pela decisão do Conselho Curador, o *Reencontro*, também pediu revogação da decisão do Conselho.

Nenhum dos decretos precisou ir à votação. As mudanças na EBC vieram antes. Após as reações públicas à proposta de suspensão dos programas, o Conselho passou a buscar soluções para o impasse. Só então a direção da EBC apresentou a incipiente proposta de dividir as 2 horas e 45 minutos de programação religiosa semanal entre grupos religiosos, levando em consideração os dados estatísticos do IBGE e a importância histórica e social de algumas dessas confissões religiosas. A proposta não agradou ao Conselho que preferiu montar um Grupo Consultivo Inter-Religioso, proposta que já havia sido apresentada por instituições religiosas minoritárias durante a Consulta Pública, mas que até então tinha sido descartada. Também foi tomada a decisão de convocar uma Audiência Pública para aprofundar a discussão do tema (31ª REUNIÃO, 2011)<sup>159</sup>:

---

<sup>158</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>159</sup> 31ª REUNIÃO Ordinária do Conselho Curador da EBC, 23 nov. 2011. Transcrição de nota taquigráfica. Disponível em:

CONSELHEIRO TAKASHI TOME<sup>160</sup> – [...] ficou assim bastante patente, que é muito importante envolvermos outros setores da sociedade nessa discussão, pesquisadores, estudiosos e, também, grupos religiosos. Então, qual foi a conclusão a que chegamos? Seria a de criar um grupo consultivo que estudaria o problema, formularia uma nova proposta, eventualmente, uma das ideias aventadas foi a de se fazer uma consulta pública, uma audiência pública e, ao cabo do prazo proposto aqui, que seria de 90 dias, ter uma nova proposta já com indicativo de como deveria ser a programação.

A resolução aprovada nesse dia foi determinante para o arquivamento dos decretos legislativos e abriu espaço para negociação de acordo na justiça entre a EBC, a Igreja Batista de Niterói e a Arquidiocese do Rio de Janeiro.

A repercussão negativa causada pela decisão do Conselho Curador foi um divisor de águas na atuação do próprio Conselho. Com a legitimidade questionada no Legislativo e no Judiciário, isolado do Poder Executivo, e sem grande espaço na opinião pública, o Conselho acabou enfraquecido. A partir desse momento, apesar de manter o nível de crítica à qualidade e à pertinência dos conteúdos veiculados pelas emissoras da EBC, o grupo passou a ser menos incisivo em suas determinações.

#### **4.4 Aprendendo a ouvir: as religiões falam ao Conselho Curador**

O recuo do Conselho deixou traumas, mas também trouxe aprendizados. O principal deles foi o de que a construção do público passa por acordos públicos. A primeira Audiência Pública sobre a Diversidade Religiosa mostraria isso. A audiência aconteceu em março de 2012, com a inscrição de 30 participantes e uma plateia com cerca de 80 pessoas. A discussão ficou restrita à representação *institucional* da diversidade religiosa, sem a presença de uma plateia menos organizada, como a de telespectadores e ouvintes das emissoras da EBC. Uma boa parte dos presentes na Audiência Pública foi formada por lideranças religiosas ou não-religiosas com assento no Comitê de Diversidade Religiosa, ligado à Secretaria dos Direitos Humanos (SDH) e que participaram da elaboração do Plano Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3), projeto encampado pela SDH e que encontrou fortes resistências, especialmente das

---

<[www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt\\_31a\\_reuniao\\_cc.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt_31a_reuniao_cc.pdf)>. Acesso em: 24 jul. 2016.

<sup>160</sup> Takashi Tome é engenheiro elétrico e colaborou nas discussões sobre o desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD). Ingressou no Conselho Curador no segundo processo de consulta pública.

empresas de comunicação, da Igreja Católica, das Forças Armadas e da bancada ruralista no Congresso Nacional<sup>161</sup>

A partir dessa Audiência, o debate ficou, no mínimo, mais colorido. Em uma sala na sede da EBC, em Brasília, representantes de crenças e descrenças puderam se colocar frente a frente para expor suas demandas e ouvir as demandas alheias. Em alguns momentos, os ânimos ficaram exaltados frente ao desafio de compartilhar o mesmo espaço com diferentes visões de mundo. Os representantes das religiões que já tem espaço na programação das emissoras da EBC apresentaram argumentos para a manutenção desses espaços, incluindo o direito ao culto, mas legitimando a tradição a partir da abertura de novas janelas na grade de programação para todas as religiões. Foi o caso do padre Marcos William Bernardo, da Arquidiocese do Rio de Janeiro (4ª AUDIÊNCIA, 2012, p. 5)<sup>162</sup>:

SR. MARCOS WILLIAM BERNARDO: [...] que apareçam todos os trabalhos, todas as religiões, todos os movimentos, e venham com os seus cultos, e venham para público, para a tevê, em forma de culto. Porque de culto que nós estamos falando. Quando eu falo de culto, eu falo de algo público. Eu quero publicar a minha fé. Eu quero ter uma experiência religiosa.

Argumento parecido ao do Pastor Flávio Lima, da Associação Evangélica de Comunicação Reencontro e diretor do programa *Reencontro* (4ª AUDIÊNCIA, 2012, p. 14)<sup>163</sup>:

SR. FLÁVIO VIEIRA LIMA: [...] Precisamos de mais espaço? Outros grupos religiosos querem mais espaço? Ok, vamos abrir esse espaço. A tevê é pública. Pública, quer dizer, é do povo, é nossa tevê. Nós mandamos nessa emissora. Nós mandamos na EBC, nós mandamos no Conselho Curador... Me desculpem essa expressão de mandar, no bom sentido, porque a tevê é nossa, senhores.

<sup>161</sup> Em sua primeira versão, o PNDH 3 incluía temas polêmicos, por exemplo: a descriminalização do aborto; a retirada de símbolos religiosos de espaços públicos; a regulação dos meios de comunicação; a obrigatoriedade de oitivas, por parte do judiciário, antes da expedição de mandatos de reintegração de posse no caso de ocupação de terras por parte de movimentos de luta pela reforma agrária; e a mudança de nomes de ruas, praças e prédios públicos batizados com nomes de pessoas “que praticaram crimes de lesa-humanidade”, o que atingiria militares que contribuíram direta ou indiretamente com a tortura no Brasil. Na versão final do PNDH-3, foram revogadas todas essas medidas, no total de nove pontos que eram considerados polêmicos.

<sup>162</sup> 4ª AUDIÊNCIA Pública do Conselho Curador da EBC (Brasília) – Programas religiosos na EBC, de 14 mar. 2012, p. 5. Disponível em:

<[www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/audiencia\\_programas\\_religiosos\\_transcricao\\_mar12.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/audiencia_programas_religiosos_transcricao_mar12.pdf)>. Acesso em: 24 jul. 2016. [Nota: As citações que aparecem a partir de agora foram retiradas desse documento, em que consta a transcrição da Audiência Pública realizada pelo Conselho Curador nesse dia 14 de março de 2012].

<sup>163</sup> Idem, ibidem, p. 14.

Mas os representantes das religiões hegemônicas também precisaram ouvir as falas sobre invisibilidade e intolerância a que estão submetidos não só os seguidores de outras confissões, mas também os que não professam qualquer fé, como foi o caso dos ateus, representados naquele momento por Daniel Sottomaior, da Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos (4ª AUDIÊNCIA, 2012, p. 9)<sup>164</sup>:

SR. DANIEL SOTTOMAIOR: [...] Com que direito o Estado pode passar a mensagem, dizendo: “Olha, o cidadão tem que ser religioso. Nós vamos promover todos os tipos de religião, mas não vamos falar nada no ateísmo.”? Imagine como seria se fosse ao contrário, um Estado que só pudesse promover o ateísmo [...] São dois casos igualmente discriminatórios. Então, eu acho extremamente complicado, aplaudo a iniciativa de abrir a grade para um número maior de pontos de vista, mas não me parece viável, respeitando a laicidade do Estado, que isso aconteça.

A representante da Igreja de Bruxaria e Wicca do Brasil, Márcia Maria Bianchi, foi contundente ao falar da invisibilidade de sua religião e defendeu a retirada de todos os programas religiosos do ar (4ª AUDIÊNCIA, 2012, p. 19-20)<sup>165</sup>:

SRA. MÁRCIA MARIA BIANCHI: [...] eu sou bruxa e sacerdotisa de uma religião pagã e politeísta. E por aí vocês já percebem que, certamente, nada do que existiu, até hoje, na grade da EBC, contempla a minha religião [...] a decisão aqui não é se vai continuar tendo programa que transmita culto religioso ou não. Isso a lei já decidiu: é completamente ilegal e inconstitucional. Não existe essa possibilidade do Conselho decidir diferente. E se, infelizmente, o Judiciário manteve isso, infelizmente os juízes também erram e proferem decisões *contra legem*. Se isso acontece há 40 anos, estamos vivendo há 40 anos na ilegalidade, porque a divisão entre igreja, Estado e a laicidade do Estado não começou na Constituição de 88; ela é um fenômeno republicano. Então, realmente, o que se deve discutir aqui é: deve existir programa de cunho religioso? Se nós chegarmos à conclusão que sim, certamente isso só pode ser de acordo com a lei, expressão da diversidade religiosa [...].

Vestido em suas roupas rituais e com as guias do Candomblé no pescoço, Alexandre Silveira de Souza, Babalorixá e representante da Rede Afro-brasileira, falou sobre discriminação e silêncios construídos ao longo de anos de opressão às religiões afrodescendentes e convidou os presentes a usarem roupas semelhantes a que ele vestia para passear pelas ruas de Brasília para sentirem na pele o peso da discriminação. Foi também sobre a discriminação que se constrói com base na inviabilidade que Flávia

---

<sup>164</sup> Idem, *ibidem*, p. 9.

<sup>165</sup> Idem, *ibidem*, p. 19-20.

Pinto, Sacerdotisa do Centro Espírito a Casa do Perdão, tradicional casa de Umbanda no Rio de Janeiro, se colocou na discussão (4ª AUDIÊNCIA, 2012, p. 30)<sup>166</sup> :

SRA. FLÁVIA PINTO: [...] a construção do processo democrático é recente nesse país. Até pouco tempo, pais e mães de santo eram presos simplesmente por exercer o seu sacerdócio religioso, e tidos como loucos. Construir a democracia é um processo doloroso, como dizia Tocqueville, “A tirania da democracia não pode ser estabelecida”. Então, como dizem em Salvador, saindo de Tocqueville para um ditado popular: ”Quem não é visto, não é lembrado” [...].

Não ser visto e não ser lembrado: o ditado popular a que se referiu a representante da Umbanda, considerada a mais sincrética e a mais brasileira das religiões (PRANDI, 2004), tem uma continuidade: não ser lembrado é não existir. A invisibilidade de algumas manifestações religiosas esteve presente na Audiência Pública. Uma narrativa que veio à tona, por meio da jornalista Mara Régia – que há mais de 20 anos apresenta o programa *Natureza Viva*, na Rádio Nacional da Amazônia, ou seja, na própria estrutura da EBC –, ajudou a revelar o que ainda não é visível e não consegue se fazer representar.

Em sua fala, Mara lembrou a tradição das mulheres da ilha de São Miguel, no Pará, que fazem pílulas de argila dos locais que visitam. Essas pílulas são ingeridas por elas porque funcionariam como uma espécie de vacina que previne doenças contra as quais elas não teriam imunidade por não pertencerem ao lugar que estão visitando. Uma prática que torna explícita a noção dessa comunidade paraense de que o que existe *dentro* do corpo, sob a pele, está em conexão direta com o que existe *fora*. Uma noção que é difícil de ser compreendida pelo pensamento compartimentado da tradição racional. Em sua fala, a jornalista explicou porque se lembrou da cultura das mulheres de São Miguel em uma discussão sobre religião e comunicação (4ª AUDIÊNCIA, 2012, p. 22)<sup>167</sup> :

SRA. MARA RÉGIA DI PERNA: [...] religião é isso, é o que nos religa, não é? A gente precisa retomar uma educação humanitária, que faça da compaixão, do amor e da existência um momento de celebração [...] E eu lamento muito que toda essa sabedoria dos povos tradicionais, toda essa sabedoria indígena também não esteja a serviço dessas populações, que não só não têm um lugar no mapa – e isso é muito grave, porque você morar num lugar que não existe no mapa é uma deformação –, como elas também não veem ali [nas emissoras de rádio e TV] espelhadas suas reverências, suas práticas [...] Esse nível de pertencimento, de cultura, de saber, é a fonte que

---

<sup>166</sup> Idem, ibidem, p. 30.

<sup>167</sup> Idem, ibidem, p. 22.

está cada vez mais distante, não só dos veículos de comunicação em geral, quanto da programação da nossa EBC.

A fala de Mara Regia denunciou, mesmo que indiretamente, a ausência de indígenas, ribeirinhos e camponeses na sala onde acontecia a Audiência Pública e ajudou a confirmar o distanciamento ao qual se refere a jornalista a ponto de “não existir no mapa”. Também contribuiu para mostrar a dimensão do desafio que é representar a diversidade brasileira, especialmente a religiosa, em uma empresa que se comprometeu com a tarefa de ser um espelho do País.

O resgate do cotidiano das mulheres de São Miguel, feito por Mara Régia, também mostrou outro desafio da discussão sobre a religiosidade em uma sociedade ocidental, herdeira do pensamento iluminista e que, por construção histórica, garantiu ao conhecimento científico o lugar de único conhecimento legítimo, submetendo outras práticas a uma “razão universal”, onde o ser humano é o “regente”, um “maestro” da natureza, com autonomia para alterá-la a seu modo e não mais um dos seus integrantes (INGOLD, 2002).

Carlos André Cavalcante, que integrava o Comitê Nacional da Diversidade Religiosa e faz parte do Grupo Videlicet de Estudos em Religiões, da Universidade Federal da Paraíba, trouxe justamente o olhar das práticas religiosas pelo ponto de vista científico. Em sua fala, ele reconheceu a complexidade da tradição religiosa no país, mas recomendou que essa diversidade fosse representada por meio da ética científica (4ª AUDIÊNCIA, 2012, p. 23)<sup>168</sup>:

SR. CARLOS ANDRÉ MACEDO CAVALCANTE: [...] é possível sim apresentar essas questões da história das religiões, da ciência das religiões. E, para isso, eu sugiro de já que de todas as formulações de programação que se tenha, se leve em conta a programação com a produção acadêmica que o país possui [...]

A proposta apresentada pelo acadêmico coloca como alternativa a escolha por uma visão de mundo que despreza tudo o que pode ser enquadrado como magia, misticismo, crença. De maneira menos sutil, a proposta apresentada por Carlos coincide com as ideias que foram predominantes nas discussões travadas no Conselho e que resultaram na suspensão dos programas religiosos tradicionais sem que houvesse uma cobrança mais incisiva na construção de uma alternativa que contemplasse as dimensões

---

<sup>168</sup> Idem, ibidem, p. 23.

da fé como um fenômeno que precisa ser vivenciado, e não apenas estudado como um objeto estático.

Esse olhar científico foi refutado por outro representante religioso, com uma prática bem distinta da das mulheres do Pará. Marcelo Salahuddin Bulhões, da União das Entidades Islâmicas do Brasil, falou pelo ponto de vista de uma religião que não é estigmatizada apenas no Brasil, mas de uma maneira geral, por toda a sociedade ocidental (4ª AUDIÊNCIA, 2012, p. 37)<sup>169</sup>:

SR. MARCELO SALAHUDDIN BULHÕES DOS SANTOS: [...] Eu vou discordar um pouco, me permitir a discordar do professor Carlos. Eu considero que deva ser feita uma interpretação por cada integrante de grupo religioso, ou não religioso, e isso propiciará, inclusive, a quebra de alguns estereótipos. Porque em diversos momentos, por exemplo, falando no nosso caso, os mulçumanos são retratados, não na TV Brasil, mas em outras televisões que não cabe nem citar em respeito aos senhores, são citados de maneira muito pejorativa. Então, a gente acredita que o fato de um mulçumano se manifestar, de um judeu se manifestar sobre a fé judaica, um candomblecista sobre o candomblé, isso geraria mais isonomia, fazendo apenas a ressalva de que isso não descambe para a questão de um culto, ou de um rito, mas, sim, numa questão mais educativa, de informar o público.

No lugar de ser retratado por um terceiro, Bulhões pede o direito de narrar sua visão de mundo, algo interdito para algumas culturas e confissões religiosas. O caso do islamismo é exemplar por nos levar ao embate de séculos travado entre o ocidente e o oriente, e longamente discutido por Edward Said, onde o colonizador europeu – e mais tarde o dominador norte-americano – cria uma grande e única categoria que “explica” todas as culturas a leste da Europa (SAID, 2007). Um achatamento cultural, uma narrativa única e exaustivamente repetida por parte de um narrador que transforma tudo o que transita sem maiores constrangimentos do “que gostaria que fosse” para o que “é” a cultura do outro. Uma redução que não passaria de simples incompreensão se não estivesse associada a projetos de poder e dominação. Na prática de dominação do Ocidente sobre o Oriente, é o que Said chama de Orientalismo: uma estrutura de pensamento que legitima que a “máquina de poder” processe “material humano, riqueza material, conhecimento, o que quiser” para ser se converter em mais poder (SAID, 2007).

Essa “máquina de poder” apontada por Said pode ajudar a compreender a dimensão dos embates travados no âmbito do Conselho Curador e como eles se repetem

---

<sup>169</sup> Idem, *ibidem*, p. 37.

em dimensões muito mais amplas em relação à cultura, tradições e fé praticadas no Brasil, porém invisíveis e tratadas, portanto, como inexistentes.

O exercício de oitiva dos representantes religiosos apontou caminhos para construir uma alternativa a esse cenário. A partir da Audiência Pública, foi criado o Comitê Editorial da Diversidade Religiosa (CEDRE), que contou com o apoio do Comitê da Diversidade Religiosa da Secretaria de Direitos Humanos e, juntos, coordenaram o processo de contratação de produtoras de audiovisual para produção de dois programas. Esses programas, incluídos mais tarde na grade da TV Brasil, passaram a integrar a Faixa da Diversidade Religiosa: *Retratos de Fé* e *Além do Céu e da Terra* foram lançados dois anos e nove meses depois da Audiência Pública que marcou um dos momentos de maior abertura do Conselho Curador e da EBC para o debate junto ao público.

*Retratos de Fé* é uma série de programas de 26 minutos que mostra os princípios e ritos de diferentes crenças e descrenças, do Budismo ao Daime, da Bruxaria à Igreja Bola de Neve, do ateísmo ao hinduísmo etc. Cada programa é dedicado a um grupo religioso específico. A abordagem tenta se livrar de estigmas e preconceitos e para isso adota a narrativa dos próprios praticantes das religiões que passam a explicar o que os levou a aderir àquela fé e qual a importância que ela (a fé ou a não fé) assumiu em suas vidas, como suas vidas passaram a se estruturar a partir de suas práticas religiosas, e qual a relação que passaram a estabelecer com o mundo além dos muros da própria religião.



**Figura 12.** O batismo da Igreja Adventista do Sétimo Dia é narrado pelos próprios praticantes da religião e foi tema de um dos episódios de *Retratos de Fé*.



**Figura 13.** Praticantes da religião neo-pagã Wicca explicam ritos e valores da religião em outro episódio de Retratos de Fé.

*Além do Céu e da Terra* é um programa de 51 minutos, cuja estrutura narrativa se assenta em um personagem, um professor de biologia. É como um cientista que se dedica ao estudo dos seres vivos, que esse personagem levanta questões filosóficas básicas e de difícil resposta: De onde viemos? Para onde vamos quando morremos? O que é envelhecer? O que é amor? O que é uma família? A cada programa uma dessas perguntas é levada a diferentes lideranças espirituais de diferentes religiões, além de filósofos e ateus, que explicam a partir de seus pontos de vista e filosofias como são respondidas cada uma dessas questões. Assim, são colocados, lado a lado, o judaísmo e o islamismo, bruxos e católicos, candomblecistas e protestantes, numa representação prática da convivência entre as diferenças.



**Figura 14.** Cena do primeiro episódio de *Entre o Céu e a Terra*. Olhando para um ovo, o biólogo se pergunta de onde vem a vida.

Os novos programas foram resultado do intenso e ousado debate travado no Conselho Curador. No entanto, o exercício da diversidade ainda mantinha como

pendência parte do acordo firmado com as religiões cristãs: a retirada dos antigos programas religiosos da emissora tão logo estreassem os dois programas. Um privilégio que se mantém, é fato, mas que envolve uma reflexão ainda não completamente resolvida sobre o papel de uma empresa pública de comunicação na desconstrução de preconceitos e intolerâncias sem que isso signifique novas práticas de preconceito e intolerância. Para mostrar o tamanho desse desafio é preciso voltar alguns passos em relação ao debate e percorrer um pouco os caminhos da intolerância, das desigualdades e privilégios que ainda persistem em relação a algumas religiões e suas relações com os meios de comunicação.

#### **4.5 A ocupação da mídia por grupos religiosos: uma sociedade diversa e televisões homogêneas**

A expressão “reforma” adotada pelo conselheiro Daniel Aarão ao propor a discussão sobre a presença de programas religiosos na EBC parece simbólica. Pelo tema e pelo contexto em que se insere parece remeter a uma das grandes revoluções culturais da sociedade ocidental que foi a Reforma Protestante. A ousadia de propor limites aos privilégios de algumas religiões no sistema midiático brasileiro também tinha um caráter revolucionário. A reforma proposta por Aarão e encampada pelo Conselho Curador era simbólica porque ia além da própria grade de programação da EBC e sua audiência. A iniciativa foi encarada como a possibilidade de se estabelecer um divisor de águas, um ponto de inflexão na tradição brasileira que garante benesses e privilégios não apenas a algumas religiões, mas para toda a estrutura de poder que as cercam e que as apoiam.

Para movimentos sociais minoritários, como as feministas e o movimento negro, significaria um rompimento simbólico com o processo de catequização, aculturação e imposição dos valores morais e culturais de características patriarcais herdadas da hegemonia europeia sobre a população nativa e de origem africana das Américas. O conselheiro João Jorge foi o principal vocalizador da dívida histórica que a íntima relação entre o cristianismo, em especial a Igreja Católica, e o Estado brasileiro no processo de dominação cultural em relação a segmentos ou minoritários ou majoritários numericamente, como é o caso das mulheres e dos negros, porém não hegemônicos, da

sociedade. Seu discurso dedica-se, especialmente às tradições afro-brasileiras, lugar de fala do conselheiro (18ª REUNIÃO, 2010, p. 43-44)<sup>170</sup>:

CONSELHEIRO JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES (Pres. Olodum) – [...] Não vamos falar de valores morais, de valores cidadãos, de educação cívica, para uma religião que se omitiu durante a escravidão, se omitiu no genocídio à população negra, e que ainda hoje usa um canal de TV pública para em dois tempos – estou falando da religião cristã, que envolve os evangélicos e os católicos – no sábado e no domingo, dizer para milhões de brasileiros que não professam essa religião, que esse é o modo de pensar do mundo, escondendo suas mazelas, suas indignidades, e, mais do que isso, tratando os diferentes de forma diferente.

A análise de João Jorge revela uma situação em que mais do que destinar espaço para outras religiões na grade de programação da emissora pública, a manutenção do espaço destinado às religiões de denominação cristã significaria a manutenção do estigma e do preconceito aos praticantes de outras religiões, em especial as de matrizes africanas. Ele compara o avanço das religiões sobre a programação das emissoras à perseguição religiosa sofrida através dos séculos pelos seguidores do Candomblé, religião que ele próprio professa, e que perde espaço após a abolição da escravatura (24ª REUNIÃO, 2010, p. 49)<sup>171</sup>:

CONSELHEIRO JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES (Pres. Olodum) – [...] Nós não éramos mais religião [...] não éramos respeitados, não podíamos praticar religiões. Tínhamos a polícia em nosso encalço. Agora em 2010 nós temos os canais de comunicação em nosso encalço. .

A preocupação demonstrada pelo Conselheiro João Jorge, representante do movimento negro, encontra bases na realidade midiática brasileira. Durante o ano de 2015 (ANCINE, 2015, p. 12)<sup>172</sup>, praticamente metade (49,3%) das obras exibidas nas nove emissoras de canal aberto com transmissão para a cidade de São Paulo (Band, CNT, Globo, Record, Rede TV!, SBT, TV Brasil, TV Cultura e TV Gazeta)

<sup>170</sup> 18ª REUNIÃO Ordinária do Conselho Curador da EBC, 1º jun. 2010, p. 43-44. Transcrição de notas taquigráficas. Disponível em:

<[www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt\\_18a\\_reuniao\\_cc.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt_18a_reuniao_cc.pdf)>. Acesso em 25 jul. 2016.

<sup>171</sup> 24ª REUNIÃO Ordinária do Conselho Curador da EBC, 07 dez. 2010, p. 49. Degravação. Disponível em:

<[www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/degravacao\\_24a\\_reuniao\\_cc\\_ebc.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/degravacao_24a_reuniao_cc_ebc.pdf)>. Acesso em: 25 jul. 2016.

<sup>172</sup> ANCINE. **Informe de Acompanhamento de Mercado – TV Aberta – Resultados de 2015, 1º jan. a 31 dez. 2015**, p. 12. Elaboração: Ana Corrêa, Luana de Freitas Costa e Sílvia Helena Filippo. Superintendência de Análise de Mercado (SAM)/Coordenação de Monitoramento de Televisão Aberta e Paga (CTV). Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual – OCA. Disponível em: <[http://oca.ancine.gov.br/media/SAM/2015/MonitoramentoProgramacao/Informe\\_TVAberta\\_2015\\_republicacao\\_01.07.2016.pdf](http://oca.ancine.gov.br/media/SAM/2015/MonitoramentoProgramacao/Informe_TVAberta_2015_republicacao_01.07.2016.pdf)> Acesso em: 25 jul. 2016.

enquadravam-se na categoria entretenimento<sup>173</sup>. A segunda categoria de programação com maior tempo de exibição nas emissoras de TV brasileiras foi a categoria “Outros”, concentrando quase 21% do tempo total da grade de exibição das nove emissoras analisadas.

Por trás desse pronome indefinido, a metodologia da Agência Nacional de Cinema (Ancine), responsável pelo levantamento, agrega programas de gênero “com características únicas, não descritas em outras categorias”<sup>174</sup> e que costumam ganhar forma em transmissão de eventos, *shows* ao vivo e, principalmente, programas religiosos: missas, cultos, rituais, “com público ou auditório, hinos, orações e manifestações espontâneas ou solicitadas pelo líder”(ANCINE, 2015, p. 50)<sup>175</sup>. É justamente o gênero “Religioso” que eleva a categoria “Outros” ao segundo lugar no ranking do levantamento. Isoladamente, esse gênero é líder absoluto da ocupação das grades das emissoras de TV brasileiras. Eles foram responsáveis por mais de um quinto (21,1%) de todos os conteúdos exibidos pelas principais emissoras de televisão na maior cidade brasileira durante o ano de 2015 (ANCINE, 2015, p. 15)<sup>176</sup>.

A presença dos programas religiosos está longe de ser homogênea. Enquanto a Rede CNT, com sede no Paraná, dedicou 7.870 horas de sua grade para programas religiosos, ou quase 90%, de toda sua programação no ano de 2015, o SBT, reconhecido por seus programas popularescos, não destinou qualquer espaço na grade para programas religiosos (ANCINE, 2015, p. 16)<sup>177</sup>.

Já na TV Brasil, no ano de 2011, quando os debates sobre a programação religiosa na emissora já tinham ganhado corpo dentro e fora da EBC, foram destinadas 132 horas e 45 minutos de sua programação, que corresponde a 1,51% do tempo total da grade (ANCINE, 2011, p. 11)<sup>178</sup> a programas religiosos, todos exclusivamente de denominação cristã. Em 2014, os programas religiosos alcançariam 205 horas e 55

---

<sup>173</sup> A categoria entretenimento não aparece entre as prioridades definidas pela legislação brasileira para a concessão de serviços de radiodifusão: a Constituição de 1988 define que os serviços de radiodifusão devem dar “preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas para a definição de seus conteúdos”.

<sup>174</sup> ANCINE, op. cit., p. 50.

<sup>175</sup> Idem, ibidem, p. 50.

<sup>176</sup> Idem, ibidem, p. 15.

<sup>177</sup> Idem, ibidem, p. 16.

<sup>178</sup> ANCINE. **Informe de Acompanhamento de Mercado – TV Aberta – Monitoramento da Programação – 2011**, p. 11. Superintendência de Análise de Mercado (SAM). Versão revisada e corrigida em 12 jul. 2012. Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual – OCA. Disponível em: <[http://oca.ancine.gov.br/media/SAM/2015/Programacao/Informe\\_TVAberta\\_2011.pdf](http://oca.ancine.gov.br/media/SAM/2015/Programacao/Informe_TVAberta_2011.pdf)>. Acesso em 25 jul. 2016.

minutos (2,35%) da grade da TV Brasil (ANCINE, 2014, p. 23)<sup>179</sup>. Essa ampliação foi resultado, justamente, da inserção da faixa da diversidade religiosa à grade da emissora. Os debates travados junto ao Conselho Curador e a Sociedade Civil, ao final, resultaram em mais programas religiosos. Esse índice voltou a baixar em 2015, quando a TV Brasil levou ao ar 145 horas de programação religiosa. Nesse momento, os programas da Faixa de Diversidade já entravam na programação em forma de reprise, quando as novas temporadas das séries ainda estavam sendo preparadas.

Em 2015, a TV Globo destinou 51 horas da sua programação (0,6%) para a transmissão do culto religioso nas manhãs domingo. Se o tempo parece modesto comparado ao dedicado por outras emissoras, isso é compensado pela abrangência. A TV Globo, sozinha, garante mais da metade da audiência televisiva no Brasil. O programa mais antigo da emissora de televisão brasileira com maior audiência no País, a Rede Globo, é o programa *Santa Missa em Seu Lar*, que vai ao ar desde fevereiro de 1968, nas manhãs de domingo. A programação religiosa da principal emissora privilegia os conteúdos católicos.

A série histórica do monitoramento feito pela Ancine mostra como vem crescendo o espaço destinado aos programas religiosos nas emissoras brasileiras, ano após ano, nessa segunda década do século XXI.

Essa presença massiva de programas religiosos de uma única matriz religiosa é alcançada, principalmente, por meio do arrendamento, da sublocação da grade horária das emissoras. Todos os canais com maior tempo de exibição de programas religiosos arrendam o tempo de espectro para igrejas de denominação evangélica: a própria CNT, a Rede Band e a Rede TV, não vinculadas diretamente a igrejas, e a Rede Record que, por ser uma concessão ao bispo Edir Macedo, subloca seu sinal para a Igreja Universal do Reino de Deus, do próprio Edir Macedo.

Em maio de 2014, o programa *Vitória em Cristo*, evangélico de matriz pentecostal e que durante 32 anos foi transmitido pela CNT, deixou a grade da emissora. Apresentado pelo pastor Silas Malafaia, um dos mais controversos religiosos da sociedade brasileira, esse programa foi substituído pela programação da Igreja

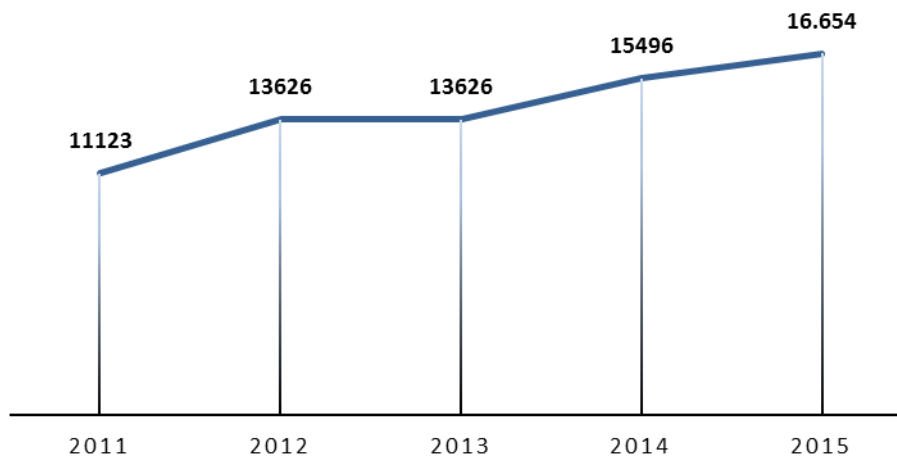
---

<sup>179</sup> ANCINE. **Informe de Acompanhamento de Mercado – TV Aberta – Resultados de 2014, 1º jan. a 31 dez. 2014**, p. 23. Elaboração: Ana Corrêa e Sílvia Helena Filippo. Superintendência de Análise de Mercado (SAM)/ Coordenação de Monitoramento de Televisão Aberta e Paga – CTV. Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual – OCA. Disponível em: <[http://oca.ancine.gov.br/media/SAM/2014/MonitoramentoProgramacao/Informe\\_Tv\\_Aberta\\_2014\\_vers\\_aopublicacao.pdf](http://oca.ancine.gov.br/media/SAM/2014/MonitoramentoProgramacao/Informe_Tv_Aberta_2014_vers_aopublicacao.pdf)>. Acesso em: 25 jul. 2016.

Universal do Reino de Deus, outra igreja evangélica, também de origem pentecostal e que, desde então, passou a arrendar 22 horas da programação diária da CNT.

**Figura 15**

HORAS DESTINADAS A PROGRAMAS RELIGIOSOS NAS  
EMISSORAS DE TV. BRASIL 2011 A 2014



Fonte: Ancine<sup>180</sup>

O arrendamento do espectro permite duas discussões a respeito do ecossistema comunicacional brasileiro. Primeiro, revela a fragilidade legal e política dos órgãos responsáveis pela regulação do setor no Brasil. Segundo, revela como um ambiente de grande concentração midiática acaba por construir um processo de uniformização do discurso, destinando o direito de falar e ser ouvido, ver e ser visto, não apenas a uma única grande religião, mas a uma única igreja, que passa a contar com um espaços de representação desproporcionalmente maiores até mesmo que seu número de fieis, ao mesmo tempo que permite, cada vez mais, aumentar essa mesma base de fieis. Um processo que retroalimenta a concentração de poder econômico e de influência política desses poucos grupos religiosos.

Em junho de 2012, o jornal *Folha de S. Paulo* trouxe em sua coluna Poder a informação de que o Ministério das Comunicações tomaria medidas para proibir o arrendamento das outorgas de radiodifusão. O caminho seria um decreto atualizando o

<sup>180</sup> Os dados são referentes à programação exibida por nove emissoras (Band, CNT, Globo, Record, Rede TV!, SBT, TV Brasil, TV Cultura e TV Gazeta) na cidade de São Paulo, SP. ANCINE. **Informe de Acompanhamento do Mercado – TV Aberta**. Anos de 2011 a 2015. Disponíveis em: <[http://oca.ancine.gov.br/rel\\_programastv.htm](http://oca.ancine.gov.br/rel_programastv.htm)>. Acesso em: 25 jul. 2016.

Código Brasileiro de Telecomunicações, datado de 1962<sup>181</sup>. A notícia teve impacto direto na bancada evangélica do Congresso Nacional, que ameaçou retaliações. O deputado Paulo Portela (PR/MG) avisou “essa medida não passa nunca”<sup>182</sup>. No dia seguinte, o ministro das Comunicações à época, Paulo Bernardo, negaria a informação. A discussão só voltou à baila em agosto de 2014, durante audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados, representante do Ministério Público Federal prometeu investigar a prática de arrendamento de horários de emissoras de rádio e TV<sup>183</sup>.

Apesar de nem a Constituição de 1988 nem a Lei de Radiodifusão serem explícitas na proibição da prática, a pasta do Executivo que regula as concessões de radiodifusão teria pelo menos dois elementos para coibir os abusos. A primeira delas seria colocar em prática a lei que rege a concessão e a permissão de prestação de serviços públicos<sup>184</sup> e que determina que a subconcessão carece de autorização expressa do poder cedente – no caso da radiodifusão, o Ministério das Comunicações – e exige que, caso isso ocorra, seja feito por meio de concorrência pública.

O outro instrumento de controle é a própria Constituição, que autoriza, no caso de concessões de radiodifusão geridas por empresas privadas, o limite de 25% do total de tempo de transmissão da emissora para a venda de espaços publicitários. A compra de espaço na grade, que traz remuneração para as empresas concessionárias, que ao mesmo tempo deixam de ser oneradas com a produção de conteúdos, pode ser compreendida como espaço publicitário. Nesse caso, todas as emissoras que arrendam seus espaços estão irregulares. Segundo reportagem do jornal *Valor Econômico*<sup>185</sup>, o arrendamento do espaço representou, em 2012, 20% do faturamento das emissoras de

---

<sup>181</sup> WIZIACK, J. Dilma quer acabar com aluguel de horário na TV. **Folha de S. Paulo**, 03 jun. 2012. Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/46579-dilma-quer-acabar-com-aluguel-de-horario-na-tv.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/46579-dilma-quer-acabar-com-aluguel-de-horario-na-tv.shtml)>. Acesso em: 25 jul. 2016.

<sup>182</sup> AZEVEDO, R. Proibição de aluguel de programas na TV irrita evangélicos. **Veja.com**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/proibicao-de-aluguel-de-programas-na-tv-irrita-evangelicos/>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

<sup>183</sup> TV CÂMARA. Ministério Público vai investigar venda de espaço na TV para igrejas. 18 ago. 2014. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/CAMARA-HOJE/473123-MINISTERIO-PUBLICO-VAI-INVESTIGAR-VENDA-DE-ESPACO-NA-TV-PARA-IGREJAS.html>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

<sup>184</sup> Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. **Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8987compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8987compilada.htm)>. Acesso em 25 jul. 2016.

<sup>185</sup> KLEIN, C. Aluguel corresponde a 20% da receita das emissoras. **Valor Econômico**, 05 jun. 2012. Disponível (para assinantes) em: <[www.valor.com.br/politica/2692090/aluguel-corresponde-20-da-receita-das-emissoras](http://www.valor.com.br/politica/2692090/aluguel-corresponde-20-da-receita-das-emissoras)>. Acesso em: 25 jul. 2016.

televisão de cobertura nacional e poderia chegar a 90% em pequenas emissoras de rádio no interior do país.

Mas apesar do relativo consenso sobre a irregularidade da situação, o arrendamento de canais segue como prática, ajudando a retroalimentar a força de poucas igrejas e seus representantes políticos.

#### **4.6 Os canais das igrejas**

A presença de conteúdos religiosos na radiodifusão brasileira é ainda maior do que pode captar o monitoramento realizado pela Ancine, que se restringe a apenas nove emissoras com transmissão para a cidade de São Paulo (SP). Além das emissoras, que à exceção da TV Record, são de administração laica, o espectro televisivo também é ocupado por emissoras com vínculos diretos ou indiretos a instituições religiosas, exclusivamente católicas ou evangélicas pentecostais, como a Gospel TV, administrada pela Fundação Rede Gospel de Comunicações e vinculada à igreja Renascer em Cristo, e a Rede Boas Novas (RBN), vinculada à Assembleia de Deus, e as emissoras Canção Nova, Rede Vida, Rede Século 21 e Aparecida, vinculadas a administração de leigos católicos ou fundações vinculadas diretamente à Igreja Católica.

O movimento de ocupação do espectro de radiodifusão brasileiro por parte de movimentos religiosos tem início no final da década de 1950 com a concessão de outorgas de rádio para a Igreja Católica e que resultou na criação da Representação Nacional das Emissoras Católicas (RENEC) “que reuniu sob uma única gestão as 32 emissoras de propriedade do episcopado brasileiro em território nacional” (SOUZA, 2013), que será, a partir de década de 1960<sup>186</sup>, usada para estruturar o Movimento Eclesial de Base (MEB) e que permitiu a implantação de escolas radiofônicas em 15 estados brasileiros, especialmente na região Nordeste, e predominantemente em áreas rurais. O projeto, que tinha como objetivo integrar comunidades isoladas ao processo político e econômico em andamento no país, foi coordenado por setores progressistas da Igreja Católica e deu lastro para que essas escolas radiofônicas, organizadas nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB), se transformassem em polos de organização

---

<sup>186</sup> O MEB é um movimento tão vanguardista que apenas no Concílio Vaticano II, em 1967, a Igreja Católica, sob o comando do conservador papa João Paulo II, vai colocar a comunicação como prioridade. Um ano depois, em 1968, as atividades das Comunidades Eclesiais de Base seriam interrompidas.

social e de lutas para a transformação social, ajudando a propagar ideias como a necessidade da reforma agrária e o acesso a direitos trabalhistas.

Já a entrada de movimentos religiosos na televisão brasileira tem origens bem distintas da ocupação das emissoras de rádio. A chegada das denominações evangélicas nas TVs, a partir de meados da década de 1970, se dá sob uma nova concepção em que o conteúdo religioso é incorporado, por princípio, a uma linguagem mediatizada (CARRANZA, 2005) e onde os fiéis são tratados como consumidores em potencial (CUNHA, 2004). Esse movimento resulta, inclusive, na distinção entre as igrejas pentecostais tradicionais, como a Assembleia de Deus e a Presbiteriana, e as neopentecostais, que passam a transformar emissoras de televisão em uma expansão dos templos físicos. Nesse grupo enquadram-se a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), a Igreja Internacional da Graça, a Renascer em Cristo e a Igreja Deus é Amor.

Nilson Fanini é um precursor desse movimento. Primeiro, por ter concebido o programa *Reencontro*, um dos motores da discussão sobre religiosidade travada pelo Conselho Curador. Segundo, pelo ousado e mal sucedido projeto de criar o primeiro canal de TV Evangélico, a TV Ebenezer, com base na concessão do Canal 13 do Rio de Janeiro, em 1983, fruto da amizade de Fanini com os altos escalões do regime militar (CUNHA, 2004). É no projeto frustrado de Fanini que o mais bem sucedido representante desse movimento, Edir Macedo, vai buscar inspiração e recursos para criar a IURD. As dívidas acumuladas na tentativa de implantar uma televisão evangélica obrigou Fanini a “vender” o Canal 13 do Rio de Janeiro para Edir Macedo. Foi a partir dessa concessão que ele fundou sua primeira emissora de televisão. Dois anos depois, Macedo compraria seu canal em São Paulo, já batizado como TV Record, que operava desde 1953 (CAMPOS, 2004).

A IURD começou modesta com pregações do próprio Macedo, em praça pública em um coreto no bairro do Méier, Rio de Janeiro (RJ)<sup>187</sup>. Religião controversa, que durante muito tempo foi tratada como seita, reunindo características de cultos católicos, evangélicos e africanos, se transformou em um fenômeno. Ganhou adeptos em todo o Brasil e implantou-se sobre uma rede capilarizada, mas com uma administração central, sob o comando de Edir Macedo. Em 2007, a IURD já era um império: no Brasil, contava com 4.748 templos e 9.660 pastores; estava presente em 172 países – não

---

<sup>187</sup> HISTÓRIA DA UNIVERSAL. Informações disponíveis no *site* da IURD. Disponível em: <http://www.universal.org/institucional/historia-da-universal.html> >. Acesso em: 25 jul. 2016.

apenas com templos físicos, mas também com emissoras de televisão, como nos casos de Moçambique e África do Sul – e um imenso patrimônio que incluía construtoras, seguradoras, agências de turismo, uma empresa de táxi aéreo<sup>188</sup>. A partir de 2013, Edir Macedo compra a participação em um banco<sup>189</sup>. E em 2015, o empresário figurava no *ranking* da revista norte-americana *Forbes* como um dos mais ricos do mundo, com uma fortuna estimada em 1,1 bilhão de dólares<sup>190</sup>. A história de Edir Macedo inspirou a disputa pelos espaços de radiodifusão por parte de outras igrejas evangélicas ou não.

Em 30 anos, entre 1980 e 2010, as igrejas neopentecostais foram o principal fator de transformação do perfil religioso brasileiro. Em 1980, o número de fieis evangélicos chegava a 7,9 milhões, representando 6,6% da população brasileira. Em 2010, a população evangélica total chegou a 42,3 milhões de pessoas, correspondendo a 22% da população brasileira: um crescimento de 330%. O grupo evangélico não cresceu de maneira uniforme. A explosão demográfica da população está associada ao crescimento dos evangélicos pentecostais. Se, em 1980, esse subgrupo representava 3,2% da população brasileira, reunindo 3,9 milhões de pessoas, em 2010, eles já contabilizavam 25 milhões de habitantes ou 13,4% da população (IBGE, 2010).

O avanço das igrejas nos canais de televisão contribuiu para esse crescimento. A IURD é o melhor exemplo desse desempenho dentro e fora das telas. No período de 1991 a 2000, a Universal do Reino de Deus teve o crescimento mais expressivo entre todos os outros grupos religiosos. Esse processo foi mais intenso, justamente, nas cidades onde a Rede Record mantinha canais de televisão. Essa sobreposição que pode ser observada no mapa apresentado na Figura 16:

---

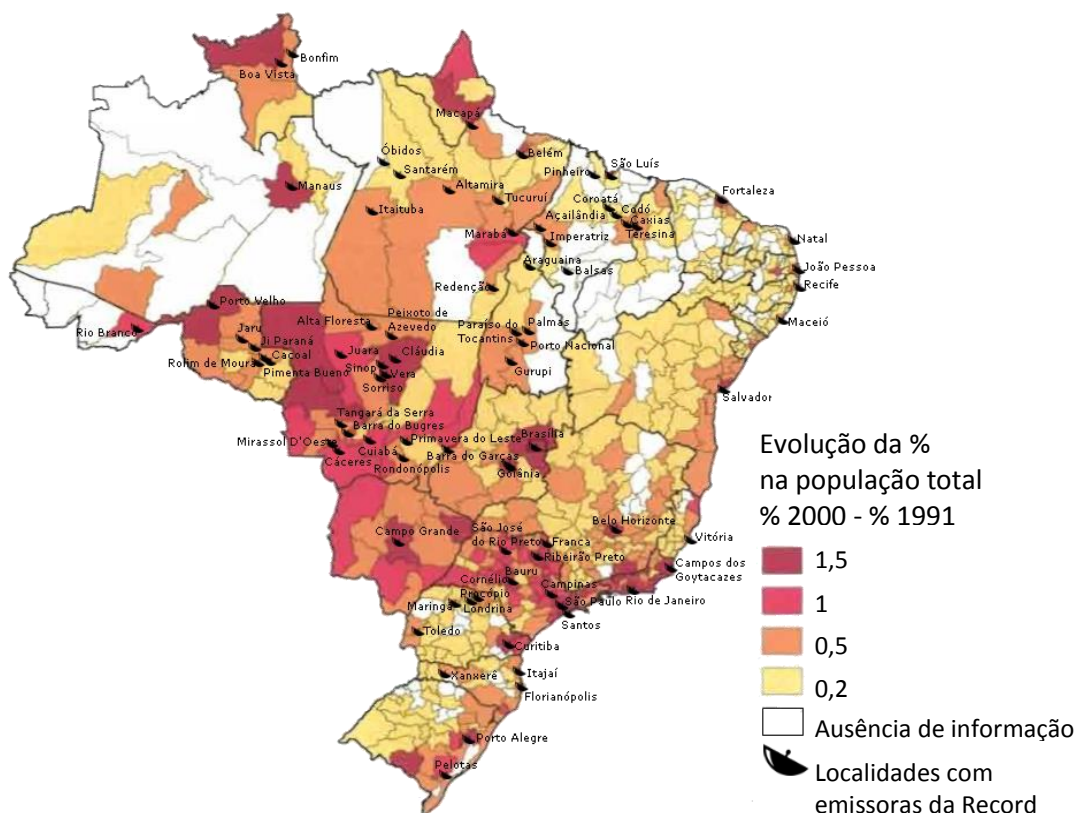
<sup>188</sup> Não foi possível localizar dados oficiais sobre a amplitude do patrimônio da IURD. Os dados apresentados aqui foram retirados da biografia de Edir Macedo, redigida pelo editor chefe da Rede Record, o jornalista Douglas Tavolaro, e a repórter especial da emissora, Christina Lemos, em 2007. A biografia gerou controvérsia quanto à sua isenção, uma vez que foi redigida por funcionários da própria IURD. TAVOLARO, D. *O Bispo, a História Revelada*. São Paulo: Larousse, 2007, p. 243.

<sup>189</sup> KAFRUNI, S. Bispo Edir Macedo, agora, é banqueiro. **Correio Braziliense**, 6 jul. 2013. Disponível em: [http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/economia/2013/07/06/internas\\_economia,375458/bispo-edir-macedo-agora-e-banqueiro.shtml](http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/economia/2013/07/06/internas_economia,375458/bispo-edir-macedo-agora-e-banqueiro.shtml) >. Acesso em: 31 jan. 2016.

<sup>190</sup> FORBES. The World's Billionaires 2015. Disponível em: [www.forbes.com/profile/edir-macedo/](http://www.forbes.com/profile/edir-macedo/)>. Acesso em: 31 jan. 2016.

Figura 16

## Cobertura da Rede Record e Expansão da Igreja Universal do Reino de Deus



Fonte: Atlas da Filiação Religiosa e Indicadores Sociais no Brasil (JACOB, 2003, p. 62).

O crescimento da IURD e outros grupos neopentecostais se dá, principalmente, pela migração de fieis do catolicismo para o protestantismo. Apesar de continuar sendo a religião majoritária do Brasil, a proporção dos que professam o catolicismo encolheu muito: em 1980, a Igreja Católica reunia 89% das pessoas com religião no Brasil; em 2010, essa proporção tinha caído para 65%, congregando 124,9 milhões de pessoas. (IBGE, 2010).

É esse cenário que catalisa a entrada da Igreja Católica no sistema televisivo nacional como concessionária de emissoras televisivas, o que vai acontecer a partir da década de 1990, quando grupos vinculados direta ou indiretamente à Igreja passam a disputar, com emissoras comerciais e religiosas, as outorgas de seus próprios canais abertos em UHF ou VHF. Nesse momento, uma nova ala da Igreja ganha força dentro de suas estruturas: a Renovação Carismática Católica (RCC).

A chegada definitiva da religião católica ao meio audiovisual passa longe das alas mais progressistas da Igreja e é vista com desconfiança pelas estruturas institucionalizadas da Igreja, como a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, que acaba incorporando o movimento carismático como uma alternativa de popularização e recuperação dos fiéis. Diferente da tradição católica e similar às igrejas evangélicas pentecostais, a Renovação Carismática já surge mediatizada. Uma das figuras mais representativas desse movimento de retomada é o padre Marcelo Rossi, o padre cantor, que durante toda a década de 1990 conseguiu levantar multidões e chegou a levar até 2,4 milhões de pessoas aos seus *show-missas* (LEITE; FREIRE, 2000).

As características dos cultos carismáticos católicos guardam similaridade com os cultos pentecostais de matriz evangélica. Uns como os outros apelam para recursos comunicativos semelhantes, como as repetições mânticas de expressões como “só Jesus salva!” ou clamores simplificados, reduzidos a mensagens telegráficas como “Jesus, curai-me! Jesus, defendei-me! Jesus, livrai-me da violência!” (CARRANZA DÁVILA, 2005)<sup>191</sup>. Tanto os movimentos evangélicos pentecostais, quanto o movimento carismático da Igreja Católica disputam o espaço do espectro da radiodifusão com objetivos similares de pregação e conversão de fiéis (CARRANZA DÁVILA, 2005, p. 305)<sup>192</sup>:

[...] o eixo estruturador dos programas religiosos televisivos é a *televangelização*, que se converte no meio de reconquista da individualização do homem moderno sob a promessa de que ele pode gerenciar sua vida e seus problemas cotidianos, com ajuda da programação. *Ganhar almas para Deus e salvá-las*, é a atividade-fim do televangelismo, ao se propor aumentar o rebanho de fiéis ou *atrair os afastados*, a qualquer custo, transformando o MCM [Meios de Comunicação de Massa] em veículo de teleproselitismo.

#### **4.7 A tradição dos privilégios no terreno da radiodifusão: o exemplo da Canção Nova**

Além da estrutura narrativa que mira o telespectador como um potencial “cliente” a ser conquistado – ou convertido – outra característica estrutural é visível entre os movimentos católicos e evangélicos pentecostais: o processo de concessão de

<sup>191</sup> CARRANZA DÁVILA, B. M. **Movimentos do catolicismo brasileiro**: cultura, mídia, instituição. 2005. 575 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <[www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=vtls000373145](http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=vtls000373145)>. Acesso em: 26 jul. 2016.

<sup>192</sup> Idem, ibidem, p. 305.

canais de radiodifusão. Com pequenas variações, as Igrejas ou seus representantes, localizam o espaço disponível no espectro que pode interessar para suas estratégias de comunicação e, na sequência, iniciam as articulações políticas no Congresso Nacional e no governo federal para conseguir a autorização para ocupar o espaço.

A carismática Rede Vida, inaugurada em 1995, foi fundada pelo empresário de comunicação João Monteiro de Barros. A primeira concessão da emissora, em São José do Rio Preto (SP), foi conquistada ainda no final do governo José Sarney, período em que o então presidente distribuiu canais de rádio e televisão em troca de apoio político (LIMA, E.C., 2010)<sup>193</sup>.

A TV Canção Nova, gerida pela Fundação João Paulo II que, por sua vez, é liderada pelo monsenhor Jonas Abib, conseguiu seu primeiro canal em 1997, ao comprar a emissora TV Jornal, de Aracaju (SE) (FERREIRA, 2011)<sup>194</sup>, apesar de a compra e venda de concessões de canais não ser permitida na legislação brasileira. Para ampliar sua cobertura, a Canção Nova, juntamente com a TV Século 21, contaram com o apoio da bancada católica. Em 2003, dois deputados se destacaram na mediação para obtenção de concessões: Salvador Zimbaldi (SP, então filiado ao PSDB) e Osmânio Pereira (PTB, MG). Os dois se consideravam responsáveis pela outorga de 80% das autorizações dadas pelo Ministério das Comunicações às duas emissoras ligadas à Renovação Carismática. Em entrevista à revista *Época*, em julho de 2003, Zimbaldi explicou: “Eu mesmo articulei com o presidente FHC e com o ministro Sérgio Motta a concessão para a geradora de Valinhos (*da TV Século 21*) e a de Cachoeira Paulista (*TV Canção Nova*)” (DANTAS, 2003)<sup>195</sup>

O *lobby* religioso não esquece que as costuras políticas são necessárias para o equilíbrio de forças, o que Zimbaldi batizou como “política de boa vizinhança”. Exemplo dessa política foi a disputa por um canal em Votorantim (SP). Os carismáticos

<sup>193</sup> LIMA, E. C. **Formação da Rede Vida de Televisão: entre a política brasileira de concessões televisivas e as diretrizes católicas de comunicação social, 1989-1995.** 2010. 170 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2010. Disponível em: <<http://polo3.assis.unesp.br/posgraduacao/teses/historia/Eduardo%20Lima.pdf>>. Acesso em 26 jul. 2016.

<sup>194</sup> FERREIRA, P. **Programação católica na TV brasileira.** VI Conferência Brasileira de Comunicação Eclesial, Universidade Metodista de São Paulo, 2011. Disponível em: <[www2.metodista.br/unesco/1\\_Eclesiocom%202011/Arquivos/Resumos/11.Programa%C3%A7%C3%A3o%20Cat%C3%B3lica\\_%20Paulo%20Ferreira.pdf](http://www2.metodista.br/unesco/1_Eclesiocom%202011/Arquivos/Resumos/11.Programa%C3%A7%C3%A3o%20Cat%C3%B3lica_%20Paulo%20Ferreira.pdf)>. Acesso em: 26 jul. 2016.

<sup>195</sup> DANTAS, E. Os católicos contra-atacam. Revista *Época*, ed. 271, 28 jul. 2003 A9tualizado em 02 set. 2009). Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI39041-15228.00.html>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

católicos localizaram o espaço livre no espectro de radiodifusão no município e conseguiram a outorga do Ministério das Comunicações. No entanto, na hora de implantar a televisão, descobriram que o prefeito da cidade já havia autorizado o uso do espaço para a retransmissão da TV Record, da IURD. Frente ao impasse, Zimbaldi explicou o que foi feito para evitar conflitos entre carismáticos católicos e a empresa de Edir Macedo: “Fizemos contato com o pessoal da Record e fomos juntos ao ministério viabilizar um canal para eles” (DANTAS, 2003)<sup>196</sup>.

A articulação política em favor das igrejas é uma via de mão dupla. O apoio oferecido aos religiosos é recompensado em forma de apoio eleitoral. O tráfego de influências não fica restrito à agenda da comunicação. Ao serem eleitos com o apoio de grupos religiosos, será a agenda desses grupos que vão ser defendidos nas instâncias públicas. Essa dinâmica foi importante no processo de discussão sobre a permanência de programas religiosos na TV Brasil, mas também tem impacto em polêmicas ainda mais abrangentes na sociedade brasileira, como a descriminalização do aborto, a criminalização da homofobia e a redução da maioria penal.

O caso da TV Canção Nova continua sendo emblemático, não por se tratar de uma exceção, mas por deixar clara a dinâmica em todo o processo de intercâmbio de forças políticas e religiosas nos sistemas de comunicação e, por contiguidade, nas instituições que determinam políticas públicas.

O apoio de Zimbaldi no processo de outorgas para a emissora católica no início da década de 2000, por exemplo, foi recompensado pouco tempo depois. Em outubro de 2004, o filho de Zimbaldi conquistou seu primeiro cargo eletivo como o segundo vereador mais votado de Campinas (SP). Para isso, contou com o apoio aberto da Canção Nova e da TV Século 21. Fechando o ciclo que reforça as tradições hegemônicas na política e na religião, as propostas da campanha eleitoral do jovem vereador de Campinas estavam alinhadas com projetos de teor moral defendidos pelos carismáticos como o “Por Hoje Não Peco Mais (PHN)”, que definia políticas de promoção à abstinência sexual antes do casamento. O PHN também tem espaço garantido nas programações das emissoras de rádio e TV da Canção Nova (CARRANZA, 2005).

---

<sup>196</sup> Idem, *ibidem*.

O processo de retroalimentação entre poder político e os meios de comunicação de massa ligados a religiões também passa pela visibilidade garantida de espaço na grade fixa da emissora. Até 2011, a emissora contava com programas encabeçados por nomes não apenas de políticos, mas de políticos que já ocupavam cargos eletivos, como Gabriel Chalita, deputado federal pelo PMDB; Myriam Rios, atriz e deputada estadual do Rio de Janeiro pelo PTB; Eros Biondini, deputado federal pelo PTB; Paulo Barbosa, deputado estadual de São Paulo, pelo PSDB, e secretário do governo do Estado; e, apesar de não ocupar cargo eletivo, a primeira-dama do Estado de São Paulo, Lu Alckimin, esposa de Geraldo Alckimin, do PSDB<sup>197</sup>.

No caso, específico da Canção Nova, o rompimento dos vínculos entre políticos e bandeiras religiosas só aconteceu, ao menos oficialmente, quando o então deputado estadual pelo PT de São Paulo, Edinho Silva, estreou o programa “Justiça e Paz”, em novembro de 2011. Apesar de Edinho Silva fazer parte da ala católica do PT, a presença de um político de um partido que se identificava como de esquerda causou a reação do público da Canção Nova. Os protestos da audiência ganharam as redes sociais com a hashtag #cancaonovasempt. O teor moral das mensagens de protestos que foram parar na internet justificava a saída do programa do político petista da emissora.

Mensagens como a do microblog de *Wagner Atletico* que expressou pelo *Twitter* (@lamimaniaco), em 22 de novembro de 2011, sua repulsa a bandeiras de saúde reprodutiva encampadas por parte do PT, como a descriminalização do aborto. Como, naquele momento, Gabriel Chalita, nome que já marcava presença na emissora desde 2009, começava a firmar alianças com o PT, ele também foi alvo de críticas de *Wagner Atletico*: “NÃO #voltachalita... Vá celebrar com seus amigos petistas, fãs do abortismo e inimigos da família #CancaoNovaSemPT”.

Alguns telespectadores da emissora justificaram a saída do representante do PT apelando para o princípio da laicidade e da separação entre religião e política, como perfil de *Cadu* (@DomVobiscum), com um *Twitter* também de 21 de novembro: “Não

<sup>197</sup> As informações sobre programas apresentados por políticos na Canção Nova foram levantadas pelo cruzamento de dados publicadas na imprensa (<<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/>>), com sites pessoais dos políticos (<<http://erosbiondini.com/>>; <[www.chalita.com.br](http://www.chalita.com.br)>) e o blog da própria emissora (<<http://blog.cancaonova.com>>). A lista de políticos que tiveram os programas cortados está disponível em: AZEVEDO, R. Parabéns, fiéis da Canção Nova! Edinho Silva e Chalita perdem seus respectivos programas na emissora; O movimento “#CançãoNovaSemPT” venceu! Ou: Lobo em pele de cordeiro. *Veja*. 21 nov. 2011. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/parabens-fieis-da-cancao-nova-edinho-silva-e-chalita-perdem-seus-respectivos-programas-na-emissora-o-movimento-%E2%80%9Ccancaonovasempt%E2%80%9D-venceu-ou-lobo-em-pele-de-cordeiro/>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

tenho ódio. Só sou contra politicagem dentro da Igreja! #ForaChalita #CançãoNovaSemPT não #voltaChalita”. Entre os nomes que aderiram ao movimento, figuravam formadores de opinião, reconhecidamente de direita, com o colunista da revista **Veja**, Reinado Azevedo, que também usou o *Twitter* (@reinaldoazevedo) para marcar sua posição: “Cada um no seu quadrado. Quem quer defender o aborto q saia da Igreja Católica”.

O resultado foi que o programa *Justiça e Paz* contou apenas com duas edições. Três semanas depois da estreia, justamente na semana em que os protestos ganhavam as redes sociais, o programa já sairia do ar. A internet também foi usada para comemorar a decisão. Sentimento que foi sintetizado por Lucas Duarte em seu *Twitter* (@LucasDuarte09). Usando apenas 135 caracteres ele mostra o sentimento de repulsa que nutre por bandeiras de movimentos minoritários da sociedade brasileira além de festejar o processo de exclusão dos quais essas minorias são vítimas: “Parabéns ao pessoal da Canção Nova, lugar de comunista, gayzista e abortista não é na Igreja. A mobilização #CançãoNovaSemPT deu certo!” (21 nov. 2011).

Como a saída do político do PT foi justificada pela separação entre política e igreja, todos os outros nomes associados a partidos políticos, que já figuravam na grade muito antes dessa discussão, também perderam espaço na emissora católica. A iniciativa de retirar quadros políticos da programação da emissora foi parabenizada pelo Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais (PCCS) do Vaticano.

Uma particularidade dos canais de radiodifusão associados a grupos religiosos é que eles se beneficiam do status de serviços de “utilidade pública”. O rótulo de “utilidade pública” transfere para a regulação do sistema de radiodifusão o privilégio que foi garantido às Igrejas na Constituição de 1988, isentando essas instituições da cobrança de impostos. O privilégio fiscal que beneficia escolas particulares confessionais, universidades privadas e hospitais, também é um estímulo para a implantação de emissoras de radiodifusão confessionais. Um benefício que não alcança outras emissoras geridas por grupos privados e de caráter comercial. No caso da Canção Nova, por exemplo, que se apresenta como uma fundação privada, com personalidade jurídica de direito privado de caráter confessional e filantrópico, o Ministério da Justiça renovou o *status* de Serviço de Utilidade Pública Federal da Fundação até o ano de

2016<sup>198</sup>. A emissora detém o mesmo título nas esferas municipal e estadual. Ou seja, em todas essas esferas, a Canção Nova não precisa recolher impostos e pode exercer o seu papel de “utilidade pública”, mesmo que isso, na prática, signifique retroalimentar o poder de um segmento da Igreja Católica, um segmento da vida política e, se não promover, ao menos não refutar posturas intolerantes de sua audiência.

#### 4.8 Os privilégios se fazem presentes na EBC

Nas emissoras da EBC, a tradição também garantiu privilégios para as religiões hegemônicas que vão além da própria permanência de seus conteúdos na grade de exibição de suas emissoras. O privilégio era tangível, mesmo financeiramente, até março de 2016, no caso da Igreja Católica. A missa que ia ao ar todos os domingos era gravada dentro dos estúdios da TV Brasil no Rio de Janeiro, utilizando equipamentos, cenário e mão de obra especializada da emissora pública, sem que isso significasse qualquer contrapartida ou investimentos financeiros da Igreja para a manutenção da infraestrutura dos canais radiofônicos e de televisão públicos.

A ocupação dos espaços físicos, além do campo eletromagnético, também foi tema de debate dentro do Conselho Curador, como o diálogo travado entre o ouvidor Laurindo Leal e o conselheiro João Paulo Cavalcanti<sup>199</sup>, em novembro de 2010. Os questionamentos, dúvidas e justificativas que surgem a partir da constatação de uso privilegiado do espaço público giram em torno da legalidade ou não da situação (23<sup>a</sup> REUNIÃO, 2010, p. 69)<sup>200</sup>:

O SR. LAURINDO LEAL FILHO (Ouvidor Geral) – [...] Além de veicular os programas religiosos, a missa é realizada na TV, num espaço público. Isso não é esquisito? É inconstitucional. É um espaço público utilizado por uma confissão religiosa.

CONSELHEIRO JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO (Jurista) – Inconstitucional não seria.

<sup>198</sup> MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Certidão de Utilidade Pública Federal. Disponível em: <<http://fjpi.cancaonova.com/natureza-juridica/>>. Acesso em: 31 jan. 2010.

<sup>199</sup> João Paulo Cavalcanti é jurista e foi diretor da Empresa Brasileira de Notícias (EBN). A agência de notícias criada durante o regime militar, depois transformada em Agência Brasil e incorporada à EBC. Nomeado conselheiro pelo Palácio do Planalto.

<sup>200</sup> 23<sup>a</sup> REUNIÃO Ordinária do Conselho Curador da EBC, 9 nov. 2010. Transcrição de notas taquigráficas. Disponível em: <[www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt\\_23a\\_reuniao\\_cc.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt_23a_reuniao_cc.pdf)>. Acesso em: 26 jul. 2016.

O SR. LAURINDO LEAL FILHO (Ouvidor Geral) – O Estado subvencionando uma atividade de proselitismo religioso.

CONSELHEIRO JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO (Jurista) – Só seria inconstitucional se ela prestigiasse uma e não prestigiasse outra.

O SR. LAURINDO LEAL FILHO (Ouvidor Geral) – E é o que ela faz.

CONSELHEIRO JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO (Jurista)– Mas o ato em si de permitir não é inconstitucional.

O SR. LAURINDO LEAL FILHO (Ouvidor Geral) – Não é de transmitir, mas ocupar o espaço público.

Pouco mais de cinco anos depois desse diálogo, em fevereiro de 2016, o programa seguia sendo produzido às custas da EBC, dividindo o estúdio com o cenário do programa de entrevistas mais tradicional da emissora, o *Sem Censura*. O programa recebe convidados para falar sobre diferentes temas: música, política, artes plásticas, economia, literatura. Mas o que não aparecia na tela do *Sem Censura* quando ele ia ao ar, pela TV Brasil, todas as tardes, de segunda a sexta-feira, era o fato de que esses convidados compartilhavam suas ideias enquanto olhavam para uma verdadeira capela católica mantida intacta durante anos nos estúdios da EBC.

Entre os acordos paliativos que resultaram do debate realizado pelo Conselho Curador foi decidida a transferência da produção do programa *Santa Missa* para outro espaço que não o da EBC. A partir de março de 2016, o programa da Arquidiocese do Rio de Janeiro deixou de ser produzido e transmitido pela TV Brasil e foi substituído pelo programa *Missa de Aparecida*, produzido pela emissora católica TV Aparecida. O programa também é transmitido pela TV Cultura de São Paulo.



**Figura 17.** Cenário usado para a transmissão da missa católica, usando profissionais da EBC e dentro dos estúdios da TV Brasil. No canto superior direito é possível ver um pedaço do cenário do programa Sem Censura. Janeiro 2016. (Fotografia: Yuri Ledesma)

A mudança na grade de programação resultou em um documento assinado pela EBC, a Arquidiocese do Rio de Janeiro e a TV Aparecida. O documento assinado corrige, ao menos no que diz respeito à *Santa Missa*, outro problema apontado durante as discussões do Conselho Curador que é a ausência de contratos firmados entre a empresa e as igrejas explicitando direitos e deveres de cada um dos parceiros na produção e veiculação do conteúdo. A carência de documentos gerou indignação entre os integrantes do Conselho Curador (18ª REUNIÃO, 2010, p. 70-72)<sup>201</sup> :

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO (historiador) – [...] os programas existem sem nenhum contrato, sem nada por escrito, é tudo na base da tradição oral. Uma ordem do Juscelino, mas onde está escrita essa ordem? [...] É o reino da informalidade, do mandonismo, da tradição que tem poder ou que já teve e que se afirma pela sua própria natureza e não através de pactos formais republicanos. Fiquei estupefato, embora essa estupefação não fosse tão grande porque já desconfiava dela. Foi minha primeira preocupação. Alguém me arranja esse contrato, alguém me arranja o termo formal porque presumo que todos os programas veiculados nas rádios e televisões da EBC são da própria EBC ou são de agências exteriores e os programas são vinculados na base de contratos definidos, escritos, assinados. Não é o que acontece com os programas religiosos. Essa é uma anomalia, uma excrescência.

<sup>201</sup> 18ª Reunião Ordinária do Conselho Curador da EBC, 1º de junho de 2010, p. 70-72. Transcrição de notas taquigráficas. Disponível em: [www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt\\_18a\\_reuniao\\_cc.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt_18a_reuniao_cc.pdf). Acesso em: 26 jul. 2016.

A ausência de contratos formais pode ter sido resultado do processo histórico e as sucessivas mudanças de modelo institucional do sistema público. A empresa que começa como TV Educativa do Rio de Janeiro, sob a administração do Ministério da Educação, anos depois passou a ser gerida pela Fundação Roquette Pinto (ACERP), só se transformando em uma empresa estatal com a criação da TV Brasil. As diferentes sucessões de gestão do canal podem ter contribuído para o extravio da documentação. Mas a dúvida que se mantém é se essa documentação chegou a existir algum dia. Logo que as discussões sobre os programas religiosos ganham lugar no Conselho Curador, tem início a pesquisa por essa documentação, tanto por parte dos conselheiros, quanto pela própria direção da EBC. A pesquisa que começou pelos arquivos internos e chegou às instituições religiosas, a Arquidiocese do Rio de Janeiro e a Igreja Batista de Niterói. Os documentos nunca foram localizados.

Para os conselheiros que defendiam a permanência dos programas religiosos, isso não pareceu um obstáculo, mas, mais uma vez, as divergências voltaram a colocar as relações entre o governo responsável por gerir o Estado e o conceito de público no centro do debate (24ª REUNIÃO, )<sup>202</sup>:

CONSELHEIRO PAULO RAMOS DERENGOSKI (jornalista) – O fato de a Igreja Católica ter esse programa há tantos anos já demonstra a importância dele, e o fato de não ter havido um acordo por escrito, a lei brasileira, assim como prevê o direito de posse sem nada escrito, prevê, também, o chamado acordo verbal, que na época foi feito, não assinado, entre o Presidente Juscelino Kubitschek, se não me engano, e a TVE do Rio de Janeiro. Então, acho que esse assunto vai criar um problema para a nossa futura administração, para a sociedade civil que se manifestou nesse sentido, e, principalmente, para nós próprios.

A posição do Conselheiro frente a ausência de acordos formais que conferissem aspectos de legalidade à parceria não apenas revela a tradição brasileira de esmaecer as fronteiras entre espaço público e crenças privadas, mas também revela o quanto essa tradição está legitimada pela cultura brasileira. Tão legitimada que o conselheiro chega a alertar: “esse assunto vai criar um problema para a nossa futura administração”.

A discussão sobre a programação religiosa na EBC foi justificada pela presença de três programas. No entanto, essa discussão costumava ser expressa, não raro, por

---

<sup>202</sup> 24ª REUNIÃO Ordinária do Conselho Curador da EBC, 07 dez. 2010, p. 30. Degravação. Disponível em:

<[www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/degravacao\\_24a\\_reuniao\\_cc\\_ebc.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/degravacao_24a_reuniao_cc_ebc.pdf)>. Acesso em: 25 jul. 2016.

apenas um dos programas: a *Santa Missa*. Essa espécie de sinédoque em que a parte – a transmissão do rito máximo da religião que continua sendo majoritária na sociedade brasileira – pelo todo – os três programas que ocupavam a grade da TV Brasil – pode ter ajudado a acelerar algumas mudanças em relação apenas ao primeiro, como a substituição de um conteúdo por outro e no âmbito de um acordo formal. Mas apesar de todas as discussões travadas ao longo desse processo, os programas *Palavras de Vida* e *Reencontro* seguem sendo exibidos pela TV Brasil sem que tenham sofrido qualquer alteração ou algum tipo de regulação editorial.

O *Palavras de Vida* vai ao ar às 7 horas da manhã, aos domingos. A estrutura narrativa do programa é precária. Ao longo de quase uma hora, um locutor de voz grave, porém suave, recupera as atividades realizadas durante a semana pelas altas esferas da Igreja Católica: Vaticano, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e Arquidiocese do Rio de Janeiro. Enquanto as informações são apresentadas, imagens desconectadas entre si e desconectadas do conteúdo aparecem no vídeo. São imagens, geralmente de arquivo, que mostram desde a visita do papa ao Brasil, passando pelas catedrais e basílicas até ilustrações da tradicional – e europeizada – representação de Jesus Cristo. Demonstrando a precariedade da produção, várias dessas imagens aparecem repetidas vezes na mesma edição e voltam a ser repetidas em várias edições que se sucedem ao longo das semanas e meses.



**Figura 18.** Representação tradicional de Jesus Cristo na tela da TV Brasil. Apenas a marca d'água da emissora diferencia o conteúdo exibido de uma antiga cartilha de catecismo para crianças (Programa *Reencontro*. TV Brasil. 10 jul. 2016).

Um programa de estrutura simples, ritmo lento e conteúdo institucional. Apesar de seguir na grade de programação da TV Brasil, o *Palavras de Vida* traz elementos que

podem gerar questionamentos que vão além do proselitismo religioso: o conteúdo não parece fomentar a produção audiovisual, nem buscar a excelência em conteúdos, nem tão pouco desenvolver formatos criativos e inovadores. Exigências que estão na lei de criação da EBC. Não existem pesquisas de opinião que avaliem a receptividade do programa junto à audiência da TV Brasil, mas o caráter insatisfatório do programa é apontado até mesmo pela Arquidiocese do Rio de Janeiro, responsável pela produção (Informação verbal)<sup>203</sup>:

*Palavras de Vida* também para nós pode ser diferente. Ele pode ser mais dinâmico, mais bonito, mais atraente, atualizado. Continua sendo produzida a *Palavras de Vida*, mas no modelo antigo. São planos fechados, estáticos, imagens antigas. Isso para nós não é producente. Vende uma imagem ruim. [Mas] claro que há uma pequena parcela da população que prefere esse modelo.

Apesar das fragilidades da produção, a Igreja Católica em nenhum momento apresentou a proposta de retirar o programa do ar. Uma posição que pode ser compreendida como uma forma de garantir uma espécie de “usucapião” do espectro de radiodifusão da emissora pública. Uma vez retirado do ar, o horário poderia voltar a ser gerido pela EBC e a Arquidiocese do Rio de Janeiro perderia, naturalmente, o espaço no canal. Apesar do forte conteúdo institucional do programa *Palavras de Vida*, representantes da Igreja Católica refutam a crítica de que o espaço garantido para a religião resulte em proselitismo religioso, apesar de o processo de conversão de fieis seja um dos pilares estruturadores do cristianismo. Essa é a avaliação de Marcos William, Vigário Episcopal para Comunicação Social e Cultura da Arquidiocese do Rio de Janeiro (Informação verbal)<sup>204</sup>:

Há uma evolução do conceito da etimologia da palavra conversão. Você tem uma conversão clássica que é a conversão da Contrarreforma, depois da Reforma Protestante, do Concílio de Trento, e ali houve também por parte da Igreja [Católica] uma atitude de conquista de novas almas, conquista de novas pessoas junto com a expansão mercantil. O Brasil foi um destinatário disso. A coroa portuguesa vem e vem também o conceito de conversão enquanto proselitismo. Isso foi lá atrás. Hoje, o conceito de conversão está ligado à intersubjetividade: ‘eu com o meu Deus’. Então se eu assisto a um programa, a uma missa, não necessariamente o discurso daquela missa deverá ser de estímulo à saída do pecado, da falta do homem, como única resposta a ser dada a Deus, com a transformação de vida. Hoje a conversão tem uma cara diferente. Ela não é mais proselitista, ela é uma atitude: ‘você quer?’

<sup>203</sup> Informação fornecida em entrevista por Marcos William, vigário episcopal para Comunicação Social e Cultura da Arquidiocese do Rio de Janeiro, 10 jul. de 2016.

<sup>204</sup> Idem, ibidem

Você vem. Você não quer? Está bem? Está fazendo bem? Você está sendo ético? Permaneça assim'. Isso está no Concílio Vaticano II.

Essa característica foi apontada também pelo integrante do Conselho Curador e, então ministro da Cultura, Juca Ferreira ao defender a permanência dos programas religiosos, em especial a missa católica (21ª REUNIÃO, 2010, p. 14)<sup>205</sup> :

CONSELHEIRO JOÃO LUIZ (JUCA) SILVA FERREIRA (Ministro de Estado da Cultura) – [...] A missa não é um momento de proselitismo, só assiste quem é do ramo, duvido que alguém vá ser sensibilizado pela cerimônia da missa. A missa é uma cerimônia de estabelecer a relação com o sagrado, já é dentro da própria... [...] E é o campo que a igreja católica prefere se mover, a igreja católica é pouco proselitista, quem tem essa coisa da evangelização permanente são os neopentecostais, em que os rituais são em função da afirmação sobre outras religiões. A lógica do procedimento social da Igreja Católica é outra. Então, assentada em uma maioria, e o ritual já é uma consagração da fé sem o proselitismo para fora.

Sem acesso às missas que foram transmitidas não foi possível analisar se o conteúdo produzido pela Arquidiocese do Rio de Janeiro pode se encaixar ou não na categoria do proselitismo. No entanto, foi possível constatar a prática no programa *Reencontro*, da Igreja Batista. Para essa pesquisa foram analisados os programas no intervalo de um mês antes e um mês depois da resolução do Conselho Curador que determinava a suspensão dos programas religiosos.

Diferente da missa católica, o *Reencontro* não usa as estruturas de produção da EBC. A produção da Igreja Batista de Niterói conta com um cenário simples que tem ao fundo um crucifixo formado por segmentos de elipses. Em outros enquadramentos ainda é possível ver o desenho de uma Bíblia ou a fotografia do criador do programa, o pastor Nilson Fanini.

Esse cenário abriga a maior parte dos quadros sobre os quais se estruturam o programa: entrevistas, pronunciamentos, comentários, leituras bíblicas. As palavras finais ficam, geralmente, a cargo de Helga Fanini, viúva de Fanini que frequentemente louva o legado do marido. Além do enaltecimento pessoal, o programa é marcado pelo convite à conversão ao cristianismo. Frases conjugadas no imperativo dão a tônica: “fale com Jesus”, “entregue tudo nas mãos do Senhor”, “conte para Jesus onde é a sua dor”.

---

<sup>205</sup> 21ª REUNIÃO Ordinária do Conselho Curador da EBC, 9 set. 2010. Transcrição das notas taquigráficas. Disponível em: [http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt\\_21a\\_reuniao\\_cc.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt_21a_reuniao_cc.pdf). Acesso em 26 jul. 2016.

Mas o programa não se restringe ao proselitismo religioso. Há espaço também para o proselitismo político. No mesma época em que o Conselho Curador discutia a programação religiosa, o quadro “Mulher em Ação” era apresentado pela então deputada federal pelo PSD do Rio de Janeiro, Liliam Sá, missionária da Igreja Presbiteriana. A prática, que em 2011 era banida pela TV Canção Nova, manteve-se em vigor na emissora pública.



**Figura 19.** A deputada federal, Liliam Sá (PSD/RJ), apresenta o quadro “Mulher em Ação”, no programa . (Reencontro, Março de 2011.)

No quadro “Lecionando”, que foi ao ar no dia 26 de março de 2011, o Pastor Lécio Dornas falou sobre a relevância política da Bíblia. O quadro tem a proposta de promover uma leitura aprimorada da Bíblia, mas o pastor foi adiante e recomendou que governantes e funcionários públicos deveriam se pautar em princípios e códigos cristãos (REENCONTRO, 26 mar. 2011, 00:14’:32’)<sup>206</sup>:

[...] A Bíblia chega a dizer: “feliz é a nação cujo Deus é o senhor”. Isso tem uma conotação política muito séria. Significa que ao fazer as leis, ao aplicar as leis, ao tratar com os cidadãos, com as pessoas, aqueles que exercem governo sobre nós, hão de pautar sua conduta nos princípios da palavra de Deus.

[...] Será que todas as pessoas que governam nas cidades desse imenso Brasil, nos Estados da nossa federação, será que todos que estão nos ministérios, nos diversos gabinetes espalhados pela nação brasileira, estão cuidando de observar sua vida diante da palavra de Deus? Você governante, você prefeito, você governador, você ministro, você juiz, você magistrado, você que toma decisões entre as diversas esferas do Legislativo, do

<sup>206</sup> VIDEO [Reencontro]. Quadro “Lecionando”. Pastor Lécio Dornas. Niterói: Associação Evangélica de Comunicação Reencontro, 26 mar 2011.

Judiciário, do Executivo, há uma Bíblia lá na sua mesa? Abra a Bíblia a cada dia. Leia a palavra de Deus.

Por fim, além de recomendar normas de conduta para servidores públicos, o pastor termina por determinar parâmetros para a escolha de representantes políticos (REENCONTRO, 26 mar. 2011, 00:16':18")<sup>207</sup>:

[...] uma palavra séria para quem é um eleitor: procure sempre votar em pessoas que tem princípios cristãos, pois essas pessoas vão representar bem você.



**Figura 19.** Pastor Lécio Dornas alerta aos telespectadores do programa *Reencontro*, no quadro “Lecionando”, transmitido pela emissora pública: “Procure sempre votar em pessoas que tem princípios cristãos”. Março de 2011.

Por um lado, detalhes da produção também revelaram o desequilíbrio de gênero no programa *Reencontro*. Enquanto os homens eram nomeados, sem exceção, pelo cargo que ocupam na Igreja acrescidos de sua profissão laica, o mesmo não aconteceu com as mulheres. Por exemplo, o pastor e psicanalista Heitor Silva, que apresentava o quadro “Educação e Saúde”, foi nomeado como pastor e doutor; já a religiosa Jurema era tratada apenas por Jurema Batista; Helga era Helga Fanini, e mesmo a parlamentar não foi apresentada como deputada, mas simplesmente Liliam Sá.

Por outro lado, o *Reencontro* também trazia exemplos positivos de conteúdos que coincidem com os princípios expressos na lei de criação da EBC, como “apoiar

<sup>207</sup> Idem, *ibidem*.

processos de inclusão social”<sup>208</sup>. No quadro “Mulheres da Bíblia”, que foi ao ar no dia 16 de abril de 2011, tanto o conteúdo da mensagem como a imagem da apresentadora que apresenta esse quadro abriam a possibilidade de discussões importantes para a sociedade brasileira, como o preconceito de raça e de gênero. O quadro foi apresentado por Jurema Batista, que recupera a parábola bíblica da Mulher Samaritana. A parábola conta a história de uma mulher que, por ter tido cinco maridos, era tratada com desprezo por outras mulheres. A parábola oferece a deixa para que Jurema proponha posturas de combate ao preconceito (REENCONTRO, 16 abr. 2011, 00:03’:46’)<sup>209</sup>:

[...] Jesus não é preconceituoso. Nunca foi. Ele sempre quebrou paradigmas  
 [...] O preconceito paralisa muito as pessoas. Às vezes é um preconceito que você tem contra você, ou o que você tem contra as outras pessoas, ele te paralisa. Mas você pode ter uma vida diferente, você pode se abrir para as pessoas, para amigos, para um parente, uma mãe, um irmão...”

Não dá para passar despercebido que Jurema é uma mulher negra, de meia idade, ou seja, reúne características que a inserem em um dos segmentos sociais mais excluídos da sociedade brasileira. A própria presença dessa mulher, como apresentadora de programa de televisão, pode ser encarada como uma decisão editorial que ajuda a desconstruir padrões pré-estabelecidos da linguagem adotada pelos discursos midiáticos em geral, que tornam alguns grupos étnicos ou faixas etárias “mais adequados” que outros para ocupar espaços de visibilidade.

A breve participação de Jurema Batista no programa evangélico da TV Brasil contribui para uma reflexão fundamental para a discussão sobre o papel que programas religiosos podem assumir em uma emissora pública: não apenas pela construção de novos parâmetros sobre a inserção de gênero e raça, mas também para o combate às intolerâncias e preconceitos, de maneira geral. No caminho inverso ao que foi adotado pelo pastor que usa o espaço público para determinar padrões mais adequados de voto, o discurso adotado pela missionária negra é uma janela de oportunidade para combater o preconceito junto a um público que já se faz presente na EBC por meio do programa

<sup>208</sup> BRASIL. **Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008**. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República/Casa Civil, 2008. Inciso V, artigo 3º. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11652.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11652.htm)>. Acesso em: 26 fev. 2015.

<sup>209</sup> VIDEO [Reencontro]. Vídeo do quadro “Mulheres da Bíblia”. Jurema Batista. Niterói: Associação Evangélica de Comunicação Reencontro, 16 abr. 2011.

evangélico. A comunicação pública, por meio de sua emissora, pode, em princípio, desprezar a possibilidade da interlocução com esse público?



**Figura 21.** Jurema Batista, uma das raras mulheres negras a ocupar o espaço principal do *Reencontro*, fala contra o preconceito no quadro “Mulheres da Bíblia”. Abril de 2011

#### **4.9 O espelho distorcido: a invisibilidade das diversidades religiosas (e não religiosas)**

Enquanto nos veículos de comunicação a religiosidade aparece homogeneizada, garantindo espaços privilegiados não para uma ou duas religiões, mas apenas para segmentos dessas uma ou duas religiões hegemônicas, as outras dimensões religiosas são praticamente inexistentes no espaço midiático. Ou, em alguns casos, pior do que a invisibilidade é a visibilidade estigmatizada, como é o caso das religiões de matriz africana.

O Censo do IBGE de 2010 identificou 148 possibilidades de enquadramentos religiosos no Brasil (IBGE, 2010, p. 204) que, por sua vez, são organizados pelo instituto de estatística em 41 grandes grupos (IBGE, 2010). Na grande categoria Candomblé, por exemplo, estão incluídas diferentes manifestações como o tambor-de-mina do Maranhão; o batuque do Rio Grande do Sul; e o xangô de Pernambuco (PRANDI, 2004). A metodologia que aferiu com maior sensibilidade a diversidade religiosa brasileira passou a ser adotada a partir do Censo de 2000, mas ainda assim o esforço de categorização ainda fica longe de alcançar toda a diversidade religiosa e a forte tradição sincrética do país.

Apesar dos limites, os dados estatísticos são um bom começo para discutir problemas como invisibilidade e intolerância religiosa no Brasil. Em 2010, o Censo confirmou a tendência de aumento da diversidade religiosa brasileira, o que já vinha sendo registrado desde a década de 1980. Esse movimento foi marcado, principalmente, pelo crescimento dos evangélicos pentecostais, mas paralelamente foram registradas outras mudanças mais sutis como o crescimento dos espíritas, que representavam 1,3% da população em 2000 e chegaram a 2% em 2010, e o crescimento do terceiro maior grupo registrado pelo Censo, as pessoas sem religião. Nessa categoria estão inseridos os agnósticos, os ateus e os sem religião propriamente dita. Enquanto na década de 1980 eles somavam 2 milhões de pessoas, em 2010, já eram 15,3 milhões, ou 8% da população. Isoladamente, os ateus somavam, em 2010, um contingente de 615 mil pessoas (JACOB, 2013).

Paralelamente a um aumento da diversidade religiosa, a sociedade brasileira também acompanhou um crescimento da intolerância religiosa. No balanço de 2015 do serviço de atendimento telefônico do Disque Direitos Humanos, o Disque 100, que recebe demandas relativas a violações de direitos humanos de todo o país, foram registradas 137.516 denúncias de violações. As denúncias de intolerância religiosa são uma pequena parte desse universo. Em 2014, o número de denúncias por intolerância religiosa foi 149. Em 2015, foram registradas 556 delas, uma proporção ainda pequena do total de denúncias, mas um número que cresceu a olhos vistos: um aumento de 273% de um ano para o outro (SDH, 2015)<sup>210</sup>.

Com base nesse dado geral sobre a intolerância no Brasil, tomo o pequeno grupo dos ateus para uma primeira reflexão sobre o problema. Pesquisa da Fundação Perseu Abramo e do Instituto Rosa de Luxemburgo, realizada em 2008, mostrou que o grupo que mais causava repulsa aos entrevistados era justamente o das pessoas que não acreditavam em Deus. Diante do questionamento “vou falar de alguns grupos de pessoas e gostaria que o/a sr./a. dissesse o que o/a sr./a. sente normalmente quando vê ou encontra desconhecidos do tipo deles” e de uma série de alternativas possíveis – como garotos de programa, travestis, prostitutas, gays, lésbicas, ex-presidiários, usuários de drogas, pessoas com AIDS, ricos, pobres, gente muito religiosa e gente que não acredita em Deus –, foi justamente em relação a essas últimas que a pesquisa

---

<sup>210</sup> SDH (Secretaria de Direitos Humanos). Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. Balanço das Denúncias de Violações de Direitos Humanos em 2015. Disponível em: <[www.sdh.gov.br/noticias/2016/janeiro/ApresentaoASCOMDisque100.pdf](http://www.sdh.gov.br/noticias/2016/janeiro/ApresentaoASCOMDisque100.pdf)>. Acesso em: 26 jul. 2016.

registrou o maior grau de aversão: 17% dos entrevistados afirmaram sentir repulsa ou ódio e 25% antipatia. A aversão contra os ateus é manifestada com maior intensidade do que a grupos fortemente marginalizados na sociedade, como usuários de drogas (17% de repulsa ou ódio e 24% de antipatia) e garotos de programa (10% de repulsa e ódio e 16% de antipatia) (FUNDAÇÃO, 2008)<sup>211</sup>.

Em artigo na Revista *Época*, de 14 de novembro de 2011, a jornalista Eliane Brum levanta uma hipótese para tamanha antipatia frente ao grupo. Sua reflexão está associada à lógica do mercado ao qual está incorporado o crescimento das religiões pentecostais e a ameaça que aqueles que não acreditam em Deus podem representar no processo de conquista de fiéis (BRUM, 2011)<sup>212</sup>:

[...] não há nada mais ameaçador para o mercado do que quem está fora do mercado por convicção. E quem está fora do mercado da fé? Os ateus. É possível convencer um católico, um espírita ou um umbandista a mudar de religião. Mas é bem mais difícil – quando não impossível – converter um ateu. Para quem não acredita na existência de Deus, qualquer produto religioso, seja ele material, como um travesseiro que cura doenças, ou subjetivo, como o conforto da vida eterna, não tem qualquer apelo. Seria como vender gelo para um esquimó.

A relação estabelecida pela jornalista entre a intolerância e as leis de mercado ajuda a refletir sobre a invisibilidade e a violência a qual está submetido outro grupo importante na formação da identidade brasileira, o das religiões afro-brasileiras, em especial o Candomblé. Faço essa análise por alguns motivos: primeiro, porque o Candomblé, sendo uma expressão de fé (e não uma expressão de não-fé, como é o caso dos ateus), torna mais explícita a intolerância que se concretiza no cotidiano, por meio de agressões físicas, interdições e destruição de templos. O segundo motivo é porque em um país em que a maior parte da população se declara negra ou parda, parece significativo o fato de as religiões afro-brasileiras não terem um maior número de adeptos. Por último, porque sendo o Candomblé uma religião vastamente estudada e documentada, permite um caminho mais curto, porque já trilhado, para a reflexão sobre a intolerância.

<sup>211</sup> A pesquisa realizou 2.014 entrevistas nas cinco macrorregiões do país (Sudeste, Nordeste, Sul, Norte e Centro-Oeste) em pequenas, médias e grandes cidades com o objetivo de identificar a intolerância contra a população LGBT. A margem de erro é de 2 pontos percentuais para cima ou para baixo. FUNDAÇÃO Perseu Abramo e Instituto Rosa de Luxemburgo. Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil. Intolerância e respeito às diferenças sexuais. Junho de 2008. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisa-lgbt.pdf> >. Acesso em 26 jul. 2016.

<sup>212</sup> BRUM, E. A dura vida dos ateus em um Brasil cada vez mais evangélico. Revista *Época*, 14 nov. 2011. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2011/11/dura-vida-dos-ateus-em-um-brasil-cada-vez-mais-evangelico.html>>. Acesso em 26 jul. 2016.

O Censo de 2010 registrou que apenas 0,3% da população brasileira era adepta de religiões afro-brasileiras, incluindo a Umbanda, o Candomblé e outras. A proporção equivale a cerca de 590 mil seguidores. Em 10 anos, as religiões afro-brasileiras cresceram em números absolutos, mas mantiveram estável sua representação na população (0,3%). Mas essa taxa é colocada em dúvida por alguns pesquisadores (PRANDI, 2004, p. 225)<sup>213</sup>.

[...] Quando se trata das religiões afro-brasileiras, as estatísticas sobre os seguidores costumam oferecerem números subestimados, o que se deve às circunstâncias históricas nas quais essas religiões surgiram no século XIX, quando o catolicismo era a única religião tolerada no País, a religião oficial, e a fonte básica de legitimidade social. Para se viver no Brasil, mesmo sendo escravo, e principalmente depois, sendo negro livre, era indispensável, antes de mais nada, ser católico. Por isso, os negros que recriaram no Brasil as religiões africanas dos orixás, voduns e inquices se diziam católicos e se comportavam como tais. Além dos rituais de seu ancestrais, frequentavam também os ritos católicos.

Para Prandi, a necessidade de esconder a fé não ficou no passado, permanece no presente, não mais pela perseguição sofrida pelos aparelhos do Estado, mas por outras religiões, no caso as pentecostais, que ele classifica como rivais das religiões de origem africana (PRANDI, 2004, p. 225)<sup>214</sup>:

[...] Até recentemente, essas religiões eram proibidas e, por isso, duramente perseguidas por órgãos oficiais. Continuam a sofrer agressões, hoje menos da polícia e mais de seus rivais pentecostais, e seguem sob forte preconceito, o mesmo preconceito que se volta contra os negros, independentemente de religião. Por tudo isso, é muito comum, mesmo atualmente, quando a liberdade de escolha religiosa já faz parte da vida brasileira, muitos seguidores das religiões afro-brasileiras ainda se declararem católicos, embora sempre haja uma boa parte que declara seguir a religião afro-brasileira que de fato professa.

A pesquisadora Stela Guedes Caputo acompanha há mais de duas décadas a vida de crianças ligadas ao candomblé na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. Mais do que acompanhar a vivência religiosa, ela mostra como se dá a interação dessas crianças com a vida escolar e comprovou a necessidade que de quase todas elas têm de esconder a religião, de se tornar “invisível”, fazendo dessa invisibilidade um mecanismo doloroso de autoproteção. Os depoimentos ao longo do trabalho de campo dão clareza e

---

<sup>213</sup> PRANDI, R. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 18, n. 52, p. 225, set-dez. 2004. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000300015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300015)>. Acesso em: 26 jul. 2016.

<sup>214</sup> Idem, *ibidem*, p. 225.

concretude à opressão a que são submetidos os seguidores das religiões afro-brasileiras (GUEDES, 2005)<sup>215</sup>:

[...] Frequentei a igreja aqui do bairro por três anos, só para disfarçar. Ia às missas, fiz até Primeira Comunhão. Queria que as pessoas pensassem que eu era católica, talvez parassem de zoar. E eu também queria ter mais amigas [...].” (Michele, nome fictício, 15 anos, p. 148).

[...] Lembra que eu te disse uma vez que escondia as marcas<sup>216</sup> desde cedo? Quando eu voltar para a escola vou dizer o que sempre disse, que sou católica. É porque eu mudei, mas fora da escola, não dá para mudar dentro da escola porque a escola não mudou [...] (Joyce de Elói dos Santos, então com 21 anos. Ela deixou a escola no segundo ano do Ensino Médio, p. 167).

[...] Não falo que sou do candomblé, se ninguém souber, ninguém discrimina [...] (Jailson dos Santos, 20 anos, irmão de Joyce, p. 121)

A pesquisa de Guedes Caputo foi concluída em 2005. Nesse período, o cenário não mudou ou, talvez, tenha mudado para pior. Notícia publicada pelo portal de notícias UOL, em 2014, contava a história de um menino de 12 anos que foi impedido de entrar na escola pública onde estudava por estar usando “guias” de Candomblé. Isso aconteceu em agosto de 2014, na escola municipal Francisco Campos, no Rio de Janeiro, e a proibição do uso das guias veio diretamente da diretora da escola (MAZZI, 2014). Em junho de 2015, também na cidade do Rio de Janeiro, uma menina de 11 anos foi atingida por uma pedra na cabeça quando saía, com a família, de um culto do Candomblé (G1, 2015). Em setembro do mesmo ano, uma adolescente de 14 anos foi agredida por uma colega da escola por ter postado fotos em uma rede social da internet vestida com roupas rituais do Candomblé. A agressão aconteceu em uma escola pública de Curitiba (BOECHAT, 2015). Em novembro de 2015, a Casa da Mãe Baiana, um terreiro de Candomblé no Distrito Federal, foi incendiado. A intolerância religiosa foi apontada como possível causa para o atentado (AGÊNCIA BRASIL, 2015).

Seja pela invisibilidade como instrumento de proteção, seja pela perseguição crescente que sofrem, é marcante o fato de que as religiões de matriz africana, como o Candomblé e a Umbanda, venham perdendo adeptos. Em 1980, os seguidores das

<sup>215</sup> GUEDES, M. (Stela Guedes Caputo). **Educação em terreiros e como a escola se relaciona com crianças que praticam candomblé**. 2005. Tese (Doutorado em Educação). Departamento de Educação, Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2005.

<sup>216</sup> As marcas a que se refere Joyce são as cicatrizes deixadas pelo processo de cura, onde são feitos, com navalha, cortes em algumas partes do corpo. As curas são parte do rito de iniciação das Filhas de Santo no Candomblé, que é adotado em alguns terreiros.

religiões afro-brasileiras representavam 0,6% da população brasileira. Em 1991, essa proporção já caía para 0,4% e nos últimos dois censos não passava de 0,3%.

Prandi aponta várias possibilidades para esse movimento de declínio, mas a principal é justamente a dimensão mercadológica e empresarial – que torna viável, inclusive a disputa por canais de televisão – que alcançou o discurso religioso e que contribui para a expansão das igrejas pentecostais, algumas delas, como a Igreja Universal do Reino de Deus, que tem entre seus princípios a perseguição e a demonização dos cultos afro-brasileiros (PRANDI, 2004, p. 230)<sup>217</sup>:

[...] mudou muito a forma como a religião é oferecida pelos mais bem-sucedidos grupos religiosos. São mudanças a que o candomblé e a umbanda não estão afeitos. Não são capazes de se massificar, mesmo porque a vida religiosa de um afro-brasileiro se pauta principalmente pelo desempenho de papéis sacerdotais dentro de um grupo de características eminentemente familiares. Não é à toa que o grupo de culto é chamado de família-de-santo. Mais que isso: as cerimônias secretas das obrigações e sacrifícios não são abertas sequer a todos os membros de um terreiro, havendo sempre uma seleção baseada nos níveis iniciáticos, não sendo concebível a sua exposição a todos, muito menos sua divulgação por meio televisivo.

Fragmentada em pequenos grupos, fragilizada pela ausência de algum tipo de organização ampla, tendo que carregar o peso do preconceito racial que se transfere do negro para a cultura negra, a religião dos orixás tem poucas chances de se sair melhor na competição - desigual - com outras religiões. Silenciosamente, assistimos hoje a um verdadeiro massacre das religiões afro-brasileiras.

Se a disputa parece mais acirrada nos tempos atuais, a construção de discursos que estigmatizam e interditam outras religiões que não a de matriz cristã está intimamente vinculada ao processo de colonização e de formação da sociedade brasileira. As encenações montadas por Padre Anchieta para a catequização dos povos indígenas no Brasil estabeleciam relações com os mitos nativos, ligados à natureza, associando-os às divindades cristãs como elemento de tradução da cultura europeia para o universo indígena, mas também determinava valores negativos para práticas rituais ou comportamentais que deveriam ser banidos segundo os critérios do colonizador (BOSI, 1992).

Recuperar esse processo de mais de 500 anos ajuda a compreender as profundezas das interdições que foram sendo construídas para tornar invisíveis, inibir e

<sup>217</sup> PRANDI, R. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 18, n. 52, p. 230, set-dez. 2004. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000300015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300015)>. Acesso em: 26 jul. 2016.

– por que não? – destruir outras práticas religiosas que não as hegemônicas. A história da imprensa e dos meios de comunicação brasileiros que ajudariam a reverberar a ideologia não seria diferente.

Em outubro de 1870, o jornal *Diário de Notícias*, com sua tiragem de 7 mil exemplares, traria uma crônica sobre a presença de “feiticeiros” negros e pardos na sociedade carioca que afetava a rotina da comunidade. O texto não apenas denunciava a existência dessas pessoas, como criticava a permissividade das forças de segurança da Corte que não pareciam suficientemente ativas na repressão às “práticas demoníacas” (REIS, 1870)<sup>218</sup>:

[...] E vejo tantos! tantos negros e pardos entregues a essa infamante industria, quando podiam ser uteis à sociedade por meio do trabalho!... E a polícia não pergunta quem são, nem de onde vem e para onde vão esses homens. Elles rastejam por ahi a toda a hora de cabeça alta em seu viver mysterioso, arrastando comsigo uma cadêa de desgraças. A presença desse homem tem o poder do demônio. Como este tenta as almas e como elle arremessa ao abysmo centenas de creaturas.

Em novembro daquele mesmo ano, o jornal estamparia na primeira página a notícia da prisão de José Sebastião Rosa, o Juca Rosa, feiticeiro, de origem africana que tumultuava a sociedade carioca, explorando a “desgraça do lar doméstico”<sup>219</sup>.

Quase um século depois, a edição da revista *O Cruzeiro*, de 15 de setembro de 1951, trouxe uma extensa reportagem fotográfica revelando cada etapa do rito de iniciação das Yaôs, as Filhas de Santo, no Candomblé, em Salvador (BA). O ritual é um dos mais secretos da religião, mas aparecia na revista, explicado passo a passo, desde o processo de raspar a cabeça dos filhos de santo ao sacrifício de animais, ilustrado com as grandes fotografias que caracterizavam a revista.

As imagens captadas pelo fotógrafo José Medeiros eram acompanhadas com o texto do jornalista Arlindo Silva que rotulava a cerimônia como bárbara, primitiva, cruel e confusa. O título da reportagem já dava a tônica da abordagem: “As noivas dos deuses sanguíneos”. Um ritual que os “ousados repórteres” da revista presenciaram com

<sup>218</sup> REIS, C. dos. Os Feiticeiros na Corte. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1870, n. 53, anno 1. [Foi mantida a grafia original]. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

<sup>219</sup> REIS, C. dos. Importante Diligencia Policial. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1870, n. 96, anno 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=369357&PagFis=373>>. Acesso em 26 jul. 2016.

exclusividade para apresentar pela primeira vez à “sociedade civilizada”<sup>220</sup>. A exposição do ritual na revista trouxe problemas para a mãe de santo que permitiu os registros e as filhas de santos, que foram expostas nas fotografias, nunca foram reconhecidas como tais pelos praticantes da religião na cidade de Salvador.

Em 1992, quando Stela Guedes Caputo visitou, como jornalista, pela primeira o terreiro que mais tarde seria seu principal campo de pesquisa, conheceu Ricardo, um menino que aos quatro anos de idade já tinha uma função importante no terreiro. Foi como jornalista que Guedes narrou a história dos “Netos de Santos”, crianças que, como Ricardo, já eram ativas em sua fé. A reportagem foi publicada no jornal *O Dia*. Anos depois, o jornal vendeu as fotos das crianças para a Igreja Universal do Reino de Deus que as usou para ilustrar o livro *Orixás, Caboclos e Guias: Deuses ou Demônios?*, de Edir Macedo (GUEDES CAPUTO, 2005). No livro, as fotos eram acompanhadas de textos carregados de juízos de valor e preconceito, tratando as religiões de matriz africana como demoníacas, motivo que levou a justiça a proibir sua venda (COSTA, 2005)<sup>221</sup>. O uso da imagem teve consequências sérias para Ricardo, o que foi registrado por Guedes já como pesquisadora (GUEDES CAPUTO, 2005)<sup>222</sup>:

[...] Na rua passaram a me chamar de macumbeiro. E eu não entendo, se a gente tem que entender a cultura dos crentes e dos católicos, porque eles não podem entender a nossa? (Ricardo, p. 96)

É nesse contexto que o “tornar-se invisível” se transforma em instrumento de proteção, mas que, ao mesmo tempo, ajuda a aumentar as distorções. Sem figurar nos dados estatísticos oficiais, essas populações acabam por ser tratadas como “residuais”, “raras”, “exóticas”, o que pode estimular políticas públicas também de caráter “residual”. É essa lógica que se faz presente na proposta apresentada pela direção da EBC na tentativa de encontrar uma solução para o embate sobre a programação religiosa. A proposta, de caráter incipiente, era a de representar a diversidade religiosa nas emissoras da empresa distribuindo o tempo segundo critérios estatísticos do Censo sobre a população brasileira. Não por acaso, o mesmo princípio defendido pelas

<sup>220</sup> MEDEIROS, J. e SILVA, A. As noivas dos deuses sanguíneos. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1951, n. 48, ano XXIII. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

<sup>221</sup> COSTA, P. Justiça proíbe livro de Edir Macedo sobre cultos afros. *Consultor Jurídico*, 9 nov. 2005. Disponível em: <[www.conjur.com.br/2005-nov-09/justica\\_proibe\\_livro\\_edir\\_macedo\\_cultos\\_afros](http://www.conjur.com.br/2005-nov-09/justica_proibe_livro_edir_macedo_cultos_afros)>. Acesso em: 26 jul. 2016.

<sup>222</sup> GUEDES CAPUTO, S. *Educação nos terreiros: e como a escola se relaciona com crianças de Candomblé*. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

lideranças religiosas que se encontravam em situação confortável em relação à sua visibilidade, como foi caso do pastor Flávio Lima ao fazer o discurso de despedida no programa *Reencontro* no dia 17 de setembro de 2011 (REENCONTRO, 2011)<sup>223</sup>:

[...] Claro que é grande a quantidade de religiões citadas na pesquisa, e o Censo do IBGE as cita nominalmente, só que estas religiões estão entre menos de 6 milhões de brasileiros para um universo de 180 milhões! Está, pois, o Conselho Curador da EBC, com uma tremenda responsabilidade, e vamos cobrá-la, pois em sua Resolução número 02/2011, com data de 24/03/2011, determina: Art.4º – A Diretoria da EBC apresentará ao Conselho Curador alternativas de programação para comporem a(s) nova(s) faixas religiosas de seus veículos, respeitando o critério da pluralidade máxima das vivências religiosas existentes no País. É bom que todos fiquem sabendo e acompanhem o descascar desse enorme abacaxi que tal Conselho tem em suas mãos e as lideranças evangélicas e católicas reivindicuem o seu espaço.

A percepção de que a realidade numérica não revelava a profundidade do problema levou o Conselho Curador da EBC a refutar a proposta de usar o Censo como um instrumento para balancear a solução (18ª REUNIÃO, 2010)<sup>224</sup>:

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – (historiador)[...] Essa questão da maioria da religião católica deve ser vista com cuidado. No Brasil, há 20, 30 anos, tínhamos uma minoria de negros e mestiços que hoje é maioria. Essa questão da autoidentificação está ligada também às conjunturas, às pressões [...]

Mirar para o desafio da diversidade religiosa brasileira e o papel da comunicação pública sob o ponto de vista estatístico pode resultar em respostas burocráticas, reducionistas e pouco efetivas para desenhar soluções frente à complexidade de problemas que se conectam a partir dessa diversidade. A intolerância religiosa é apenas um deles. Tão racional e rígido quando os métodos estatísticos, também parece ser a postura de defender a laicidade – enquanto ausência de religiosidade e não presença da diversidade – como a única solução possível para o desafio de representação da sociedade brasileira. Tal como os métodos estatísticos, o conceito de laicidade também foi construído por um pensamento hegemônico: o racional-científico.

Como representante da sociedade brasileira, cabe ao Conselho Curador a tarefa de interpretar as demandas dessa sociedade e ao mesmo tempo conduzir a EBC de modo

<sup>223</sup> VIDEO [Reencontro]. Discurso de despedida. Pastor Flávio Lima. Niterói: Associação Evangélica de Comunicação Reencontro, 17 set. 2011.

<sup>224</sup> 18ª REUNIÃO Ordinária do Conselho Curador da EBC, 1º jun. 2010. Transcrição de notas taquigráficas. Disponível em: <[www.etc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt\\_18a\\_reuniao\\_cc.pdf](http://www.etc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt_18a_reuniao_cc.pdf)>. Acesso em: 26 jul. 2016.

a que o exercício prático da comunicação pública, democrática, possa atuar contra as iniquidades enfrentando, como um campo de mediação, os silenciamentos impostos à população brasileira. O exercício de escuta não é singelo. Passa, antes, por estimular que se fale. Por isso, estruturas que permitam a interlocução direta da sociedade, como é o caso da Ouvidoria, mas também consultas e audiências públicas, com as instâncias de decisão da EBC, especialmente aquela que deve representar a própria sociedade, como o Conselho Curador, são fundamentais para a consolidação do campo público enquanto público. As recomendações que Paulo Freire faz para os educadores vêm a calhar para refletir sobre o papel do Conselho Curador (FREIRE, 1987, p. 49)<sup>225</sup>:

[...] Nosso papel não é falar ao povo sobre a nossa visão do mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa. Temos de estar convencidos de que a sua visão do mundo, que se manifesta nas várias formas de sua ação, reflete a sua *situação* no mundo, em que se constitui. A ação educativa e política não pode prescindir do conhecimento crítico dessa situação, sob a pena de se fazer “bancária” ou de pregar no deserto.

Como intérprete que deve ser das demandas da sociedade, o Conselho Curador não pode ser refratário às falas surgidas na sociedade. A discussão sobre a diversidade religiosa foi um exercício importante que mostrou o quanto o distanciamento do público pode resultar ineficaz. Ao mesmo tempo, foi uma reflexão de longo prazo que também permitiu a correção de rumos e o exercício de abrir-se ao diálogo e à construção de pactos.

Outra etapa desafiadora de quem pretende cultivar o exercício da escuta e do permitir falar é reconhecer quem, de fato, precisa ser estimulado a falar. Esse exercício exige um deslocamento de olhar que tira o foco das instituições e o leva para as pessoas, o povo, o popular, a massa. Mais uma vez, não é um exercício singelo. A capacidade de vocalização de demandas é maior quanto maior for a institucionalização dessas demandas. Seja a Igreja Católica com sua rígida hierarquia, sejam as igrejas evangélicas, com toda a sua horizontalidade e capilaridade política, são instituições com grande capacidade de reverberação de suas demandas. O mesmo não dá para dizer dos seus fieis. A dificuldade em tirar o foco das instituições para voltar-se para o público das emissoras públicas pode retardar a construção de soluções que ajudem a consolidar o caráter público na sociedade brasileira, de forma geral, e na EBC, especificamente. A discussão, portanto, não pode estar focada no diálogo com as instituições religiosas ou

---

<sup>225</sup> FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1987, p. 49.

políticas, essas sim consolidadas com base nos privilégios garantidos ao longo de séculos, mas nas pessoas com quem a comunicação pública precisa estabelecer o diálogo.

Mais revolucionário que determinar o tempo a ser destinado para cada religião ou impedir a vocalização de qualquer discurso religioso pode ser a reflexão de quanto tempo pode ser aproveitado para construir pontes de diálogo entre grupos majoritários, seus preconceitos, e instrumentos de opressão que também foram absorvidos por essa maioria da mesma forma que um operário assume a função de capataz e cumpre a tarefa ainda mais rigor que o patrão (FREIRE, 1987) e uma minoria acostumada à invisibilidade, oprimida e silenciada, mas que também, como reação à opressão passa a ver a maioria como um inimigo.

Mais do que tentar definir qual o tempo destinado a cada religião segundo critérios matemáticos ou determinar a ausência completa dos conteúdos religiosos na programação de uma emissora, a principal questão a ser respondida é: como a comunicação pública, que deve ganhar concretude por meio dos canais da EBC, pode cumprir seu papel de desconstruir preconceitos e iniquidades em toda a sociedade brasileira? Como, no caso específico da religião, pode diminuir a intolerância religiosa? É com essas questões em mente que nos voltamos, no próximo capítulo, a analisar como o público, a audiência da EBC tentou expressar seus desejos junto à empresa de comunicação pública.

## Capítulo 5 – O público participa da “comunicação pública”: as necessidades e resistências de uma sociedade não organizada

Fernando<sup>226</sup> nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 1951. Estudou a maior parte da juventude em escolas católicas. Formou-se engenheiro e foi como tal que teve a oportunidade trabalhar em outros países da América do Norte e da África. Branco, de classe média, tinha dois filhos e um neto, ele não se apresentava como um católico fervoroso, “não sou uma pessoa carola”, disse ele ao falar sobre sua relação com a religião, mas se dizia devoto de São Judas Tadeu, fazia uma prece todos os dias e ia à igreja, em média, uma vez por semana. Não se lembra de ter sofrido, algum tipo de discriminação em relação à sua fé.

Marcos<sup>227</sup> também nasceu no Rio de Janeiro, em 1965. Estudou em escolas públicas da cidade. Formou-se em antropologia e era empresário, dono de uma corretora de seguros. Divorciado, tinha uma filha. Negro, de classe média, Marcos chegou a ser batizado no catolicismo, mas foi iniciado, em 1998, no Ifá, religião de origem africana e com semelhanças com o Candomblé. Transformou-se em sacerdote do Culto aos Orixás, como ele denominava o Ifá e conheceu de perto o preconceito tanto em relação a sua pele, quanto em relação à sua fé.

Marcos e Fernando, apesar de terem nascido e vivido na mesma cidade, não se conheciam e, até o momento em que as entrevistas foram realizadas, continuavam sem se conhecer pessoalmente. Mas suas ideias se encontraram, ocupando lugares distintos, no debate sobre a presença da religião na TV Brasil.

Fernando entrou em contato com a Ouvidoria da EBC no dia 30 de março de 2011 para questionar a decisão tomada pelo Conselho Curador de suspender a missa

---

<sup>226</sup> Nome fictício para H.J.P.R. que me concedeu entrevista individual e de profundidade sobre sua participação junto à Ouvidoria da EBC. H.J.P.R. falou sob condição de anonimato. A entrevista foi realizada na sede da EBC, no Rio de Janeiro, no dia 14 de novembro de 2015. Do universo de 85 mensagens recebidas pela EBC entre 2009 e 2013 sobre a programação religiosa, estavam disponíveis informações de contato em 24 delas. Tentou-se contato com 21 telespectadores, sendo excluídos todos aqueles que mantinham, declaradamente, outras relações com a EBC que não a de audiência, como vínculo empregatício. Apenas quatro telespectadores responderam ao convite de entrevista. Das quatro respostas, uma era de um telespectador em Porto Alegre (RS) e outra, de uma telespectadora do interior do Rio de Janeiro. Por uma questão operacional, me restringi às entrevistas que poderiam ser realizadas no Rio de Janeiro (RJ). Outro ponto que influenciou a decisão foi o fato de que as outras duas pessoas que atenderam à comunicação se posicionaram de forma semelhante a de H.J.P.R. Apesar de não serem representativas quantitativamente, o contato com esses telespectadores permitiu a proximidade com algumas das realidades que se escondiam por trás das mensagens formais enviadas à ouvidoria. Um exercício que contribuiu para a reflexão sobre a EBC e seu público.

<sup>227</sup> Nome fictício para C.M.S.E. Tal como a entrevista anterior, foi concedida sob condição de anonimato. Na mesma data e local e dentro dos mesmos critérios.

católica da programação. A motivação para o contato veio do pai de Fernando, à época com 86 anos, que não conseguindo mais participar dos cultos católicos presencialmente, era audiência fiel do programa *Santa Missa*. Ele não gostou da notícia de que o programa sairia do ar. Juntos, pai e filho, construíram as justificativas que fundamentaram o contato com a EBC. Os argumentos foram apresentados na entrevista de Fernando (informação verbal)<sup>228</sup>:

tá certo que as coisas mudem, mas você tem uma parcela pesada da população que nasceu ainda em 1930, 1940, 1950 e essas pessoas foram educadas dentro de uma determinada linha. Então acho que simplesmente, dizer: ‘ok, então o estado é laico’ e tira do ar é uma coisa muito... muito... Não vou dizer violento, no sentido de violência, mas uma coisa assim... Radical (...) Esse pessoal que veio dos anos 30, dos anos 40, dos anos 50 nem sempre tem capacidade de absorver. As vezes não querem absorver. Então acho que a questão da missa poderia ser mantida sem prejuízo para outras orientações. Aquilo vinha uma tradição de 20 e tantos anos. Pode abrir espaço para uma coisa mais negra, mais aberta. Sem precisar dar um choque encima de pessoas que já estão com pouca capacidade e pouca disposição de mudar. Que foi o caso dele [o pai] (...) Você tem um público que tá com dificuldade, que acompanha há vinte e tantos anos, que tem uma certa tradição, isso poderia ser feito de uma forma mais suave e naturalmente dentro de 10 anos isso ia desaparecer, por falta de audiência.

O pai de Fernando faleceu no ano seguinte ao contato com a Ouvidoria e ele não teve mais disposição para acompanhar o debate.

Marcos também entrou em contato com a Ouvidoria da EBC, no dia 3 de dezembro de 2011, questionando porque apenas as igrejas Católica e Protestante tinham espaço na grade de programação da TV Brasil. O sacerdote não chegou a exigir a retirada dos programas religiosos mas, posteriormente, durante essa entrevista, ao defender espaços iguais para todas as religiões e ser apresentado à dificuldade enfrentada pelo Conselho Curador quando proposta semelhante chegou à baila – a de que não seria possível garantir espaço para todas as religiões na grade – ele defendeu uma divisão de tempo mais equilibrada entre a diversidade. Para isso, como outros atores fizeram antes, apelou para dados estatísticos. Só que com um olhar bastante distinto das defesas realizadas no âmbito das instituições. O recorte estatístico apresentado por ele não se concentra no censo religioso, mas na sociedade de uma forma geral (informação verbal)<sup>229</sup>:

<sup>228</sup> Informação verbal obtida em entrevista de profundidade com H.J.P.R. em 14 nov. 2015.

<sup>229</sup> Informação verbal obtida em entrevista de profundidade com C.M.S.E. em 14 nov. 2015.

Nós [negros] somos quase 51% da população, desses 51% da população, os negros não conhecem a cultura africana, poucas historias africanas são dadas nas escolas, as crianças negras não têm acesso a essa informação e a TV, que é uma TV pública, que deveria democratizar isso, logicamente pega 60 minutos não só pra teologia africana, para a teologia judaica que também faz parte do nosso contexto cultural, outras teologias que fazem influência na nossa cultura e a gente não vê isso. A gente vê, há anos e anos, desde a época dos índios, tanto a igreja católica, como os protestantes, liderados por essas igrejas evangélicas que não tem noção de filosofia, muito poucas delas tem, tendo espaço à vontade para falar da sua teologia, da sua forma de ver a vida e nós que somos maioria como população não temos (...) tempo e espaço para isso: para falar (...) Acho que uma empresa pública se tem que fazer democracia de comunicação, tem que dar o mesmo espaço para se poder falar sobre a teologia, sobre a filosofia. O que se propaga é uma discussão extremamente negativa de um lado, sem a defesa positiva do outro.

Apesar de parecer uma solução semelhante às das propostas apresentadas pelo Pastor Lima durante aquele que seria o último episódio do programa *Reencontro* ou da direção da EBC, propostas que também se baseavam em dados estatísticos, mas que focavam especificamente nas informações sobre religião, a leitura de Marcos revela como esses mesmos dados podem ser lidos de forma diferente por parte de uma cultura que nunca ocupou espaços hegemônicos. Ao lembrar que a população preta e parda representa metade da sociedade brasileira, Marcos não fala do que *é*, mas do *que poderia ter sido* se estruturas de garantia de privilégios e de opressão não tivessem operado ao longo de séculos, impedindo a propagação de sua fé, de seu conhecimento, de sua cultura.

O conteúdo trazido por Marcos e Fernando, cada um a seu modo, reúne o prosaico e o sagrado. Ao falar de suas relações com a religião recuperam temas como tradição, preconceito, exclusão, interação humana. Também tratam de política, democracia e direitos. Conteúdos que surgem a partir de uma demanda que se encontra na esfera do sagrado – a religião – e que ganham concretude a partir de uma situação que se situa na esfera do prosaico – colocar-se em frente à televisão. Poucas cenas da sociedade contemporânea podem ser tão prosaicas e cotidianas quanto a fruição de um programa de TV. Uma demanda o espaço de escuta que a tradição lhe garantiu, o outro, o espaço de fala dos silenciados. Posições distintas, de difícil conciliação e que são exemplos da complexidade das demandas que tiveram a oportunidade de chegar até a EBC pelo canal da Ouvidoria. Mais crítico é que não apenas complexas, mas cotidianas.

O cotidiano não é o espaço dos grandes feitos, como tal, também costuma passar alheio às grandes análises e, por isso mesmo, nem sempre é visível pelas instituições

que definem as grandes políticas. O cotidiano é de difícil administração, pode ser confundido como algo desprezível e se concretiza pela repetição de pequenos atos – como ligar a televisão ao final do dia para acompanhar as notícias do telejornal ou acordar domingo pela manhã para assistir a uma missa. No entanto, o cotidiano para se concretizar carece de um lugar, de um espaço físico, uma territorialidade. Carrega uma pluralidade de sentidos que coexistem entre eles – do literal ao simbólico, passando pelo mágico e o oculto – e se estrutura em ciclos, em começos e recomeços que ajudam a constituir uma temporalidade (Lefebvre, 1991, p. 35)<sup>230</sup>:

Tratando-se do cotidiano, trata-se portanto de caracterizar a sociedade em que vivemos, que gera a cotidianidade (e a modernidade). Trata-se de defini-la, de definir suas transformações e suas perspectivas, retendo, entre os fatos aparentemente insignificantes, alguma coisa de essencial, e ordenando os fatos. Não apenas cotidianidade é um conceito, como ainda podemos tomar esse conceito como fio condutor para conhecer a “sociedade” situando o cotidiano no global: o Estado, a técnica e a tecnicidade, a cultura (ou a decomposição da cultura).

Para Lefebvre, a impossibilidade de viver o cotidiano é um dos motores dos processos revolucionários. Recuperar os anseios expressos nas mensagens enviadas pelas pessoas que se posicionaram no debate sobre as religiões na empresa de comunicação pública permite uma aproximação desse cotidiano que pode resultar em revoluções ou, ao contrário, a conservação da ordem estabelecida. Essa ordem não-administrável, não-controlável e não-subordinada e que, sem ela, não é possível firmar pactos, ou se firmados, não é possível levar-lhes a termo.

Chegamos então ao campo do debate onde não se encontram as instituições, mas a audiência da EBC e suas diversidades: o público (o povo, o popular, a massa) da EBC. Esse é um ator do processo de difícil enquadramento e definição. Por não estar institucionalizado, carrega consigo uma diversidade muito mais ampla, por isso mesmo uma diversidade que encontra mais dificuldades em se fazer representar, porque ampla e porosa, porque reúne culturas e tradições que se intercambiam, que ora se aproximam, ora se repelem, ora se reconhecem, ora se ignoram, e porque cotidianas são, quase sempre, “desprezíveis”. Essa é a esfera que os estudos de comunicação costumam nomear como massa, os de cultura como popular e a sociologia, como povo. Aqui, prefiro chamar de público, seja porque audiência, seja por serem as pessoas para as quais a comunicação pública deve ser feita.

---

<sup>230</sup> Lefebvre, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Editora Ática, 1991.

Acertadamente, alguns canais institucionais – como a ouvidoria, as audiências e consultas públicas - foram criados na EBC para tentar captar e compreender vontades, críticas, direitos e anseios desse grupo. A decisão de criar espaços formais de interlocução entre o público e a estrutura pública de comunicação, juntamente com a decisão de implantar um Conselho Curador não subordinado ao governo, pode ser considerada como um dos principais diferenciais da EBC em relação a todas as outras estruturas comunicacionais geridas, até então, pelo Estado brasileiro. No entanto, como costuma acontecer em todo o processo de representação, a maior dificuldade é conseguir que as instâncias que representam possam não apenas registrar, mas principalmente, apreender, compreender e tomar decisões que respondam a esses desejos, necessidades, direitos e reivindicações do público.

Não é raro que nos processos históricos, em particular na tradição brasileira, que esse ator – a massa, o povo, o popular, o público – seja tratado ora como ferramenta de legitimação de decisões tomadas em círculos fechados e restritos. Ora seja tratado como um corpo uniforme a ser manipulado para que não atrapalhem o acesso aos privilégios já garantidos por classes da sociedade que detém o poder econômico e poder político. Tanto em movimentos sociais identificados como movimentos à esquerda, como nos grupos que se identificam com agendas da direita, a prática de desprezar o público, não raro, costuma se tornar concreta (BARBERO, 2013)<sup>231</sup>. A análise das mensagens que, como as de Fernando e Marcos, chegaram à Ouvidoria da EBC é reveladora dessa prática.

### **5.1 A diversidade religiosa chega à Ouvidoria da EBC**

Com a implantação do Conselho Curador, em 14 de dezembro de 2007, duas semanas depois de inaugurada a EBC, e a implantação de uma estrutura definitiva da Ouvidoria, em junho de 2008, a discussão sobre a diversidade religiosa nas emissoras públicas ganhou dimensão. Com a função de subsidiar as discussões dos conselheiros da EBC, a ouvidoria preparava relatórios analíticos sobre as demandas, críticas, elogios e sugestões apresentadas pelos telespectadores e ouvintes.

---

<sup>231</sup> MARTIN-BARBERO, J. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013.

São essas vozes que chegam à Ouvidoria que trazem um pouco mais de complexidade à discussão sobre a diversidade religiosa, mas não apenas ela, sobre os desafios do respeito à diversidade como um todo. É nesse espaço que vozes contrárias e, em maior número, vozes favoráveis à manutenção dos programas religiosos vão encontrar espaço para registrar seus pontos de vistas. Mais do que defender um posicionamento específico – a mudança ou não das grades de programação das emissoras públicas – elas também sinalizam o significado de público no sistema midiático.

Segundo balanço da própria Ouvidoria, entre janeiro de 2009 e dezembro de 2013, o setor recebeu 85 mensagens que tinham como tema os programas religiosos da EBC. A maior parte dessas comunicações chegou até à Ouvidoria por e-mail. Além do meio eletrônico, também são registradas participações por telefone. Nesse caso, o conteúdo das conversas é resumido pela pessoa que atendeu à demanda.

**Figura 22.** Demandas recebidas (N=85) pela ouvidoria da EBC sobre a programação religiosa. Janeiro de 2009 a outubro de 2013

Meses	Demandas Recebidas				
	2009	2010	2011	2012	2013
Janeiro		4			13
Fevereiro				1	3
Março	1		6	3	10
Abril			2	1	5
Maio					
Junho					
Julho					2
Agosto		12		2	1
Setembro	1		1	2	1
Outubro		1	2	1	1
Novembro				3	
Dezembro	2	3	1		
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>20</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>36</b>

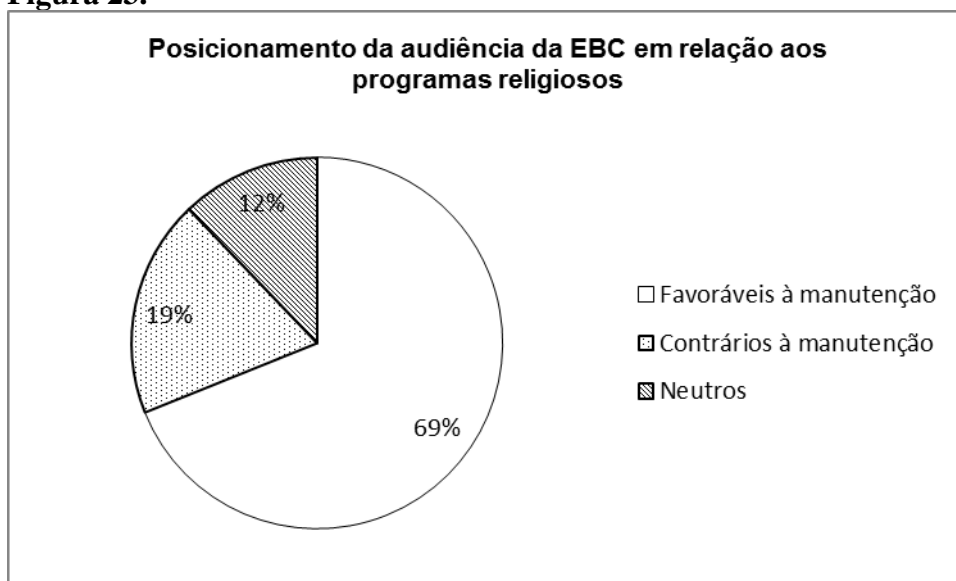
Fonte: Ouvidoria da EBC (outubro de 2013)

Do total de registros, foi possível localizar 74 (87%) participações da audiência. O maior número de mensagens não localizadas se dá no ano de 2010, um período importante do debate sobre a diversidade religiosa na EBC. Segundo os registros, nesse ano houve 20 comunicações do público com a Ouvidoria, no entanto, só foi possível acessar o conteúdo de 11 dessas mensagens. Em 2009, das quatro comunicações

registradas, foram localizadas três. Em 2013, dos 36 registros, foram localizados 34. Já em 2012, quando são registradas 13 comunicações, na verdade, localiza-se 14 correspondências.

As mensagens recebidas foram categorizadas em favoráveis à manutenção da grade de programação religiosa com os programas *Reencontro*, *Santa Missa* e *Palavras de Vida*, contrárias à manutenção e neutras. Ao final do período entre 2009 e outubro de 2013, das 74 mensagens analisadas, 51 (69%) defendiam a manutenção dos programas religiosos, enquanto 14 (19%) pediram a retirada. Nove mensagens (12%) não apresentaram um posicionamento em relação ao tema e foram enquadradas na categoria neutra. No geral, essas últimas tratam muito mais da rotina de relacionamento entre a EBC e sua audiência em relação aos programas, como a solicitação de cópias do que foi exibido, nomes de músicas e contatos de entrevistados e produtores do conteúdo exibido.

**Figura 23.**



Fonte: Ouvidoria da EBC

Depois de categorizadas segundo o posicionamento da pessoa em relação à manutenção ou não dos programas já exibidos, as mensagens também foram analisadas segundo a abordagem ou não da diversidade religiosa. O grupo de mensagens enviadas à Ouvidoria que aborda explicitamente a questão da diversidade religiosa e que defende a abertura de espaço para outras religiões, que não apenas a Católica e a Batista, é bastante pequeno. Das 74 mensagens, apenas 17 (23%) abordaram explicitamente a questão da diversidade religiosa. Em 14 dessas mensagens, o posicionamento é

favorável à ampliação de espaço na grade para outras religiões. Exatamente a metade – sete – dessas mensagens é de pessoas contrárias à manutenção da programação religiosa tal como ela se apresentava na grade da TV Brasil e, de maneira geral, defende a ideia de compartilhar o espaço destinado às religiões por um número maior de confissões religiosas. Entre as pessoas que defenderam a permanência dos programas católicos e Batista, sete pessoas também defenderam a abertura de espaço para outras confissões religiosas. Apesar de ser exatamente o mesmo número absoluto, a proporção dos que se mostraram preocupados com a presença de outras crenças na grade da emissora é muito menor entre os que se posicionam a favor dos programas cristãos (14% do total de pessoas que defenderam a manutenção os programas tradicionais) dos que se colocaram contrários à presença exclusiva destes (50% das pessoas que foram contrárias à manutenção dos espaços tradicionais).

Do total de mensagens que tratam da diversidade religiosa, duas foram enviadas por pessoas que não deixaram claro seu posicionamento em relação à permanência ou não dos programas católico e evangélicos e foram categorizadas como posicionamento neutro. Uma única mensagem aborda a questão da diversidade religiosa se colocando contra a ampliação da grade para outras religiões que não as da matriz cristã. Essa mensagem foi registrada entre as pessoas que defenderam a manutenção dos programas tradicionais.

Nenhuma pessoa, entre os que se colocaram contrários à manutenção dos programas religiosos, se manifestou contra uma maior diversidade. No entanto, apesar de não se colocarem contra nenhuma religião especificamente, metade do grupo defendeu a posição de que nenhuma crença deveria ocupar espaço na grade da emissora pública, tendo como argumento o princípio básico da laicidade do Estado.

Entre as 56 mensagens que não abordam a questão da diversidade, 43 (77%) são de pessoas que defendem a manutenção dos programas cristãos. Duas hipóteses podem ajudar a compreender os motivos dessa discrepância: primeiro porque quem defende a permanência da programação tal como ela se apresentava nas emissoras da EBC representa a voz de um grupo religioso majoritário na sociedade brasileira, acostumado a ver sua crença ser tratada não apenas como única, mas também a única legitimada. Segundo porque, ao ser tratado como única e reconhecida, a necessidade específica que surge a partir da discussão proposta pelo Conselho Curador não era abrir espaço para religiosidade, mas garantir que o espaço já conquistado pela tradição não fosse perdido.

Não acredito que os dados apresentados possam ser usados para determinar alguma valoração para esse posicionamento, colocando as pessoas que trataram da diversidade como mais compreensivas ou democráticas em relação às que não defenderam, justamente porque as necessidades que as levaram a se pronunciar, as colocam em dois campos diferentes e com objetivos bastante distintos. Um lado que pretende ou acabar ou reduzir o espaço destinado às religiões hegemônicas e o outro que lutar para assegurar a manutenção desse espaço.

Em 47 (62%), das 74 mensagens analisadas, foi possível identificar a filiação religiosa das pessoas que escreveram para a Ouvidoria, seja porque explicitaram o vínculo ou o tornaram claro pelo conteúdo redigido, por exemplo, ao pedir a benção de algum santo católico para os gestores da empresa de comunicação. Entre as pessoas que identificaram seus vínculos religiosos, a imensa maioria, 38 (81%) eram católicos. Em seguida, aparecem os evangélicos, com apenas quatro mensagens (8,5%), três pessoas ligadas a religiões africanas (6,4%), um agnóstico (2%) e um esotérico (2%).

Entre os católicos, 95% se colocaram favoráveis à manutenção do programa *Santa Missa*. Um não se posicionou e apenas uma pessoa católica concordou em abrir mão da missa se isso fosse necessário para retirar o programa evangélico da programação.

Em relação ao segmento das religiões evangélicas, a baixa participação desse grupo nos registros da Ouvidoria causou estranheza, já que isso poderia significar também uma baixa participação da audiência televisiva do programa *Reencontro*, um dos conteúdos ameaçados a deixar a programação. A explicação mais pertinente que encontrei para interpretar essa ausência é a relação direta estabelecida entre o formato e o conteúdo do programa Batista e seu público. O programa *Reencontro* é produzido por uma produtora independente, vinculada à Igreja Batista de Niterói e, durante o programa, ao invés de serem divulgados os canais institucionais de comunicação com a EBC, o programa divulga, a cada quadro, o e-mail dos diretores da produção e, ainda, os e-mails pessoais dos apresentadores de cada um dos quadros em torno dos quais se estruturam o *Reencontro*. Durante a pesquisa cheguei a pensar em ampliar o escopo de análise e solicitar aos produtores do programa *Reencontro* os possíveis e-mails que teriam sido enviados para eles sobre o tema debatido no Conselho Curador e que atingia diretamente tanto a produção quanto o público do programa *Reencontro*. Mas a avaliação foi de que isso não seria pertinente, uma vez que, se essa comunicação existiu,

ela se deu às margens dos caminhos de comunicação institucionais da EBC e, portanto, seriam posicionamentos que, se aconteceram, não foram considerados para a discussão travada sobre o tema. Outro detalhe, é que das poucas mensagens onde foi possível identificar a simpatia da audiência à religião Batista, nenhuma delas foi enviada durante os momentos mais aquecidos do debate sobre a programação religiosa. Na verdade, são mensagens de rotina<sup>232</sup>, pedindo a cópia de um programa (N.F.)<sup>233</sup> ou a indicação do canal de televisão (GB)<sup>234</sup> onde fosse possível acessar o conteúdo:

gostaria de saber da possibilidade de reprisar o Programa REENCONTRO exibido neste sábado, dia 16/02/2013, com a entrevista da Dra. Maria Cristina Price, ou da possibilidade de obter a gravação por CD, DVD ou outros, em razão do grande número de pessoas interessadas que não conseguiram assistir (N.F.)

Assunto: canal que transmite o programa reencontro em goiania, goias? Quero voltar a assistir e houve uma mudança de canal. (G.B.)

Em relação à abrangência territorial as informações são mais escassas. Como o contato com a Ouvidoria não pressupunha a obrigatoriedade de que as informações pessoais fossem fornecidas, não houve como identificar a origem das mensagens, exceto em 33 das 74 comunicações analisadas, ou 45% do total. Mas, apesar de a informação ser restrita, a pequena amostra revela um dado importante: entre aqueles que identificaram seus estados de origem, os telespectadores de sete estados (DF, GO, PE, RJ, RN, RS, SC) participaram das discussões. Nenhum estado da região Norte está representado nas mensagens que chegaram à Ouvidoria. Da mesma forma que o estado de São Paulo<sup>235</sup>, onde a EBC conta não apenas com uma retransmissora parceira, mas com um canal próprio na capital paulista, também não houve registro de participação. Por outro lado, as mensagens revelam o peso do Rio de Janeiro junto aos canais de

<sup>232</sup> Nesse capítulo serão reproduzidas várias mensagens enviadas para a Ouvidoria da EBC sobre a presença de programas religiosos na TV Brasil. Optou-se por manter, sem interferência ou revisão, a linguagem adotada nessas mensagens que nem sempre reproduzem a norma padrão da língua portuguesa.

<sup>233</sup> N.F. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 18 de fev. de 2013.

<sup>234</sup> G.B. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 26 de mar. de 2013.

<sup>235</sup> Implantada na cidade de São Paulo a partir de dezembro de 2007, inicialmente em um canal alto no dial (63), a TV Brasil enfrentou dificuldades para se inserir na maior cidade brasileira, onde seus programas, raramente ultrapassaram a marca de 1 ponto de audiência. Com a reorganização do espectro de radiodifusão que acontece a partir de 2014 - o que incluiu a polêmica decisão de acabar com o espaço antes destinado para as emissoras públicas, a faixa dos 700 megahertz para as empresas de telefonia implantarem a internet móvel de banda larga, a TV Brasil passou a ocupar, a partir de 2016, um canal mais baixo no dial (3) o que tem melhorado, ainda que de maneira sutil, seus índices de audiência. Outras iniciativas de caráter popular, como a transmissão de jogos de futebol e de desfiles de escolas de samba no carnaval também tem contribuindo com melhores índices de audiência da emissora.

participação da EBC. Das 33 cartas onde foi possível identificar a região de origem da pessoa que escreveu à Ouvidoria 20 delas (ou 61%) vieram do Rio de Janeiro. A explicação para essa presença majoritária do público fluminense pode estar na própria história de formação da TV Brasil, uma vez que ela ocupa o espaço no espectro radiofônico que antes era ocupado pela TVE do Rio de Janeiro, inclusive mantendo em sua grade de exibição programas da antiga emissora, entre eles os programas religiosos. Além disso, os três programas exibidos pela TV Brasil são produzidos e/ou dirigidos por instituições religiosas daquele estado: a Arquidiocese do Rio de Janeiro e a Igreja Batista de Niterói.

## 5.2 O discurso afinado da comunicação pública e... Laica

A primeira mensagem sobre a programação religiosa a ser registrada pelo canal da Ouvidoria foi recebida no dia 24 de março de 2009. A mensagem<sup>236</sup> de P.A.C.L.<sup>237</sup>, que se apresenta como um servidor público federal, apela à Constituição para a retirada dos programas religiosos da emissora de televisão pública. O pedido vem acompanhado com uma ameaça de ação judicial contra a TV Brasil:

A existência de programas de cunho religioso na TV Brasil, uma emissora pública, é uma afronta à Constituição. Exijo, na condição de cidadão brasileiro, que a TV Brasil retire todos os programas de cunho religioso da sua grade de programação. Caso contrário, caberá denúncia ao Ministério Público e, possivelmente, uma ação civil pública contra a TV Brasil. O Estado Brasileiro é um Estado Laico! Respeitem a nossa Constituição!

A exigência apresentada por P.A.C.L. é uma marca que se repete na discussão e embute o conceito de laicidade como ausência de religiosidade. É esse conceito que está por trás da exigência de “que a TV Brasil retire todos os programas de cunho religioso da sua grade de programação”. A compreensão de laico enquanto ausência de religiosidade, que aparece aqui, inclusive, sob a ameaça de judicialização da disputa, resulta, ao final, em um recurso argumentativo que acaba por interditar o debate. Esse é um ponto importante para a interpretação do problema da diversidade na comunicação

---

<sup>236</sup> O nome desse telespectador já foi tornado público em vários documentos, notícias e artigos científicos publicados anteriormente, mas como não entrei em contato com ele para autorizar a publicação de seu nome, optei por manter o mesmo padrão que será adotado em toda a análise das mensagens enviadas para a Ouvidoria da EBC: manter o anonimato.

<sup>237</sup> P.A.C.L. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 24 de mar. de 2009.

pública, mas antes de aprofundar essa discussão, vamos avançar da descrição do cenário que se configura com a chegada dessas primeiras mensagens à Ouvidoria.

Na sequência a essa mensagem, ainda em 2009, foram registradas outras duas comunicações sobre o tema junto à Ouvidoria, com posicionamentos semelhantes em relação ao uso dos espaços comunicacionais pelas instituições religiosas. As mensagens que chegam na sequência também trazem um novo elemento, a proximidade ou, no mínimo, a preocupação com a agenda de debates sobre o ecossistema comunicacional brasileiro, no geral, e a comunicação pública, em particular. No dia 28 de setembro, T.A.<sup>238</sup>, do Rio de Janeiro, escreveu:

Quero parabenizar o VERTV pelo programa de hoje que debate a dominação das religiões na TV. É repugnante ver o absurdo que se encontra o mal uso das TV para fins político-religioso-econômico. Sou radicalmente contra qualquer uso religioso das concessões públicas.

T.A. não abordou o caso específico dos programas religiosos da TV Brasil, mas refutou a presença do conteúdo em todos os outros canais. Mas o mais interessante a recuperar nessa mensagem é o posicionamento associado à exibição de um dos programas mais tradicionais da TV Brasil. VER TV é um programa de debates que discute a política de radiodifusão brasileira, foi concebido e é apresentado, desde 2006, antes mesmo da criação da TV Brasil, pelo professor da ECA-USP e, no momento em que aconteceram as discussões sobre a religião, Ouvidor da EBC, Laurindo Leal. O Ver TV não é um programa para especialistas em comunicação, mas voltado para qualquer pessoa interessada no tema, de qualquer forma, um público segmentado e com disposição para ouvir durante 60 minutos os diferentes pontos de vistas sobre questões específicas da política de radiodifusão brasileira. T.A, que se sente mobilizado a escrever para a Ouvidoria logo depois de acompanhar o debate, é uma dessas pessoas.

No episódio ao qual T.A. se refere, estiveram presentes três convidados que discutiram o conteúdo religioso no sistema de radiodifusão: Roberto Livianu, promotor de justiça do Estado de São Paulo e autor da pesquisa “O Caráter Educativo da Laicidade do Estado para a Esfera Pública: alcance e da ação do MP em Defesa da Cidadania e da Democracia”, Rita Segato, antropóloga, professora da UNB e pesquisadora dos movimentos religiosos no mundo contemporâneo do Conselho Latinoamericano de ciências Sociais (Clacso) e Lucelmo Lacerda, historiador e

---

<sup>238</sup> T.A. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 28 de set. de 2009.

especialista em história das religiões, responsável pela pesquisa sobre o caso Ratzinger versus Leonardo Boff, desenvolvida na PUC-SP.

A tônica do debate que foi ao ar, de uma forma geral, foi de crítica à ocupação desequilibrada dos espaços de radiodifusão por parte das igrejas de matriz cristã, únicas detentoras de canais de comunicação. Naquele momento, a discussão sobre a presença dos programas religiosos ainda não havia sido incorporada pelo Conselho Curador, mas a presença de conteúdo religioso na própria TV Brasil e em outras emissoras públicas foi abordada. Mostrar, na programação da própria TV Brasil, a presença de posições contrárias à ocupação do espaço televisivo com temas da religião antecedendo ao debate que se travaria posteriormente. Posição essa manifesta em um programa com grande afinidade editorial à Ouvidoria da instituição. Diferente do que costuma acontecer nos canais comerciais de radiodifusão, onde o conteúdo veiculado está, em última instância, subordinado a um único ponto-de-vista, o do “proprietário da concessão”, a programação da TV Brasil já dava um exemplo concreto de um discurso um pouco mais polifônico. Além do programa exibido em 2009, uma nova edição do Ver TV sobre a presença das igrejas nos meios de comunicação tema iria ao ar no ano de 2013.



**Figura 24.** Cena do Programa Ver TV que discutiu a presença das religiões nas televisões. TV Brasil, 28 de setembro de 2009

Depois do contato do telespectador do Ver TV, a outra mensagem recebida pela à Ouvidoria voltou a fazer críticas à organização da grade de programação religiosa da EBC. A mensagem foi enviada por uma ativista e pesquisadora do campo da comunicação. I.S.L.<sup>239</sup> integrava uma importante organização em defesa da

<sup>239</sup> I.L.S. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 02 de dez. de 2009.

democratização da comunicação no País, o Coletivo Intervezes, grupo que faz parte do Fórum Nacional para a Democratização da Comunicação (FNDC) e que foi bastante atuante em todo o processo de construção da EBC. Antes de apresentar sua posição em relação ao tema, I.S.L se apresentou como “mulher negra” e “entusiasta da Televisão Pública” e na sequência criticou a presença exclusiva dos programas das igrejas Católica e Batista na grade da TV Brasil. Mas a mensagem de I.L.S. acrescenta um elemento importante para essa discussão: ela não pediu a retirada dos programas do ar, mas a inclusão de outras dimensões religiosas:

Me causa surpresa que a TV Brasil veicule dois programas religiosos: Reencontro (evangélico) e Missa Dominical. Penso, que a exibição deles não contribua para a pluralidade da programação da emissora, afinal os programas citados não demonstram a diversidade religiosa presente em nosso país. Ou seja, minha sugestão é para inserir programas das demais religiões como forma de contribuir para a tolerância religiosa. Faço essa sugestão, baseada na minha pesquisa sobre TV Educativa em Santa Catarina, onde encontrei emissoras que chegam a veicular 4 horas diária de programas religiosos, fazendo explicitamente proselitismo religioso com a concessão pública.

O ano de 2010 começou como terminou o de 2009: com mais uma mensagem de crítica à programação religiosa da TV Brasil. Dessa vez, a de um funcionário da própria EBC que usou a estrutura da Ouvidoria para colocar sua opinião enquanto cidadão. M.C.<sup>240</sup> escreveu a seguinte mensagem sob o título “Programa evangélico na TV”, no dia 2 de Janeiro de 2010:

Escrevo, não como empregado da EBC, mas como espectador da nossa TV Brasil. Ligo a televisão neste sábado de manhã e, qual a minha surpresa, está sendo transmitido um programa chamado Reencontro. Um clipe de música gospel, pastores e pastores falando e propagando mensagens da Igreja Batista da Fonseca, no Rio de Janeiro...

Fiquei perplexo, me sentindo espectador da TV Gênesis ou da Rede Gospel, ou mesmo, de uma emissora comercial que vive da venda de espaços na grade e que preenche suas madrugadas, manhãs e finais de semana, com programas evangélicos. Não compreendo porquê o dinheiro do contribuinte está servindo a pequenínissimos grupos religiosos.

Se a justificativa da emissora for a transmissão dominical da Missa, tire-se a Missa do ar então. Sim, pois se é para ceder espaço às religiões na grade da TV Brasil, que ceda-se a todas - e todas as horas de uma semana de grade seriam pouco para comportar tudo. Enquanto escrevo este e-mail, um pastor manda suas bençãos televisivas e eu fico horrorizado. E a direção se gaba da renovação da grade da emissora..

---

<sup>240</sup> M.C. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 02 de jan. de 2010.

Dois meses depois dessa mensagem, a partir de março de 2010, a programação religiosa seria incorporada definitivamente aos debates do Conselho Curador. Depois dessas quatro mensagens sobre a programação religiosa, nenhuma outra comunicação sobre o assunto voltou a ser registrada pela Ouvidoria da EBC até o segundo semestre de 2010, quando teve início a consulta pública proposta pelo Conselho Curador para discutir o assunto os programas religiosos. A partir daí, os posicionamentos contrários à manutenção dos programas religiosos vão paulatinamente perdendo espaço enquanto cresce o número de telespectadores favoráveis à permanência da Missa Católica e do programa Batista.

A ausência, nesse primeiro momento, de registros de manifestações religiosas ou favoráveis à manutenção dos programas religiosos, tal como eles se apresentavam, parece um movimento natural. Com um espaço consolidado pela tradição na grade de programação da emissora, não havia motivos para um contato ativo desse público com a EBC em relação ao tema. O que só aconteceu na medida em que esse público se viu sob a ameaça de perder espaço na programação.

Majoritariamente, esse conjunto de mensagens que chegou à Ouvidoria até o primeiro semestre de 2010, período que antecedeu às discussões mais intensas no Conselho Curador e que, portanto, fundamentaram o debate em seu início, demonstrou a atenção dessas pessoas, direta ou indiretamente, em relação ao tema da comunicação, de uma forma geral, e com a comunicação pública, em particular. Essa proximidade com a agenda da comunicação pode ser constatada tanto pelo teor do que falam como pelo lugar de qual falam: uma ativista da democratização da comunicação, um telespectador interessado políticas de comunicação, ou um funcionário da própria EBC. Os argumentos apresentados nas mensagens se estruturam a partir de alguns conceitos básicos que aparecem associados:

- O princípio de laicidade: que é tratado como ausência total de religiosidade e não como permissão à presença de todas, como defendeu P.A.C.L.<sup>241</sup> ao lembrar do artigo constitucional que veda a promoção de seitas e religiões por parte do poder estatal;

- O direito à diversidade religiosa: que, ao contrário do posicionamento sobre laicidade enquanto ausência, defende o primado da pluralidade, como aparece na

---

<sup>241</sup> P.A.C.L. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 24 de mar. de 2009.

proposta de I.L.S.<sup>242</sup> de abrir espaço para outras religiosidades e no de M.C.<sup>243</sup>, mesmo que de forma irônica sugerindo a pouca viabilidade de representar todas as religiões:

se é para ceder espaço às religiões na grade da TV Brasil, que ceda-se a todas - e todas as horas de uma semana de grade seriam pouco para comportar tudo (MC).

- A vedação ao proselitismo religioso: que é associado aos privilégios das instituições religiosas e não com a religiosidade propriamente dita. Princípio legal recuperado por M.C. ao comparar o programa da TV Brasil com os das emissoras comerciais.

É também em torno desses mesmos conceitos que vão se estruturar os argumentos, não apenas dessas primeiras mensagens, mas da maioria das mensagens recebidas pela Ouvidoria contrárias à manutenção dos programas religiosos, ou pelo menos, da exclusividade de apenas dois grupos religiosos na programação das emissoras públicas. O conjunto de quatorze mensagens que critica à permanência da grade tal como ela se apresentava, apesar de parecer um grupo restrito, é um grupo que parece bastante afinado em relação aos princípios que defendem. No entanto, o conteúdo que essas mensagens trazem mostram que esses princípios – como o da laicidade – podem ser compreendidos de maneira bastante distinta.

Esses são conceitos apresentados por essa parte da audiência que busca delimitar um território ainda pouco definido: o campo da comunicação pública. Não é por acaso que a discussão e as decisões que se seguiram se constituíram em uma sequência de armadilhas, nas quais, muitas vezes, estado e público se confundiram.

### **5.3 Laico pela ausência: as armadilhas do discurso em um terreno pantanoso**

Voltemos ao problema do conceito laicidade e sua aplicação no campo da comunicação pública. Tomo como ponto de partida o *e-mail* de F.P.<sup>244</sup>, de 26 de março de 2011, cinco dias depois de aprovada a resolução do Conselho Curador de substituir a programação religiosa da TV Brasil:

---

<sup>242</sup> I.L.S. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 02 de dez. de 2009.

<sup>243</sup> M.C. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 02 de jan. de 2010.

<sup>244</sup> F.P. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 26 de mar. de 2011.

Não poderia imaginar que o dinheiro de meus impostos estava sendo usado inconstitucionalmente para favorecer religiões as quais, na verdade, possuem suas inúmeras próprias rádios: por ex, aqui em Petrópolis, a rádio da PUC transmite mensagens religiosas quando e como desejam... o que é correto. A separação de ESTADO e RELIGIÃO é essencial para a saúde de nossa sociedade, daí estar claramente estabelecida em todas as versões de nossa constituição, inclusive a mais recente.

A noção de pertencimento, quase a de um patrão, é marcante na mensagem de F.P., afinal, era o dinheiro dele sendo usado para promover algumas religiões. Esse pertencimento pode sinalizar para a noção de público como sendo dele - F.P -, meu - pesquisadora -, seu - leitor, uma vez que todos nós também somos contribuintes. No entanto, ao acompanharmos os argumentos de F.P, percebemos outro caminho. F.P. aplica o princípio da laicidade para a emissora pública, mas não reconhece que o mesmo princípio deva ser aplicado para o uso de uma concessão pública (no caso, a concessão da “rádio da Pontifícia Universidade Católica (PUC)). O que faz com que um princípio - o da laicidade enquanto ausência de religiosidade - seja aplicável a uma emissora pública e não o seja para todo o sistema público de concessões de radiodifusão? Uma das hipóteses pode ser o próprio desconhecimento da estrutura comunicacional e da noção de que todo o espectro de radiodifusão é, ao final, um espaço público.

Mas a mensagem de F.P. faz uma associação mais direta e nos parece oportuna para essa análise: a compreensão da comunicação pública como comunicação de Estado. É nesse momento que a aplicação do princípio de laicidade se transforma em uma armadilha acionada por outra que é justamente a confusão entre a esfera legal de um país e sua esfera cultural. Como a comunicação pública é vista como uma comunicação do Estado e, como o estado não pode privilegiar nenhuma religião, logo é preciso que a comunicação pública se apresente livre de qualquer influência que possa resultar em privilégio a alguma instituição. A solução mais fácil e que poderia ser adotada em outras esferas do poder público não seria outra que não eliminar essa característica da cultura. Com isso, a comunicação que é pública, “porque é do Estado”, deve não apenas ser isenta, mas estéril. Livre dos riscos que a diversidade cultural possa trazer e a retirem do confortável lugar da isenção.

A compreensão desse ponto é essencial para o debate, uma vez que, conforme o entendimento, acaba por interditar a discussão sobre a laicidade como conceito de liberdade religiosa e, com essa liberdade, o desafio de inclusão da complexidade cultural da sociedade brasileira e sua diversidade no âmbito da comunicação pública.

Trata-se de uma interdição que dificulta a reflexão sobre a diversidade que precisaria passar pela inclusão e, com ela, pela construção de ambientes que permitam a convivência entre as diferentes diversidades que se fazem presentes na sociedade brasileira. Não é por acaso que os argumentos dos que defendem a laicidade - como ausência de religião - se estruturam em torno de aspectos legais, chegando a apelar para processos judiciais, como fez o primeiro telespectador a escrever para a ouvidoria.

O raciocínio segue uma lógica simples: se está pactuado na Constituição que o Estado é laico, basta eliminar toda e qualquer religião, de toda e qualquer instância identificada como Estado, para fazer cumprir esse pacto. O problema é que, ao partir desse princípio, deixa-se de perceber que, no âmbito da comunicação - e, portanto, da cultura -, o mesmo pacto constitucional da laicidade não se concretiza pela ausência da religiosidade, mas por sua plena inclusão, como um elemento constitutivo da própria cultura e da sociedade. Ao interditar a discussão, o que se impede, assim, é a própria comunicação pública. Isso coloca um novo desafio: para viabilizar em sua plenitude o pacto de laicidade firmado pela sociedade é preciso construir novos pactos que permitam a inclusão e a convivência das diferentes formas de ver e compreender o mundo no âmbito da comunicação pública, permitindo, com isso, inclusive, se debruçar sobre questões que são fundamentais para o público, como por exemplo, a intolerância religiosa.

O interessante é que a religiosidade não é interdita pela sociedade brasileira. Tanto é assim que em sua mensagem, F.P. coloca como natural que uma concessão pública regida por critérios privados professe uma única religião. Para ele, “é correto” que a rádio da PUC transmita sua filosofia de fé. Quanto à esfera da comunicação pública, F.P. que começou se apresentado como “proprietário” desse sistema, e que, em tese, precisaria pactuar acordos de convivência com “outros proprietários” - que podem ter uma visão diversa da dele em relação à religião, à política e à gestão do próprio Estado - acaba revelando que a compreensão de que a comunicação pública não é a que está sob o seu comando – enquanto público – mas sob a tutela do poder estatal.

#### **5.4 A insurgência, ainda restrita, contra a comunicação tutelada**

Se a discussão sobre a laicidade ainda é um terreno movediço e um nó que, uma vez desatado, pode ajudar na compreensão e na concretização e uma comunicação

realmente pública, por outro lado, outro discurso muito presente entre aqueles que se colocaram contra a programação religiosa da EBC da forma como ela se configurava, parece levar a uma ideia mais consolidada e também importante para a discussão sobre a comunicação pública que é a relação dela, comunicação pública, com instituições formais que se fazem presentes na sociedade brasileira, como as Igrejas e o próprio poder estatal.

Para avançar sobre essa discussão, tomo como exemplo as mensagens enviadas por duas pessoas com vínculos diretos à agenda da comunicação pública e a democratização da comunicação pública como um todo. São posicionamentos que, mais do que abordar a relação com as diferentes religiosidades, avançam para a discussão de definições editoriais a partir das relações institucionais e os danos que essas decisões podem trazer para a concretização da comunicação pública na EBC.

A primeira delas foi recebida pela Ouvidoria no dia 23 de março de 2011, dia seguinte à aprovação da resolução do Conselho Curador que determinava a suspensão dos programas. A mensagem de D.L.<sup>245</sup> elogiava a decisão do Conselho Curador, cobrava um posicionamento mais rigoroso, questionando o prazo de seis meses oferecido para que as igrejas deixassem a programação, e sugeria encaminhamentos editoriais para a construção da nova grade da diversidade religiosa. Uma recomendação se fez explícita nessa mensagem: retirar a produção dos novos programas sobre religiosidade do controle das “religiões”:

Sugiro à EBC que assuma a produção do programa. A partir deste momento, a EBC deveria destacar uma equipe de jornalistas para produzir este novo programa. A EBC não pode entregar às religiões a produção de programa deste tipo. Se fizer isso cometerá um extraordinário equívoco, porque as religiões majoritárias certamente determinarão o que é importante veicular - as ideias delas.

[...]

O tema - a espiritualidade - é extremamente rico. Mas se fizer (ou permitir) uma abordagem proselitista se tornará um fiasco. Ela não pode permitir isso. Ou haverá um retrocesso e todo este trabalho do Conselho sobre o tema terá sido inútil.

Não pretendo avançar aqui sobre a discussão das construções de narrativas próprias e a pertinência ou não dessas narrativas para consolidação de processos

---

<sup>245</sup> D.L. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 23 de mar. de 2011.

pautados pela diversidade, tema que poderia abrir uma nova frente de pesquisa. A ideia aqui é focar na discussão sobre a preocupação com as instituições, essas sim uma preocupação de D.L. Ao falar de “religiões”, ele não está se referindo ao exercício coletivo de uma determinada crença, mas à instituição “Igreja”: rígida, com hierarquias, gestão financeira, estrutura física e controle central, como é o caso da Igreja Católica e da Igreja Batista de Niterói que ocupavam (e seguem a ocupar) o espaço da radiodifusão pública.

Retirar a produção dos conteúdos do controle institucional das igrejas parece ser, para D.L. um caminho importante para evitar o proselitismo. Em uma empresa de comunicação que nasce com o desafio de representar o público, mas que está atrelada institucionalmente e, desde as raízes, à umas das representações máximas do poder político no Brasil, o Palácio do Planalto, essa parece ser uma recomendação importante. Mas note-se que, se a demanda de D.L. e a posição do Conselho Curador eram coincidentes e, por isso mesmo, parte de sua posição já parecia atendida. D.L. pedia um passo além: um fim ao controle editorial da nova faixa da diversidade religiosa a ser criada.

Por isso, coloco ao lado da mensagem de D.L.<sup>246</sup>, a mensagem enviada seis meses depois por G.P.<sup>247</sup> se também compartilha da mesma posição tomada pelo Conselho Curador, mas se contrapõe ao controle editorial de outra instituição: a direção da EBC. A mensagem de G.P. chega num momento completamente diverso da mensagem de D.L., quando já se findava o prazo estabelecido pelo Conselho Curador para a saída dos programas religiosos da grade das emissoras da EBC e quando as igrejas já estavam de posse da liminar judicial que, ao contrário da saída, garantiu a permanência dos programas. Foi nesse momento que o Senado Federal realizou a audiência pública para discutir o assunto. Foi a cobertura jornalística realizada pela EBC sobre essa atividade do Senado Federal que motivou o contato de G.P. com a Ouvidoria.

G.P., tal como outras pessoas que participaram do debate de criação da EBC e da telespectadora que meses antes havia escrito para Ouvidoria para defender a

---

<sup>246</sup> D.L. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 23 de mar. de 2011.

<sup>247</sup> G.P. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 30 de set. de 2011.

diversidade religiosa, também era integrante do Coletivo Intervezes. É como integrante desse movimento social que se coloca na discussão:

Me surpreendi com a matéria exibida ontem no Jornal Repórter Brasil [telejornal noturno transmitido em rede nacional para todas as emissoras da EBC e suas parceiras] sobre a cobertura da audiência do Senado sobre a suspensão dos programas religiosos na EBC. A reportagem deu um espaço muito maior para a crítica ao Conselho Curador, inclusive destacando a posição da diretoria da empresa. Os dois senadores ouvidos foram contra a posição do Conselho. A audiência estava muito esvaziada, contando apenas com a presença de 4 senadores, todos contrários ao Conselho Curador

G.P.<sup>248</sup> participou da Audiência Pública organizada pelo Senado Federal e questionou a forma como foi tratado pelo jornalismo da EBC enquanto representante da sociedade civil organizada que participava das discussões:

Eu estava presente representando o Intervezes, entidade da sociedade civil que luta pelo direito à comunicação, e entreguei para todos os presentes uma nota assinada por 31 entidades defendendo a posição do conselho. Eu mesmo fiz questão de entregar a nota para a repórter e me colocar a disposição para conversar com a mesma. Mas ela simplesmente ignorou nossa posição. A matéria ficou parcial e ofensiva, já que expôs apenas os pontos de vista da diretoria da EBC. Peço que se tome providências sobre o caso, abrindo espaço para a posição da sociedade civil e que as pautas onde a EBC seja fonte tenha uma cobertura equilibrada, base do jornalismo público.

G.P. poderia ter posição coincidente com a do Conselho Curador, mas ambos – G.P e Conselho – estavam em uma posição oposta a assumida pela direção da EBC com o desenrolar dos debates. Ao discutir a falta de permeabilidade da cobertura jornalística da EBC à participação da sociedade civil, G.P. explicita a subordinação da empresa, criada para ser pública, aos interesses editoriais da direção da EBC que por sua vez já não obedecia as resoluções do Conselho Curador. A essa altura a direção da EBC já se colocava explicitamente contra a decisão de retirar os programas religiosos do ar - que por sua vez era coincidente com a posição dos Senadores que organizaram a Audiência Pública. Nesse debate, ficaram isolados o Conselho Curador e as esferas da sociedade civil que apoiavam a decisão da retirada dos programas, como era o caso do Intervezes. Do outro lado, todas as instituições formais do Estado. Colada a essa posição estava a direção da EBC.

Tanto G.P.<sup>249</sup> quanto D.L.<sup>250</sup> falam contra a comunicação tutelada. Enquanto D.L. antecipa o receio de que a diversidade religiosa proposta pelo Conselho Curador

---

<sup>248</sup> G.P. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 30 de set. de 2011.

ficasse sob tutela de algumas instituições religiosas, G.P. questiona a decisão editorial que já havia garantido visibilidade apenas para a posição adotada pela direção da EBC.

O problema levantado por G.P. e D.L. também tem raízes na cultura brasileira, mas nesse momento deixamos o campo da religiosidade. D.L. refuta a tutela das igrejas para a definição dos conteúdos religiosos, da mesma forma que GP questiona a prática que mantém o discurso “parcial”, “oficioso” e institucionalizado. Refuta a prática presente no cotidiano das narrativas da EBC de não dar espaço de voz para a sociedade civil organizada. Essa recusa à tutela das instituições abre espaço para a reflexão sobre o papel dos movimentos sociais na consolidação do projeto da EBC. Três questões podem ser colocadas em relação a esse ponto:

- 1) a interlocução entre a empresa pública e os movimentos sociais ligados à pauta da democratização da comunicação;
- 2) a capilaridade da agenda da comunicação junto a outros movimentos sociais e
- 3) a capacidade dos movimentos e pessoas ligadas à agenda da comunicação estabelecerem parcerias com outros grupos sociais.

Em relação à interlocução entre empresas e movimentos sociais, o texto em tom de denúncia de G.P. soa como um sinal de alerta sobre os rumos tomados no dia a dia da emissora que se apresenta como pública e não como estatal/governamental. Não custa lembrar que na “carta fundadora” da TV Brasil que ganha forma no vídeo onde é firmado o compromisso de que o principal diferencial da emissora nascente é a criação de sistema de comunicação “onde a sociedade civil, mais do que o mercado ou o estado, tenha voz ativa e participação direta” (Vídeo, TV Brasil, 2007).

A mensagem do representante do Intervozes revela que, na prática, o projeto de valorização da participação social é ainda um caminho a ser construído dentro da EBC. O quadro parece ainda mais crítico com a constatação de que o Intervozes é um dos grupos mais atuantes e vigilantes em relação ao cotidiano da EBC, inclusive contando com antigos quadros no corpo diretivo e funcional da empresa

A carta do ativista G.P. mostra a distância entre o compromisso teórico apresentado no vídeo de estreia da TV Brasil e a prática cotidiana que segue refratária à

---

<sup>249</sup> G.P. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 30 de set. de 2011.

<sup>250</sup> D.L. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 23 de mar. de 2011.

participação social. A dificuldade do campo da comunicação na abertura para a participação social tem raízes históricas. Essa é uma área pouco habituada a práticas democráticas. Primeiro, pela própria origem industrial-capitalista em que jornalistas e outros profissionais de comunicação são funcionários com liberdade de atuação até o momento em que passam a confrontar os interesses de seus empregadores (SODRÉ, 1999)<sup>251</sup>. Segundo, porque no Brasil, essa é uma relação ainda mais crítica, já que o modelo comunicacional do País se estrutura não apenas com base no capitalismo, mas sim em uma estrutura oligarquizada que se constitui e se perpetua em função de sua íntima relação com o apoio estatal. Uma tradição construída sob a regência de Estado que, ao mesmo tempo que se abstém de assumir qualquer papel de regulação junto às estruturas comerciais de radiodifusão, ao mesmo tempo, mantém, através dos anos, a tutela sobre qualquer iniciativa de comunicação pública. A radiodifusão pública que é limitada ao seu caráter educativo na era Vargas, atravessa o regime militar como ferramenta de propaganda do governo, passa intocada pelo processo de abertura democrática, e que quando tem a chance de ser estruturada em bases mais democráticas, como uma política cultural mais ampla, volta – diante das sucessivas crises políticas – e a ser colocada sob a tutela do poder central do Estado e não sob o controle do público.

É esse contexto que mostra uma realidade refratária da EBC em relação à interlocução com os movimentos sociais mais próximos à agenda da comunicação pública que leva ao segundo: a (pouca) capilaridade da agenda da comunicação pública junto a outros movimentos sociais. Se mesmo um movimento tão orgânico à EBC não consegue garantir espaço para expor suas reflexões, o que dizer de movimentos sociais que não tem a comunicação pública como foco principal como os movimentos por direito à moradia, igualdade de gênero, mobilidade urbana, meio-ambiente, saúde e educação?

Para essa discussão, retomo o conceito de “cidadania insurgente”, proposto pelo antropólogo James Holston. Seu conceito de cidadania parte do pressuposto de que os estados nacionais criam mecanismos para administrar as “diferenças sociais que distinguem seus habitantes” (Holston, 2013. pag.21) e que no Brasil esses mecanismos passam por uma noção de cidadania que, embora bastante inclusiva ao afirmar que “todos são iguais perante a lei”, administra seus conflitos legalizando velhas

---

<sup>251</sup> Sodré, Nelson Werneck. A História da Imprensa no Brasil. 4ª ed. Atualizada. Rio de Janeiro: Mauad, 1999

desigualdades e legitimando novas diferenças. Holston acompanhou, durante o final da década de 1990 e o início dos anos 2000, a rotina nas periferias urbanas brasileiras, especialmente da cidade de São Paulo e de Brasília, conversou com moradores, líderes comunitários e religiosos que recuperaram a história de autoconstrução da moradia que se estabelece nessas regiões a partir da década de 1980. O antropólogo norte-americano constata que, a partir da construção de suas próprias casas e da interferência que promovem na rotina dessas cidades, é processada uma mudança de subjetividade nessas pessoas que ocupam espaços marginais e carentes de direitos. Esses sujeitos, até então alheios e excluídos de direitos básicos, passam a se ver como pessoas detentoras de direitos: primeiro o direito à propriedade e com ele, outros direitos como saúde, educação e transportes. Holston chama a esse processo de cidadania insurgente, uma nova cidadania que avança, especialmente nos grandes centros urbanos, sobre áreas antes exclusivas a um restrito número de pessoas de uma determinada classe social. Em contraposição ao movimento de insurgência das periferias, Holston apresenta a noção de cidadania entrincheirada para explicar o movimento das classes sociais que sempre tiveram seus direitos garantidos e que, ao ver avançar uma nova classe emergente que se pretende com os mesmos direitos, vai desenvolver estratégias para a manutenção das desigualdades que sempre as distinguiram. O surgimento, a partir da segunda década do ano 2000, de agências bancárias com rótulos como *“personnalité”*, *“classic”* e *“premier”* são um exemplo do esforço empreendido para construir novas formas de diferenciação que garantam a manutenção das desigualdades.

Recupero a noção de insurgência proposta por Holston para uma reflexão sobre o direito à comunicação que ganha forma na reivindicação do representante do Intervezes. Em uma sociedade em que direitos básicos, como saúde, educação e moradia encontram forte resistência de se fazerem valer, esse outro direito básico, o direito à voz e à expressão reside em uma esfera pouco tangível para a maioria dos cidadãos, um direito quase luxuoso, não fosse o fato de que, como já defendia Padre Antônio Vieira, no longínquo século XVII, em sua metáfora sobre a incapacidade de fala de São João Batista criança, é a partir desse direito que todos os outros conseguem ganhar expressão (VIEYRA, 1640).

O mais crítico é que, enquanto a agenda da comunicação pública e da democratização da comunicação como um todo for uma agenda restrita a uns poucos grupos de ativistas da área, o desafio da democratização do sistema comunicacional

brasileiro vai avançar em passos muito lentos ou, mesmo, não avançar. Um processo que acaba por resultar em um ciclo perverso dentro da recente estrutura da EBC: sem pressão social, a empresa que poderia cumprir um papel importante ao ampliar sua capacidade de interlocução e sua permeabilidade aos movimentos sociais já sensibilizados para o tema, não o faz. Com isso, não estimula a consolidação do seu caráter público. Sem o caráter público consolidado, não consegue se abrir a outros grupos sociais e suas agendas que impactam diretamente em toda a estrutura social. Ao não se abrir para essas agendas, a EBC reforça a tutela por parte de instituições com maior poder político e econômico e afasta ainda mais os movimentos sociais que continuam sem exercer pressão sobre a estrutura de comunicação pública.

É esse processo que garantiu que, no caso da discussão sobre a religiosidade, instituições consolidadas, como a igreja católica ou líderes evangélicos, tivessem mais espaço para interlocução dentro da EBC que movimentos religiosos mais fragmentados, como o candomblé, ou movimentos sociais que se organizam em torno de minorias, como os movimentos negros, indígenas ou de democratização a comunicação, como denuncia G.P. em sua mensagem à Ouvidoria.

Essa “insurgência” restrita a poucos leva, por fim, à terceira questão que se apresenta frente à análise das mensagens enviadas pelas pessoas que pediram a retirada dos programas religiosos do sistema público de comunicação: qual a capacidade dos movimentos e pessoas ligadas à agenda da comunicação estabelecerem parcerias com outros grupos sociais a ponto de construir a noção de que o direito à comunicação é um direito importante para a conquista de outros direitos, inclusive o direito à diversidade religiosa? Como capilarizar essa ideia de direito à voz em uma sociedade onde outros direitos básicos, como moradia e saúde, não são conquistas consolidadas? Porque uma pessoa que não tem garantido o direito à educação formal de qualidade iria demandar uma televisão que contribuísse para sua “formação crítica”?

A hipótese que apresento é de que a noção de necessidade do direito à voz talvez não esteja associada apenas a parâmetros e necessidades racionais, como a “formação crítica do cidadão”, mas talvez a necessidades fundamentais, tão urgentes e tangíveis como o direito à saúde, educação e moradia, que é o direito ao lazer, ao entretenimento, à fuga da realidade e, também, o exercício da religiosidade. Uma esfera de demandas que os defensores da democratização da comunicação, até mesmo por sua origem e classe de pertencimento, estão acostumados a ter ao alcance da mão (e dos bolsos) o

acesso a espetáculos teatrais, shows musicais, viagens ou uma simples ida ao cinema no domingo com a família que se encerra com a visita a uma pizzaria.

Diferente de outros direitos básicos, o direito à comunicação não é visto sequer como demanda por grande parte da população. Para a maior parte dela a necessidade de lazer e informação, o tempo de fruição para além da dura realidade, pode ser suprida pela novela transmitida pela emissora de maior audiência ou pela saga do antigo testamento da televisão de Edir Macedo ou pelo futebol transmitido pelos canais comerciais. O dado é já antigo, mas não é por acaso que, no Brasil, 88% dos brasileiros escutam rádio todo dia e 81% da população assiste à TV. Mas um dado bem mais recente calculou que o uma família brasileira mantém sua televisão ligada por, praticamente 6 horas por dia (PADIGLIONE, 2015)<sup>252</sup>. Levando em consideração que uma pessoa comum dedique cerca de 11 horas do seu dia para se locomover ao trabalho, trabalhar e voltar para casa, que outras seis horas são dedicadas ao sono e ainda são necessários alguns minutos para tarefas como tomar banho, escovar os dentes e beber água, tem-se que praticamente todo o tempo livre que sobra é dedicado à audiência televisiva.

Intercalada à programação que garante o entretenimento e o lazer - conteúdos que ainda encontram crítica e resistências para se fazerem presentes nas emissoras públicas, sempre preocupadas com a formação crítica - , esse cidadão comum também recebe a síntese jornalística dos principais acontecimentos de sua cidade ou país, estímulo ao consumo desenfreado promovido pelos anúncios publicitários, os valores morais e padrões de comportamento divulgados a partir do olhar de quem ocupa o espaço de radiodifusão para defender os interesses do mercado. A sociedade paga, portanto, o preço de sua necessidade básica de lazer, de descanso, de desconexão sem sequer notar que esse preço está sendo cobrado.

Construir as conexões entre movimentos sociais que já perceberam a importância da agenda da comunicação para consolidação de uma democracia mais plena com as necessidades básicas de uma população que demanda por muito mais que direito à comida, à moradia, ou que não entenda muito bem a política partidária, pode ser um passo importante para construir insurgências no campo da comunicação. Reconhecer,

---

<sup>252</sup> PADIGLIONE, C. Sobe para 6 horas diárias o tempo médio de TVs ligadas no Brasil. Jornal Estado de São Paulo. 29 de dezembro de 2015. Disponível em <http://cultura.estadao.com.br/noticias/televisao,nova-noticia,1816415>>. Acesso em: 08 jul 2016

por exemplo, que a reivindicação pelo exercício da religiosidade é uma pauta tão legítima quanto qualquer outro direito social pode ser um exemplo e uma oportunidade para tentar estabelecer pontes com esse público, ou como querem algumas, com a massa, o popular, o povo. Voltando à difícil seara da laicidade, estabelecer as pontes pode significar não assumir a agenda estéril e antisséptica que caracteriza as repartições públicas, mas tentar incorporar todas as colarações da ampla diversidade religiosa brasileira.

### **5.5 A majoritária defesa da tradição**

Foi em agosto de 2010 que o público favorável à manutenção dos programas religiosos tradicionais nas emissoras da EBC entrou definitivamente no debate. A data coincide com a decisão tomada pelo Conselho Curador de dar início à Consulta Pública que deveria subsidiar a decisão do grupo. Essa não é a única coincidência. Foi no domingo subsequente à decisão do Conselho que o Padre Dionel Amaral e o Monsenhor José Roberto Beverlad anunciaram, durante a celebração da missa que foi ao ar pela TV Brasil no dia 8 de agosto daquele ano, a discussão que vinha sendo travada dentro da EBC e convocaram os fieis para participarem tanto da consulta pública quanto escreverem para a Ouvidoria da EBC.

A convocação foi efetiva. Além da ampla participação de católicos na consulta pública, o canal da Ouvidoria passou a ser acionado pelos fieis. Apenas naquele domingo, seis mensagens chegaram à Ouvidoria da EBC. Na segunda-feira subsequente, outras três mensagens tratando sobre o mesmo assunto – a permanência dos programas religiosos – foram recebidas. Se, em termos absolutos, o número parece pequeno, em termos relativos, esse é um momento importante para ser analisado na relação entre a EBC, sua audiência e a discussão sobre a religiosidade. Apenas esses dois dias foram responsáveis por mais de 12% das mensagens enviadas durante todo o período analisado de 2009 a 2013.

As mensagens (G.B.P.<sup>253</sup>; M.M,L.A.<sup>254</sup>) que chegaram à Ouvidoria tornaram explícita a relação entre a participação da audiência católica da TV Brasil e a convocação feita durante a missa transmitida pela própria emissora pública:

---

<sup>253</sup> G.P. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 08 de ago. de 2010.

Tomei conhecimento através da Santa Missa deste domingo, dia dos pais, da possibilidade de cancelamento deste programa. (G.B.P.)

[...] gostaria de indagar se a santa missa, exibida aos domingos, será banida da programação? se sim, qual seria o fundamento para tal atitude? soube dessa notícia através do Pe. Doniel. Manifesto meu imenso pesar por tal questão ser objeto de discussão (M.M.L.A.)

A indignação expressa em imagens como “banimento”, palavra com associação imediata a práticas de exclusão, é uma tônica das comunicações que chegam desse grupo à Ouvidoria. As mensagens também revelam que o público não estava bem informado sobre o processo e a convocação à participação na Consulta Pública e na Ouvidoria já são interpretados como a decisão de retirada dos programas religiosos do ar. A confusão ficou clara na mensagem enviada de A<sup>255</sup>, no dia 9 de agosto de 2010:

BOM DIA, ADORO assistir toda a programação da TV Brasil, mas foi com muita tristeza e não entender o que de fato está acontecendo, que ontem assistindo a Missa das 8h na TV Brasil, ficamos sabendo que não será feito mais a transmissão da missa.... O que aconteceu?

No momento em que A. escreve à EBC, já estava explícita a avaliação inicial do Conselho Curador de que a ocupação do espaço da emissora pública não deveria ser apenas por parte de duas religiões. Ao escrever, a telespectadora demarcou seu lugar de fala: público da emissora pública. Para legitimar-se enquanto pessoa diretamente interessada e próxima à emissora, expressa admiração pelo conteúdo que consegue acessar pelo canal (“ADORO assistir toda a programação”). Um elogio que parece preparar o terreno para a crítica que veio a seguir e que não se expressa pela raiva, mas pelo desencanto: “muita tristeza”. Mas A. vai além, ela não apenas critica, ela tenta a interlocução direta e pessoal com a empresa pública de comunicação: “o que aconteceu?”, pergunta a telespectadora que, uma vez convocada por suas lideranças religiosas a se pronunciar, não consegue entender exatamente o que se passa. A resposta da Ouvidoria para a dúvida de A., como foi a maioria das respostas enviadas às pessoas que entraram em contato com a Ouvidoria, é um texto padrão que, apesar de atualizar o cidadão sobre o andamento dos debates, está longe de estabelecer algum vínculo mais próximo e menos formal com essas pessoas<sup>256</sup>.

<sup>254</sup> G.P. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 08 de ago. de 2010.

<sup>255</sup> A. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 9 de ago. de 2010.

<sup>256</sup> Salvo em raras exceções a resposta padronizada e formal marcou a interlocução entre a Ouvidoria e o público que entrou em contato com a EBC. O discurso formal não chegava a responder questões

A convocação realizada durante o programa católico foi usada como argumento para deslegitimar o resultado tanto da Consulta Pública quanto das participações junto à Ouvidoria. Tanto as mensagens enviadas para a Consulta Pública, quanto as que chegaram à Ouvidoria da EBC foram tratadas como resultado não de demandas dos próprios indivíduos, mas como a vontade das instituições religiosas que lançaram mão de seus fieis para legitimar a manutenção do *status quo*. Essa análise ganhou corpo e se tornou majoritária dentro do Conselho Curador (24º Reunião, 2010)<sup>257</sup>:

CONSELHEIRO JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES: Muitos desses 80% que se manifestaram favorável à manutenção da programação, foi uma resposta induzida. Claro que foi induzida. Por que foi induzida? Porque essa é a rede que opera as religiões cristãs do Brasil, a católica e a evangélica.

O resultado desse processo de deslegitimação não foi construtivo, já que foi usado para dar seguimento às discussões no âmbito do Conselho a despeito do conteúdo das mensagens a ouvidoria e do resultado da consulta pública terem sido contrários à proposta de mudança na grade das emissoras. De fato, é plausível que boa parte da audiência da TV Brasil entra em contato com a ouvidoria respondendo a um chamamento institucional das igrejas. Mas isso não significa que fossem manifestações desconectadas com as demandas reais desse público. Tirar a legitimidade dessa participação acabou por impedir que os atores envolvidos no processo (conselheiros, ouvidores, assessores e diretores) pudessem se debruçar sobre os argumentos e necessidades apresentadas pela audiência das emissoras da EBC.

Para mostrar os efeitos negativos desse processo que tirou a legitimidade da participação dos que defenderam as religiões tradicionais, avanço no tempo para me

---

específicas apresentadas pelas pessoas que entraram em contato. A principal variação registrada nessas respostas era a atualização dos debates. Inicialmente, a informando sobre a decisão de suspender a programação religiosa, terminando com a liminar da justiça que manteve a programação no ar. A formalidade também marca um distanciamento da Ouvidoria com seu interlocutor. É interessante que notar que essa resposta só começa a ser padronizada quando o debate ganha corpo, ou seja, justamente quando o público que defende a religiosidade entra no debate. No início da discussão, ou seja, quando as demandas que chegavam ainda eram majoritariamente de crítica à programação religiosa, as mensagens eram respondidas individual e questões específicas apresentadas pela pessoa que entrou em contato eram abordadas na resposta. Outro detalhe que chama atenção no padrão da resposta da Ouvidoria é que ela deixa explícita a posição de apoio à retirada dos programas religiosos. Por exemplo, ao justificar que a decisão do Conselho Curador foi tomada com base “no grande número de manifestações enviadas a esta Ouvidoria” ou ao informar que houve uma consulta pública sobre o tema, mas não explicitar o resultado dessa consulta.

<sup>257</sup> 24ª REUNIÃO Ordinária do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação – EBC, 07 dez. 2010. Transcrição de nota taquigráfica. Disponível em <[http://conselhocurador.ebc.com.br/sites/conselhocurador/files/degravacao\\_24a\\_reuniao\\_cc\\_ebc.pdf](http://conselhocurador.ebc.com.br/sites/conselhocurador/files/degravacao_24a_reuniao_cc_ebc.pdf)>. Acesso 13 nov. 2015.

concentrar nas mensagens que chegaram à Ouvidoria na última semana de 2012 e que foram catalogadas pela Ouvidoria como mensagens recebidas em janeiro de 2013<sup>258</sup>.

Em todo o período analisado por essa pesquisa, esse foi o momento que concentrou a maior proporção de participação da audiência junto à Ouvidoria da EBC. Os dias 2 e 3 de janeiro de 2013, portanto posterior aos debates travados no Conselho Curador e quando a criação da Faixa da Diversidade Religiosa já era um caminho apontado como solução, concentraram quase 14% de todas as demandas apresentadas à EBC entre 2009 e 2013. As mensagens enviadas nesse momento revelam uma complexidade que passou despercebida durante o calor dos debates no Conselho Curador: as necessidades do público (a audiência, o povo, o popular) e a legitimidade dessas necessidades.

O que catalisa a participação da audiência no começo do ano de 2013 foi uma falha técnica da TV Brasil que deixou de transmitir a *Santa Missa* no domingo que antecedia o natal de 2012, dia 23 de dezembro. A ausência do programa gerou uma movimentação dos telespectadores da TV Brasil, associando a não exibição da missa aos debates que foram travados anteriormente. O teor das mensagens (M.L.J.)<sup>259</sup> revela o furor causado pelo erro técnico e o temor da audiência em perder a programação:

Hoje, aguardando o início da Santa Missa, nos deparamos com um monte de filminhos... Nada de comunicado ao público. Quero lembrar que a Missa é esperada por pessoas idosas que não entendem tal procedimento. Muita falta de consideração e profissionalismo da emissora. Espero que "se manquem" e deem explicações aos ouvintes. Outra coisa...os telefones não atendem. Que estranho para uma TV. Agora mesmo estou vendo aqui ...8.00 SANTA MISSA!!!!!! No próprio site de vocês. Incompetência????

As mensagens enviadas criticando a ausência de um único episódio do programa *Santa Missa* revelam a íntima relação entre a audiência da TV Brasil e o programa transmitido por ela e derrubam o raciocínio construído ao longo dos debates que essas pessoas agiram em defesa dos programas religiosos porque foram manipulados pelas instituições religiosas.

---

<sup>258</sup> Por uma decisão metodológica da Ouvidoria da EBC, as cartas recebidas nesse momento não foram registradas pela data em que chegaram à Ouvidoria, mas pela data de resposta da Ouvidoria à audiência participante. Enquanto as mensagens foram recebidas na última semana de dezembro de 2012, a resposta a esses telespectadores só aconteceu na primeira semana de janeiro e foi nessa data que foram registradas.

<sup>259</sup> M.L.J. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 02 de Jan. de 2010.

Mais do que confirmar uma subordinação das pessoas às Igrejas, as mensagens de protesto contra a ausência de um conteúdo mostram os vínculos com a TV Brasil. Mais do que isso, mostram a duração desses vínculos, como a da telespectadora que nomeia a TV Brasil pelo nome da emissora que lhe deu origem, a TVE do Rio de Janeiro (D.)<sup>260</sup>:

Gostaria de saber: ainda teremos a missa na grade da EBC/TVE??? O horário mudou/vai mudar? Não quero perder a missa! Fico no aguardo de resposta!  
Muito obrigada. /

A relação entre emissor e receptor está no *be-a-bá* das teorias de comunicação mais tradicionais. Seja qual for a teoria, ou o nome dado aos sujeitos do processo educativo, o fato é que são necessárias duas pessoas em cada uma das pontas do processo comunicativo. A ausência de qualquer um deles inviabiliza o processo. Pois bem, é a disposição em romper sua relação com a TV Brasil a partir do momento em que ela deixa de suprir a audiência com um determinado conteúdo que fica explícita em vários momentos, como na mensagem enviada por F.G..<sup>261</sup>:

Bom dia! Estou curiosa (e um pouco assustada): onde foi parar a Santa Missa justamente na antevéspera do Natal/2012? Fiquei aguardando o horário da missa do dia 23/12/2012 e, como a programação não foi respeitada e a missa não aconteceu, acabei mudando de canal.

D. não apenas ameaça. A indignação a leva a, efetivamente, romper os vínculos com a emissora pública, uma vez que ela informa “que acabou mudando de canal”. A justificativa para essa decisão muito mais drástica para a emissora pública que para a cidadã D. – que pode buscar outros canais para saciar sua demanda – está explícita na mensagem enviada à ouvidoria: “a programação não foi respeitada”.

A palavra respeito adotada pela telespectadora não parece acessória. O trato firmado com ela na relação construída ao longo dos anos pelo canal público é de que a uma determinada hora, de um determinado dia, ela encontrará na emissora o conteúdo que espera receber. Voluntariamente ela se posiciona em frente à televisão, sintoniza o canal e aguarda ser recompensada por esse esforço recebendo o conteúdo que, em pactos antigos, foi estabelecido que ela receberia. No momento em que o pacto é rompido, em que o respeito ao acordo e, consequentemente, à própria telespectadora

<sup>260</sup> D. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 02 de Jan. de 2010

<sup>261</sup> F.G. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 02 de Jan. de 2010

não é levado em consideração, ela simplesmente rompe qualquer outra possibilidade de retomada do processo comunicativo escolhendo outro canal de televisão em seu controle remoto.

Erros técnicos não são raros no cotidiano de emissoras de rádio e televisão. Em geral, são explicados ao público com o auxílio de claquetes, letreiros ou avisos sonoros que atualizam o telespectador sobre o que está acontecendo. Algo que costuma acontecer no mesmo horário e no mesmo espaço onde o erro acontece, no caso, o esperado seria que isso acontecesse no momento em que a missa deveria estar sendo transmitida e não o foi. O recurso tem sempre a mesma motivação: manter o processo comunicativo. Esse seja, talvez, o aspecto mais constrangedor na mensagem de M.L.J.<sup>262</sup> ao constatar a mudança na programação sem “nada de comunicado ao público”, ou ao tentar entrar em contato com a emissora e descobrir que os “telefones não atendem” ou, ainda, buscar mais informações na página da TV Brasil na internet e constatar a programação correta. O recado indignado da telespectadora – “que se manquem” – faria soar o sinal vermelho em muitas emissoras comerciais que carecem de seus índices de audiência para venderem seus produtos. Como nas emissoras públicas essa relação comercial não se estabelece porque não deve e não pode ser conquistada a qualquer preço, a relação com a audiência resulta em um processo que precisa ser melhor definido.

A decisão de se contentar com a interpretação de que o público que entrou em contato com a EBC, por época dos debates, ou era massa de manobra das instituições religiosas ou eram representantes das próprias instituições religiosas, são uma amostra dessa relação mal resolvida entre comunicação pública e seu público.

No caso dos programas religiosos, parte da audiência – aquela que defende a manutenção dos programas religioso – parece não ser tratada como um grupo de pessoas que construiu um vínculo com a emissora ao longo dos anos. Reduzir esse grupo de pessoas à noção de que eles representam as próprias instituições religiosas hegemônicas é uma confusão que troca o todo – o público e suas dimensões e necessidades – pela parte, as instituições religiosas cercadas de privilégios.

---

<sup>262</sup> M.L.J. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 02 de Jan. de 2010.

## 5.6 O público interdito

Voltemos agora no tempo e nos debruçemos sobre a participação da audiência que defendeu a permanência dos programas religiosos, de forma a realizar uma mudança de foco importante: transferir o eixo do debate das instituições – Igrejas/EBC/Conselho Curador – para os indivíduos, o público (o povo, o popular, a massa) da EBC. Os argumentos desse público mostram proximidade não apenas com os programas religiosos, mas com os programas seculares da empresa pública. Em suas mensagens, defendem a permanência dos programas religiosos associando o acesso a eles a uma espécie de prestação de serviço. As mensagens também mostram a dificuldade da audiência em distinguir comunicação pública de comunicação governamental e, em alguns casos, pela precariedade da linguagem escrita utilizada, revelam a origem de pessoas de uma classe sócio-econômica mais baixa, mais popular, com maior dificuldade de acesso à educação formal e, portanto, a meios formais e institucionalizados de participação.

Uma análise geral das mensagens enviadas pelos que defenderam a manutenção dos programas religiosos tradicionais revela uma primeira diferença em relação aos grupos com posição contrária. Enquanto os argumentos daqueles que fazem críticas à manutenção dos programas são calçados em um pensamento mais conceitual, pautados por noções mais coletivas (“comunicação pública”, “proselitismo”, “laicidade”), a argumentação dos que defendem a permanência dos programas religiosos lança mão de princípios voltados mais para a garantia de direitos individuais, como a própria prestação de serviço, o sentimento de intolerância religiosa e o direito ao exercício de crença. Ainda assim, em meio às mensagens que chegam ao canal da Ouvidoria também é possível encontrar argumentos que apelam para conceitos semelhantes aos adotados pelas pessoas contrárias à manutenção dos programas, como a laicidade do estado, o papel de canais públicos de comunicação e a intolerância religiosa. Também é possível notar argumentos que se baseiam não apenas em direitos individuais, mas em construções coletivas. Só que um coletivo que se estrutura de uma forma muito diversa do coletivo que é concebido pelos grupos que defendem a laicidade. O coletivo, entre os que defendem as religiões tradicionais é expresso pela noção de família.

A principal forma de expressão do caráter de prestação de serviço que o conteúdo religioso tem para o público da EBC é revelada pelo argumento de que a missa televisionada serve àqueles quem estão impossibilitados de professarem sua fé

presencialmente em seus respectivos templos. A impossibilidade de praticar a fé em outro local, ora associado a outros argumentos, ora isoladamente, aparece em quase um terço das mensagens (15 das 51) que se colocaram a favor da manutenção da programação. São, principalmente, mensagens de filhos e netos de pessoas idosas ou com dificuldade de locomoção, não raro as próprias pessoas, que veem na televisão a chance de cumprir com suas obrigações religiosas (C.B.P.<sup>263</sup>; A.<sup>264</sup>) :

Lamento profundamente pois ha cerca de 4 anos minha mãe sofreu severo AVC, estando impossibilitada de caminhar falar ou se alimentar e o atendimento espiritual que tem recebido vem através desta emissora, pela Santa Missa. Imaginem tirar isto dela também. E como ela, quantas pessoas neste grande Brasil não tem condições de sair a procura de atendimento e então, uma vez por semana o recebem gratuitamente, pela tv Brasil. (CBP)

Muitas pessoas doentes, em hospitais ou em seu próprio lar como é o meu caso, assistimos a Missa na TV Brasil. Os padres, o coral tudo é perfeito. Lamentável, não sei ao certo o que está acontecendo. (A.)

Argumentos de defesa baseados na própria fé professada foram frequentes entre as mensagens que chegaram à Ouvidoria, mais uma vez, associando a presença dos programas religiosos a uma prestação de serviço de apoio espiritual. Argumentos que são construídos a partir de elementos emocionais. A decisão de suspender a programação religiosa resulta, portanto, em desapontamento, desilusão, dissabor, tristeza. Falam da possibilidade de perda de seus programas religiosos como se estivessem perdendo o contato com um ente querido, como foi o caso da mensagem de G.C.P.<sup>265</sup>:

[...] eu e minha familia estamos profundamente tristes em saber que estão ameaçando retirar a santa missa da grade da tv brasil somos católicos e acompanhamos todos os domingos a missa pela tv gostaria de fazer este e-mail e minha opinião chegar até as pessoas que cuidam desta tv pois nos sentimos muito bem em acompanhar este lindo momento que é a missa na tv e ninguém tem o direito de retirar tal momento de nosso povo brasileiro principalmente alguém que se diz representante do povo como tal que deseja retirar a missa o que me fez e faz a mim e a minha familia acompanhar a tv brasil foi é e sempre será a santa missa e foi através dela que encontrei este canal e comecei acompanhar outros programas desta emissora retirar a santa missa seria um grande dissabor para mim e minha familia

<sup>263</sup> C.B.P. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 08 ago. 2010

<sup>264</sup> A. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 09 ago. 2010

<sup>265</sup> G.C.P. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 08 ago 2010.

A mensagem de G.C.P, que lembra um discurso de súplica, ao associar que a decisão de retirar seu programa religioso da TV Brasil veio de quem “se diz representante do povo”, não coloca nenhuma dúvida de que a comunicação pública é associada como comunicação estatal

Mas o conceito de televisão pública também se fez presente entre os argumentos de quem defendeu a programação religiosa. Apesar de isso ter sido feito lançando-se mão de uma lógica muito mais pragmática que teórica sobre os princípios e a importância da comunicação pública no processo de democratização da comunicação no país. Em alguns momentos, principalmente pela postura adotada na crítica, a noção de emissora pública pareceu se distanciar da ideia de emissora estatal/governamental. Frente à ameaça de perder a programação tradicional parece ficar mais nítida a noção de que mais do que espectador, o cidadão brasileiro, em sua relação com canal público de comunicação ocupa, na verdade, o lugar de um “espectador-patrão”, com direito a interferir, opinar e discutir o conteúdo disponibilizado por esse canal. Ameaçada de perder espaço, a audiência católica da TV Brasil adotou uma postura ativa de controle social sobre o conteúdo exibido que, se não fosse a divergência em relação ao próprio conteúdo – a manutenção de espaços para dois segmentos hegemônicos - seria uma prática bem recebida pelo, ainda, restrito grupo que defende a democratização da comunicação. Uma breve ampliação da insurgência no campo da comunicação(G.C.P.<sup>266</sup>; M.L.S.<sup>267</sup>):

Bom Dia senhores membros do conselho curador da EBC gostaria que os senhores mantivessem os programas religiosos na grade da TV Brasil pois minha avó acamada que não pode frequentar a igreja para ir a Santa missa na paróquia a vê por meio de vosso canal que é público portanto do povo, e todos nós por meio da santa missa ficamos também conhecendo aTv Brasil e a assistimos por tanto gostaríamos com muito respeito nos opinar favoráveis a manutenção da Santa missa e programs religiosos no ar , desde já agradeço. (G.C.P)

[...] Se for verdadeiro esse projeto, vai aqui a minha indignação a esse projeto, face em que a Tv. Brasil é uma EMISSORA totalmente do povo brasileiro e humanamente histórica em sua programação voltada para a FAMÍLIA BRASILEIRA. (MLS)

A postura do telespectador-patrão também lançou mão de outros argumentos que vão além da noção de propriedade pública ou de empresa mantida com recursos

---

<sup>266</sup> Idem.

<sup>267</sup> M.L.S. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 09 ago. 2010

públicos. Em algumas mensagens quem fala é o eleitor e é o voto que é colocado como argumento de convencimento para a manutenção da tradição. Nesses momentos, fica muito claro que a noção de comunicação pública ainda está longe de se consolidar junto à sociedade brasileira que não consegue ver qualquer distinção entre um projeto de comunicação pública e uma estrutura de comunicação governamental. As decisões do Conselho Curador – que deveriam ser vistas como autônomas do governo da ocasião – representam para essas pessoas uma espécie de estelionato eleitoral do governo eleito que firmou compromissos com instituições religiosas cristãs e deixou de lado temas polêmicos como a defesa do aborto, para conseguir se reeleger.

Isso pode ser visto na mensagem de C.J.J.S., na qual o telespectador, além de avisar sobre os riscos que a decisão de suspender os programas religiosos traria para a popularidade da Presidenta Dilma, chegou a se dirigir diretamente para ela, Dilma Rousseff, como se a comunicação com a Ouvidoria da EBC fosse exatamente a mesma coisa que a comunicação com a Presidência da República. Por ser esclarecedora de muitas das confusões conceituais que dificultam a implantação da comunicação pública no Brasil é que reproduzo na íntegra a mensagem desse telespectador (C.J.J.S.<sup>268</sup>):

Prezados Senhores (as) o governo vem comprando inúmeras brigas e saindo ileso de algumas delas, mas **a burrice da diretoria da EBC de tentar acabar com a Santa Missa aos Domingos vai fazer que a popularidade da presidenta Dilma Rousseff caia para patamares nunca visto antes, com certeza das casas dos 70 % de aprovação para uns 30 pontos**, pois é só a igreja convocar os milhares de padres e fíeis desse enorme Brasil e falar que esse governo é anticristão e que não gosta de Deus, para que isso ocorra. Senhores (as) peço bom senso, pois a Santa Missa na TV Brasil é tradicional e faz bem para muita gente, que por algum motivo não pode comparecer a igreja, e com certeza é um dos poucos programas da TV Brasil, que leva uma mensagem de esperança e de paz para milhares de pessoas. Pergunto o que os gênios da programação da EBC vão colocar no lugar, já que não conseguem tirar a TV Brasil do traço no Ibope? Tem muita gente na EBC que ganha para não pensar, ou jogar contra. Senhores (as) não sejam imaturos de declararem essa guerra, pois com certeza que vai sair perdendo e o governo (o Brasil) e a presidenta Dilma Rousseff, pensem muito bem nisso antes de tomarem essa decisão burra, que com certeza vai atingir em cheio a nossa presidenta. **Presidenta Dilma Rousseff abra a mente dessa gente, que está jogando conta vossa excelência e o Brasil, e tome providências com urgência para que isso não ocorra.** (grifos meus).

O custo político ao qual se refere C.J.J.S. foi expresso de forma ainda mais passional na mensagem de J.G.C. A defesa do programa religioso realizada por ele

---

<sup>268</sup> C.J.J.S. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 30 ago. 2012.

ultrapassou as fronteiras do discurso racional e resvalou para a intolerância. Usando dos recursos que parecia ter à disposição - o próprio discurso religioso - J.G.C. propôs a interdição do debate praticamente pedindo a excomunhão daqueles que, simplesmente, ousarem inicia-lo. Na mensagem, J.G.C.<sup>269</sup> usa o recurso das letras maiúsculas, o que segundo os códigos de comunicação por internet, expressa que a intervenção desse telespectador foi feita aos gritos:

HOJE SOU PARTICIPANTE DA PROGRAMAÇÃO DA TV BRASIL E NOSSOS AMIGOS DE BRASÍLIA NÃO PARECE MUITO ANIMADOS COM A PROGRAMAÇÃO. SERÁ PORQUE? ESSES CÃES AINDA NÃO APRENDERAM QUE COM "DEUS" NÃO SE BRINCA. ENGRAÇADO QUE ESSAS MESMAS PESSOAS, FAZEM PARTE DO GRUPO DOS DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SERÁ PORQUE. SÃO GRUPOS DE BANDIDOS ORGANIZADOS... NÃO PRECISA SE MOSTRAREM NOS JÁ OS CONHECEMOS DE OUTROS CARNAVAIS, SEMPRE SÃO OS MESMOS. PORTANTO NÃO TIREM DA PROGRAMAÇÃO DESSA IMISSORA A "SANTA MISSA"

É interessante discorrer sobre alguns aspectos revelados por essa mensagem. A começar pela data em que ela foi enviada à Ouvidoria: 21 de março de 2012. Nesse momento, a discussão no Conselho Curador já havia tomado outros rumos, inclusive com a concretização da audiência pública que resultou na criação da Faixa da Diversidade Religiosa. Também foi o momento em que foi criado o Comitê da Diversidade Religiosa, formado por representantes de diferentes religiões, e que passou a acompanhar e subsidiar a elaboração dos programas que mais tarde entraram na grade de exibição: “Além do Céu e da Terra” e “Retratos de Fé”. Ou seja, o discurso de suspender a programação religiosa não estava mais em debate e, sim, a construção de alternativas para garantir a pluralidade. O discurso raivoso de J.C.G. mostra uma desconexão com os rumos tomados pelos debates.

As expressões usadas por J.G.C. para criticar a discussão sobre a diversidade religiosa se apegam a imagens do fundamentalismo religioso. A expressão “cães”, que no cristianismo está associado ao mal, ao demoníaco, para se referir àqueles que ousaram brincar com “Deus” porque falaram em diversidade religiosa é um exemplo desse fundamentalismo. A intolerância não ficou restrita à discussão em relação à programação religiosa. Ele associou a discussão sobre a possibilidade de suspender a missa católica à agenda de direitos humanos e, essa agenda, ao discurso muito comum

---

<sup>269</sup> J.G.C. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 21 mar. 2012

entre os programas policiais que ocupam espaços de grande audiência das emissoras comerciais que tratam os direitos humanos como “defesa de bandidos” e, portanto, os próprios defensores dos direitos humanos como “grupos de bandidos organizados”.

Em seu discurso, J.G.C. não nomeou, seja porque não quis, seja porque não conseguiu identificar, os atores envolvidos no processo: não falou nem em presidência da EBC, nem em Conselho Curador, nem se referiu explicitamente à Presidência da República. No entanto, definiu um coletivo e um espaço geográfico que terminou por representar pejorativamente o poder institucionalizado do Estado: os “amigos de Brasília”. Ou seja, mais uma vez, a distinção entre público e estatal se fez inexistente aos olhos do público da EBC.

Não foi por acaso que usei aqui a mesma expressão adotada anteriormente para falar sobre a intenção de tamanha passionalidade pela manutenção da tradição: interdição. Tal como o discurso que se baseou em argumentos racionais para associar o conceito de laicidade, como ausência de religiosidade, para aplicar não ao Estado, mas a um campo da cultura, onde a comunicação deita suas raízes, o discurso no outro extremo desse debate, o discurso do fundamentalismo religioso, também usa dos recursos que tem à sua disposição para rechaçar o debate e a possibilidade de novos pactos que possam fazer valer o compromisso com a diversidade. O discurso passional do fundamentalismo religioso e a racionalidade do laicismo se encontram, ao final, e operaram no mesmo sentido: a interdição do debate.

Por último, chamo a atenção para uma última mensagem de uma telespectadora que se coloca explicitamente contrária à presença de uma maior diversidade religiosa não apenas na programação, mas na própria sociedade brasileira. A mensagem revela a intolerância de um segmento da audiência da TV Brasil em relação a confissões religiosas evangélicas e ao ateísmo. Ao mesmo tempo, essa pessoa simplesmente ignora qualquer outra dimensão religiosa que não as de origem cristã, como se elas simplesmente não existissem. O texto foi enviado no momento da falha técnica que deixou de transmitir a missa na TV Brasil (A.O.<sup>270</sup>):

Hoje: 23 de dezembro de 2012, estou ainda deitada para assistir a Missa como faço todos os Domingos e a mesma não está acontecendo. estou mantendo neste mesmo canal para ouvir alguma informação a respeito. Será

---

<sup>270</sup> A.O. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 02 jan. 2013.

que estão dando vazão ao protestantismo x ateísmo (aliciamento de pessoas para saírem e boicotarem a Igreja de Jesus Cristo?) . Gostaria muito que me dessem um parecer sobre o que aconteceu. Desde já agradeço pela atenção. A paz de Jesus e o Amor de Maria

Para A.O. parece ser tão natural o fato de ter garantido o espaço de seu culto religioso na programação da emissora pública, quanto é natural tratar qualquer outra crença (ou descrença) como aliciamento. A tradição católica que durante séculos tratou de eliminar tantas outras religiões, proibindo a abertura de igrejas protestantes, evangelizando indígenas, oprimindo os rituais africanos e ignorando religiões asiáticas revela toda a concretude de seu resultado no discurso de A.O. Para ela, a única religião legítima é a dela. A visibilidade e o espaço que essa religião segue ocupando em espaços públicos, como os crucifixos em tribunais, a oração nas escolas e, inclusive, os cultos transmitidos pela radiodifusão - pública ou não - colaboram com a consolidação desse olhar maniqueísta e radical.

Além da intolerância expressa, a mensagem de A.O. também descortina um temor ao questionar se a ausência do seu programa habitual não seria uma estratégia de dar “vazão ao protestantismo x ateísmo”, uma estratégia de “aliciamento de pessoas” contra a religião hegemônica. O temor de que uma maioria se torne minoria.

À mensagem de A.O., integrante de um segmento majoritário, é interessante contrapor a mensagem enviada por R.L.<sup>271</sup>, em 29 de janeiro de 2013. Essa mensagem não integra o grande grupo de textos enviados por quem defendia a permanência dos programas religiosos. Ao contrário. O texto expressa um sentimento de raiva em relação às práticas cristãs, especialmente das confissões evangélicas:

Acho um disparate ter qualquer programa voltado aos crentes, um programa metido a "religioso". Se já temos aquela praga nos canais comerciais, o que é ilegal, e imoral, pior ainda num canal público, onde a marca era a qualidade da programação.

R.L. refere-se ao espaço privilegiado que as igrejas neopentecostais ocupam no espaço midiático brasileiro. Mais à frente em sua comunicação, R.L.<sup>272</sup> dá as pistas de que a origem de tamanho desprezo pelos “crentes” seja uma reação a práticas de exclusão de uma maioria contra grupos minoritários, em especial, os homossexuais:

---

<sup>271</sup> R.L. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 29 jan. 2013.

<sup>272</sup> Idem

Não devemos ter programas ligados a seitas evangélicas, nem no rádio nem na TV, por todo o ódio que eles propagam, especialmente aos homossexuais, além de seu rancor e maldade, além da falta de escrúpulos, a quem não é um idiota mau-caráter, que segue aquele discurso de ódio, tendo a bíblia como desculpa.

R.L não deixa explícita se sua identidade, mas justaposta à mensagem da católica A.O., as manifestações revelam a estrutura de uma rede persecutória: a da fiel católica que não suporta a existência de ateus, representados aqui pelo espírito laico de R.L., que por sua vez não tolera a existência de “crentes” e, por último, uma boa parte desses, prega uma filosofia de repulsa aos homossexuais. Temos aqui uma relação clara entre uma maioria que combate uma minoria que também responde com raiva ao discurso de ódio com o qual é tratado por outro grupo majoritário.

A relação de intolerância entre catolicismo e protestantismo e de ambas religiões contra culturas minoritárias encontra explicação nas reflexões de Arjun Appadurai, que trata do aquecimento dos embates entre minorias e majorias no mundo globalizado. Para Appadurai, os conceitos de minoria e maioria estão ligados à consolidação dos projetos dos Estados Nacionais e das revoluções democráticas do século XVII que passaram a contar com ferramentas como recenseamento e mapas populacionais para poder garantir a representação pelo voto. O desejo implícito de qualquer maioria é que ela consiga manter-se como tal. As minorias são, por isso, vistas como uma ameaça (APPADURAI, 2009, p.17)<sup>273</sup>:

O desvio para o étnico-nacionalismo e mesmo o etnocídio nas organizações sociais democráticas tem muito a ver com a estranha reciprocidade interna das categorias de “maioria” e “minorias” no pensamento social liberal, que produz o que chamo de *ansiedade da incompletude*. Maiorias numéricas podem se tornar predatórias e etnocidas em relação aos *pequenos números* precisamente quando algumas minorias (e seus pequenos números) lembram àquelas majorias a pequena brecha que existe entre sua condição de maioria e o horizonte de um todo nacional imaculado, um *ethnos* nacional puro e limpo. Essa sensação de incompletude pode levar majorias a paroxismos de violência contra minorias

O medo de A.O., que poderia se encontrar confortável por integrar um grupo majoritário, é o de tornar-se minoria. Medo expresso na desconfiança de que ela não recebera sua programação religiosa em função do “aliciamento” de seus pares por integrantes de grupos minoritários. A teoria conspiratória usada por A.O. para explicar seu descontentamento com o serviço prestado leva a outro conceito da reflexão proposta

---

<sup>273</sup>APPADURAI, A. O medo ao pequeno número: Ensaio sobre a geografia da raiva. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2009

por Appadurai, o de *identidade predatória*, uma mobilização contra a ameaça de que maioria se transforme em minoria e que só pode ser eliminada (a ameaça) com o extermínio dessa minoria. Basta recuperar os dados mais atuais sobre crimes que tem como motivação a homofobia para compreender que identidades predatórias não são uma construção teórica.

O ciclo de ódio se completa com a resposta dessas minorias à opressão dos grupos majoritários. Na mensagem R.L. denuncia os privilégios dos grupos religiosos hegemônicos de forma geral, e especificamente, a ocupação de espaços midiáticos, a resposta vem na negação ao direito do outro, o fiel evangélico, rotulado como sem-escrúpulos ou mau-caráter, de seguir uma religião majoritária, taxada pejorativamente como “seita”. A resposta à insegura e à incerteza social gerada pelos discursos de ódio imposto às minorias não é uma mera dissidência, mas uma “dissidência substantiva” (APPADURAI, 2009)<sup>274</sup>, em que, frente às injustiças que, de fato existem, R.L. se vê no direito de questionar as opiniões religiosas de uma maioria. A alternativa que se apresenta aqui, de um extremo a outro é a eliminação do grupo antagônico.

### 5.7 A maioria se sente excluída

Paradoxalmente, a audiência católica da TV Brasil, mesmo sendo seguidora de uma religião hegemônica e majoritária, relata o sentimento de perseguição e intolerância religiosa, o mesmo que costuma atingir os seguidores de religiões minoritárias, como as de matrizes africanas. Foi o caso do católico H.J.P.R.<sup>275</sup>, ao ser porta-voz das demandas de seu pai enquanto telespectador do programa *Santa Missa*:

Uma decisão orientada pela miopia politicamente correta, patrocinada e incentivada por gente radical e rancorosa, que não leva em conta a tradição nem o anseio de milhares de pessoas, a maioria delas idosas, que tinham nesses programas um suporte as suas vidas cada vez mais cerceadas pela velhice. Uma lastima. Vcs não tornam o País melhor, ao contrario. Incentivam a intolerancia.

Em algumas mensagens, a resposta a esse sentimento de intolerância religiosa relatado pelos católicos que assistem a TV Brasil encontra argumento não apenas no direito à liberdade de credo ou o respeito à diversidade, mas pelo simples fato de se

<sup>274</sup> Idem. Ibidem

<sup>275</sup> H.J.P.R. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 30 mar. 2011. Posteriormente entrevistado na pesquisa. Apresentado no início desse capítulo como Fernando

constituir enquanto maioria. A noção de maioria entra em jogo na argumentação para subsidiar a ideia de democracia (R.N.)<sup>276</sup>:

[...] Achei um absurdo esta acusação, que ao meu ver deve partir de pessoas que não reconhecem viver num País democrático onde conquistamos a liberdade religiosa, religião essa qual for desde que com responsabilidade, nos tragam o conhecimento da história da religião inserida na palavra bíblica. Ora, espaço na mídia televisiva e através das rádios temos a todos!!! e é impressionante, como até hoje em pleno século XXI, a Igreja e ou a Religião Católica ainda sofre os atos de perseguições. A estes "perseguidores", vale a pena informar, ou talvez lembrar que somos mais de 100 milhões de fiéis católicos, ou melhor desde que o mundo é mundo, fiéis católicos existem e sempre irão existir no MUNDO, no PLANETA!!!

O ponto de vista apresentado pelas cartas de H.J.P.R. ao afirmar que a decisão de suspender a programação religiosa é uma medida que incentiva a intolerância religiosa e a mensagem de R.N. que, ao se ver, diante da possibilidade de que sua religião perdesse o espaço que conquistou com base em privilégios históricos, permitindo, inclusive que se consolidasse enquanto uma religião majoritária e hegemônica, agregam complexidade à discussão sobre a decisão do Conselho Curador que, na tentativa legítima de corrigir distorções, deixou de atentar que entre a empresa de comunicação pública e as instituições religiosas existe um público, pessoas, indivíduos com os quais as emissoras de televisão e de rádio que deram origem à EBC se dispuseram a estabelecer uma relação de comunicação, de troca, onde a EBC oferece um determinado conteúdo e esse público se dispõe a acessar os canais da emissora.

Em mensagem enviada à Ouvidoria da EBC em janeiro de 2013, depois das decisões do Conselho Curador, da criação da Faixa da Diversidade Religiosa, e no momento em que um erro técnico impediu a transmissão da missa, o telespectador D.S., temendo que a ausência do conteúdo no horário e dia previamente “acordados” entre ele e a emissora estivesse sendo ameaçado, tal como H.J.P.R. e R.N., questiona o relacionamento da emissora com o público católico. Ele não fala explicitamente em intolerância religiosa, mas denuncia um sentimento de opressão à sua religião pelo que ele chama de confusão do conceito de laicidade com a prática ditatorial (D.S.)<sup>277</sup>:

Infelizmente, a direção da EBC confunde ESTADO LAICO com DITADURA ESTATAL. Como eleitor da DILMA, sinto-me traído, pois apesar de saber que o ESTADO é LAICO, este tem que honrar a C.F

<sup>276</sup> R.N. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 15 ago. 2010.

<sup>277</sup> D.S. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 02 jan. 2013.

[Constituição Federal]. que prescreve ESTADO DEMOCRÁTICO, avesso a toda forma de ditadura, discriminação e desigualdade de tratamento. Como uma minoria (ateus) podem querer impor a vontade quanto à maioria avassaladora de cristãos???

[...]

Evidente que num País DEMOCRÁTICO, temos que repudiar qualquer radicalismo ou ditadura, seja de direita, esquerda ou teocrática. A posição da EBC de aniquilar tudo, reflete mentalidades toscas de passado recente (Ditadura Militar, PRN de Collor etc ...)

Parece paradoxal que seguidores da religião com o maior número de adeptos no país se coloquem como vítimas de intolerância e de opressão e recorram ao argumento da laicidade do estado brasileiro para garantir a manutenção de programas religiosos na grade de uma emissora pública. Mas os protestos dessas pessoas podem nos levar a reflexões importantes para a construção não apenas de um sistema de comunicação de caráter verdadeiramente público – e não estatal – mas, principalmente, de um sistema de comunicação que contribua para a construção de uma sociedade menos intolerante, menos opressora e, como promete a carta de compromisso de fundação da EBC, mais diversa.

São essas reflexões que emergem da análise das mensagens de C.B. para a Ouvidoria. Ela não lançou mão de argumentos passionais ou raivosos para responder ao sentimento de exclusão. Ao contrário, ela abordou a disputa pelo viés da inclusão, do diálogo. A primeira mensagem de C.B. foi enviada no dia 8 de abril de 2011, dias após a aprovação da resolução do Conselho Curador que deveria resultar na suspensão dos programas religiosos. No momento em que C.B.<sup>278</sup> escreveu para a Ouvidoria, a participação social estava restrita ao próprio canal da Ouvidoria:

A programação da TV Brasil é plural, portanto, temos o direito de continuar com a programação religiosa cristã/católica que também faz parte da cultura brasileira. Não se pode querer uma democracia, excluindo com preconceito a Santa Missa aos domingos às 8h. [...] Vocês podem ser plurais somando o que existe de bom em diferentes culturas religiosas, e não excluindo.

C.B. não escolheu palavras à revelia. Recorreu a um vocabulário familiar ao praticado pela EBC desde a sua carta de compromisso: pluralidade, democracia, cultura se contrapõem a exclusão e preconceito. Ela não relaciona a EBC a um anseio, mas a algo já concretizado: “A programação da TV Brasil é plural”. A comunicação entre a

---

<sup>278</sup> C.B. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 04 abr. 2011.

telespectadora e a Ouvidoria da EBC não terminou nessa primeira intervenção. À mensagem enviada por C.B, segue-se a resposta padrão da Ouvidoria e, na sequência, a tréplica da telespectadora e o encaminhamento final da demanda por parte da Ouvidoria. Essa troca de mensagens é elucidativa por revelar o padrão de relacionamento estabelecido entre o canal da Ouvidoria e o público das emissoras públicas frente à disputa travada em torno da religiosidade. Por isso, vale a pena detalhar um pouco mais como se deu essa discussão.

A resposta enviada pela Ouvidoria seguiu o mesmo formato que passou a ser adotado desde que os debates se tornaram mais intensos. Atualizou a telespectadora sobre o andamento dos debates, mas não abordou as questões apresentadas por ela como a importante constatação de que não seria possível ser plural excluindo-se parte da cultura brasileira. Por outro lado, a mensagem expôs a justificativa que subsidiou a decisão do Conselho Curador (OUVIDORIA)<sup>279</sup>:

O debate sobre os programas religiosos teve início em junho de 2010, quando o Conselho Curador tomou conhecimento do **grande número de manifestações** enviadas a esta Ouvidoria reclamando da falta de pluralidade religiosa na TV Brasil. Desde então, o tema esteve em pauta em pelo menos quatro reuniões do órgão, que **também realizou consulta pública sobre o tema** no segundo semestre do ano passado. (grifos meus)

A Ouvidoria da EBC, em sua argumentação com o público da TV Brasil, lança mão das demandas da audiência das emissoras públicas para justificar a decisão tomada pelo Conselho Curador. É marcante o fato de que “o grande número de manifestações enviadas” para a Ouvidoria da EBC “reclamando da falta de pluralidade religiosa na TV Brasil”, somavam, na verdade, seis manifestações até o momento em que C.B entrou em contato com a EBC. Também é marcante que a mensagem da Ouvidoria informe foi realizada “consulta pública sobre o tema”, mas esconda o fato de que a imensa maioria das manifestações naquela consulta (82%) colocou-se favorável à manutenção dos programas religiosos.

A troca de mensagens com a telespectadora e a Ouvidoria é exemplar para compreender os desafios de construção de um espaço público que, de fato, seja permeável às demandas e aos anseios do público. A notável iniciativa de se criar um espaço permeável à participação da audiência da EBC que deveria contribuir para a consolidação de um sistema comunicacional em conexão direta com a sociedade, ao

<sup>279</sup> OUVIDORIA. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem enviada por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 08 abri. 2011

final se transforma em instrumento de legitimação de decisões que foram construídas em outras instâncias que não a do público. A relação que se estabelece com o público repete o mesmo método que Jesús Barbero já apontava como sendo habitual a movimentos tanto de direita quanto de esquerda que uma relação de repulsa, de desprezo, às demandas do povo (ou das massas, ou do popular, ou, no caso da EBC, do público) por parte das classes dominantes, sejam elas econômicas ou culturais. Ora o povo é tratado como massa de manobra, ora como instância de legitimação, quase sempre como um ator desnecessário e, não raro, algo a ser temido e, portanto, controlado (BARBERO, 2009)

A riqueza do debate estabelecido entre a Ouvidoria e a telespectadora C.B. ganha ainda mais importância para essa reflexão sobre a construção e a consolidação de espaços verdadeiramente públicos a partir da tréplica da telespectadora. Em sua segunda mensagem, C.B defende a permanência dos programas religiosos questionando o peso dado à expressão daqueles que criticam as confissões religiosas cristãs, sugerindo um exercício sobre o que seria feito com outros programas tradicionais da TV Brasil caso houvesse um “grande número de manifestações” contra algum programa em particular (C.B)<sup>280</sup>:

A tv brasil nunca conseguirá agradar a todos, ninguém conseguirá. Mas acredito que mesmo recebendo críticas sobre programas como, por exemplo, o Sem Censura, o mesmo não será retirado da grade porque desagrada a algumas pessoas. Ou então, não vai tirar a “Arte com Sérgio Brito” porque algumas pessoas podem criticar o programa dizendo que gostariam de assistir a outra manifestação cultural etc.

Ao colocar como referência a crítica a programas seculares, C.B. alcança um ponto central do debate sobre a religiosidade: o esquema de valores que relega a religiosidade a um lugar não legitimado pela sociedade ocidental, que elege o conhecimento científico e racional como a única forma de conhecimento legítima (Boaventura,2009)<sup>281</sup>. Ao comparar um programa de entrevistas sobre generalidades, como é o caso do programa *Sem Censura*<sup>282</sup>, ou um programa dedicado às altas

---

<sup>280</sup> C.B. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 08 abr. 2011.

<sup>281</sup> SANTOS, B. **Crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

<sup>282</sup> *Sem Censura* é um programa de entrevistas, conduzido pela jornalista Leda Nagle e transmito pela antiga TVE desde 1985. Foi incorporado à programação da TV Brasil, sem grandes alterações.

expressões artísticas, como era o *Arte com Sérgio Brito*<sup>283</sup>, C.B.<sup>284</sup> explicita a diferença de tratamento entre uma expressão cultural e outra e termina por coroar a crítica com uma constatação que coincide com as reflexões já feitas aqui: a abrangência da discussão pública promovida até aquele momento pelo Conselho Curador e pela EBC sobre o tema:

acredito que a discussão sobre esse assunto não foi muito pública, ou seja, ficou restrita aos interesses de poucos. Precisamos ser verdadeiramente democráticos

Após as críticas, C.B.<sup>285</sup> propõe uma solução para o debate:

As pessoas que criticaram a exibição da Santa Missa poderiam ser confortadas em suas necessidades através de uma grade de programação verdadeiramente plural... diversifiquem a programação mostrando o lado bom de todas as religiões.

No entanto, ao desafiar a empresa pública de comunicação a ser mais plural C.B.<sup>286</sup>. resvala por ideias pré-concebidas sobre outras culturas e deixa transparecer matizes de preconceito em relação a essas culturas que não a sua própria. Algo que ela faz ao associar, de maneira pejorativa e reducionista, expressões culturais bastante díspares como a capoeira, o samba e a pornografia:

Aceitem o desafio de produzir programas de outras religiões que recebam 30 minutos de atenção também. Não queremos ter privilégios, mas apenas não acreditamos que a cultura do Brasil se resuma a capoeira, samba, pornografia etc...

Na verdade, os preconceitos expressos por C.B. em sua comunicação final com a Ouvidoria não deslegitima suas demandas. Pelo contrário. O desconhecimento em relação à cultura do outro, como transparece no caso de C.B., pode catalisar uma série de questionamentos que parecem fundamentais no debate sobre a construção da diversidade em uma emissora pública de televisão, em particular a TV Brasil: O quanto a empresa pública de comunicação tem contribuído para reduzir a desinformação e o

---

<sup>283</sup> *Arte com Sérgio Britto* deixou de ser transmitido em dezembro de 2011 com a morte do ator e diretor teatral que dava nome ao programa. Uma releitura do programa, que passou a se chamar “Arte do Artista”, passou a ser veiculado pela TV Brasil a partir de 2012. Segue sendo uma das principais atrações da TV Brasil. A partir da ruptura institucional que resultou no afastamento de Dilma Rousseff, o programa, que é apresentado pelo também ator e diretor teatral, Aderbal Freire Filho, passou a ser ameaçado de ser retirado da grade. Já o programa “Sem Censura” é uma roda de conversas e entrevistas, conduzidas pela jornalista Leda Nagle, e que está no ar desde 1985.

<sup>284</sup> C.B. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 10 abr. 2011.

<sup>285</sup> Idem. Ibidem.

<sup>286</sup> Idem. Ibidem

preconceito de sua própria audiência? Ao apresentar como solução para o problema da diversidade a exclusão dos programas religiosos, a comunicação pública não está perdendo a oportunidade manter o diálogo com pessoas que como C.B. podem estar abertas a desconstruir preconceitos e intolerâncias e que, uma vez sem seus programas, pode simplesmente mudar de canal? Os programas religiosos já exibidos pela TV Brasil, uma vez que permanecem, e já que lançam mão de um espaço público, podem contribuir, de alguma forma mais efetiva, para diminuir intolerâncias?

Essas questões não chegam a ser respondidas (ou sequer levantadas) nem durante o debate travado no Conselho Curador, nem pelas reflexões sistematizadas pela Ouvidoria da EBC. Já C.B.<sup>287</sup> registra sua demanda:

Nós também precisamos ser incluídos nesse plural... não podemos ser excluídos da programação de uma TV Pública

O único encaminhamento dado pela Ouvidoria foi o arquivamento da demanda, em um email que circulou apenas internamente informando que “não havia mais o que fazer: a decisão está tomada e é irrevogável” (OUVIDORIA)<sup>288</sup>. Como se viu, a decisão teve que ser revogada.

## 5.8 Diversidade X Exclusão

Não é o sentimento de exclusão que norteia a argumentação de N.S.B. ao entrar em contato com a Ouvidoria pedindo a manutenção dos programas católicos. Os argumentos da telespectadora se concentram também em questões estruturais, porém menos conceituais. A atenção da de N.S.B está voltada para o impacto que a retirada da *Santa Missa* da programação pode trazer para as famílias brasileiras. Diferente de C.B. que mostra uma grande capacidade de argumentação e uma boa habilidade com a linguagem escrita, N.S.B. deixa transparecer a dificuldade com que lida com o padrão hegemônico e socialmente aceito da linguagem escrita. Na mensagem de N.S.B. a redação das palavras se dá por associação sonora. O pretérito do subjuntivo do verbo sair não é *sáisse* é *saice*, do verbo ser passa de *fosse* para *foce*, a complexa construção de preposição e artigo que resultaria em “ao” é transcrita apenas pelo simples *o* de “ir o

---

<sup>287</sup> Idem. Ibidem.

<sup>288</sup> OUVIDORIA. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem enviada por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 10 abr. 2011.

ar a missa” e a ideia de famílias desestruturadas ganha forma com a ajuda de um novo adjetivo: *disturada* (N.S.B.)<sup>289</sup>:

Escrevo esta carta porque os senhores não *saice* do ar a Santa Missa. Gostaria muito que todos os canais de TV *foce o ar a missa*, é muito importante para educação da família *disturada*. É um momento de conforto, também de força para seguir adiante. A realidade da vida é um carrossel girando em nosso redor. Na esperança da solidão da vida pude perceber são tantas as ondas grandes. Um coração do nosso Brasil transformaras o povo sobre a água do amor, o espírito de Deus.

Não são meros erros ortográficos agredindo a gramática formal da “norma culta”. N.S.B. revela em seu texto que, apesar de fazer parte de tradição religiosa hegemônica, ela também representa uma população excluída e, que representa um grande segmento populacional brasileiro também majoritário, porém não hegemônico. Uma maioria que ainda enfrenta dificuldades, no Brasil do século XXI, para se inserir nas estruturas formais do estado, como no caso específico de N.S.B., a educação.

N.S.B. ultrapassa algumas fronteiras importantes ao entrar em contato com a Ouvidoria da EBC. Ela lança mão da escrita, ferramenta que lhe parece pouco habitual, para defender suas posições. Ela preferiu transitar por um terreno pouco conhecido, portanto pouco amigável, a abrir mão de defender o que pensa, o que considera importante não apenas para ela, enquanto indivíduo, mas para o coletivo, aquilo que para ela é um elemento estruturador, uma espécie de liga básica do tecido social onde ela se insere. Para ela, sem essa liga, que reside no campo do simbólico, no campo dos conhecimentos e práticas pouco legitimados, como é o caso da religião, as famílias e, portanto, a sociedade se *disturam*.

Muito mais revolucionário que aprender a ler é aprender a escrever, já diria Paulo Freire (FREIRE, 1987). Ao entrar em contato com a Ouvidoria, N.S.B. – tendo ela sido convocada ou não – narra, por suas próprias palavras e gramática, suas necessidades. Assume o lugar de fala, não deixa que outros o façam por si. Esse exercício revolucionário parece passar despercebido das grandes esferas formais que debateram a religiosidade na comunicação pública. N.S.B. escreve, mas parece faltar quem saiba lê-la.

---

<sup>289</sup> N.S.B. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 13 ago. 2012.

Em sua “carta”, N.S.B. abre mão de ataques a outras religiões. Não expressa sentimentos de intolerância. Não rotula e nem condena as instâncias e pessoas que defenderam a mudança na grade de programação.

Entre as opiniões que transitam entre os dois extremos - a negação completa da religiosidade e a radicalidade de que a fé deve ser restrita a uma única matriz – estão as demandas concretas das pessoas que querem se ver representadas pela TV Brasil. Seja porque querem continuar a receber um “serviço” que já vinha sendo prestado, como defendeu N.S.B. com sua gramática própria. Seja porque nunca tiveram espaço para se verem representados, como defendeu o sacerdote Marcos (C.E)<sup>290</sup>, entrevistado durante a pesquisa, e que participou desse debate como a seguinte mensagem:

Bom dia, gostaria de saber uma coisa simples, eu sou sacerdote do culto dos orixas, conhecido como candomblé no Brasil, porque a tv Brasil que uma ortarquia do governo não abre espaço para as religiões de matriz africana, porque so a igreja catolica e igreja protestante tem esse espaço publico a sua disposição fica aqui minha indagação, espero um resposta, abraços me coloco a disposição para uma programa dentro do tema

N.S.B e C.E professam religiões bastante distintas, o catolicismo hegemônico de N.S.B. e o pouco tolerado culto dos Orixás de C.E. À primeira vista, parecem ocupar lugares opostos nesse debate. Mas suas mensagens tem um ponto em comum: pedem a manutenção, no caso do primeiro, ou a inserção, no caso do segundo, de suas próprias religiões. Não defendem a exclusão de nenhum grupo religioso. Há ainda um segundo ponto de convergência. A gramática de N.S.B. e a pele e o culto de C.E. os colocam em grupos sociais que fazem deles alvos potenciais de processos excludentes.

A forma como são tratadas as demandas de N.S.B e C.E revelam a repetição, também na TV Brasil, desses processos de exclusão. Isso pode parecer mais evidente no caso de C.E. que traz uma demanda objetiva que é o fato de sua fé não se beneficiar de horários e suporte da emissora pública. Por outro lado, o debate travado ao longo de anos na EBC mostra que as demandas de N.S.B. não foram relevantes para a definição dos caminhos sobre a abordagem religiosa na emissora. Ou seja, o público (a audiência, mas também, o povo, o popular) não foi determinante para a tomada de rumos no Conselho Curador.

---

<sup>290</sup> C.E. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por [ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br) em 31 dez. 2011. Posteriormente entrevistado durante a pesquisa e nomeado como Marcos no início desse capítulo.

Não parece por acaso que o resultado dos debates também tenha sido insatisfatório do ponto de vista da resolução dos problemas de intolerância, redução das desigualdades e inclusão da diversidade. A entrevista realizada com Marcos (ou C.E., o sacerdote do Culto aos Orixás) mostra que, depois de tantas idas e vindas, recuos e desgastes, a desigualdade persistem.

Marcos voltou a entrar em contato comigo, voluntariamente, para elogiar os novos programas que passaram a integrar a Faixa da Diversidade Religiosa, mas também para pedir informações sobre como propor um programa sobre sua própria religião. Além disso, manteve as críticas que já havia feito em relação à insuficiência da solução encontrada para a questão da diversidade religiosa (informação verbal):

Você vê líderes espirituais kardecistas, líderes espirituais umbandistas, líderes espirituais católicos, pastores protestantes... Ou seja, mais espaço para Igreja Católica Apostólica Romana, mais espaço para protestantes para além do que a TV Brasil já dá pra eles... Ou seja, é um espaço aberto? Sim. Democrático? Sim. Mas injusto porque os minutos que nós temos na televisão são muito pouco para se passar uma gama de 3 mil anos de filosofia. É muito injusto (...) Não se pode ter um programa na TV Brasil católico apostólico romano, com um certo número de minutos, não se pode ter um programa evangélico dentro da TV Brasil com um determinados minutos, se não tiver uma teologia africana, uma teologia judaica, um hinduísmo, uma teologia kadercista. (...) Ou se dá o numero exato de minutos igual, para se preparar um programa fundamentado na teologia africana ou então é melhor não ter programa. É ser totalmente laico. Não teria programa religiosos. Pelo menos na TV Brasil.

Ou seja, mesmo depois de criada a faixa da diversidade religiosa, mesmo depois da inserção de novos programas na grade, os programas tradicionais permaneceram intocados. Religiões como a de Marcos (ou C.E) que são alvo de intolerância e preconceito continuam sem ter uma resposta efetiva da comunicação pública que contribua para a desconstrução da intolerância entre aqueles que professam a fé hegemônica.

O resultado dos debates mostra que há muito a se caminhar para que a EBC possa “ser um espelho” da sociedade brasileira na sua diversidade. A solução encontrada para o entrave, ao final, contribuiu muito pouco para a convivência entre as diferenças e a eliminação de intolerâncias.

1) Apesar de criada a faixa da diversidade religiosa, a desigualdade entre o tempo destinado às religiões minoritárias e às religiões hegemônicas se manteve. Mais grave que isso, as instituições que ocupam esse espaço privilegiado continuaram a se

utilizar desse espaço sem sentirem responsáveis por cumprir sequer os compromissos estabelecidos em lei como, como a proibição ao proselitismo. Com isso, a filosofia africana de C.E. continuou sem espaço na emissora pública e, além disso, vulnerável a ser alvo de discursos preconceituosos e excludentes nos espaços que continuam a ser geridos exclusivamente pelas instituições religiosas hegemônicas.

2) Ao defender a simples retirada da missa católica e do programa evangélico, a audiência desses programas se sentiu diretamente agredida e excluída, criando um movimento de repulsa em relação à emissora, contribuindo para afastá-la da EBC ou deixá-la restrita à sua programação tradicional. Além disso, a manutenção da programação gerada pelas religiões hegemônicas sem nenhuma regulação de conteúdo, fez o público da EBC, especialmente a audiência dos programas religiosos, perder a oportunidade de ter acesso, por meio desses programas, a abordagens mais críticas, que permitiriam a desconstrução da intolerância e da exclusão promovida historicamente pelas religiões hegemônicas. Isso diferencia a TV pública das programações veiculadas pelas emissoras privadas.

Olhar para esses dois públicos tão extremos e tão próximos nos coloca frente à pergunta: é possível garantir a diversidade na comunicação pública com base em processos que se constroem pela lógica da exclusão de seu público? A resposta é não.

Compreender a cultura do outro como uma construção tão legítima quanto a minha é um exercício de deslocamento de olhar cada vez mais necessário em um mundo globalizado marcado por hibridismos (CANCLINI, 2013)<sup>291</sup>, pela convivência de múltiplas culturas que mais do que emparelhadas uma ao lado da outra, ora se misturam, ora se repelem. “Eu é um outro”, propôs Lévi-Strauss (LÉVI-STRAUSS, 1993)<sup>292</sup>. Esse deslocamento de olhar, essa leitura compreensiva tanto da cultura do outro quanto da minha própria cultura, reconhecendo que todas, ao final, são culturas, abre caminhos para o encontro e não para a distensão.

Essa “saída” já emergiam de parte das mensagens enviadas à Ouvidoria da EBC, que não ficavam nem no extremo de pedir a extinção de todos os programas religiosos, nem no de pressupor suas próprias religiões hegemônicas como únicas religiões – e,

---

<sup>291</sup> CANCLINI N. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da Modernidade. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

<sup>292</sup> LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia Estrutural II**. 4 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

portanto, como únicas a terem o direito à visibilidade nas emissoras do sistema público de comunicação.

Esse parece ser um ponto central e estratégico para a definição de políticas públicas de comunicação e um bom norte para a discussão sobre a religiosidade – e não apenas dela, mas que pode se ampliar para outros temas conflituosos da sociedade brasileira como violência de gênero, saúde sexual e reprodutiva, exclusões raciais e econômicas, violência de raça e políticas sociais como um todo, como saúde e educação. Uma pergunta central: qual o papel da EBC e suas emissoras públicas para a formação de uma sociedade menos intolerante? A própria EBC já responde a isso quando se compromete a representar a diversidade brasileira. Mas o compromisso permanece como exercício teórico quando a EBC, especialmente seu Conselho Curador, deixa de ouvir as demandas do seu público. Ela pratica a exclusão e ao praticá-la torna-se mais distante de seu projeto de fazer-se pública. No ímpeto de combater às desigualdades e reduzir privilégios, foca nas instituições e deixa de se constituir enquanto espaço público.

### Conclusão: (Des)Prezado Público

Quando o debate chegou à Ouvidoria, em março de 2009, com a mensagem de P.C.L. que criticava a presença dos programas religiosos na grade da TV Brasil, o problema foi encaminhado para a direção da EBC, antes de ir para o Conselho Curador. Ao pedido de retirada dos programas do ar, um dos diretores da EBC enviou a seguinte resposta para a Ouvidoria (DIRETORIA, 2009)<sup>293</sup>:

Pessoalmente, concordo, e *ñ* pelos motivos legais apontados *q* acho inconsistentes. Ninguém aqui afirma *q* o estado *ñ* é laico ou *q* a TV Brasil esteja fazendo proselitismo religioso ou ainda pregando ou semelhantes. Transmitir a missa, como transmitir *qquer* outro programa, *ñ* cerceia a liberdade de ninguém *q* sempre pode mudar de canal. Por outro lado, garanto *q* há mais fiéis *q* a assistem do *q* estes *q* reclamam. Eu acho, isto sim, *q* a pluralidade exigiria a transmissão de outros cultos, mas, se fossemos fazê-lo, o tempo o impediria. De *qquer* forma, vou submeter à diretoria. Sei *q* alguns membros ali são favoráveis à idéia da retirada. Eu mesmo entre eles. Mas o conjunto da diretoria decidirá.

A mensagem não aponta quais motivos levavam o integrante da direção a concordar com a retirada dos programas, mas, em pouco mais de 100 palavras, ela aborda os dilemas que deram corpo ao debate sobre a religiosidade na comunicação pública: proselitismo, laicidade, pluralidade, diversidade. Mas, sobretudo, revela o olhar que tem norteado a relação da EBC com o público e que vai expresso na frase: “Transmitir a missa, como transmitir *qquer* outro programa, não cerceia a liberdade de ninguém *q* sempre pode mudar de canal”.

A relação com a audiência na maior parte das vezes foi permeada por dubiedades no campo da comunicação pública e, em especial na EBC. Essa dubiedade já estava presente no discurso do então-presidente da República quando apresentou, ainda em 2007, o projeto de criação da EBC (LULA DA SILVA, 2007, p. 7)<sup>294</sup>:

[...] Se vai ter meio ponto de audiência ou zero não me interessa, o que interessa é que tem uma opção para quem quiser ter acesso a uma coisa de muita profundidade. [...]

E é também uma ideia que se repete em livros e artigos acadêmicos de profissionais que tiveram papel importante ou subsidiaram o pensamento que resultou

<sup>293</sup> DIRETORIA da EBC. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br)> após ter sido acionada por P. C. L. em 25 mar. 2009.

<sup>294</sup> LULA DA SILVA, L. I. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse dos novos Ministros de Estado. (Transcrição). **Biblioteca. Presidência da República**, 29 mar. 2007, p. 7. Disponível em: <[www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/29-03-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-posse-de-novos-ministros-de-estado/view](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/29-03-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-posse-de-novos-ministros-de-estado/view)>. Acesso em: 10 jul. 2016.

na construção da EBC. Mas, por trás da ideia de que, diferentemente das TVs comerciais que colocam a audiência em primeiro lugar – “para uma TV pública, o que mais importa é levar cultura e informação de qualidade aos diversos segmentos da população” (BUCCI, 2009a)<sup>295</sup> – está uma estrutura de comunicação pública que não se sente obrigada a dialogar com o público e a responder aos seus anseios e, ao fazer isso, criar a possibilidade de construir novos parâmetros na sociedade a partir dos anseios e demandas do público.

É preciso revisitar essa concepção. De fato, as emissoras comerciais não colocam a audiência em primeiro lugar: como em qualquer empreendimento comercial, em primeiro lugar está o lucro e a audiência é apenas o meio para chegar a esse fim. Portanto, só quem poderia colocar a audiência em primeiro lugar seria justamente a comunicação pública que, livre das amarras de mercado, poderia contribuir para a construção de novos valores pautados em interesses coletivos, na melhoria de vida, na democracia, na consolidação de direitos. A análise do debate sobre a religiosidade na EBC aqui realizada revelou como esse distanciamento do público pode ser um empecilho para a consolidação do projeto da comunicação pública.

É certo que a manutenção dos programas religiosos, tal como continuam na TV Brasil, é um problema que não foi resolvido ou que foi resolvido muito parcialmente. Os privilégios foram preservados; o proselitismo continua tendo espaço em detrimento de outros valores e grupos sociais; o diálogo com outras dimensões religiosas, apesar do esforço, continua sendo limitado. Além de não dar solução para os temas de cunho religioso, foram criados outros problemas: o enfraquecimento do Conselho Curador como instância de representação da sociedade e, em decorrência disso, uma maior fragilidade para o processo de consolidação do já incipiente caráter público da EBC.

As religiões hegemônicas mantiveram intocados quase todos os privilégios, e se houve mudança em relação ao uso da infraestrutura pública no caso da Igreja Católica, tanto ela, quanto a Igreja Batista seguem ocupando a grade de exibição e continuam desobrigadas de cumprir o que está previsto na lei que deixa explícitos os princípios que regem os conteúdos a serem exibidos na empresa de comunicação pública.

---

<sup>295</sup> BUCCI, E. A audiência na TV Pública. **Observatório da Imprensa**, 27 mar. 2009a, ed. 530. Disponível em: <<http://observatoriodaimpresa.com.br/jornal-de-debates/a-audiencia-na-tv-publica/>>. Acesso em 26 jul. 2016.

Os novos programas da faixa da diversidade religiosa, independentemente da sua excelência, são frágeis para garantir a interlocução com o público dos programas religiosos tradicionais, visto que as maiorias continuam desobrigadas de conviver com as minorias. O mais grave: a ameaça de suspensão dos programas tradicionais, da forma como foi feita, pode ter significado uma quebra de confiança, uma ruptura com o público.

O que passou despercebido ao longo dos debates foi a ideia de que, apesar de o projeto de comunicação pública da EBC se constituir um projeto de Estado, esse projeto precisa se colocar no espaço das mediações culturais (MARTIN-BARBERO, 2013). A proposta que levou à criação da EBC não a concebeu para que ela representasse o Estado, mas para ser “um espelho do nosso país” (EBC, vídeo, 2007). Diferente de um tribunal, onde a presença das pessoas se dá de forma compulsória, no caso dos meios de comunicação, a companhia da audiência é uma decisão exclusiva da própria audiência. Ou ele, o meio de comunicação, se torna suficientemente necessário e importante para que as pessoas se disponham a permanecer em contato ou a pessoa pode simplesmente “mudar de canal” (DIRETORIA, 2009)<sup>296</sup>.

Não colocar a audiência em primeiro lugar significa não colocar o público, com todas as suas idiossincrasias, “gostos questionáveis”, desejos e valores, em primeiro lugar. Não colocar a audiência em primeiro lugar entra em contradição com a própria essência de um veículo de comunicação, que depende dela para sua própria existência. Sem público não é preciso existir.

No caso da discussão sobre a presença ou não dos programas religiosos nas emissoras públicas da EBC, mais do que a analogia com um tribunal, a comparação com a escola (a escola física, com salas de aula, alunos e professores) pode ajudar a tornar mais clara a diferença. Essa comparação é mais precisa porque tanto escola quando os meios de comunicação atuam no campo das mediações culturais (MARTIN-BARBERO, 2013).

Em uma escola pública, retirar o ensino religioso dos currículos significa, numa simplificação, retirar o professor de religião da sala de aula, mas não leva, de forma alguma, a retirar todos os estudantes católicos ou evangélicos dessa mesma sala. Pode gerar debates, críticas, elogios, mas, ao final, os estudantes – sejam eles de religiões

---

<sup>296</sup> DIRETORIA da EBC. Publicação eletrônica [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br)> após ter sido acionada por P. C. L. em 25 mar. 2009

majoritárias ou minoritárias – continuarão a assistir as aulas com professores de matemática, de português, história e ciências.

Em um meio de comunicação, no caso a TV Brasil, a decisão de retirar a pregação religiosa de sua programação não significava apenas acabar com a exibição dos programas. Não se tratava só de retirar um padre ou um pastor da tela. Significava, sim, romper um processo comunicacional já estabelecido, não com as Igrejas, mas da EBC com sua audiência. Como a presença em frente à televisão (ou rádio, ou internet) não é compulsória, essa audiência, ao ver suas necessidades e gostos relegados a segundo plano, simplesmente escolhe outro interlocutor. Vai encontrar, em outras paragens, quem possa atender a essas demandas e valorizar seus gostos. Ou seja, retirar a programação religiosa, como se pretendia, significava dizer para aquele público, seja da missa, seja da pregação evangélica, que a empresa de comunicação pública não podia atender mais suas necessidades e não tinha mais interesse em tê-lo entre aqueles com quem ela, empresa pública, achava importante manter a interlocução.

Ao negligenciar as demandas apresentadas pela audiência cristã da TV Brasil, na consulta pública, ainda em 2010 e nas sucessivas mensagens enviadas pelos telespectadores para a Ouvidoria, os gestores e o Conselho menosprezaram o esforço de cada espectador que encontrou ancoragem na sua necessidade de ligar a TV Brasil e se ver representado. Ao negar a necessidade dessa população, incorreu na mesma prática, só que agora com um grupo majoritário, que durante séculos, e ainda hoje, retira de mulheres, negros, indígenas, orientais e qualquer outro grupo não-europeu ou não-majoritário o direito de construir suas próprias narrativas. Ao igualar o espectador às igrejas, o Conselho Curador tratou o hegemônico como hegemônico (GRAMSCI, 2006).

Consolidar um sistema de comunicação pública que possa romper com o cerceamento da voz e das narrativas é fundamental para a consolidação da democracia na sociedade brasileira. Entretanto, historicamente os projetos comunicacionais criados pela estrutura estatal brasileira tem se traduzido como um aparelho de dominação. O projeto que concebeu a EBC – como uma proposta do poder público que não deveria se realizar enquanto um equipamento de governo, que colocava em um Conselho Curador e, portanto, na sociedade, a gestão da comunicação pública – é, sem sombra de dúvidas, um avanço para começar a separar o público e o governamental na comunicação. Uma

construção a ser preservada e que, por não ter sido fortalecida ao longo de seu curto tempo de implantação estará ameaçada com as mudanças de contexto político.

Se sobreviver às atuais mudanças de contexto, é preciso que a EBC vá além para conseguir se consolidar como uma estrutura de comunicação verdadeiramente pública. O debate sobre os programas religiosos não foi o primeiro nem será o último caso em que a EBC e as instâncias que a compõem serão testadas na sua capacidade de interlocução com a sociedade.

Quando o Conselho Curador, justamente aquele que deveria representar a sociedade, não reconheceu a legitimidade de demandas do popular, do povo, ele reproduziu, por via inversa, a lógica da exclusão que encontra terreno fértil nos projetos de comunicação tutelados por interesses comerciais ou governamentais. Mais do que isso, ele retroalimentou essa exclusão que pode resultar em sua auto-exclusão (do Conselho como instância de gestão e, conseqüentemente, do projeto de criação da EBC). Ao desprezar as demandas do público, o Conselho repeliu uma parte da sociedade da emissora pública. Ao repelir, inviabilizou o diálogo. Sem o diálogo e sem o processo comunicativo, a EBC e seus meios de comunicação perdem a razão de ser e, com isso, reforçaram o ecossistema comunicacional do país que é ambiente propício para narrativas únicas e que, por privilegiarem uma ou poucas vozes pouco podem (ou querem) contribuir para a construção de uma sociedade mais diversa, mais inclusiva, menos intolerante.

Essa talvez tenha sido a maior seqüela deixada pelo debate da diversidade religiosa na EBC. No processo, o Conselho Curador perdeu a conexão com a sociedade e o apoio de instâncias do governo, do parlamento, do judiciário e mesmo da direção executiva da EBC, que (diga-se) não deveria ter se colocado publicamente contra a decisão do Conselho, por ser o braço executivo e operacional das políticas definidas por este mesmo Conselho.

Com o enfraquecimento do papel do Conselho – o de promover a participação social na gestão do conteúdo –, a EBC acabou por se reaproximar do clássico modelo organizacional baseado na gestão pelo Estado e governamental. Parece ser esse o alerta embutido na crítica do senador petista, Lindbergh Farias, em meio à audiência pública no Senado Federal (42ª REUNIÃO, 2011) que, aparentemente, sabia a quem pertencia seu mandato:

Eu acho que os senhores estão colocando em discussão o próprio Conselho Curador da forma como existe. Se tivesse alguém eleito nesse Conselho Curador, ele não tomaria uma decisão como essa. E volto à questão original: a legitimidade vem do povo. Quando falo que vocês estão colocando em risco o próprio Conselho Curador [...]

Mas não foi somente isto. A decisão de suprimir os programas religiosos entregava o público da EBC no colo dos meios de comunicação que têm habilidade para escutar e incorporar suas demandas. Se não é na TV Brasil que ele, o público, vai conseguir encontrar o conteúdo no qual se reconheça, que vá procurar na Canção Nova ou na Rede Vida, na TV Record ou na TV Globo.

Talvez seja essa a lição deixada pela TV Canção Nova que, ao perceber a movimentação de sua audiência contra a presença de um político não alinhado ao seu pensamento, não hesitou em retirar todos os outros políticos de sua grade de programação. Não que a postura de hegemonia e de manutenção de ideias monolíticas seja um princípio a ser seguido por uma empresa de comunicação pública. Longe disso. Mas não é desprezível que a resposta dada ao público da emissora, sua razão de existir, mostra a clareza de atuação da emissora. Se a comunicação pública não reconhece o seu público, outros espaços o fazem e o fazem, não raro, para retroalimentar privilégios, manter desigualdades, garantir a hegemonia de uma única religião, de uma única raça, de um único gênero, de uma única classe. Por deixar de construir novos vínculos e romper os vínculos que já possuía, a EBC e suas emissoras não conseguem ocupar o papel de protagonista na mudança do caráter concentrado e desequilibrado do ecossistema comunicacional brasileiro.

Refazer os vínculos com a sociedade que deve espelhar é caminho para a consolidação da empresa pública de comunicação. O debate sobre os programas religiosos deixou fraturas, mas também apontou os caminhos para reconstruir esses vínculos. A Audiência Pública reunindo lideranças religiosas e não-religiosas, crentes e descrentes, representantes do governo, da sociedade e da EBC foi um exercício de diálogo. Não resolveu todos os problemas, mas apontou uma direção. A escuta transferiu o eixo do debate da laicidade, seja pela ausência, seja pela abordagem da religião como objeto de análise científica, para o reconhecimento da religiosidade como um eixo estruturante da sociedade brasileira. Reunir ateus e católicos, protestantes e candomblecistas, judeus e muçulmanos, bruxos e kardecistas não foi um exercício de pouca monta, mas foi apenas um primeiro passo.

Para se consolidar como comunicação pública, a EBC, seu Conselho Curador e suas outras instâncias de participação social precisam estar abertos à pluralidade. Mas essa pluralidade não significa um plural formado pela justaposição de minorias que tem suas culturas mitificadas porque são tidas como legítimas, folclóricas, autênticas, puras, que ganham o rótulo de popular quando associadas ao tradicional, mas não quando associadas ao massivo, que é visto pejorativamente. Como alerta Jesús Martin-Barbero, a noção de pureza do popular é um perigo. É uma forma de encarceramento do popular. Uma forma de falar e mostrar apenas aquilo que outro que não ele julga que é bonito, válido, genuíno, legítimo, puro (MARTIN-BARBERO, 2013).

Reconhecer a pluralidade significa também reconhecer a legitimidade desse massivo, da cultura popular transplantada para e reinventada pela sociedade industrial, urbana, moderna e híbrida, que tira uma coisa de seu lugar e a desloca para o outro e que não está sob o controle nem das esquerdas, nem das direitas. “A cultura do mal gosto da gente comum”. Jesús Martin-Barbero, ao estudar as novelas de televisão na América Latina e os programas policialescos que fazem sucesso no Brasil, percebeu que a televisão só é bem-sucedida quando a sociedade se reconhece nela e a sociedade se reconhece nos folhetins, nos dramas particulares, nos crimes passionais, nos enredos policiais. Se a radiodifusão comercial plasma e abusa dessas identidades é porque sabe que para garantir seu faturamento precisa buscar essa associação.

O grande desafio de uma comunicação que se pretende realmente pública não é se identificar plural porque é um mosaico de minorias, mas porque, além disso, consegue se identificar com a cultura popular e massiva sem que isso signifique uma apropriação dessa cultura – como faz o mercado –, mas porque permite a interferência direta do popular, garantindo-lhe espaço para suas narrativas, seus anseios, seus desejos e seu bom “mal gosto”.

A negação ao massivo foi, desde sempre, uma marca dos projetos de radiodifusão e comunicação gestados pelo Estado, tenham ele sido batizados como educativos, estatais ou públicos. A EBC também patina nesse terreno pantanoso. Como já o havia feito antes, a Rádio Nacional AM do Rio de Janeiro que, em 2005, deixou temporariamente de lado suas históricas transmissões de partidas de futebol<sup>297</sup>. Alegou

---

<sup>297</sup> A transmissão de jogos de futebol nas emissoras públicas da EBC, apresentada aqui meramente como um exemplo, é tema para uma discussão mais profunda. A partir de 2013, não apenas a Rádio Nacional voltou a transmitir o futebol, como o conteúdo esportivo passou a marcar presença também na TV Brasil, que enquanto espólio do sistema estatal, a antiga TVE, nunca havia transmitido uma única partida de

que falar com o torcedor de futebol ou com o fiel religioso não deveria ser o papel da comunicação pública, que seu papel seria dedicar suas atenções apenas para a dimensão cidadã das pessoas<sup>298</sup>. O interessante é que, segundo essa mesma filosofia, nunca foram interrompidos os programas musicais que tocavam os cânones do “bom gosto” como Chico Buarque, Baden Powell, Tom Jobim. Seja na discussão sobre religião, seja no caso do futebol, parece fundamental agregar complexidade ao debate sobre os conteúdos exibidos pelas emissoras públicas e sua relação com o próprio público. Restabelecer esses laços cuidando de não eliminar maiorias nem de encarcerar minorias sob o rótulo da “pureza” é passo ainda a ser dado.

Em outubro de 2011, a Ouvidoria da EBC recebeu a mensagem de M.A.<sup>299</sup>. Era um longo e-mail que elogiava a iniciativa do Conselho Curador de retirar os programas religiosos, mas também analisava outros programas exibidos pela TV Brasil. Não é o posicionamento de M.A. em relação aos programas religiosos o que mais chama a atenção em sua mensagem, mas sua crítica à entrevista do *rapper* Emicida que fora ao ar na TV Brasil cerca de um mês antes<sup>300</sup>:

[...] O rapper “Emicida” admitiu que está estudando música para se aprimorar, pois percebeu a existência de um horizonte muito além do RAP (que apesar de significar Rythm and Poetry, tem um ritmo tantalizante, muito primitivo e, salvo alguma exceção que desconheço, nenhuma poesia ou, no máximo “tem” poesia de péssima qualidade). O RAP é apenas uma expressão de angústia e revolta diante das iniquidades que vivemos (**eu sou nascido e criado na Baixada Fluminense; quando criança ultrapassava uma “vala negra” para ingressar na escola, estudando em meio ao cheiro de esgoto, praticamente numa favela...**). Os negros dos guetos dos Estados Unidos, assim como os favelados do Rio, criaram o RAP como resultado da degradação de suas condições de vida! Perderam o nexo com a tradição rural e não se apropriaram do jazz ou do samba [...] O próprio “Emicida” ADMITIU que conheceu coisa melhor e quer se aprimorar (**as novas gerações aprenderão a tocar instrumentos e participarão de**

---

futebol. O canal passou a transmitir os campeonatos das Séries B e C do Campeonato Brasileiro de Futebol, o Mundial Feminino de Futebol, o Campeonato de Futebol Sub-20 e, por último, a Série C do Campeonato Paulista de Futebol. Ou seja, de um extremo ao outro – da ausência total do conteúdo à predominância marcante na programação – o que pauta são os diferentes conceitos de comunicação pública e suas diferentes escalas de valores e objetivos que variam conforme a alternância dos gestores à frente da empresa.

<sup>298</sup> Segundo o *Manual de Redação da Radiobrás*, empresa que depois foi incorporada à EBC, “falar com o cidadão não é o mesmo que falar com o torcedor de futebol ou com o praticamente de alguma religião. Há canais de TV especializados em religião, há aqueles que só tratam de esportes, entre outros. As pessoas têm muitas dimensões na identidade [...] a única que nos importa é a da cidadania” (NUCCI, 2006. p. 41). O Manual de Redação da Radiobrás foi o documento de referência do jornalismo da EBC até a publicação de seu próprio Manual de Jornalismo, em 2014.

<sup>299</sup> M. A. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <ouvidoria@ebc.com.br> em 11 out. 2011 [grifos meus].

<sup>300</sup> A entrevista com o *rapper* Emicida foi ao ar no programa *Segue o Som*, no dia 17 de setembro de 2011. O programa intercalava entrevistas, clipes e notícias do cenário musical brasileiro e internacional.

**Filarmônicas).** Insisto que o RAP está num contexto de maior desumanização: EMICIDA lembra HOMICIDA. NÃO É POR ACASO!

A crítica de M.A. ao RAP não está muito distante do pensamento que tira a religião e o futebol da esfera da cidadania que interessa à comunicação pública. Seguiu a mesma matriz de pensamento de Roquette Pinto que, no início do Século XX, reconheceu no rádio sua capacidade educativa, um meio de “levar o pensamento” para os rincões do país onde as pessoas padeciam “de ignorância” (ROQUETTE-PINTO, 2002-2003). Uma visão que legitima como única forma de conhecimento aquele que parte da metrópole para a periferia, que substitui a música atonal pela tonal, os tambores pelos violinos, a crença e o misticismo pela ciência, enfim uma visão modernizadora da sociedade brasileira. Essa ideia de modernização embute a ideia de que para “melhorar” é preciso sair do lugar do subdesenvolvido (atrasado, místico, pobre e desindustrializado) para colocar-se ao lado do desenvolvido (industrializado, racional, rico).

Não é um mero detalhe o fato de que M.A. se apresente como uma pessoa que conhece bem a realidade sobre a qual discorre porque é de lá – do subdesenvolvimento, da pobreza – a sua origem: “eu sou nascido e criado na Baixada Fluminense”. Mas se diferencia dos seus vizinhos por que conseguiu ultrapassar a “vala negra” que o separava do conhecimento ao “ingressar na escola”, mesmo que fosse “estudando em meio ao cheiro de esgoto”. M.A., em seu esforço de superação das desigualdades, vê seu lugar de origem como um não-lugar. Ao ultrapassar as fronteiras da “Baixada Fluminense” e seu “cheiro de esgoto”, M.A ganhou o direito à voz, tornou-se aceito, tornou-se visível. A “vala negra”, refutada por ele, é o lugar da invisibilidade e remete à noção das “linhas abissais”, proposta por Boaventura de Souza Santos<sup>301</sup>:

As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo ‘deste lado da linha’ e o universo ‘do outro lado da linha’. A divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção aceite de inclusão considera como sendo o Outro.

A mensagem de M.A. parece ser a de uma pessoa que não se conforma com a “oportunidade” oferecida pela TV Brasil ao *rapper* Emicida, que devolveu ao seu

---

<sup>301</sup> SANTOS, B. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B.; MENESES, M. P. (org.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 32.

cotidiano uma cultura tida como primitiva, subdesenvolvida, periférica, que ele já tinha deixado para trás. Apesar da longa argumentação contra o estilo musical de Emicida, a carta de M.A. não trouxe maiores repercussões. Emicida continuou sendo convidado a cantar e a dar entrevistas na TV Brasil (Ainda bem!). Mas o desconforto de M.A. em relação a um segmento musical que ele prefere manter invisível, do outro lado da “vala negra”, é exemplo que vem a calhar para a reflexão sobre a diversidade.

Ao contrário de algumas propostas apresentadas no debate sobre os programas religiosos, como a de distribuir o tempo de transmissão de acordo com o número de fieis de cada religião, a diversidade não consegue ser contabilizada. Os censos não conseguem abarcar toda a gama de misturas, de hibridizações, de acúmulos e descartes que se passam em uma sociedade, ainda mais em uma sociedade globalizada e midiaticizada.

No entanto, é possível reconhecer, por meio da mensagem de M.A., as grandes linhas de pensamento hegemônico que operam no sentido de se manterem hegemônicos, portanto, únicos. Isso acontece em relação à religiosidade, nas expressões estéticas, na definição do que é conhecimento válido e o que não é. O desconforto de M.A. em relação à música que poderia ser dele em detrimento da música que vem da Europa é um exemplo claro de como funcionam os processos de construção de hegemonia. Não apenas no sentido do opressor que impõe sua concepção de mundo, mas do oprimido que toma emprestada a concepção do outro por submissão e subordinação intelectual (GRAMSCI, 2006).

Mas o que interessa aqui, principalmente, é a presença do conteúdo. O simples fato de ser exibido o programa com o Emicida, exigiu que M.A. (que talvez preferisse ouvir uma filarmônica) conhecesse melhor o trabalho do *rapper*, sua proposta de hibridização de ritmos e sua disposição em se deixar influenciar pelo samba. Mesmo a contragosto de M.A., diminuíram as distâncias entre a “filarmônica” (como um exemplo de música boa) e o RAP porque esse último tornou-se visível, válido, reconhecido. É justamente no sentido de presença, ou melhor, no de “copresença radical” que me apego para a construção de soluções que possam, de fato, mirar na diversidade e não na

hegemonia, o que só é possível a partir de processos de inclusão, e não o contrário. Para Boaventura<sup>302</sup>, a “copresença radical” é condição para a superação das “valas negras”:

A primeira condição para um pensamento pós-abissal é a copresença radical. A copresença radical significa que práticas e agentes de ambos os lados da linha são contemporâneos em termos igualitários. A copresença radical implica conceber simultaneidade como contemporaneidade, o que só pode ser conseguido abandonando a concepção linear de tempo. Só assim será possível ir além de Hegel (1970), para quem ser membro da humanidade histórica – isto é, estar deste lado da linha – significava ser um grego e não um bárbaro no século V a.C., um cidadão romano e não um grego nos primeiros séculos da nossa era, um cristão e não um judeu na Idade Média, um europeu e não um selvagem do Novo Mundo no século XVI, e, no século XIX, um europeu (incluindo os europeus deslocados da América do Norte) e não um asiático, parado na história, ou um africano que nem sequer faz parte dela.

Quando a EBC se propõe a ser um espelho do Brasil, se compromete a ser uma empresa pública, que se propõe aproximar crenças e descrenças, estéticas arcaicas e contemporâneas, tradições e inovações. Quando decide pela eliminação de um conteúdo, sem se dar conta da importância que tal conteúdo pode ter para boa parte da comunidade que ela pretende representar, ela se aproxima do poder estatal, porque se propõe a “educar”, a determinar qual conhecimento é válido, qual deve ser banido. Quando, além de propor a exclusão, deixa de ouvir a demanda de grupos oprimidos, excluídos e invisíveis, como os praticantes de religiões afro-brasileiras, ela é omissa. Completa o trabalho de operar contra a construção de uma copresença radical, perde a oportunidade de construir pontes sobre os abismos que separam a hegemonia dos evangélicos e católicos e as tradições africanas, indígenas, orientais e, até, ocidentais, como é o caso do ateísmo. Mantém parte da diversidade invisível e não atua para resolver o problema visível da intolerância contra grupos minoritários, religiosos ou não.

Construir soluções de copresença radical exige exercício árduo inclusive para, frente à infinita diversidade, reconhecer quais convivências podem ser mais revolucionárias para a construção de valores contrários à exclusão. É a absurda e ilimitada dimensão da diversidade que torna tão complexo a construção de acordos. A discussão travada no Conselho Curador da EBC não consegue, inicialmente, perceber essa dimensão. As discussões ficaram restritas aos grandes grupos religiosos. Católicos são vistos como um único grupo, como se a linha Carismática e a Teologia da Libertação fossem uma só. Protestantes também são vistos como homogêneos, como se

---

<sup>302</sup> SANTOS, B. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B.; MENESES, M. P. (org.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 54.

adventistas e metodistas tivessem a mesma identidade de iurdianos ou batistas. E que dentro de cada um desses grupos haverá outros desdobramentos: ricos e pobres, alfabetizados funcionais e doutores, incluídos e excluídos.

Para ir além, é preciso enfrentar o olhar dicotômico que permite a M.A. condenar o estilo de musical de Emicida e que permitiu, no caso do Conselho Curador, repudiar todas as práticas religiosas. Reconhecer a legitimidade do sagrado é um primeiro passo. O seguinte é refletir sobre quais os conhecimentos e práticas que, uma vez tornados visíveis, podem repetir o desconforto sentido por M.A. frente à entrevista com Emicida? Pode parecer, mas não é só um exercício de provocação. Responder a questões como essa pode ajudar a construir processos de inclusão e de convivência prioritários para tornar a sociedade brasileira menos intolerante. Talvez, na operacionalização disso fique claro que, antes do hinduísmo ou do budismo, será importante garantir a visibilidade de outras religiosidades marcadas por processos de intolerância e opressão. Talvez, a reflexão sobre o desconforto aponte para soluções em que a religiosidade hegemônica precise conviver não com outra religiosidade, mas com a não-religiosidade trazida, por exemplo, na discussão sobre gênero e direitos reprodutivos.

Diferente da solução que garante que a laicidade em uma escola ou em um tribunal pode ser estruturada com a da retirada de um professor, no caso da escola, ou de um juiz ou crucifixo da parede, no caso de um tribunal, a construção da laicidade em um sistema de radiodifusão pode passar justamente pelo caminho inverso. Não a laicidade pela ausência, mas a laicidade pela copresença radical. Foi essa a solução apontada pela Audiência Pública que resultou nos programas *Retratos de Fé e Além do Bem e do Mal*. Mas, como avaliou o padre Marcos, a solução foi tímida.

Para representar a pluralidade brasileira é preciso estar perto da sociedade brasileira, reconhecer seus problemas, ouvir suas demandas e, renunciar ao papel de normatizador cultural, de ser uma ferramenta de manutenção de hegemonias. Só assim, a comunicação pública será, de fato, pública.

Ao comentário do diretor da EBC que observou que o telespectador que criticava a programação religiosa da EBC poderia mudar de canal, houve uma réplica da Ouvidoria que tornava explícita a concordância daquela instância com os argumentos

que pediam a retirada dos programas religiosos. Nessa resposta, a analogia traçada foi com as salas dos tribunais (OUVIDORIA, mar. 2009)<sup>303</sup>:

Não considero inconsistente o motivo alegado pelo cidadão. Recentemente, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Sveiter, mandou retirar os crucifixos que eram tradicionalmente afixados nas salas daquele órgão público [...]. O que Sveiter fez foi romper com uma hegemonia que ia de encontro ao princípio constitucional da igualdade de direitos. Essa fala fica árida, e até antipática, quando circunscrita no discurso jurídico, mas traduzida para o cotidiano significa a garantia de que todos terão oportunidade [...] Diante disso, a TV BRASIL está com um problema para ser resolvido. E me parece que o cidadão tem toda razão. Não é mais o caso de sermos pessoalmente contra ou a favor de manter os três programas religiosos na grade - Reencontro, Palavras da vida e A Santa missa. Trata-se, a meu ver, de cumprir um imperativo legal que o cidadão reivindica com legitimidade.

Ao assumir o discurso da laicidade como ausência de religiosidade, o posicionamento da Ouvidoria não se dá conta de que poderia iniciar um processo de exclusão, dando prioridade a uma audiência com outros valores em detrimento de outra que, apesar de representar uma maioria, não conseguiu se fazer ouvir pelos canais de participação da EBC. A lógica da exclusão não é intencional. O assombro do comentário final da mensagem da Ouvidoria<sup>304</sup> enviada em resposta à direção da EBC mostra isso com transparência:

[...] Creio que sob nenhum aspecto a resposta deve passar pela "opção do telespectador de mudar de canal". Tudo o que nós, TV pública, queremos, é que o cidadão não faça isso .

Ter a clareza de que tudo o que a TV pública não precisa é que o cidadão mude de canal pode ser um bom começo para permitir que a EBC e suas emissoras concretizem a promessa de refletir a diversidade da sociedade brasileira. É urgente que o público seja, para a comunicação pública, para a EBC e suas emissoras, um Prezado Público.

---

<sup>303</sup> OUVIDORIA. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal] enviada de <[ouvidoria@ebc.com.br](mailto:ouvidoria@ebc.com.br)> em resposta ao comentário da Diretoria da EBC, em 25 mar. 2009.

<sup>304</sup> Idem, ibidem.

## BIBLIOGRAFIA

### Livros e artigos variados

- APPADURAI, A. O medo ao pequeno número: Ensaio sobre a geografia da raiva. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2009.
- ARAÚJO, J. Z. O negro na dramaturgia, um caso exemplar da decadência do mito da democracia racial brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 979-985, 2008.
- ARTICLE 19. Brazil mission statement on the state of freedom of expression. São Paulo/London, August, 2007. Disponível em: <[www.article19.org/data/files/pdfs/publications/brazil-mission-statement.pdf](http://www.article19.org/data/files/pdfs/publications/brazil-mission-statement.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2016.
- ASAD, T. A construção da religião como uma categoria antropológica. **Cadernos de Campo**, São Paulo: USP, v. 19, n. 10, 2010. Disponível em: <[www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/44990/48602](http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/44990/48602)>. Acesso em: 19 nov. 2016.
- \_\_\_\_\_. **Formation of the secular: christianity, islam, modernity**. Stanford: Stanford University Press, 2003.
- BOLAÑO, C. **Indústria Cultural: Informação e Capitalismo** – São Paulo: Hucitec/Polis, 2000.
- BOLAÑO, C.; BRITTOS V. TV pública, políticas de comunicação e democratização: movimentos conjunturais e mudança estrutural. **Eptic Revista eletrônica internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Culutra**, v. 10, n. 3, 2008. Disponível em: <[www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/199](http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/199)>. Acesso em: 4 nov. 2012.
- BOSI, A. **A dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/70414587/BOURDIEU-Pierre-O-poder-simbolico>>. Acesso em: 16 jan. 2016.
- BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante: o saber da partilha**. Aparecida (SP): Ideias & Letras, 2006.
- BRITTOS, V. C. A participação do Estado no mercado de TV por assinatura. 1999. **Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação/Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)**. Disponível em: <[www.bocc.ubi.pt/pag/brittos-valerio-estado-tv-assinatura.pdf](http://www.bocc.ubi.pt/pag/brittos-valerio-estado-tv-assinatura.pdf)>. Acesso em: 27 nov. 2013.
- \_\_\_\_\_. Multiplicidade e globalização na TV brasileira. **Eptic Revista eletrônica internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Culutra**, v. 2, n. 1, 2000.
- BUCCI, E. **Em Brasília, 19 horas: a guerra entre a chapa-branca e o direito à informação no primeiro governo Lula**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- CAMPANTE, R. G. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 153-193, 2003. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582003000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582003000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 06 jul. 2016.
- CAMPOS, L. S. **Teatro, templo e mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal**. Petrópolis/São Paulo/São Bernardo do Campo: Vozes/Simpósio/Umesp, 1997.

- \_\_\_\_\_. Evangélicos, pentecostais e carismáticos na mídia radiofônica e televisiva. **Revista USP**, São Paulo, n. 61, p. 146-163, mar./mai. 2004. Disponível em: <[www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/13327/15145](http://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/13327/15145)>. Acesso em: 25 jul. 2016.
- CANCLICNI, N. G. **Diferentes, desiguais e desconectados**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- CARRANZA DÁVILA, B. M. **Movimentos do catolicismo brasileiro: cultura, mídia, instituição**. 2005. 575 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <[www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=vtls000373145](http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=vtls000373145)>. Acesso em: 26 jul. 2016.
- CHAUÍ, M. **Fundamentalismo religioso: a questão do poder teológico-político**. In: Filosofia política contemporânea: controvérsias sobre civilização, império e cidadania. Atilio A. Boron. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). São Paulo: Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. Abril, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/filopolconbr/Chauí.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2012.
- CUNHA, M. N. **Vinho novo em odres velhos: um olhar comunicacional sobre a explosão gospel no cenário religioso evangélico no Brasil**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- DAHL, R. A. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Edusp, 2005. p. 25-50 (Clássico 9).
- DESCARTES, R. **Discurso do método: para bem conduzir a própria razão e procurar a verdade nas ciências**. Trad. Thereza Christina Stummer. São Paulo: Paulus, 2002.
- ELIADE, M. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FAORO, R. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. **Revista USP**, nº 17, 1993, pp. 14-29. Disponível em: <[www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25950/27681](http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25950/27681)>. Acesso em: 26 jul. 2016.
- \_\_\_\_\_. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. V. 1-2. 10 ed. São Paulo: Globo/Publifolha, 2000.
- FERREIRA, P. **Programação católica na TV brasileira**. VI Conferência Brasileira de Comunicação Eclesial, Universidade Metodista de São Paulo, 2011. Disponível em: <[www2.metodista.br/unesco/1\\_Eclesiocom%202011/Arquivos/Resumos/11.Programa%C3%A7%C3%A3o%20Cat%C3%B3lica%20Paulo%20Ferreira.pdf](http://www2.metodista.br/unesco/1_Eclesiocom%202011/Arquivos/Resumos/11.Programa%C3%A7%C3%A3o%20Cat%C3%B3lica%20Paulo%20Ferreira.pdf)>. Acesso em: 26 jul. 2016.
- PEREIRA FILHO, J. J. **A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e o desafio da participação social: estudo sobre o Conselho Curador**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- FUNDAÇÃO Perseu Abramo e Instituto Rosa de Luxemburgo. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. Intolerância e respeito às diferenças sexuais. Jun. 2008. Disponível

em: <<http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisa-lgbt.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

- GOHN, M. G. Participação de representantes da sociedade civil na esfera pública na América Latina. **Política & Sociedade**, v. 10, n. 18, abr. 2011. doi:10.5007/2175-7984.2011v10n18p233. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2011v10n18p233>>. Acesso em: 19 jul. 2016.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. V.1
- GUEDES, M. (Stela Guedes Caputo). **Educação em terreiros e como a escola se relaciona com crianças que praticam candomblé**. 2005. Tese (Doutorado em Educação). Departamento de Educação, Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2005.
- GUSTAVE, B. **Psicología de las masas: estudio sobre la psicología de las multitudes (1895)**. Buenos Aires: 2004. Disponível em: <[http://www.laeditorialvirtual.com.ar/pages/LeBon/LeBon\\_PsicologiaDeLasMasas.htm](http://www.laeditorialvirtual.com.ar/pages/LeBon/LeBon_PsicologiaDeLasMasas.htm)>. Acesso em: 15 out. 2012.
- HERZ, D. **Democratização da Comunicação: a luta após a derrota na Constituinte**. (S.I), jun. 1988. Disponível em: <[www.danielherz.com.br/node/293](http://www.danielherz.com.br/node/293)>. Acesso em: 27 fev. 2015.
- \_\_\_\_\_. **A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Tchê, 1986.
- HISTÓRIA DA UNIVERSAL. **Igreja Universal do Reino de Deus**. Disponível em: <[www.universal.org/institucional/historia-da-universal.html](http://www.universal.org/institucional/historia-da-universal.html)>. Acesso em: 25 jul. 2016.
- HOLSTON, J. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- HUERGO, J. **La popularización de la Ciencia y la tecnología**. Interpelaciones desde la Comunicación. RED-POP – Cono Sur. La Plata, 2001. Disponível em <[www.redpop.org/actividades/publicaciones-y-documentos/la-popularizacion-de-la-ciencia-y-la-tecnologia/](http://www.redpop.org/actividades/publicaciones-y-documentos/la-popularizacion-de-la-ciencia-y-la-tecnologia/)> Acessado em: 26 jul. 2016.
- IBGE. **Atlas do Censo Demográfico 2010**. Diversidade cultural: religião. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>>. Acesso em: 25 jul. 2016.
- INGOLD, T. **The Perception of environment: essays on living hood, dwelling and skill**. Taylor&Francis e-Library, 2002.
- JACOB, C. R. et all. **Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil**. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. PUC-Rio/Loyola, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Religião e território no Brasil: 1991/2010**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2013.
- KLEIN, A. **Imagens e culto e imagens da mídia: interferências midiáticas no cenário religioso**. São Paulo: PUC-SP, 2004.
- LEAL FILHO, Laurindo. **A melhor TV do mundo: o modelo britânico de televisão**. São Paulo: Summus, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Atrás das câmeras: relações entre Cultura, Estado e Televisão**. São Paulo: Summus, 1988
- LEFEBVRE, H. **La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones**. México: Fundo de Cultura Econômica, 2006.
- \_\_\_\_\_. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

- LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia Estrutural II**. 4 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.
- LIMA, E. C. **Formação da Rede Vida de Televisão: entre a política brasileira de concessões televisivas e as diretrizes católicas de comunicação social, 1989-1995**. 2010. 170 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2010. Disponível em: <<http://polo3.assis.unesp.br/posgraduacao/teses/historia/Eduardo%20Lima.pdf>>. Acesso em 26 jul. 2016.
- LIMA, Venício A. de. **Os mídia e o cenário de representação da política**. Lua Nova, São Paulo, n.38, p.239-271, Dez. 1996. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451996000200012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451996000200012&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 17 jun. 2014.
- \_\_\_\_\_. **Liberdade de expressão x Liberdade da imprensa: Direito à comunicação e democracia**. 2ª ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.
- LIN, N. S. Y. **Participação popular no legislativo federal: um estudo de seus mecanismos institucionais: emendas populares no processo constituinte, iniciativa popular de lei e Comissão de Legislação Participativa (CLP)**. 2010. 195 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <[www.plataformademocratica.org/Publicacoes/21226.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/21226.pdf)>. Acesso em: 19 jan. 2016.
- LYRA, R. P. **As vicissitudes da democracia participativa no Brasil**. Disponível em: <[www.plataformademocratica.org/Publicacoes/9904.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/9904.pdf)>. Acesso em: 19 jan. 2016.
- MACHADO, P. A ouvidoria na Agência Brasil. In: PAULINO, F. O.; SILVA, L. M. (orgs.). **Comunicação pública em debate: ouvidoria e rádio**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.
- MARQUES, J. **A Ouvidoria da EBC**. Publicado em: 03 abr. 2014. Disponível em: <[www.ebc.com.br/institucional/ouvidoria/noticias/2014/04/a-ouvidoria-da-ebc](http://www.ebc.com.br/institucional/ouvidoria/noticias/2014/04/a-ouvidoria-da-ebc)>. Acesso em: 07 jul. 2016.
- MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013
- MENDEL, T.; SALOMON, E. **O ambiente regulatório para a radiodifusão: uma pesquisa de melhores práticas para os atores-chave brasileiros**. Brasília: Unesco, 2011. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001916/191622por.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2015.
- MIOLA, E. **Sistema deliberativo e tensões entre interesses públicos e privados: a criação da Empresa Brasil de Comunicação em debate no congresso e na imprensa**. 2012. 294 f. Tese (Doutorado em Comunicação). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- MONTAIGNE, M. Dos canibais. In: **Os ensaios**. São Paulo: Abril, 1972.
- \_\_\_\_\_. Dos costumes. In: **Os ensaios**. São Paulo: Abril, 1972.
- MOYSÉS, D.; BRANT, J.; PRAZERES, M. (coord.). **Contribuições para a construção de indicadores do direito à comunicação**. São Paulo: Interozes Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2010.
- NUCCI, C. (org.). **Manual de redação da Radiobrás**. Brasília: Radiobrás. 2006.
- OROZCO, G. Hacia una cultura de participación televisiva de las audiencias. Ideas para su fortalecimiento. **Comunicação, Mídia e Consumo**. São Paulo: ESPM, n.19, jul. 2010.

- PAULINO, F. O.; SILVA, L. M. (orgs.). **Comunicação pública em debate**: ouvidoria e rádio. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.
- PEW RESEARCH. Liberdade religiosa. Disponível em: [www.pewforum.org/2015/02/26/restrictions-and-hostilities-in-the-most-populous-countries-2013/](http://www.pewforum.org/2015/02/26/restrictions-and-hostilities-in-the-most-populous-countries-2013/)>. Acesso em: 26 jul. 2016.
- PRANDI, R. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 18, n. 52, p. 225, set-dez. 2004. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000300015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300015)>. Acesso em: 26 jul. 2016.
- RAMOS, M. C. Às margens da estrada do futuro: comunicações, políticas e tecnologia. Brasília: Coleção FAC Editorial Eletrônica. 2000. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/InfDoc/novoconteudo/acervo/Temas/MuriloCesarRamos.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2016
- \_\_\_\_\_. **Comunicação, direitos sociais e políticas públicas**. In: Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.
- \_\_\_\_\_. A força de um aparelho privado de hegemonia. In: BOLANO, C. R. S; BRITTOS, V. C. **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2005, p. 57-76.
- \_\_\_\_\_. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação**. São Bernardo do Campo (SP): Umesp, 2005.
- \_\_\_\_\_. Possibilidade de uma nova agenda para as políticas de comunicação na América Latina. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 4, n. 4, nov. 2010. Disponível em: [www.reciis.cict.fiocruz.br/index.php/receis/article/viewArticle/406/651](http://www.reciis.cict.fiocruz.br/index.php/receis/article/viewArticle/406/651)>. Acesso em: 16 jul. 2012.
- RAMOS, M. EBC: os avanços e os desafios depois de meia década. **Revista Eptic Online**. UFSE, v. 15, n. 2, 2013, p. 6-11. Entrevista concedida a Ivonete da Silva Lopes. Disponível em: [www.seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/935/827](http://www.seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/935/827)>. Acesso em: 23 fev. 2015.
- RAMOS, Murilo C.; SANTOS, Suely (org.). Políticas de comunicação: buscas teóricas e práticas. São Paulo: Editora Paulus, 2007
- ROBINSON, R. K. Casting and caste-ing: reconciling artistic freedom and antidiscrimination norms. **California Law Review**, 95.1, p. 1-73, 2007.
- ROQUETTE-PINTO, V. Roquette-Pinto, o rádio e o cinema educativos. **Revista USP**, São Paulo, n. 56, p. 10-15, dez./fev. 2002-2003. Disponível em: [www.usp.br/revistausp/56/02-veraregina.pdf](http://www.usp.br/revistausp/56/02-veraregina.pdf)>. Acesso em: 21 abr. 2015.
- ROUSSEAU, J.-J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Abril, 1973.
- SAID, E. W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SADER, E. Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- SAHLINS, M. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- SAMUELS, D. Financiamento de campanhas no Brasil e propostas de reforma. In: SOARES, G. A. D.; RENNÓ, L. R. **Reforma Política**: lições da história recente. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 133 a 153.

- SANTOS, B. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B.; MENESES, M. P. (org.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- SCHMIDT, G. **TV brasileira**: o novo púlpito da Igreja Eletrônica. 2008. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Comunicação Social (FAMECOS), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- SIBILIA, Paula. **El hombre postorgánico**. Cuerpo, subjetividade y tecnologías digitales. Fondo de Cultura Económica, p. 57-100.
- SIMÕES, I. **A nossa TV brasileira**: por um controle social da televisão. São Paulo: Senac, 2004.
- SODRÉ, N. W. **A história da imprensa no Brasil**. 4 ed. (atualizada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOUSA, M. G. Cartesianismo e ilustração. **Analytica**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 1998.
- SOUZA, C. M. **Pelas ondas do rádio**: cultura popular, camponeses e o rádio nos anos 1960. São Paulo: Alameda, 2013.
- SOUZA, R. P. **Batuque na cozinha, Sinhá num quer!** Repressão e resistência cultural dos cultos afro-brasileiros no Rio de Janeiro (1870-1890) – 2010. 145 f. Dissertação (Mestrado) –, Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- TAVOLARO, D. **O bispo, a história revelada**. São Paulo: Larousse, 2007.
- TILLICH, P. The protestant era. Chicago, University of Chicago Press, 1943. Disponível em <<https://archive.org/details/protestantera009841mbp>>. Acesso em 26 jul. 2016.
- VALENTE, J. **TV Pública no Brasil**. A criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira. 2009. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- VIEYRA, Pe. A. Sermão da Visitação de Nossa Senhora. In: Sermoens do P. Antonio Vieyra da Companhia de Jesus, visitador da Provincia do Brasil, Prégador de Sua Magestade, Sexta Parte. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes, 1640. Disponível em: <[www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01952580#page/409/mode/lup](http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01952580#page/409/mode/lup)>. Acesso em 26 jul. 2016.
- VIULA, Ricardo. **A TV de todos os santos está no ar**: o debate sobre a diversidade religiosa na Empresa Brasil de Comunicação. Brasília: Monografia (Graduação em Comunicação). Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <<http://bdm.unb.br/handle/10483/?mode=full>> Acesso em 05 nov. 2015

## Reportagens

- AGÊNCIA BRASIL. Terreiro de Candomblé é incendiado no Distrito Federal. **Agência Brasil**, 27 nov. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-11/terreiro-de-candomble-e-incendiado-no-paranoa>>. Acesso em: 26 jul. 2016.
- ALBUQUERQUE, F. Gilberto Gil anuncia fórum nacional para discutir TV pública. **Agência Brasil**, 14 set. 2006. Disponível em: <<http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2006-09-14/gilberto-gil-anuncia-forum-nacional-para-discutir-tv-publica>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

- AMARAL, R. Lula promete conversar mais com imprensa e congresso em 2007. **G1. Globo.com**, 22 dez. 2006. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,AA1397783-5601,00-LULA+PROMETE+CONVERSAR+MAIS+COM+IMPrensa+E+CONGRESSO+EM.html>> Acesso em: 10 jul. 2016.
- ANDRADE, J.; REBELO, M. Associações comentam decisão de fundir Radiobrás e TVE para construir rede pública. **Agência Brasil**, 8 mai. 2007. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2007-05-08/associacoes-comentam-decisao-de-fundir-radiobras-e-tve-para-construir-rede-publica>>. Acesso em: 15 jul. 2016.
- AZEVEDO, R. Parabéns, fiéis da Canção Nova! Edinho Silva e Chalita perdem seus respectivos programas na emissora; O movimento “#CançãoNovaSemPT” venceu! Ou: Lobo em pele de cordeiro. **Veja.com**, 21 nov. 2011. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/parabens-fieis-da-cancao-nova-edinho-silva-e-chalita-perdem-seus-respectivos-programas-na-emissora-o-movimento-%E2%80%9Ccancaonovasempt%E2%80%9D-venceu-ou-lobo-em-pele-de-cordeiro/>>. Acesso em: 01 fev. 2016.
- \_\_\_\_\_. Proibição de aluguel de programas na TV irrita evangélicos. **Veja.com**, 04 jun. 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/proibicao-de-aluguel-de-programas-na-tv-irrita-evangelicos/>>. Acesso em: 25 jul. 2016.
- BOECHAT, B. Estudante agredida por intolerância religiosa dentro de escola não quer voltar ao colégio. **Extra/Globo.com**, 30 set. 2015. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/brasil/estudante-agredida-por-intolerancia-religiosa-dentro-de-escola-nao-quer-voltar-ao-colegio-17650415.html>>. Acesso em: 26 jul. 2016.
- BRUM, E. A dura vida dos ateus em um Brasil cada vez mais evangélico. **Revista Época**, 14 nov. 2011. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2011/11/dura-vida-dos-ateus-em-um-brasil-cada-vez-mais-evangelico.html>>. Acesso em: 26 jul. 2016.
- BUCCI, E. Comunicação pública e cultura democrática. **Observatório da Imprensa**, 06 ago. 2009. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/portal/content/comunica%C3%A7%C3%A3o-p%C3%BAblica-e-cultura-democr%C3%A1tica>>. Acesso em: 23 jul. de 2016.
- \_\_\_\_\_. Sem independência, não há TV pública. **Observatório da Imprensa**, ed. 474, 01 mar. 2008. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/sem-independencia-nao-ha-tv-publica/>>. Acesso em: 10 jul. 2016.
- \_\_\_\_\_. TV Pública é TV Laica. **Estadão**, 04 abr. 2011. Disponível em: <<http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,tv-publica-e-tv-laica-imp-,702749>>. Acesso em: 21 jul. 2016.
- \_\_\_\_\_. BUCCI, E. A audiência na TV Pública. **Observatório da Imprensa**, 27 mar. 2009a, ed. 530. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/a-audiencia-na-tv-publica/>>. Acesso em 26 jul. 2016
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Câmara aprova TV pública e vota destaques nesta quarta. **Agência Câmara**, 19 fev. 2008. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/117439-CAMARA-APROVA-TV-PUBLICA-E-VOTA-DESTAQUES-NESTA-QUARTA.html>>. Acesso em 26 jul. 2016.
- CONTRERA, M. Ontem, hoje e amanhã: sobre os rituais midiáticos. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**. Brasil, v. 1, n. 28, 2006. Disponível em: <<http://revistas.univerciencia.org/index.php/famecos/article/view/456/383>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

- COSTA, H. Executivo deve indicar conselho e diretoria. **Observatório do Direito à Comunicação**, 24 jul. 2007. Disponível em: <<http://fndc.org.br/clipping/executivo-deve-indicar-conselho-e-diretoria-169368/>>. Acesso em: 15 jul. 2016.
- COSTA, P. Justiça proíbe livro de Edir Macedo sobre cultos afros. **Consultor Jurídico**, 9 nov. 2005. Disponível em: <[www.conjur.com.br/2005-nov-09/justica-proibe-livro-edir-macedo-cultos-afros](http://www.conjur.com.br/2005-nov-09/justica-proibe-livro-edir-macedo-cultos-afros)>. Acesso em: 26 jul. 2016.
- DANTAS, E. Os católicos contra-atacam. **Revista Época**, ed. 271, 28 jul. 2003 (atualizado em 02 set. 2009). Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI39041-15228,00.html>>. Acesso em: 25 jul. 2016.
- DINES, A. A novela da falsa TV pública. **Observatório da Imprensa**, ed. 424, 15 mar. 2007. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/a-novela-da-falsa-tv-publica/>>. Acesso em: 10 jul. 2016.
- DINIZ, L. O estado laico em xeque. **Observatório da imprensa**. Disponível em: <[http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/o\\_estado\\_laico\\_em\\_xeque/](http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/o_estado_laico_em_xeque/)>. Acesso em: 26 jul. 2016.
- FILGUEIRAS, S. Para estudioso, educativas devem ter 4 fontes de verba. **O Estado de S. Paulo**, 15 mar. 2007. Disponível em: <[www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/326031/complemento\\_2.htm?sequence=3](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/326031/complemento_2.htm?sequence=3)>. Acesso em 10 jul. 2016.
- FNDC. Abert apoia iniciativa do ministro. **FNDC**, 14 mar. 2007. Disponível em: <<http://fndc.org.br/clipping/abert-apoia-iniciativa-do-ministro-140752/>>. Acesso em: 10 jul. 2016.
- \_\_\_\_\_. Costa entrega ao Planalto projeto de R\$ 250 mi para rede de TV do Executivo. **FNDC**, 13 mar. 2007. Disponível em: <<http://fndc.org.br/clipping/costa-entrega-ao-planalto-projeto-de-r-250-mi-para-rede-de-tv-do-executivo-140362/>>. Acesso em: 10 jul. 2016.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Cultura quer rede pública, não estatal. **FNDC**, 29 mar. 2007. Disponível em: <<http://fndc.org.br/clipping/ministerio-da-cultura-quer-rede-publica-nao-estatal-145222/>>. Acesso em: 10 jul. 2016.
- FORBES. Edir Macedo & Family. **The World's Billionaries 2015**. Disponível em: <[www.forbes.com/profile/edir-macedo/](http://www.forbes.com/profile/edir-macedo/)>. Acesso em: 31 jan. 2016.
- FÓRUM NACIONAL DE TVS PÚBLICAS. Carta de Brasília (Manifesto pela TV Pública independente e democrática). **Carta Maior**, 11 mai. 2007. Disponível em: <[www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Leia-na-integra-a-Carta-de-Brasilia/5/13076](http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Leia-na-integra-a-Carta-de-Brasilia/5/13076)>. Acesso em: 27 fev. 2015.
- FRANCO, B. M. et all. Aliados querem indicar para conselho da TV Pública. **O Globo/Agência Brasil**, 29 nov. 2007. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/brasil/aliados-querem-indicar-para-conselho-da-tv-publica-646217.html>>. Acesso em: 14 jul. 2016.
- FUNDAÇÃO Perseu Abramo e Instituto Rosa de Luxemburgo. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. Intolerância e respeito às diferenças sexuais, jun. 2008. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisa-lgbt.pdf> >. Acesso em: 26 jul. 2016.
- G1. GLOBO.COM. Criança é vítima de intolerância religiosa no Rio. **G1. Globo.com**, 16 jun. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/crianca-e-vitima-de-intolerancia-religiosa-no-rio.html>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

- \_\_\_\_\_. Para chefe da TVE, Rede Pública já existe. **G1. Globo.com**, 18 mar. 2007. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,AA1492131-5601,00.html>>. Acesso em: 10 jul. 2016.
- JUNGBLUT, C; VASCONCELOS, A. Amorim convoca o embaixador da Venezuela. **O Globo**, 27 mar. 2007. Disponível em: <[www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/405772/complemento\\_2.htm?sequence=3](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/405772/complemento_2.htm?sequence=3)>. Acesso em: 10 jul. 2016.
- KAFRUNI, S. Bispo Edir Macedo, agora, é banqueiro. **Correio Braziliense**, 6 jul. 2013. Disponível em: <[www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2013/07/06/internas\\_economia,375458/bispo-edir-macedo-agora-e-banqueiro.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2013/07/06/internas_economia,375458/bispo-edir-macedo-agora-e-banqueiro.shtml)>. Acesso em: 31 jan. 2016.
- KLEIN, C. Aluguel corresponde a 20% da receita das emissoras. **Valor Econômico**, 05 jun. 2012. Disponível (para assinantes) em: <[www.valor.com.br/politica/2692090/aluguel-corresponde-20-da-receita-das-emissoras](http://www.valor.com.br/politica/2692090/aluguel-corresponde-20-da-receita-das-emissoras)>. Acesso em: 25 jul. 2016.
- LEITE, F.; FREIRE, S. Para padre Marcelo, *show*-missa revoluciona Igreja. **Folha de S. Paulo**, 02 nov. 2000. Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u13637.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u13637.shtml)>. Acesso em: 01 fev. 2016.
- LIMA, V. Regulação em debate: três boas notícias. **Observatório da Imprensa**. São Paulo, ed. 613, 26 out. 2010. Disponível em: <[www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/tres-boas-noticias](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/tres-boas-noticias)>. Acesso em: 26 fev. 2015.
- LIMA, V. O que aconteceu com as propostas da Confecom? Carta Maior. 21 mai. 2010. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Coluna/O-que-aconteceu-com-as-propostas-da-Confecom-/22205>>. Acesso em: 28 jul. 2016.
- LIMA, V.; LOPES, C. **Coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004)**: as autorizações de emissoras como moeda de barganha política. Campinas/São Paulo: PROJOR-Instituto para o desenvolvimento do jornalismo/Observatório da Imprensa, 2007. Disponível em: <[http://observatoriodaimprensa.com.br/download/Coronelismo\\_eletronico\\_de\\_novo\\_tipo.pdf](http://observatoriodaimprensa.com.br/download/Coronelismo_eletronico_de_novo_tipo.pdf)>. Acesso em: 21 abr. 2015.
- LOBATO, E. Governo defende TV estatal para “mostrar suas ideias”. **Folha de S. Paulo**, 14 mar. 2007. Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1403200702.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1403200702.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2016.
- MARIONI, B. Por autonomia financeira, EBC luta por recursos públicos. **Intervozes/Carta Capital**, 13 dez. 2013. Disponível em: <[www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/ebc-luta-por-recursos-publicos-que-garantam-autonomia-financiera-6777.html](http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/ebc-luta-por-recursos-publicos-que-garantam-autonomia-financiera-6777.html)>. Acesso em: 05 mar. 2015.
- MARTINS, M. Artigo 223 coloca em xeque papel do Estado e do Mercado. **Observatório do Direito à Comunicação**. 9 out. 2008. Disponível em: <[www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=21939](http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=21939)>. Acesso em: 23 fev. 2015.
- MAZZI, C. RJ: Aluno é impedido de frequentar escola com guias de candomblé. **UOL Educação**. 03 set. 2014. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2014/09/03/rj-aluno-e-impedido-de-frequentar-escola-com-guias-de-candomble.htm>>. Acesso em 26 jul. 2016.
- MEDEIROS, J. e SILVA, A. As noivas dos deuses sanguíneos. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 15 set. 1951, n. 48, ano XXIII. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 26 jul. 2016.
- MENEZES, M. Franklin diz que TV pública terá ‘bala na agulha’. **O Globo**, 10 abr. 2007. Disponível em:

- <[www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/405956/noticia.htm?sequence=1](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/405956/noticia.htm?sequence=1)>. Acesso em 26 jul. 2016.
- MILANI, A. Manifesto destaca reconhecimento do campo público das TVs. **Agência Brasil**, 13 nov. 2006. Disponível em: <<http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2006-11-13/manifesto-destaca-reconhecimento-do-campo-publico-das-tvs>>. Acesso em: 10 jul. 2016.
- MOYSÉS, D. e COSTA, H. Eleições revelam influência do governador na Padre Anchieta. **Observatório da Comunicação**, 02 mai. 2007. Disponível em: <[www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?=18279](http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?=18279)>. Acesso em: 14 jul. 2016.
- O GLOBO. Lula ouve sugestões de Boni sobre a TV Pública. **O Globo**, 11 mai. 2007. Disponível em: <[www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/406457/noticia.htm?sequence=1](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/406457/noticia.htm?sequence=1)>. Acesso em: 10 jul. 2016.
- PADIGLIONE, C. Sobe para 6 horas diárias o tempo médio de TVs ligadas no Brasil. *Jornal Estado de São Paulo*. 29 de dezembro de 2015. Disponível em <http://cultura.estadao.com.br/noticias/televisao,nova-noticia,1816415>>. Acesso em: 08 jul 2016
- REIS, C. Os feiticeiros na Corte. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 2 out. 1870, n. 53, anno 1. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 26 jul. 2016.
- SENADO FEDERAL. Senado aprova, durante a madrugada, criação da TV Brasil. **Agência Senado**, 12 mar. 2008. Disponível em: <[www12.senado.gov.br/noticias/materias/2008/03/12/senado-aprova-durante-a-madrugada-criacao-da-tv-brasil](http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2008/03/12/senado-aprova-durante-a-madrugada-criacao-da-tv-brasil)>. Acesso em: 26 jul. 2016.
- THE ECONOMIST. Globo domination: Brazil's biggest media firm is flourishing with an old-fashioned business model. Rio de Janeiro, 07 jun. 2014. Disponível em: <[www.economist.com/news/business/21603472-brazils-biggest-media-firm-flourishing-old-fashioned-business-model-globo-domination](http://www.economist.com/news/business/21603472-brazils-biggest-media-firm-flourishing-old-fashioned-business-model-globo-domination)>. Acesso em: 09 jul. 2016.
- TV CÂMARA. Ministério Público vai investigar venda de espaço na TV para igrejas, 18 ago. 2014. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/CAMARA-HOJE/473123-MINISTERIO-PUBLICO-VAI-INVESTIGAR-VENDA-DE-ESPACO-NA-TV-PARA-IGREJAS.html>>. Acesso em: 25 jul. 2015.
- VALENTE, R. Hélio Costa transfere rádio para assessor. **Folha de S. Paulo**, 23 jan. 2008. Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2301200824.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2301200824.htm)>. Acesso em: 28 fev. 2015.
- VASCONCELOS, A. Senna: “TV pública não é do governo”. **O Globo**, 15 mar. 2007. Disponível em: <[www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/405614/complemento\\_2.htm?sequence=3](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/405614/complemento_2.htm?sequence=3)>. Acesso em: 10 jul. 2016.
- WIZIACK, J. Dilma quer acabar com aluguel de horário na TV. **Folha de S. Paulo**, 03 jun. 2012. Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/46579-dilma-quer-acabar-com-aluguel-de-horario-na-tv.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/46579-dilma-quer-acabar-com-aluguel-de-horario-na-tv.shtml)>. Acesso em: 25 jul. 2016.
- ZARUR, C. O Poder Executivo deve ter uma rede de TV? **O Estado de S. Paulo**, 14 mar. 2007. Disponível em: <[www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/326150/noticia.htm?sequence=1](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/326150/noticia.htm?sequence=1)>. Acesso em: 10 jul. 2016.
- ZIMMERMANN, P. Irritado, Hélio Costa diz que governo quer criar TV pública e não estatal. **Folha Online**. Brasília, 21 mar. 2007. Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90505.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90505.shtml)>. Acesso em: 10 jul. 2016.

## Legislação e pronunciamentos oficiais

ANCINE. Informe de Acompanhamento de Mercado – TV Aberta – Monitoramento da Programação – 2011. Superintendência de Análise de Mercado (SAM). Versão revisada e corrigida em 12 jul. 2012. **Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual – OCA**. Disponível em:

<[http://oca.ancine.gov.br/media/SAM/2015/Programacao/Informe\\_TVAberta\\_2011.pdf](http://oca.ancine.gov.br/media/SAM/2015/Programacao/Informe_TVAberta_2011.pdf)>. Acesso em: 25 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Informe de Acompanhamento do Mercado – TV Aberta. Monitoramento da Programação. Anos de 2011 a 2015. **Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual – OCA**. Disponíveis em: <[http://oca.ancine.gov.br/rel\\_programastv.htm](http://oca.ancine.gov.br/rel_programastv.htm)>. Acesso em: 25 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Informe de Acompanhamento de Mercado – TV Aberta – Resultados de 2014, 1º jan. a 31 dez. 2014. Elaboração: Ana Corrêa e Sílvia Helena Filippo. Superintendência de Análise de Mercado (SAM)/Coordenação de Monitoramento de Televisão Aberta e Paga – CTV. **Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual – OCA**. Disponível em: <[http://oca.ancine.gov.br/media/SAM/2014/MonitoramentoProgramacao/Informe\\_Tv\\_Aberta\\_2014\\_versaopublicacao.pdf](http://oca.ancine.gov.br/media/SAM/2014/MonitoramentoProgramacao/Informe_Tv_Aberta_2014_versaopublicacao.pdf)>. Acesso em: 25 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Informe de Acompanhamento de Mercado – TV Aberta – Resultados de 2015, 1º jan. a 31 dez. 2015. Elaboração: Ana Corrêa, Luana de Freitas Costa e Sílvia Helena Filippo. Superintendência de Análise de Mercado (SAM)/Coordenação de Monitoramento de Televisão Aberta e Paga (CTV). **Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual – OCA**. Disponível em: <[http://oca.ancine.gov.br/media/SAM/2015/MonitoramentoProgramacao/Informe\\_TVAberta\\_2015\\_republicacao\\_01.07.2016.pdf](http://oca.ancine.gov.br/media/SAM/2015/MonitoramentoProgramacao/Informe_TVAberta_2015_republicacao_01.07.2016.pdf)> Acesso em: 25 jul. 2016.

BRASIL. Atos do Poder Executivo. Secretaria de Comunicação Social. Decretos de 30 de novembro de 2007. Designa os membros do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação-EBC. **Diário Oficial da União**. Ano XLVIII, nº 231, Brasília, 3 dez. 2007. Disponível em <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=1&data=03/12/2007>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 09 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006. Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de transmissão de televisão, e dá outras providências. **Presidência da República. Casa Civil**. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.htm)>. Acesso em: 27 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. **Presidência da República. Casa Civil**. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8987compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8987compilada.htm)>. Acesso em: 25 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências. **Presidência da República. Casa Civil**. Disponível em:

<[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11652.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11652.htm)>. Acesso em: 26 fev. 2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decreto nº 70.066, de 26 de janeiro de 1972. Dispõe sobre o Programa Nacional de Teleeducação (Prontel) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Seção 1, 27/01/1972, p. 786 (Publicação Original). Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70066-26-janeiro-1972-418579-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70066-26-janeiro-1972-418579-publicacaooriginal-1-pe.html)>. Acesso em: 14 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. NT 28.11.07 MP 398/07 TV Pública. Câmara dos Deputados, Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cctci/Eventos/2007/notas-taquigraficas-2007/nt-28-11-07-mp-398-07-tv-publica>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

CONSAD. Regimento Interno do Conselho de Administração - EBC (Deliberação nº 089 de 10 dez. 2014).

EBC-EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Relatório de Atividades – Nov-2007/Dez-2008**. Disponível em: <[http://memoria.ebc.com.br/portal/sites/ebc/files/EBC\\_relatorio\\_de\\_atividades\\_2007\\_2008\\_0.pdf](http://memoria.ebc.com.br/portal/sites/ebc/files/EBC_relatorio_de_atividades_2007_2008_0.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2015.

EBC. **Ouvidoria**. Disponível em: <[www.ebc.com.br/institucional/acessoainformacao/institucional/ouvidoria](http://www.ebc.com.br/institucional/acessoainformacao/institucional/ouvidoria)>. Acesso em: 19 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Valor informado pela EBC. Nota sobre suposto déficit da EBC citado no recurso da AGU ao STF, 28 jun. de 2016. Disponível em: <[www.ebc.com.br/institucional/sobre-a-ebc/noticias/2016/06/nota-sobre-suposto-deficit-da-ebc-citado-no-recurso-da-agu-ao-stf](http://www.ebc.com.br/institucional/sobre-a-ebc/noticias/2016/06/nota-sobre-suposto-deficit-da-ebc-citado-no-recurso-da-agu-ao-stf)>. Acesso em: 07 jul. de 2016.

\_\_\_\_\_. Relatório Anual das Atividades da Ouvidoria em 2013. Brasília: Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/institucional/ouvidoria/relatorios>>. Acesso em: 23 de jul. 2016

\_\_\_\_\_. Relatório Anual das Atividades da Ouvidoria em 2012. Brasília: Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/institucional/ouvidoria/relatorios>>. Acesso em: 23 de jul. 2016

\_\_\_\_\_. Relatório Anual das Atividades da Ouvidoria em 2011. Brasília: Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/institucional/ouvidoria/relatorios>>. Acesso em: 23 de jul. 2016

ESTATUTO Jurídico da Igreja Católica. In: BRASIL. Decreto nº 7.107, de 11 de fevereiro de 2010. Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé, relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, firmado na Cidade do Vaticano, em 13 de novembro de 2008. **Presidência da República. Casa Civil**. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7107.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7107.htm)>. Acesso em: 21 jul. 2016.

LULA DA SILVA, L. I. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse dos novos Ministros de Estado. (Transcrição). **Biblioteca. Presidência da República**, 29 mar. 2007. Disponível em: <[www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/29-03-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-posse-de-novos-ministros-de-estado/view](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/29-03-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-posse-de-novos-ministros-de-estado/view)>. Acesso em: 10 jul. 2016.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Caderno de Debates**. 1º Fórum Nacional de TVs Públicas. Diagnóstico do Campo Público de Televisão. Ministério da Cultura: Brasília, 2006. Disponível em: <[www2.cultura.gov.br/upload/livro\\_TV\\_s\\_24-11\\_1164825028.pdf](http://www2.cultura.gov.br/upload/livro_TV_s_24-11_1164825028.pdf)>. Acesso em: 26 jul. 2016.

- MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Caderno da 1ª Conferência Nacional de Comunicação. Ministério das Comunicações: Brasília, 2010. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.br/informacao-e-comunicacao/eventos/comunicacao/1a-conferencia-nacional-de-comunicacao-confecom/confecomdocfinal.pdf>>. Acesso em 28 jul. 2016.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Certidão**. Finalidade: Apresentação de relatório anual de serviços para fins de manutenção do Título de Utilidade Pública Federal. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça. Disponível em: <[http://img.cancaonova.com/cnimages/especiais/uploads/sites/7/2014/01/fjpii\\_utilidade-publica-federal-val-2016.pdf](http://img.cancaonova.com/cnimages/especiais/uploads/sites/7/2014/01/fjpii_utilidade-publica-federal-val-2016.pdf)>. Acesso em: 31 jan. 2010.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Programa de Governo 2002**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores/Fundação Perseu Abramo, 2002. 72 p. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/uploads/programagoverno.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.
- \_\_\_\_\_. **Programa de Governo Lula Presidente. 2007/2010**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores/Fundação Perseu Abramo, 2006. 32p. Disponível em: <[http://novo.fpabramo.org.br/uploads/Programa\\_de\\_governo\\_2007-2010.pdf](http://novo.fpabramo.org.br/uploads/Programa_de_governo_2007-2010.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2016.
- RESOLUÇÃO Nº 02/2011. Dispõe sobre os programas de cunho religioso nos veículos da EBC. **EBC. Conselho Curador**, 24 mar. 2011. Disponível em: <[www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/Res%2002\\_2011.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/Res%2002_2011.pdf)>. Acesso em: 21 jul. 2016.
- SDH (Secretaria de Direitos Humanos). Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. Balanço das Denúncias de Violações de Direitos Humanos em 2015. Disponível em: <[www.sdh.gov.br/noticias/2016/janeiro/ApresentaoASCOMDisque100.pdf](http://www.sdh.gov.br/noticias/2016/janeiro/ApresentaoASCOMDisque100.pdf)>. Acesso em: 26 jul. 2016.
- \_\_\_\_\_. **Balanço anual da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos – 2015**. Brasília: SDH, 2016. Disponível em: <[www.sdh.gov.br/noticias/2016/janeiro/CARTILHADIGITALBALANODODISQUE1002015.pdf](http://www.sdh.gov.br/noticias/2016/janeiro/CARTILHADIGITALBALANODODISQUE1002015.pdf)>. Acesso em 26 jul. 2016.
- SENNA, Orlando. Perspectivas da política audiovisual. Pronunciamento do secretário Orlando Senna no IV Fórum Brasil de Programação e Produção, em São Paulo, 06 mai. 2003. **Ministério da Cultura. Discursos**. Disponível em: <[www.cultura.gov.br/discursos](http://www.cultura.gov.br/discursos)>. Acesso em: 26 fev. 2015.
- TCU. Valor informado em apresentação do ministro do Tribunal de Contas da União, Bruno Dantas, do relatório sistêmico de fiscalização de infraestrutura de telecomunicações (FISC Telecomunicações), em 21 jan. 2016. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-apresenta-relatorio-sistemico-do-setor-de-telecomunicacoes.htm>>. Acesso em: 07 jul. 2016.

### Notas taquigráficas e relatórios: transcrições e gravações

- 4ª AUDIÊNCIA Pública do Conselho Curador da EBC (Brasília) – Programas religiosos na EBC, de 14 mar. 2012, p. 5. Disponível em: <[www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/audiencia\\_programas\\_religiosos\\_transcricao\\_mar12.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/audiencia_programas_religiosos_transcricao_mar12.pdf)>. Acesso em: 24 jul. 2016.
- RAMOS, M. Roteiro de debates do Conselho Curador da EBC: o modelo institucional da EBC e as relações com o Governo Federal, 20 de março de 2013. Transcrição de nota taquigráfica. Disponível em: <[www.conselhcurador.ebc.com.br/sites/conselhcurador/files/files/Transcri%C3%A7%C3%A3o%20Roteiro%20de%20Debates.pdf](http://www.conselhcurador.ebc.com.br/sites/conselhcurador/files/files/Transcri%C3%A7%C3%A3o%20Roteiro%20de%20Debates.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2015.

- RELATÓRIO de José Paulo Cavalcanti. V Reunião do Conselho Curador da EBC, 12 ago. 2008. Disponível em:  
<[www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/degravacao\\_5a\\_reuniao\\_cc\\_ebc\\_0.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/degravacao_5a_reuniao_cc_ebc_0.pdf)>. Acesso em: 29 jul. 2016.
- 42ª REUNIÃO da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, 22 set. 2011. Transcrição de nota taquigráfica. Disponível em:  
<[www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao/disc/disc.asp?s=000630/11](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao/disc/disc.asp?s=000630/11)>. Acesso em: 20 jul. 2016.
- 5ª REUNIÃO do Conselho Curador da EBC, 12 ago. 2008. Transcrição de nota taquigráfica. Disponível em:  
<[www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/degravacao\\_5a\\_reuniao\\_cc\\_ebc\\_0.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/degravacao_5a_reuniao_cc_ebc_0.pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2016.
- 9ª REUNIÃO do Conselho Curador da EBC, 23 jun. 2009. Transcrição da nota taquigráfica. Disponível em:  
<[www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/degravacao\\_9a\\_reuniao\\_cc\\_ebc.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/degravacao_9a_reuniao_cc_ebc.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2016.
- 10ª REUNIÃO do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação-EBC, 11 ago. 2009. Transcrição de nota taquigráfica. Disponível em:  
<[www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt\\_10a\\_reuniao\\_cc.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt_10a_reuniao_cc.pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2016.
- 15ª REUNIÃO do Conselho Curador da EBC, 16 mar. 2010. Transcrição da nota taquigráfica. Disponível em:  
<[www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt\\_15a\\_reuniao\\_cc.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt_15a_reuniao_cc.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2016.
- 18ª Reunião Ordinária do Conselho Curador da EBC, 01 jun. 2010. Transcrição das notas taquigráficas. Disponível em:  
<[www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt\\_18a\\_reuniao\\_cc.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt_18a_reuniao_cc.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2016.
- 21ª REUNIÃO Ordinária do Conselho Curador da EBC, 14 set. 2010. Transcrição das notas taquigráficas. Disponível em:  
<[www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt\\_21a\\_reuniao\\_cc.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt_21a_reuniao_cc.pdf)>. Acesso em 26 jul. 2016.
- 23ª REUNIÃO Ordinária do Conselho Curador da EBC, 9 nov. 2010. Transcrição de notas taquigráficas. Disponível em:  
<[www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt\\_23a\\_reuniao\\_cc.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt_23a_reuniao_cc.pdf)>. Acesso em: 26 jul. 2016.
- 24ª REUNIÃO Ordinária do Conselho Curador da EBC, 07 dez. 2010. Degração. Disponível em:  
<[www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/degravacao\\_24a\\_reuniao\\_cc\\_ebc.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/degravacao_24a_reuniao_cc_ebc.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2016.
- 26ª REUNIÃO Ordinária do Conselho Curador da EBC, 22 mar. 2011. Transcrição das notas taquigráficas. Disponível em:  
<[www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt\\_26a\\_reuniao\\_cc.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt_26a_reuniao_cc.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2016.
- 30ª REUNIÃO Ordinária do Conselho Curador da EBC, 25 set. 2011. Transcrição de nota taquigráfica. Disponível em:  
<[www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt\\_30a\\_reuniao\\_cc.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt_30a_reuniao_cc.pdf)>. Acesso em: 24 jul. 2016.

31ª REUNIÃO Ordinária do Conselho Curador da EBC, 23 nov. 2011. Transcrição de nota taquigráfica. Disponível em:  
<[www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt\\_31a\\_reuniao\\_cc.pdf](http://www.ebc.com.br/institucional/sites/institucional/files/atoms/files/nt_31a_reuniao_cc.pdf)>. Acesso em: 24 jul. 2016.

### **Vídeos**

EBC (acervo). Vídeo de estreia da TV Brasil, 02 dez. 2007, 04:07 min. Disponível em:  
<[www.youtube.com/watch?v=rGQIRNYGHik](http://www.youtube.com/watch?v=rGQIRNYGHik)>. Acesso em: 10 fev. 2015.

TV BRASIL (acervo). Franklin Martins, ministro: entrevista a Ivana Bentes, 2 dez. 2007.

VIDEO [Reencontro]. Quadro “Lecionando”. Pastor Lécio Dornas. Rio de Janeiro: Associação Evangélica de Comunicação Reencontro, 26 mar 2011

VIDEO [Reencontro]. Discurso de despedida. Pastor Flávio Lima. Niterói: Associação Evangélica de Comunicação Reencontro, 17 set. 2011.

VIDEO [Reencontro]. Vídeo do quadro “Mulheres da Bíblia”. Jurema Batista. Niterói: Associação Evangélica de Comunicação Reencontro, 16 abr. 2011

### **Informação verbal e entrevistas**

ENTREVISTA de Marcos Willliam, vigário episcopal para Comunicação Social e Cultura da Arquidiocese do Rio de Janeiro, 10 jul. de 2016.

ENTREVISTA de profundidade com H.J.P.R., engenheiro e telespectador da TV Brasil, 14 nov. 2015.

ENTREVISTA de profundidade com C.M.S.E., empresário, sacerdote do Ifá e telespectador da TV Brasil, 14 nov. 2015.

**ANEXO****DVDs com vídeos utilizados na pesquisa**